**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Programa de Pós-Graduação em Integração
da América Latina (PROLAM)

CARLOS CESAR ALMENDRA

# A CRISE DO MÉXICO DE 1994/1995 E O EFEITO TEQUILA NA AMÉRICA LATINA

Dissertação apresentada ao PROLAM/USP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.
Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Estado.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola (FFLCH)

São Paulo - Abril/2003

# A CRISE DO MÉXICO DE 1994/1995 E O EFEITO TEQUILA NA AMÉRICA LATINA

CARLOS CESAR ALMENDRA

# AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, contei com a colaboração de grandes amigos e camaradas – no sentido mais vermelho do termo –, os quais não poderia deixar de agradecer, pois forneceram dados e dicas valiosíssimas para o enriquecimento do corpo desta dissertação: à Viviani que acompanhou *pari passum* minhas atividades acadêmicas; aos professores Antônio Macário e Terezinha Ferrari (que pacientemente leram e releram meus escritos), pelas discussões, sugestões e críticas, além do estudo em conjunto de *O Capital*; ao Menezes que me ajudou muitas vezes a desvendar o "economês", pelas correções e indicações bibliográficas para o meu escrito no período de qualificação e nossas discussões sobre o mundo financeiro contemporâneo; à Regiani e Valéria, que apesar da distância (Marília) contribuíram com longas conversas ao telefone e nas vezes que estiveram por aqui; ao professor Damião (João Pessoa-PB), pelo apoio e breve convivência; e finalmente, aos camaradas do grupo de estudos de Santo André, cujos textos e debates foram fecundos para minhas reflexões.

Agradeço aos meus pais (Estevam e Valmira) e irmãos (Debora e Marcio) pelo carinho, paciência e compreensão que tiveram durante esta jornada e ao meu primo João Carlos pelos devidos e inusitados suportes técnicos de informática em momentos de aflição.

Aos professores Afrânio Catani e Armando Boito Jr. pelas sugestões dadas durante minha qualificação e ao meu orientador Osvaldo Coggiola que confiou na minha capacidade e compromisso, dando-me a oportunidade para realizar esta empreitada.

Dedico este trabalho à minha namorada
e futura esposa Viviani, hoje e sempre.

**RESUMO** - O México, desde a gestão de Miguel De La Madrid (1982-1988) vinha gradativamente abrindo a economia aos investimentos estrangeiros, a partir da eleição fraudulenta de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) adotou definitivamente os princípios neoliberais através do Plano Azteca. Conforme decorria a gestão de Salinas, o presidente afirmava que estava conduzindo seu país ao "Primeiro-Mundo", embora as contas públicas governamentais a cada ano que passava estavam mais deficitárias, além do problema da desigualdade social que se agravava. No ano de 1994, integrou-se ao bloco comercial da América do Norte (NAFTA) e no primeiro dia de sua vigência viu o movimento zapatista (EZLN) rebelar-se contra a miséria de Chiapas e do próprio país. Os assassinatos políticos que ocorreram durante o ano, as disputas entre governo e zapatistas entre outros motivos, provocaram uma fuga de capitais em dezembro de 1994 e levou o México a uma crise econômica, obrigando o país a emprestar cerca de US$ 50 bilhões para contornar seus problemas internos. Os efeitos da crise foram sentidos nas diferentes partes do mundo – Efeito Tequila – sobretudo na Argentina e no Brasil.

**RESUMEN** - México, desde la gestión de Miguel de La Madrid (1982-1988) venía gradativamente abriendo la economía a las inversiones extranjeras, a partir de la elección fraudulenta de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) adoptó definitivamente los principios neoliberales por el Plaño Azteca. Conforme decorria la gestión de Salinas, el presidente afirmaba que estaba conduciendo su país al "Primer Mundo", sin embargo las cuentas públicas gubernamentales a cada año que pasaba estaban más deficitarias, además del problema de la desigualdad social que se agravaba. En el año de 1994, se integró al Bloco Comercial de la América del Norte (NAFTA) y en el primer día de vigencia vió el movimiento zapatista (EZLN) rebelarse contra la miseria de Chiapas y del propio país. Los asesinatos políticos que ocurrieron durante el año, las disputas entre gobierno y zapatistas entre otros motivos, provocaron una evasión de capitales en diciembre de 1994 y llevó México a una crisis económica, obligando al país a prestar cerca de US$ 50 mil millones para solucionar sus problemas internos. Los efectos de la crisis fueron sentidos en las diferentes partes del mundo – Efecto Tequila – sobretodo en Argentina y Brasil.

**ABSTRACT** - Mexico, since Miguel de La Madrid's management (1982-1988) has gradually opened an economy to the foreign investments, the fraudulent election of Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) adopted definitely the neo-liberal principles through the Azteca's Plan. During Salina's management, the president said that he was leading his country to the "First World", although the government's public bills were in déficit, every year besides the problem of social inequalities were increasing. In 1994, integrated the commercial group of North America (NAFTA) and on its first day, there was the rebellion from the zapatist movement (EZLN) against the Chiapa's low living standard and also the country's condition. The political assassinations that occurred during the year, the contest between the government and the zapatist, and other reasons, caused in December 1994 an economical crisis in Mexico, and the country had to borrow around US$ 50 billions to control its internal problems. The effects of the crisis affected different parts of the world – Tequila's Effect – especially Argentina and Brazil.

# ÍNDICE

**Introdução**.....01

**1. Os antecedentes da crise**

1.1. O México antes da crise de 1982.....08

1.2. A crise de 1982.....12

1.3. O Plano Baker e o Plano Brady.....20

**2. A era do governo Salinas**

2.1. O consenso de Washington e a administração Bush.....37

2.2. As mudanças no governo Salinas e na administração Clinton.....43

**3. A crise do México**

3.1. A rebelião em Chiapas.....51

3.2. Dos assassinatos políticos à crise das Bolsas.....57

3.3. O pacote de ajuda internacional.....66

3.4. Atravessando o rubicão.....74

3.5. Os beneficiários da crise.....84

**4. O efeito tequila na América Latina**

4.1. Os planos de estabilização na América Latina.....94

4.2. O efeito tequila na Argentina.....100

4.3. O efeito tequila no Brasil.....113

4.4. O efeito tequila em outros países da América Latina.....127

**5. Política, corrupção e narcopoder mexicano**

5.1. Ascensão e queda do PRI.....133

5.2. O banquete secreto.....144

5.3. A família Salinas e o narcopoder.....150

5.4. Os cartéis de drogas no México.....157

**6. A crise mexicana diante da crise do capital**

6.1. A hipertrofia da especulação.....162

6.2. A crise estrutural do capital.....173

**Conclusão**.....192

**Bibliografia**.....200

# INTRODUÇÃO

*Enquanto eu estiver vivo, os índios serão donos de suas terras. Se me matarem, diga aos rapazes que, com armas nas mãos, defendam seus* ejidos... *como machos.*

Emiliano Zapata

*Coitado do México: tão longe de Deus e tão perto dos EUA.*

Frase primeiramente dita por Porfírio Díaz
e popularizada por Otávio Paz

Desde o início do século XIX, o movimento independentista mexicano engendrou lideranças populares como Hidalgo[1] e Morelos[2] que, juntamente com milhares de camponeses, foram executados na luta contra a tirania da coroa espanhola.[3] A Revolução Mexicana de 1910, demarcou o primeiro movimento revolucionário do século XX do continente americano, de caráter essencialmente camponês, que sob as lideranças de Emiliano Zapata e Pancho Villa, deram fim ao governo bonapartista de Porfírio Díaz (1876-1880 e 1884-1910).[4] Como fruto do desdobramento do processo revolucionário a aprovação da Constituição de 1917, conforme a avaliação de Werner Altmann, se apresentava com a seguinte dubiedade: de um lado era inovadora para a época, pois acolhia uma legislação social avançadíssima, enquanto fruto da revolução, ou seja, revelava as concessões que a burguesia fora obrigada a fazer, primeiro aos camponeses, pela ousadia de se constituírem num exército revolucionário; segundo aos operários, como preço da aliança estabelecida para evitar que se unissem aos camponeses. Por outro lado, prenunciava aquilo que seria uma das características básicas de toda a década de 20, isto é, a continuidade do desarme da população através

---

[1] Miguel Hidalgo y Costilla foi um padre que lutou contra a opressão espanhola, comandando um exército rebelde e maltrapilho de cerca de 80 mil índios e mestiços em 1810, sendo derrotado, preso e executado em 1811.

[2] José Maria Morelos y Pavón foi um padre que, após a morte de Hidalgo, tomou as rédeas do movimento e buscou objetivos de independência mais claros, sendo derrotado e morto em 1815.

[3] A independência mexicana acabou vindo mais tarde por meio de um "golpe pelo alto" com a iniciativa conservadora de oficiais do exército, de comerciantes e da igreja católica. Agustín de Iturbide, oficial que havia lutado contra a rebelião popular pela libertação da colônia, foi um líderes do movimento e acabou sendo coroado como Agustín I, imperador do México em 1822.

[4] Francisco Madero, primeiro presidente do México revolucionário, assumiu em 1911 e foi assassinado em 1913. No ano seguinte, o cargo foi ocupado por Venustiano Carranza que proclamou a Constituição de 1917. Álvaro Obregón, seu antigo aliado, conspirou contra Carranza e induziu sua queda e assassinato em 1920.

da legislação social, promovendo o refluxo do ponto de vista militar agravados com os assassinatos de Zapata em 1919 e Villa em 1923.[5]

A partir do governo de Álvaro Obregón (1920-1924), o país foi marcado pelos governos do Maximato[6], quando surgiu em 1929 o Partido Nacional Revolucionário (PNR), posteriormente mudando seu nome em 1946 para Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se manteve 71 anos no governo federal ininterruptamente quando foi derrotado por Vicente Fox do Partido da Ação Nacional (PAN). Nesta trajetória de sete décadas dos governos priístas verifica-se, desde o nacionalismo radical e antiimperialista, expressos nas gestões que vão desde Lázaro Cárdenas (1934-1940)[7] até Luis Echeverria Alvarez (1970-1976)[8], para o início de uma política liberal e de maior proximidade com os EUA a partir de López Portillo (1976-1982) e Miguel de la Madrid Hurtado (1982-1988) até os dias atuais. Do ponto de vista político, o México sofreu profundas modificações ao longo do século que refletiram diretamente em sua economia. Conforme afirmou o escritor peruano Vargas Llosa:

> "O México tem todas as características de uma ditadura: a permanência, não de um homem, mas de um partido. Um partido que é inamovível, um partido que concede espaço à crítica na medida em que esta lhe serve,

---

[5] ALTMANN, Werner. *A trajetória contemporânea do México*, São Paulo, Pensieri, 1992, p. 59/60.

[6] "Pascoal Ortiz Rubio, Emilio Portes Gil e Abelardo Rodríguez, que governaram o México entre 1928 e 1934, conhecidos como os 'presidentes satélites', por sua submissão a [Plutarco Elias] Calles, [(1924-1928)] 'el Jefe Máximo de la Revolución'. " (ALTMANN, Werner. Idem, p. 63.)

[7] "A sensibilidade destes dirigentes da burguesia frente ao problema de que o governo deve estar em harmonia com as exigências do desenvolvimento ou sucumbir, varia naturalmente de uns para outros, por motivos estratégicos ou ideológicos, pelo tipo de veículos que têm com a iniciativa privada, com o próprio Governo ou com as massas operárias e camponesas, por sua ideologia revolucionária mais ou menos vinculada ao nacionalismo, ao liberalismo social da Revolução Mexicana, ou ao marxismo. Mas todos eles constituem a liderança de um desenvolvimento capitalista, e encontram-se em relações contraditórias – dentro do partido governamental, dentro da chamada *família revolucionária*, relações que formam permanentemente sua ação política interna e suas pugnas contra os grupos mais retrógrados da burguesia nacional e estrangeira. O líder mais brilhante deste tipo de liderança política foi até o momento o general Lázaro Cárdenas, que, reconhecendo a situação do país e o único caminho possível do desenvolvimento econômico e político, foi – desde que, como presidente, acelerou a Reforma Agrária e nacionalizou o petróleo – até recentemente o mais decidido líder de um movimento de desenvolvimento do país dentro do capitalismo." (CASANOVA, Pablo González. *A democracia no México*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pp.182-183.)

[8] "A indicação de Echeverria (1970-1976) inaugurava novo processo de escolha de candidatos, não mais oriundos da carreira política eletiva (governadores, deputados, senadores) e sim dos quadros da tecnocracia mais jovem. Esta vinha consolidando seu poder: na poderosa Secretaria da Fazenda e no Banco do México, onde passaram a pontificar os mais jovens, geralmente pós-graduados nos EUA e adeptos do conservadorismo econômico; na Secretaria do Patrimônio e na Nacional Financeira, predominavam os *keynesianos-cepalinos*, desenvolvimentistas. Em seu mandato, Echeverria deu continuidade à política nacionalista promoveu vários acordos comerciais fora da área de influência dos EUA. Pode-se identificá-lo como o último período mexicano em que o eixo da política econômica esteve voltado ainda para a industrialização, embora o petróleo já *entrava em cena*." (CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*, São Paulo, UNESP/UNICAMP, 2000, p.408.)

porque confirma que é um país democrático, mas que suprime por todos os meios, inclusive os piores, aquela crítica de que alguma maneira põe em perigo sua permanência no poder."[9]

O poeta chileno Pablo Neruda designou o México como "a democracia mais ditatorial que existe"[10]. Em contrapartida, segundo o jornalista brasileiro Igor Fuser:

> "A dissonância com os Estados Unidos foi, durante décadas, a marca registrada da política externa mexicana. Independente do rumo que adotassem nos assuntos internos do país – mais à direita, como Miguel de la Madrid (1982-1988), ou mais à *esquerda*, como Luis Echeverría (1970-1976) – todos os presidentes mexicanos se opuseram à política de intervenção norte-americana na América Central; apoiaram, com maior ou menor discrição, os guerrilheiros esquerdistas nessa região; mantiveram relações calorosas com Cuba, de quem foram os únicos parceiros no hemisfério durante o ostracismo a que a ilha socialista esteve condenada por imposição de Washington".[11]

É neste cipoal de transformações sociais que a crise mexicana de 1994/1995 se insere. Diante disso, a primeira pergunta a fazer é: Quais são os nexos fundantes da crise em questão? Em que espaço temporal devemos situá-la? Quais os liames da economia com as políticas interna e externa vigentes durante a crise? Estas e outras perguntas, nos obrigam a refletir sobre a forma de abordagem metodológica mais adequada para analisar tal acontecimento histórico. A priori, ao contrário do que afirma Weber, a neutralidade axiológica não existe, pois a opção metodológica já antecipa um posicionamento ideológico, como ilustra István Mészáros:

> "(...) Weber acabou por definir o capitalismo como 'uma cultura na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado'. A essa definição podemos opor a seguinte: 'O capitalismo é um modo de produção caracterizado pela extração de mais-valia para efeito de produção e reprodução do capital em escala sempre crescente'. Fica para o leitor qual das duas definições é mais 'ideológica'. Entretanto, deve ficar claro que elas

[9] FUSER, Igor. *México em transe*, São Paulo, Scritta, 1995, p.14.
[10] idem.
[11] idem p.15.

não são *complementares*, mas *diametralmente opostas* uma à outra: o que absolutamente não seria o caso, se fosse válida a afirmação de Weber quanto ao caráter 'puramente lógico' e 'axiologicamente neutro' de seus 'tipos ideais.'"[12]

Entendemos que a adoção de nosso método implica numa dada concepção de mundo. Deste modo, nesta pesquisa adotaremos procedimentos metodológicos embasados numa leitura das categorias ontológicas marxianas. Categoria é forma do ser, cuja existência independe da cognoscência ou não do investigador. A ontologia marxiana é a reprodução da realidade a partir dela mesma, em que o ser social, através da razão cognoscente, capta os nexos causais de seu desenvolvimento histórico-social, desvendando o mundo e, portanto, podendo agir sobre ele no sentido da sua transformação. Tais considerações, a nosso ver, não seguem outro caminho senão o rumo trilhado pelos clássicos marxistas, em especial, Lukács, cujas análises trazem em seu bojo o compromisso teórico-metodológico de realizar o movimento dialético real do universal, particular e singular. Nas suas palavras:

"As relações entre a universalidade, a particularidade e a singularidade constituem, naturalmente, um antiqüíssimo problema do pensamento humano. Se não distinguirmos, pelo menos em certa medida, essas categorias, se não as delimitarmos reciprocamente e não adquirirmos certo conhecimento da mútua superação de uma na outra, ser-nos-á impossível orientarmo-nos na realidade, ser-nos-á impossível uma *práxis*, mesmo no sentido mais cotidiano da palavra".[13]

O fato de optarmos pela análise marxista, nos trás uma imensa responsabilidade pois, conforme afirmou Eric Hobsbawm:

"O marxismo, que é ao mesmo tempo um método, um corpo de pensamento teórico e um conjunto de textos considerados por seus seguidores como uma fonte de autoridade, sempre sofreu com a tendência dos marxistas de começar por decidir o que pensam que Marx deveria ter

[12] MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*, São Paulo, Ensaio, 1993, pp.29-30.
[13] LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p.5.

dito e depois procurar a confirmação nos textos, dos pontos de vista escolhidos".[14]

Para não cair no esquema de tipificação, de criação de modelos analíticos apriorísticos e depois tentar justificá-lo com frases soltas de autores consagrados, em nossa análise da crise mexicana de 1994/1995, conjuminaremos os fatores econômicos, políticos e sociais: a totalidade do complexo histórico-social. Neste quadro, atribuímos à esfera econômica a determinação fundamental deste complexo. Com isso, não estamos estabelecendo uma ligação puramente mecânica entre a esfera econômica e os demais âmbitos (político, jurídico, social, cultural etc.), mas vendo nesta, o nexo básico para a compreensão do surgimento e implantação de uma determinada ideologia. Se assim procedêssemos estaríamos privilegiando arbitrariamente um fator, quando esse não é o caso. Muito pelo contrário. Acreditamos que a análise tem que se pautar pela universalidade dos fenômenos em questão, ou seja, captar as mediações entre o todo e as partes. Lembramos que essa totalidade não é determinada simplesmente por partes que se somam, mas que essas partes se inter-relacionam, isto é, agem umas sobre as outras, reconfigurando-se continuamente. É nisso que reside as dificuldades da análise científica, e ao mesmo tempo, o imperativo de superação desta mesma complexificação. A este respeito Florestan Fernandes comentou:

> "A universidade e a especialização criaram um processo profundo e persistente de fragmentação do trabalho de investigação em *todas as ciências*. Esse processo, porém, é mais intenso e devastador nas ciências sociais. O sociólogo, o historiador, o antropólogo, o cientista político, o psicólogo, *mesmo quando marxistas*, sucumbem a essa tendência, afirmando-se primeiramente em nome de sua especialidade. Marx e Engels trabalharam numa direção oposta, defendendo uma concepção unitária de ciência e representando a história como uma ciência de síntese".[15]

Adiante, continuou:

---

[14] HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.155.
[15] FERNANDES, Florestan. *Marx-Engels*, Coleção Grandes Cientistas Sociais n.36, São Paulo, Ática, 1984, pp.9-10.

"Ambos pensavam que a história era a *verdadeira ciência* ou a *ciência magna* entre as ciências sociais. Se tivessem de contrapor alguma ciência à física newtoniana, ela não seria a economia política (uma emanação ideológica dos interesses da burguesia), mas a história. De outro lado, o cerne mesmo de sua concepção de revolução e da conexão da ciência com o processo revolucionário induziu-os a ver nas relações sociais de produção (ou seja, na economia) o núcleo principal da investigação empírica e da elaboração teórica. (...) Enquanto a economia política dissociava a economia de seu contexto social e político, Marx e Engels insistiam no caráter concreto dos fatos básicos da produção e reprodução das formas materiais de existência social. Concebiam, portanto, o modo de produção capitalista como uma categoria histórica".[16]

Portanto, para empreendermos um estudo da crise mexicana de 1994/1995 e o efeito tequila na América Latina, não podemos apenas constatar e relatar os fatos, é necessário analisá-los. Para tanto, se faz necessário desvendar a gênese dos problemas econômicos contemporâneos mexicanos, contextualizando-os no interior do panorama capitalista mundial, apreender o processo histórico com seus respectivos desdobramentos e alçar analiticamente ao empírico constatado: o ápice da crise financeira a partir de dezembro de 1994. Percorrendo este caminho, poderemos obter o conhecimento da problemática a que nos propusemos a desvendar. Quando Lênin empreendeu suas análises em relação às diferentes realidades dos países captando suas respectivas particularidades, afirmou:

"Uma exigência incondicional da teoria marxista na análise de qualquer questão social é a sua colocação dentro do quadro histórico *determinado*, e depois, se se tratar de um só país (por exemplo, do programa nacional dado para o país), a consideração das peculiaridades concretas que distinguem esse país dos outros nos limites de uma mesma época histórica."[17]

Ao contrário do que pregam algumas correntes filosóficas, entendemos que é possível conhecer a realidade. Ter a capacidade de conhecê-la é um atributo exclusivamente humano; quando este apreende a dinâmica de seu mundo, ele passa a ter

---

[16] Idem pp.12-13.
[17] LÊNIN. "Sobre o direito das nações à autodeterminação", *in*: *Obras Escolhidas*, Tomo I, São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, p.515.

consciência do mesmo. Isto não quer dizer que dar conta da problemática de nossa pesquisa seja um empreendimento fácil e irrisório. Quanto mais complexa é a sociedade, mais difícil torna-se a tarefa de cognoscência. Caminho árduo porém necessário, pois segundo Sérgio Lessa:

> "O nexo ontológico entre essas distintas processualidades (a complexificação das relações sociais e a complexificação das individualidades) é a consciência. É ela o órgão e o médium da continuidade do processo de acumulação que constitui a devir-humano dos homens. Contudo, em sua imediaticidade, a consciência é sempre aquela de indivíduos concretos. Ou seja, à medida que a generalidade humana se eleva a patamares crescentes de consciência, à medida que o gênero humano se constrói cada vez mais como genérico e social, as individualidades necessariamente se complexificam. Elas, também, elevam o seu nível de auto-consciência. Ao fazê-lo, lançam as bases para, objetiva e subjetivamente construírem uma distinção cada vez mais acentuada entre a reprodução do indivíduo e a reprodução do gênero humano. Em suma, para Lukács, generalidade humana e individualidade, portanto, estão intrinsecamente ligadas; são dois pólos de um mesmo processo: a reprodução social".[18]

Feito estas considerações introdutórias, partiremos agora para a realidade mexicana demonstrando inicialmente os pressupostos históricos-sociais que gestaram a crise mexicana de 1994/1995 no que tange aos seus fatores internos e externos, as ligações da realidade mexicana com a totalidade social, bem como as conseqüências da crise no âmbito interno, nas relações com a economia estadunidense e latino-americana em geral.

[18] LESSA, Sérgio. (1997) *A ontologia de Lukács*, Maceió, Udfal, 1997, pp.92-93.

# 1. OS ANTECEDENTES DA CRISE

*Quando acabarmos de comer o queijo, vamos distribuir ao povo todos os buracos.*

Millôr Fernandes

*Se um vampiro te convida para jantar, contribuirás com o teu sangue.*

Augusto Roa Bastos, escritor paraguaio

## 1.1. O México antes da crise de 1982

O petróleo foi a mercadoria que suscitou os maiores debates político-econômicos na década de 70 no México. Com o esgotamento do processo de substituição de importações – processo semelhante aos casos brasileiro e argentino - o petróleo passou a ser um dos elementos que mais contribuiu para o desequilíbrio das contas governamentais devido à demanda interna. Entre 1970 e 1975, a balança comercial[19] foi deficitária pois as exportações cresceram 131%, mas as importações aumentaram 186%. O déficit em transações correntes[20] saltou de US$ 1,1 bilhão para US$ 4,1 bilhões e a dívida externa de US$ 4 bilhões para US$ 15 bilhões. No final do mandato de Luis Echeverría, alardearam-se descobertas de ricas jazidas no sudeste do país, confirmadas pelo novo diretor-geral da *Petroleos Mexicanos* (PEMEX), Jorge Díaz Serrano, logo que José López Portillo assumiu a presidência. Para tentar reverter o quadro de dependência energética externa, o governo mexicano realizou vultosos investimentos:

---

[19] A balança comercial é o resultado líquido das transações com exportações e importações de mercadorias. É a única categoria do balanço internacional de pagamentos que implica movimentações visíveis entre fronteiras nacionais, na forma de produtos primários, semiprocessados ou de utilização final, destinados ao consumo e à formação de capital fixo. Para a maioria dos países, é a conta internacional de maior expressão. Por seu peso no balanço como um todo, os resultados líquidos do fluxo de comércio acabam por definir as direções com que se movimentarão as demais contas. Países fortemente deficitários em comércio exterior ou buscarão compensar os saldos negativos via superávits em serviços (um padrão de ajuste que se verifica raramente), via abertura para investimentos estrangeiros no país ou ainda via tomada de empréstimos e financiamentos no exterior. Esta última via, que é a forma de ajuste mais comum de cobertura de déficits comerciais, implica endividamento externo. (ROSSETTI, José Pascoal. *Introdução à Economia*, São Paulo, Atlas, 17ª edição, p.886.)

[20] As transações correntes de um país são formadas pelas contas de comércio exterior (importações e exportações), de serviços (pagamentos de royalties, seguros, fretes, remessa de lucros e envio de dinheiro de outros países por parte de familiares e outros) e dos juros da dívida externa.

"(...) Os gastos no setor de energéticos entre 1971 e 1976 aumentaram a um ritmo médio anual de 27%. A partir de 1977, a ênfase no desenvolvimento desse setor fortaleceu-se de modo notável. Em 1976, a Petróleos Mexicanos (PEMEX) investiu 62 bilhões milhões de pesos, ou seja, 25,3% dos gastos do setor paraestatal sujeitos a controle orçamentário. Em 1978, os gastos atingiram 183 bilhões 900 milhões de pesos (31,8% do total) e em 1979 saltaram para 224 bilhões 200 milhões, o que significou que cerca de 40% dos gastos dos organismos e empresas sujeitas a controle orçamentário foram feitos apenas por essa empresa. Do ponto de vista da formação de capital, mais da metade dos investimentos do setor paraestatal controlado coube a essa entidade. A ênfase posta pelo Estado no desenvolvimento do setor petrolífero levou as reservas comprovadas de hidrocarbonetos a passarem de 6 bilhões 300 milhões de barris em 1975 para 16 bilhões 800 milhões em meados de 1977. No dia 1° de setembro de 1980, essa cifra já chegava a 60 bilhões 100 milhões de barris, isto é, em apenas cinco anos as reservas comprovadas multiplicaram-se por 10. De acordo com a revista *Fortune*, a PEMEX subiu na classificação das empresas com maior volume de vendas. Na lista das 500 maiores companhias do mundo, excluídas as americanas, a PEMEX colocou-se no 66° lugar em 1978, passando para 20° em 1980, com as vendas da ordem de 14 bilhões 813 milhões de dólares. Com a bonança petrolífera, o México recuperou sua capacidade financeira internacional."[21]

Para que a PEMEX pudesse realizar suas pesquisas minerais, consumar a extração, o refino e distribuição de acordo com as demandas internacionais eram necessários recursos de capital fixo que ela não tinha como suprir imediatamente. A ajuda aos investimentos petrolíferos chegou primeiro pela abundância de expansão da liquidez dos eurodólares, resultado da explosão de seu preço no final de 1973, endividando-se conforme a prática latino-americana de pagar mais importações com um maior endividamento externo. Segundo José Angel Gurría, subsecretário de Assuntos Financeiros Internacionais, até 1970 o crescimento foi autofinanciado, uma vez que a dívida externa era de pouco mais de US$ 6 bilhões, em sua maioria com instituições

[21] VILLARREAL, René. *A contra-revolução monetarista*, Rio de Janeiro, Record, 1984, pp.441-442.

como o Eximbank[22], o Banco Mundial[23] e o BID[24]. A partir daí, teve início a entrada de créditos de bancos comerciais de forma crescente. Em 1976, a dívida externa quadruplicara alcançando uma soma de entre US$ 20 e US$ 25 bilhões, mudança esta que ocorreu devido a ampliada intervenção do governo na economia, altos déficits fiscais, rígidos sistemas cambial e monetário e o início da fuga de capitais devido à perda de confiança.[25]

A produção petrolífera começou a subir rapidamente e permitiu ao México aumentar seus fluxos de recursos na alta no preço em 1979, assim como na breve alta pré-Guerra do Golfo (1990). Em 1989, o México tinha uma produção de 2,6 milhões de barris diários. Antes da queda dos preços em 1986, o petróleo representava 19% do PIB, provia quase a metade da receita do Tesouro e 80% das exportações. Graças a isso, as exportações totais multiplicaram-se seis vezes nos cinco anos antes de 1981.[26] Entre 1975 e 1981, embora as exportações passando de US$ 3 bilhões para US$ 20 bilhões, as importações aumentaram de US$ 6,3 bilhões para US$ 24 bilhões, mantendo a situação deficitária na balança comercial.

No período 1976-82, o setor privado quintuplicou seus investimentos e atingiu US$ 20 bilhões via endividamento externo. Soma-se a isto, os juros, as remessas de lucros e os demais serviços determinando um déficit em transações correntes em US$ 14,1 bilhões. Ao déficit em serviços se contabilizaram a fuga de capital de US$ 13 bilhões ocorridas em 1981, bancados pelo endividamento externo do período. O PIB subiu rapidamente para 8% anual entre 1979 e 1981, mas o gasto público cresceu muito

---

[22] (Export and Import Bank of the United States – Banco de exportação e Importação dos EUA). Instituição criada em 1934 pelo governo estadunidense com o objetivo de promover o comércio exterior nos anos que se seguiram à Grande Depressão. Mais tarde, passou a financiar programas de governos e empresas do exterior na compra exclusiva de equipamentos e serviços estadunidenses (crédito contingenciado). Atuando sobretudo na área do "Terceiro-Mundo", o Eximbank foi também responsável pelo financiamento dos planos de reconstrução dos países europeus após a II Guerra Mundial até a instituição do Plano Marshall.

[23] (BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Instituição financeira internacional ligada à ONU e conhecida popularmente como Banco Mundial, foi criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, cujo objetivo inicial era o financiamento de projetos de recuperação econômica dos países atingidos pela guerra. Atualmente fornece empréstimos diretos a longo prazo (15 à 25 anos) aos governos e empresas (com garantias oficiais), para projetos de desenvolvimento, assim como assistência técnica. O maior volume dos seus recursos destina-se aos setores de transportes, energia e agricultura. As contribuições de cada país-membro ao capital do BIRD, assim como o direito ao voto, são estabelecidas proporcionalmente à participação do país no comércio internacional. Seu maior acionista é o governo dos EUA, que tem poder de veto sobre as decisões da organização.

[24] (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Instituição criada em 1959 para prestar ajuda financeira aos países da América Latina e do Caribe. Seus principais acionistas são: EUA, Canadá, Brasil, Argentina e México.

[25] CASAS, Juan Carlos. *Um novo caminho para a América Latina*, Rio de Janeiro, Record, 1991, p.283.

[26] *The Economist*, 11/fev/89.

mais: de 29% do PIB, em 1978, para 48% quatro anos mais tarde. O déficit fiscal saltou por sua vez de 5% do PIB para 17%. Conforme Wilson Cano, a década de 70 apresentou três movimentos característico na conjuntura mexicana:

> "(...) a) de 1970-1974, em que ainda predominou a expansão industrial, com aumento do desequilíbrio externo, das contas públicas e da inflação; b) o de 1974-1977, em que se aplicou a ortodoxia no combate à inflação e ocorreu a desaceleração econômica; c) o de 1977-1981, com o auge da inversão, produção e exportação petroleira, agravamento do desequilíbrio externo, da dívida externa, do déficit público e da inflação, que resultaria na crise de 1982-1983. (...) Em grande parte, o crescente desequilíbrio comercial até 1980 decorreu, fundamentalmente, do seguinte: a) do câmbio valorizado, que desestimulou as exportações não-petroleiras e barateou as importações; b) da menor dimensão absoluta e relativa da indústria de bens de capital e de falhas na estrutura produtiva de insumos básicos, que pressionaram fortemente essas importações durante os anos de acelerado crescimento. Após 1979, acrescente-se a isso o movimento especulativo do capital estrangeiro e a alta dos juros internacionais. A aceleração do investimento público, a necessidade de diversificação estrutural da economia e o aumento das demandas sociais expandiram ainda mais a ação do Estado, criando, entre 1970 e 1975, outras 232 instituições (empresas, fundos específicos e outras entidades). Entre 1976 é 1982, a continuidade desse processo e a *crise da dívida* se encarregaram de aumentar em 651 instituições o acervo público, em instituições o acervo público, em parte ante o debilitamento financeiro de bancos e empresas coligadas e de outras empresas endividadas. Assim, o petróleo representou duplo nesse último período: postergou a desaceleração da economia, dando-lhe sobrevida; ao mesmo tempo, porém, exigiu pesado financiamento, endividando ainda mais o país e causando-lhe forte desequilíbrio macroeconômico, quando da queda de seus preços a partir de 1982."[27]

A aceleração da inflação combinada com o peso supervalorizado provocou ao mesmo tempo um enorme déficit da balança de pagamentos que passou de US$ 1,6 bilhão em 1977 e US$ 4,9 bilhão em 1979 para US$ 11 bilhões em 1981, além do salto da dívida externa do setor público que aumentou US$ 16 bilhões somente no ano de

[27] CANO, Wilson. *Op. cit.*, pp. 409-411.

1981, obrigando o governo a reagir: 1) desvalorizando o peso, o que acentuou a inflação; 2) diminuindo os investimentos, o que aumentou o desemprego. Tais medidas visavam compensar a superprodução do mercado mundial do petróleo e a conseqüente queda dos preços, cujos proventos mexicanos com o "ouro negro" tendiam a baixar.

A inflação anual mexicana chegou a 30%, em 1980 e 1981, mas a abundância de divisas do petróleo mais as provenientes do crescente endividamento externo permitiu manter estável o peso diante do dólar. Entretanto, os preços do petróleo continuavam subindo, enquanto as taxas de juros em dólares eram negativas ou nulas em termos reais. Continuar se endividando parecia ser um bom negócio, e juntamente com o aumento dos juros americanos, - como veremos adiante – a dívida externa subiu de US$ 40 bilhões, em 1979, para US$ 90 bilhões em 1982.

## 1.2. A crise de 1982

Para o entendimento da crise de 94, é necessário reportar-se à crise da dívida externa de 1982 que solapou os países do chamado "Terceiro-Mundo"[28], uma vez que estas dívidas não foram liquidadas e suas rolagens e ônus se arrastam até os dias atuais.

Ao final do governo de Jimmy Carter (1976-1980) e início do governo de Ronald Reagan (1980-1988), observou-se grandes mudanças na economia norte-americana. Entre 1979 e 1981, aconteceu uma disparada na taxa de juros internacionais que deixaram o patamar de 6% a 7% ao ano em média, para atingir o pico de 21% a partir das decisões de Paul Volcker, do *Federal Reserve System* – o Banco Central dos EUA -, decisão esta que estava baseada na conjuntura estadunidense que apresentava inflação em alta, possibilidade da perda da hegemonia econômica em detrimento da

[28] A expressão *Terceiro Mundo* surgiu em 1952 com o demógrafo e economista francês Alfred Sauvy, para se referir aos países pobres do mundo. Ao criar o termo, buscou comparar o Terceiro Mundo ao Terceiro Estado francês de 1789 que, segundo ele, o Terceiro Mundo deveria ter um papel revolucionário semelhante ao que o Terceiro Estado desempenhou na Revolução Francesa. Sauvy quis chamar a atenção para as contradições existentes entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos no mundo. A expressão foi popularizada pela imprensa e hoje é usada quando se busca referir ao conjunto de países endividados, subdesenvolvidos, dependentes e/ou neocoloniais. É portanto uma expressão generalizante e criticada por vários autores por diferentes razões, sobretudo os geógrafos. Dentre elas a desconsideração das particularidades internas dos países, classificando-os como países equivalentes. Um exemplo disso reside no fato do Brasil (10ª. economia do mundo) ser considerado como um país de Terceiro Mundo assim como países africanos como o Gabão, Sudão, Eritréia e outros. Apesar da expressão ter sido popularizada, por a considerarmos polêmica e insuficiente para caracterizar a situação vigente nos países, a utilizaremos no texto esta expressão assim como outros como países desenvolvidos/países subdesenvolvidos, países centrais/países periféricos, países endividados e países emergentes sempre entre aspas.

economia japonesa,[29] de déficit público dos EUA que já era de US$ 220 bilhões em 1979 e no crescente orçamento militar de Guerra Fria.

No início dos anos 80, a produção industrial retrocedeu nos países do G-7 inclusive nos EUA (Tabela 1) deflagrando na economia capitalista internacional uma recessão generalizada,[30] o que correspondeu a uma diminuição das taxas de acumulação do capital (D-M-D'). Com o com aumento da taxa de juros do *Federal Reserve*, o capital encontrou uma saída imediata e a especulação (D-D') tornou-se um negócio ainda mais rentável do que a produção. Esta política de aumento da taxa de juros do governo dos EUA acabou promovendo, juntamente com os banqueiros norte-americanos e europeus, uma disputa por investidores. O governo norte-americano aumentou a taxa de juros de 6% para 8% (mais do que os bancos privados pagavam). Os bancos ofereceram 9%, o governo norte-americano reagiu e ofereceu 10% e com esta briga financeira, muitos investidores europeus passaram a comprar títulos norte-americanos (públicos ou privados). Quando os banqueiros europeus perceberam que

---

[29] A transferência do poder econômico para o Oriente foi um debate que surgiu no final dos anos 70 e percorreu a década de 80 sendo abandonado no final desta e reconhecido a supremacia não somente econômica, mas também bélica e política dos EUA que se arrasta até os dias atuais. Para ler algo a respeito deste debate, ver: (SAMPSON, Anthony. *O toque de Midas*, São Paulo, Editora Best Seller, 1989.)

[30] "Entre julho de 1981 e fevereiro de 1982, a produção industrial diminuiu em mais de 10% e a amplitude da recessão de 1980/1982 nos Estados Unidos apareceu, sobretudo, à luz da evolução das taxas de utilização da capacidade de produção instalada, isto é, do acentuamento das capacidades excedentes. Nos início de 1982, as encomendas de bens duráveis firmaram-se na indústria manufatureira dos Estados Unidos em um nível nominal inferior em 7% em relação ao de janeiro de 1981, o que representa uma queda real de mais de 15%. Na *Grã-Bretanha*, acentuada pela política deflacionária do gabinete Thatcher, a queda de produção já se manifestou em 1979, prosseguiu durante 1980 e todo o primeiro semestre de 1981, tendo lugar a falsas esperanças de retomada no segundo semestre de 1981, para se firmar novamente no final de 1981 e no início de 1982. Na *República Federal Alemanha*, a queda da produção começou no início de 1980, praticamente no mesmo momento em que nos EUA, seguiu ao longo dos anos 1980/81 e não foi superada no início de 1982. Em janeiro de 1982, a produção estava abaixo 0,5% em relação a janeiro de 1981 e 1,6% em relação ao fim de 1981. As encomendas internas baixaram 3,4% em um ano e as globais diminuíram 0,8% em relação ao fim de 1981. Os investimentos caíram entre 3% e 4% e apenas as exportações estão em alta, aí incluídas as encomendas provenientes do exterior – alta de 13% em relação ao início de 1981 -, em função da depreciação do marco alemão com relação ao dólar. Na *França* a produção industrial caiu durante praticamente todo o ano de 1980 e no primeiro semestre de 1981, teve uma ligeira retomada no segundo semestre de 1981 e no início de 1982, mas nada indica que ela possa prosseguir ao longo de 1982, apesar dos efeitos da recessão americana. Como o precisa um relatório da INSEE: 'A continuidade da retomada da França para depois da primavera está largamente condicionada a uma clara melhora do nosso contexto internacional'. Ora, 'a perspectiva de uma retomada vigorosa da economia mundial parece pouco provável' (*Le Monde*, 7 e 8 de mar. 1982). O *Japão*, em tudo menos atingido pela recessão que seus principais concorrentes, não conheceu senão uma queda de produção industrial no curso do segundo semestre de 1981. Na *Itália*, a produção industrial caiu a partir do segundo trimestre de 1980, prosseguiu ao longo de 1981 e início de 1982. No *Canadá*, a produção industrial caiu a partir do segundo semestre de 1979 e a recessão se manteve ao longo do ano de 1980. Se a produção aumentou durante o primeiro semestre de 1981, houve enfraquecimento novamente no curso do segundo semestre para continuar este movimento de recessão no curso do primeiro semestre de 1982." MANDEL, Ernest. (1990). *A crise do capital – Os fatos e sua interpretação marxista*, São Paulo, Ensaio/UNICAMP, 1990, pp. 175-176.

ficariam com os cofres vazios, passaram a oferecer 11% e os capitais voltaram para a Europa. Os banqueiros e o governo norte-americano emplacaram com 14%, a Europa respondeu com 16%, a nova resposta foi 17%, os europeus retrucaram com 20% e os norte-americanos bateram o martelo em 21%. O que era alegria para os especuladores internacionais passou a ser tormento para os países endividados. Os juros das dívidas externas eram calculados pelos juros internacionais que deixaram de ser fixos para ser flutuantes, praticamente triplicando até 1981 (tabela 2) e além disso os prazos de pagamentos ficaram mais curtos.

**Tabela 1**

**Taxa de utilização da capacidade de produção da indústria manufatureira nos EUA (em %)**

| | |
|---|---|
| Agosto de 1980 | 72,2 |
| Dezembro de 1980 | 78,1 |
| Agosto de 1981 | 76,0 |
| Setembro de 1981 | 75,3 |
| Outubro de 1981 | 74,1 |
| Novembro de 1981 | 71,1 |
| Dezembro de 1981 | 68,9 |
| Abril de 1982 | 66,4 |

Fontes: números sucessivos da *Business Week* até 31/05/1982.

**Tabela 2**

**Taxa de juros nominal (1976-1982)**

| Ano | Taxa de Juros Nominal |
|---|---|
| 1976 | 6,8 |
| 1977 | 6,8 |
| 1978 | 9,1 |
| 1979 | 12,7 |
| 1980 | 15,2 |
| 1981 | 18,8 |
| 1982 | 10,8 |

Fonte: FMI

Uma conseqüência gravíssima para o México é que o preço do petróleo começou a baixar em 1981, passando de US$ 35,00 para US$ 26,00 o preço do barril. A tentativa de ignorar a baixa durou pouco: a perda de grande parte dos mercados externos obrigou rapidamente a acompanhar a tendência declinante. Os especuladores das Bolsas mexicanas começaram a fugir com seus capitais, colaborando para que o déficit na conta corrente subisse para US$ 13 bilhões em 1981. A dívida externa cresceu US$ 21 bilhões de dólares em 1981, um ano antes da crise.

Em 1982, 37 países quebraram juntos começando pela Polônia em maio e em seguida a Romênia. Além dos juros flutuantes tornarem impossíveis os pagamentos das dívidas externas pelos países de "Terceiro-Mundo", a evasão clandestina de capitais (Tabela 3) só comprometia as finanças públicas desses países, que já eram reféns do sistema produtivo e financeiro internacional, passando inclusive a ter os seus modelos de desenvolvimento econômico submetidos aos interesses dos bancos estrangeiros privados via FMI e Banco Mundial.

**Tabela 3**

**Evasão de capitais dos países de "Terceiro-Mundo"**

| Países | Exportação clandestina de capitais 1976/82 (em milhões de dólares) | Em % da dívida nacional para com os bancos estrangeiros |
|---|---|---|
| Argentina | 17.150 | 80,5 |
| México | 13.488(1) | 54,0(2) |
| Venezuela | 8.454 | 65,4(2) |
| Indonésia | 5.164 | 34,2(2) |
| Egito | 3.944 | 44,3(2) |
| Nigéria | 2.743 | 43,3(2) |
| Índia | 2.132 | 33,3(2) |
| Síria | 1.889 | 96,0(2) |

(1) Fontes mexicanas elevam a cifra para US$ 37 bilhões. (2) Sem a dívida a curto prazo.
Fonte: Erbe, Susanne. "L'évasion dês capitaux dans le pays em développement", *in*: *Intereconomics*, nov.-dez. 1985, tendo como base estatísticas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), FMI e Banco Mundial, apud. MANDEL, Ernest. *A crise do capital – Os fatos e sua interpretação marxista*, São Paulo, Ensaio/Unicamp, 1990, p. 280.

A tabela 3 está longe de estar completa, já que não englobou alguns países como Brasil, Filipinas, Coréia do Sul e Tailândia devido ao fato da evasão de capitais ter sido considerada inexistente enquanto se conhecem exemplos patentes da participação de milionárias famílias das burguesias locais. Esta fraqueza estatística provém do fato de que as cifras citadas são agregadas e não cobrem todos os casos citados, nem a dívida de curto prazo, nem as flutuações das reservas de câmbio.[31] Vale lembrar que as fontes das estatísticas acima são as agências internacionais do próprio capital.

Segundo Juan Carlos Casas, o banco J.P. Morgan estimou em US$ 93 bilhões de dólares o estoque de capitais de mexicanos, o que significava que a sua dívida externa tinha sua contrapartida em depósitos, créditos ou outros destinos em carteira de mexicanos no exterior. Mas era imprescindível fazer uma distinção: quem devia era o governo. Pessoas físicas são, ao contrário, proprietárias desses US$ 93 bilhões e não os repatriariam enquanto o risco mexicano não diminuísse[32]. Foi a enorme evasão de capitais que deflagrou a insolvência declarada mexicana em agosto de 1982[33] e o presidente López Portillo nacionalizou todo o sistema bancário no dia 1° de setembro daquele ano[34], por considerar que era através dos bancos privados que os fundos imigravam e juntos com eles, a reserva monetária do país. Sobre as responsabilidades dos bancos nas crises capitalistas Ernest Mandel afirma:

> "No curso de todo o período aberto pela II Guerra Mundial, houve uma ampliação considerável das operações de crédito e uma extensão não menos espetacular das operações puramente especulativas no quadro do sistema

[31] Idem. p.280.

[32] CASAS, Juan Carlos. *Op. cit.* p.288.

[33] "Em 19 de agosto de 1982, o ministro das Finanças do México, Jeses Silva Herzog, visitou os bancos de Nova York para lhes advertir que seu país não poderia reembolsar suas dívidas lavradas em divisas estrangeiras que venceriam correntemente. Esse fato desencadeou um início de pânico internacional. Negociações difíceis se iniciaram, visando o reescalonamento da dívida externa da América Latina e a bancarrota do sistema internacional de crédito, que havia chegado perto, foi evitada. Houve alguns inadimplentes menores: Bolívia, Zaire e, possivelmente, Peru. Mas os grandes devedores inadimplentes aceitaram as condições draconianas do Fundo Monetário Internacional, o que permitiu um reescalonamento da dívida de acordo com os interesses do capital internacional." (MANDEL, Ernest. *A crise do capital – Os fatos e sua interpretação marxista*, São Paulo, Ensaio/Unicamp, 1990, p. 263-264.)

[34] "Decreta-se a nacionalização dos bancos. A medida contempla a expropriação das instalações, edifícios, ativos, sucursais, agências, oficinas, investimentos, ações ou participações que tenham em outras empresas, valores de sua propriedade e todos as demais propriedades móveis e imóveis das instituições de crédito privadas que sejam outorgadas concessões para a prestação do serviço público bancário e de crédito. O Estado assumirá o pagamento das indenizações correspondentes num prazo de até dez anos, garantindo o pagamento de todos os créditos que tenham a seu cargo as instituições mencionadas. Ademais que se esclareça que não é objeto de expropriação o *Banco Obrero*, o *Banco del Ejército* e os bancos mistos e internacionais." (MARTINEZ, Hilda Sánchez (org.). *Crisis y politica econômica – Una perspectiva instrumental (1978-1982)* , México, D.F., Economia de America Latina Libros del CIDE, 1984, pp. 186-187) [Tradução nossa].

bancário. Essa expansão se manifesta a partir do momento da não-conversibilidade do dólar, ou seja, perto do fim dos anos 60. A especulação visou matérias-primas, ouro, taxas de câmbio das divisas, terras, obras de arte – e se intensificou durante a retomada conjuntural de 1983/85 com operações gigantescas de ofertas de compras públicas (fusão de empresas arquitetadas por intermediários estranhos a elas) envolvendo bilhões de dólares. Nessas condições, dirigentes cada vez menos tradicionais – dizem alguns, francamente à margem da legalidade – aparecem à frente de importantes filiais de bancos, e às vezes até mesmo de matrizes. Ganhos e perdas imprevistas se sucedem, atingindo seriamente a solidez do sistema bancário em seu conjunto. A especulação, corrupção pessoal, crises de solvabilidade nacionais e do sistema bancário se fundem cada vez mais. Uma quantidade impressionante de empréstimos aos países do Terceiro Mundo é desviada, por assim dizer, na fonte para servir aos objetivos particulares de camadas burguesas desses países, que se esforçam por se prevenir da inflação galopante e do risco de crises revolucionárias. A evasão de capitais é alimentada pelos empréstimos estrangeiros e amplia, por sua vez, o déficit da balança de pagamentos, que conduz a um novo *round* de endividamento agravado, cuja espiral aumenta, sempre em benefício das classes dominantes e à custa das massas populares."[35]

A abrupta fuga de capitais do México para outras praças internacionais, revelava a total descrença dos especuladores internacionais. Com a declaração da impossibilidade de pagamento das dívidas nos devidos prazos, as autoridades mexicanas acreditavam que o processo de renegociação seria mais fácil com a retomada do controle do sistema bancário através do processo de estatização porque os credores internacionais teriam um único interlocutor[36], uma vez que somente entre 1981 e 1982, ocorreu uma sangria de US$ 45 bilhões da economia mexicana, fruto da pura e simples fuga de capitais ou pela compra de propriedades nos EUA[37].

A nacionalização dos bancos significou a transferência de ônus privados para o Estado e a preservação dos ativos privados na medida em que a nacionalização não era expropriação mas o pagamento de um "suposto" valor de mercado aos banqueiros. Estes ao receberem suas indenizações, enviaram o dinheiro para o exterior e só retornariam

---

[35] MANDEL, Ernest. *Op. cit.* pp. 279-280.
[36] *Veja*, 08/set/82.
[37] *Veja*, 29/set/82.

mediante a alteração da política monetária, o que significava o aumento da taxa de juros para captação desse montante de dinheiro. Além disso, a estatização aumentou a dívida pública que, com sua rolagem, propiciou o aumento da dependência em relação aos bancos internacionais:

> "Os ex-banqueiros, apesar de perderem todos os processos judiciais com que pretendiam reaver seus ativos, terminaram por fazer excelente negócio, via acordo com o governo, obtendo: 'reserva de 34% das ações dos bancos nacionalizados; prioridade para a compra de ações de suas antigas empresas coligadas; permissão para operar, associado com o capital estrangeiro, nas *Corretoras* e Sociedade de Investimentos'. À medida que a crise avançou e as restrições externas aumentaram, eles (e seus sócios internacionais) passaram a financiar a dívida pública por meio de suas *Corretoras*. A partir de 1986, 90% do montante de operações não-bancárias se canalizavam para esse fim. (...) Esse processo constituiu 'a mais singular *fábrica de milionários* do país. A esse jogo somaram-se também seus sócios, com recursos de capitais fugidos, e vultosas operações de *swaps*[38] com títulos da dívida externa mexicana, recebendo 20% do prêmio sobre o valor destes títulos, com o que realizavam suas 'inversões' no México. Resulta de todo esse processo a elevação desenfreada dos valores dos títulos na Bolsa de Valores, que culminaria com o *crash* de 1987. O desequilíbrio externo, que aumentou desde 1975, e que a partir da alta de juros torna inadimplente a maior parte dos tomadores privados (bancos e empresas, das quais doze grupos privados detinham cerca de 50% da dívida privada), já vinha obrigando o Estado a se endividar ainda mais, externamente, aumentando seus compromissos. Traduzia em bilhões de dólares, essa dívida que era de 34 em 1980 passa para 53 em 1981; em 1982 passaria a 68 bilhões e a 93 bilhões em 1988. O Estado assumiu, assim, o elevadíssimo ônus da desvalorização cambial em cima de "sua" nova dívida, a *estatizada*. Esta, por sua vez, ampliou o volume da dívida pública interna, aumentando sobremodo o débito público."[39]

---

[38] "Permuta" em inglês. Concessão de empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas. O *swap* costuma ser utilizado para antecipar recebimentos em divisas estrangeiras.

[39] CANO, Wilson. *Op. cit.* p.417-418. [Grifos do autor]

Em função da declaração da moratória na América Latina em agosto de 1982[40], os credores temiam que a generalização das insolvências pudesse provocar um colapso do sistema financeiro internacional, tiveram que rever suas taxas de juros para evitar um calote mundial e concederam ao México *bridge loans*[41].

Conseqüentemente, desde 1982 até 1994, títulos da dívida externa mexicana - que continuam tramitando a sua rolagem até hoje - eram negociados entre governos, bancos privados, e especuladores nacionais e internacionais que, com o colapso de 1994 fugiram com seus capitais para realizar suas especulações em outros países. Para reforçar este argumento, François Chesnais afirma:

> "Se as crises de 1982 e 1994 não se parecem, existem entre elas, entretanto, alguns elementos de continuidade. A do inverno de 1994-1995 combina traços resultantes da globalização financeira e de seqüelas diretas e indiretas de 1982. Preparada pela criação, nos anos 60, e o fortalecimento, nos anos 70, do mercado de eurodólares, a globalização financeira tem como ponto de partida, por volta dos anos 80, a liberalização total dos movimentos de capitais decidida pelo governo de Margaret Thatcher como preparação do "Big Bang" da City e a chegada, no mesmo período, de Paul Volcker à direção do Federal Reserve americano. Volcker implementará simultaneamente uma forte deflação, obtida pela baixa dos salários e pela flexibilidade do trabalho e medidas monetárias restritivas; enfim, ele financiará uma política orçamentária 'frouxa', indispensável à concretização dos projetos de Reagan, baseando-se na venda dos bônus do tesouro no mercado obrigatório. Para tornar essa operação atrativa, foi dada a garantia

---

[40] "Enquanto novos empréstimos permitiam refinanciar as dívidas vencidas, os riscos pareciam menores. Mas quando, no final de 1982, após o agosto negro do México, o fluxo de créditos internacionais que se dirigiam para a América Latina caiu de 11,7 bilhões para 0,3 bilhão, todo o edifício econômico do continente ficou abalado. (...) Em 1983, as importações latino-americanas baixaram em 30%, e 20% em 1983, após uma queda de 1% em 1982. O desemprego aumenta, enquanto que os programas sociais públicos são suprimidos ou amputados: a agitação nascida do desespero econômico é um dado essencial dessa perigosa situação"[a]. ROUQUIÉ, Alain. (1992). *O extremo ocidente – Introdução à América Latina*, São Paulo, Edusp, pp.275-276.

[a] "No final de 1982, entretanto, o Brasil tinha duas alternativas: declarar uma completa moratória ou declarar uma moratória do principal e continuar a pagar os juros e os dividendos enquanto negocia com o FMI e os principais credores. A segunda alternativa foi escolhida pelo governo conservador brasileiro e, em janeiro, o Brasil assinou sua carta de intenções para com o FMI". BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, *Desenvolvimento e crise no Brasil – 1930-1983*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 275.

[41] Empréstimo-ponte. Empréstimo internacional de emergência, a curto prazo, feito para que um país possa cobrir necessidades imediatas de pagamento. É sempre vinculado a um empréstimo a prazo maior já contratado e que, ao ser liberado, será usado em parte para pagar o empréstimo-ponte.

de taxas reais positivas de juros aos compradores. A economia 'global', financeirizada e que vive de suas rendas, estava criada".[42]

A crise de superprodução capitalista significou para os países da América Latina o endividamento progressivo. No caso do México, o fato de não ter conseguido pagar integralmente sua dívida externa, fez com que os títulos da dívida pública mexicana fossem negociados na forma de rolagem da dívida de 1982, passando pela crise de 1994/1995, bem como até os dias atuais.

Deste modo, a rolagem da dívida é o elo existente entre estas duas crises. Os fenômenos políticos e econômicos que se sucederam, caminharam na direção de uma intensa abertura comercial e financeira como veremos adiante.

## 1.3. O Plano Baker e o Plano Brady

A decisão de quem seria o candidato do governo na sucessão presidencial dava-se através da prática do *dedazo*, ou seja, o presidente escolhia a dedo o membro do PRI que deveria ser o político na corrida presidencial. A tecnocracia tinha indicado Miguel De la Madrid que venceu e reforçou a guinada à direita que o PRI e o governo vinham assumindo desde López Portillo.

Nem os empréstimos de US$ 5 bilhões dos bancos internacionais em 1983, e US$ 3,8 bilhões em 1984 impediram que o México cumprisse à risca os pagamentos dos juros e amortizações a cada ano. Os juros altos, o terremoto de 1985 e a baixa do petróleo para menos de US$ 10,00 inviabilizaram a salvação imediata da crise. Em 1986, um novo pacote de ajuda financeira voltou a ser feito com considerável participação e pressão do Tesouro norte-americano, que somou US$ 7,7 bilhões. A contrapartida exigida foi que o México deveria reduzir os subsídios, baixar a proteção aduaneira, privatizar empresas, começar a abertura econômica, reduzir o papel do Estado na economia e a aderir ao GATT[43] por imposição do FMI, o que acabou por significar a primeira derrota do *lobby* protecionista da indústria a começar pela eliminação das licenças prévias de importação. No entanto, certas mercadorias continuavam gozando de uma proteção especial, como foi o caso dos automóveis,

[42] CHESNAIS, François. "Um novo tipo de crise financeira no México: defesa e ilustração da ditadura dos mercados", in: *A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo*, Carcanholo, Marcelo D., Carcanholo, Reinaldo A. & Malaguti, Manoel L. (orgs.), São Paulo, Edições Loyola, 1997, p.169-170.
[43] Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade).

computadores e medicamentos. Segundo Paul Krugman: "No México, houve uma drástica liberalização comercial entre 1985 e 1989. A fração de importações sujeita a licenças caiu de mais de 90% para menos de 25%, a tarifa máxima foi reduzida em 3/4 e mesmo a tarifa média caiu para a metade. Acrescentemos a onda de privatizações e temos uma grande reforma econômica."[44]

Na gestão de Miguel de La Madrid verificou-se uma estagnação da atividade econômica: o PIB cresceu 0,2% em média ao ano, enquanto que a demanda interna cresceu 0,3%; o câmbio hiperdesvalorizou-se passando de 26 pesos para 3.000 pesos por dólar; a inflação anualizada chegou a 159% no final de 1987 (Tabela 7); houve contração do crédito e do gasto público em termos reais; encareceram as importações em função da desvalorização da moeda, saltando de US$ 12,22 bilhões para US$ 18,9 bilhões - facilitadas pela adesão ao GATT e às imposições do Plano Baker. Segundo Juan Carlos Casas:

> "Mesmo assim Miguel De La Madrid começou a desfazer-se de empresas estatais, não obstante a oposição da esquerda e dos próprios sindicatos afiliados à CTM, sobretudo o sindicato do petróleo (o que contribuiu para entender o tratamento dado a eles por Salinas de Gortari). As 136 companhias vendidas de um total de aproximadamente 1.150 permitiram entrar para o Tesouro os bem-vindos 790 milhões de dólares. Entre as companhias importantes 'desincorporadas' – como se acostumou dizer no México – estão Azúcar S.A (integrada por dezesseis usinas açucareiras); Aeroméxico (25% reservados para o sindicato de pilotos); 51% da Diesel Nacional; 56% da Mexicana de Cobre (o sindicato de mineiros e metalúrgicos participou na compra). Além disso começou um processo de privatização de muitas outras."[45]

A prolongada crise econômica deteriorou ainda mais a situação política do país e a persistência no trato político do partido promoveu forte cisão interna e a saída em 1987, da corrente nacionalista, liderada por Cuauhtémoc Cárdenas (filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas) que fundou o PRD (Partido da Revolução Democrática). O PRI afastava-se cada vez mais das suas origens camponesas e operárias, dedicando-se às elites, representantes das grandes empresas e do sistema financeiro internacional, tendo

---

[44] KRUGMAN, Paul. *Internacionalismo Pop*, Rio de Janeiro, Campus, 1997, p.137.
[45] CASAS, Juan Carlos. *Op. cit.*, p.291.

em contrapartida, a diminuição de votos ao longo das décadas de 80 e 90 em todas as esferas políticas (legislativo e executivo do âmbito municipal ao federal), tendo como principais derrotas a perda da maioria de 2/3 da Câmara Federal em 1988, a prefeitura da Cidade do México para C. Cárdenas em 1997 e a presidência para Vicente Fox em 2000 como veremos no capítulo 5.

A década de 80 foi marcada pelo fenômeno do crescimento zero da maioria dos países latino-americanos e tornou-se a crise mais profunda desde o pós-guerra mundial neste continente. Conforme os dados estatísticos dos documentos oficiais da própria CEPAL coletados por Adrian Valencia:

> " O PIB da região durante 1981-1985 (0,5%) foi o menor desde o período pós-guerra (1946-1950), chegando a uma taxa média de crescimento de 5,4%. Durante 1982/1983 foi negativa (-1,2 e –2,6 respectivamente). Uma leve recuperação ocorreu durante 1984-1985 chegando em torno de 3,5%, para começar a decrescer nos anos subseqüentes. Em 1987 alcançou 2,6%, e em 1988 sua taxa de crescimento aproximou-se de 0,6%, muito abaixo do nível alcançado em 1981, que foi de 1,5%. Em termos gerais, entre 1982 e 1989, o PIB da América Latina passou de um índice negativo de –1,4% no primeiro ano a um positivo no segundo de apenas 1,1%. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1991 esta taxa foi de 3,2% e em 1992 de 2,6% (0,6% menor que no ano anterior). O produto médio por habitante também se contraiu brutalmente (-8.7% entre 1981-1985). Até 1988 se observou uma certa melhoria deste indicador, porém sem nunca alcançar os níveis de 1980 (3,4%), quando se encontrava acima da taxa de crescimento da população (cerca de 2.7%). Entretanto, no final da década (1989 = -1.0%) o produto foi inferior em mais 8% se comparado ao de 1980."[46]

Desde a moratória de 82, orientados pelo FMI, o Tesouro dos Estados Unidos e o *Federal Reserve* estavam gradualmente concedendo empréstimos aos países latino-americanos. Estes países aplicavam os empréstimos em políticas de austeridade nas suas economias para que se continuassem pagando os juros dos empréstimos. Os bancos privados chegaram a emprestar à América Latina um percentual superior ao seu próprio

[46] VALENCIA, Adrian Sotelo. *México: Dependencia y Modernización*, México, D.F., Ediciones El Caballito, 1993, pp. 36-37. [Tradução nossa]

patrimônio conforme se observa na tabela 4, numa operação de maquiar e/ou inflar seus balanços contábeis, além de empréstimos entre parceiros rentistas (banqueiros), e assim capitalizando-se para poder emprestar com juros flutuantes aos países do "Terceiro-Mundo".

**Tabela 4**

| **Empréstimos aos quatro principais devedores latino-americanos (Brasil, México, Argentina, Venezuela) (em % do capital do próprio dos bancos)** | |
|---|---|
| Manufacturers Hanover Bank (EUA) | 240 |
| Lloyds Bank (Grã-Bretanha) | 228 |
| Midland Bank (Grã-Bretanha) | 213 |
| Chase Manhattan Bank (EUA) | 175 |
| Citicorp (EUA) | 170 |
| Chemical Bank (EUA) | 165 |
| Bankers Trust (EUA) | 150 |
| Bank of America (EUA) | 145 |
| JP Morgan (EUA) | 125 |
| First Chicago (EUA) | 115 |
| Continental Illinois (EUA) | 110 |
| National Westminster (Grã-Bretanha) | 100 |
| Barclays Bank (Grã-Bretanha) | 75 |

Fonte: *Sunday Times*, 03/06/84.

A aceleração da dívida externa chegou a um ponto insustentável em 1985 quando os países endividados começam a ter queda do crescimento econômico e dos investimentos, o que fez com que os bancos credores ficassem relutantes em conceder novos empréstimos. Mesmo com o aumento das exportações para pagar as parcelas dos juros da dívida externa, o endividamento continuava aumentando e com ele inflava também as futuras parcelas a serem pagas, mantendo a dívida numa trajetória ascendente (Tabela 5 e 6).

É neste contexto que o Plano Baker[47] que foi lançado contendo três medidas devidamente articuladas: em primeiro lugar, os países devedores deveriam adotar

[47] O plano tem este nome devido ao secretário do Tesouro dos EUA, James A. Baker III, em outubro de 1985 na reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Seul na Coréia do Sul ter proferido seu discurso

políticas estruturais e macroeconômicas consistentes para promover o crescimento econômico, ajustar o balanço de pagamentos e reduzir a inflação. Para tanto, não se renunciaria às políticas de austeridade de curto prazo (estabilização) e se entendia que a produção deveria ser dinamizada por meio da iniciativa privada, daí a necessidade de uma reforma tributária que encorajaria os investimentos estrangeiros e promover a liberalização do comércio, incluindo aí o corte dos subsídios às exportações. Em segundo lugar, o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o FMI deveriam proporcionar maiores empréstimos para os ajustes econômicos dos países devedores. Os dois primeiros órgãos, destinariam aos 15 países do Plano Baker uma média anual de US$ 9 bilhões durante o período de três anos (1986/1988). Em terceiro lugar: os bancos comerciais deveriam aumentar os empréstimos na ordem de US$ 20 bilhões por um período de três anos.

Havia uma expectativa por parte do governo mexicano que a partir da implantação do projeto liberal sob orientação do Plano Baker, a abertura econômica para os investimentos internacionais propiciariam a chegada de capitais estrangeiros em abundância e, deste modo, isto seria o motor da transformação tecnológica da planta produtiva mexicana para torná-la competitiva. Esperava-se que isso provocaria uma verdadeira "reconversão industrial", como seriam conhecidos depois tais processos. Os empresários nativos fariam o resto, e a economia seguiria sã e competitiva.

Com isso, as 391 empresas públicas em 1970, aumentaram para 1.155 em 1982, já na primeira metade da gestão de Miguel de La Madrid haviam sido vendidas ou tachadas por inviabilidade 172 companhias. No final de 1987 a política protecionista mexicana havia praticamente se desmantelado. A produção protegida passou de 92% em julho de 1985 a 25% em dezembro de 1987, restringindo-se a intervenção estatal nos processos produtivos, a regulação de preços e os subsídios ao consumo e à produção. Aumentava-se a ação estatal somente para impor o aumento de tributos e encargos sociais.

Houve diminuição dos investimentos públicos e restrições de subsídios, inclusive em setores tão estratégicos como o petróleo sob orientações do FMI reiteradas pelo Plano Baker de 1986. Enquanto que em 1982 foram perfurados 1.023 quilômetros

---

"Program for Sustained Growth" (Programa para o Crescimento Sustentado), imediatamente batizado de Plano Baker. Apesar da sua declaração de que sua proposta era dirigida para os "principais países devedores", em seguida o Tesouro estadunidense emitiu uma lista especificando 15 países contemplados com o plano, a maioria deles latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Filipinas, Marrocos, México, Nigéria, Iugoslávia, Peru , Uruguai e Venezuela.

de poços de pesquisa e exploração, este número baixou para 300 em 1989 conforme os próprios dados da PEMEX.[48]

**Tabela 5**

**Principais devedores públicos dos bancos privados**
**(em bilhões de dólares)**

| Países | Final de dezembro/1982 | Março/1984 |
|---|---|---|
| México | 61,5 | 64,0 |
| Brasil | 60,0 | 61,1 |
| França | 80,0 | 53,5(1) |
| Argentina | 24,1 | 24,5 |
| Espanha | 23,0 | 24,0 |
| Venezuela | 22,8 | 22,3 |
| África do Sul | 14,5 | 20,0 |
| Coréia do Sul | 19,0 | 19,5 |
| URSS | 17,0 | 16,9 |
| Bélgica | 8,0 | 15,1(2) |
| Argélia | 15,5 | 15,0(3) |
| China | 10,8 | 11,7 |
| Indonésia | 10,3 | 11,0 |
| Austrália | 13,3 | -- |
| Noruega | 11,4 | -- |
| Grécia | 9,8 | 10,9 |
| Polônia | 13,8 | 10,7 |
| Portugal | 10,0 | 10,3 |
| Filipinas | 8,5 | 9,0 |
| Finlândia | 9,1 | 9,0 |
| Egito | 9,0 | -- |
| RDA | 9,1 | 8,5 |

(1) Esses dados dizem respeito respectivamente a 30 de junho de 1982 e a 31 de março de 1984 e foram citados em debates diante de uma missão de sindicância *ad hoc* de Senado (*Le Monde*, 17/05/84). (2) Dos quais uma parte lavrada em marcos alemães. (3) Desse total mais da metade dos créditos é de origem comercial não-bancária.
Fonte: *Banque dês Règlementes Internationaux de Bâle, Statistiques l'Endettement Extérieur*, primeiro trimestre de 1984, *in*: MANDEL, Ernest. *Op. cit.* p. 262.

[48] PEÑA, Sérgio de La. "México: a crise de 1995 em perspectiva histórica", *in*: *Economia e Sociedade*, No.9, (Revista do Instituto de Economia da UNICAMP), Campinas, dezembro/1997, p.148.

**Tabela 6**

**A aceleração da dívida do Terceiro Mundo[1]**

| | 1970 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Dívida total em bilhões de dólares | 327,0 | 469,0 | 559,0 | 650,0 | 741,0 | 827,0 | 863,0 |
| Da qual aos bancos privados | 161,0 | 240,0 | 276,0 | 326,0 | 379,0 | 460,0 | 469,0 |
| Serviço anual da dívida | 39,8 | 75,4 | 89,6 | 109,3 | 124,1 | 121,3 | 142,9 |
| Em % das exportações | 15,1 | 19,0 | 17,4 | 20,2 | 24,4 | 21,5 | 23,0 |
| Para os principais devedores[2] | 17,0 | 35,7 | 40,0 | 52,0 | 61,6 | 55,1 | 65,7 |

(1) Exceto países do Oriente Médio exportadores de petróleo. (2) Brasil, México, Argentina, Indonésia, Coréia do Sul, Venezuela e Filipinas.
Fonte: OCDE.

Se de um lado, havia vantagens para o setor exportador devido à contração salarial e a tendência a subvalorização do peso que prevaleceu no período, que baixava o preço em dólares dos insumos nacionais, por outro lado, encareciam as importações de insumos básicos essenciais à modernização da indústria bem como ao seu consumo dos manufaturados estrangeiros. No entanto, até 1982, 95% das importações requeriam licença prévia, o que acabava estimulando a produção interna. Com a adesão mexicana ao GATT, apenas 6% das importações precisavam de licença prévia.[49]

A desvalorização do câmbio aplicada diariamente em 1987 ajudava a conter o desequilíbrio externo, ao mesmo tempo agudizava ainda mais o peso financeiro sobre o gasto público, só em parte evitado pelo aumento da receita fiscal petroleira (em moeda nacional). Para combater a inflação foi firmado o Pacto de Solidariedade Econômica e Social, selado em dezembro do mesmo ano, inspirado nos Pactos de Moncloa[50]. Os

[49] CASAS, Juan Carlos, *Op. cit.* p.306.

[50] Pactos espanhóis firmados em outubro de 1977, cujos principais artífices dos acordos foram o líder direitista Adolfo Suárez e o dirigente socialista Felipe González, que permitiram a transição pelo alto da ditadura do general Francisco Franco, morto em novembro de 1975. Com a morte do ditador, foram realizadas em junho de 1977, as primeiras eleições livres desde a Guerra Civil (1936-1939), os pactos de Moncloa foram aprovados pelo Congresso de Deputados em outubro do mesmo ano, com apenas um único voto contra, quando a transição já havia sido completada, com a eleição, quatro meses antes. Os principais pontos dos pactos foram: 1) política monetária rígida (juros altos); 2) política fiscal igualmente apertada; 3) adoção do câmbio flutuante e desvalorização da peseta, para facilitar as exportações,

signatários do Pacto eram três: os Trabalhadores da Central Operária (CTM), os empresários no Conselho Coordenador Empresário (CCE) e o governo. O pacto consistia em: congelamento de todos os preços de uma longa lista de produtos, do trabalho (salários), dos serviços públicos e das taxas de câmbio. A exceção foi o não congelamento a taxa de juros que foi liberada para fomentar a poupança e para frear a fuga de capitais. Deve-se imputar a autoria do pacto a Pedro Aspe da Secretaria da Programação que substituía Carlos Salinas, já designado candidato presidencial. Posteriormente na administração Salinas, Pedro Aspe viria a assumir a Secretaria da Fazenda e Crédito Público.

Como o Plano Baker não apresentou nenhuma proposta de redução literal da dívida externa, porque ele foi firmado com o propósito de fazer crescer a economia dos "países endividados" para a continuação dos pagamentos dos serviços da dívida, passados três anos, o que se verificou nestes países foi que a inflação aumentou, enquanto que a renda *per capita* declinou ou estagnou. Enquanto os dividendos dos investimentos canalizaram para os pagamentos dos juros da própria dívida estes países entraram numa estagflação. Estes países necessitavam de uma redução do montante de suas dívidas, ao contrário, o plano ofereceu uma expansão da mesma, o que agravou a crise inclusive pelo lado dos credores devido ao receio de um novo calote. Se por um lado, o Plano Baker apresentou uma maior liquidez em termos de empréstimos para os países devedores, por outro lado, as políticas macroeconômicas significaram retração econômica e a conseqüente insolvência perante os credores.Segundo Paulo Sandroni:

---

melhorando o resultado das contas externas; 4) as centrais sindicais concordaram com moderação nos reajustes salariais. Quanto aos resultados práticos, a inflação despencou de 44% ao ano, em julho de 77, para 17% um ano depois, mas os trabalhadores tiveram um rebaixamento no seu padrão de consumo. "Os pactos de Moncloa, assinados em 21 de outubro de 1977, foram absolutamente decisivos, do ponto de vista político, para viabilizar o enraizamento democrático na Espanha. Fazia-se uma primeira experiência de 'ruptura concertada' responsável pelo sucesso da Constituinte espanhola de 1978. porém sua eficácia econômica foi muito limitada e rapidamente abandonada sem que tivesse cumprido nenhuma das cláusulas "sociais" do pacto. Mas o mais importante está no fato de que dos seis grandes pactos assinados a partir de Moncloa (o próprio Moncloa, e mais cinco, que dada a extensão e desimportância – para nossos objetivos – dos nomes completos, permitimo-nos identificá-los apenas por suas siglas: D.L. Abril, AMI, ANE, AI e AES), apenas dois o foram depois da posse de González, e um deles, *El Acuerdo Interconfederal* (AI, 1983), não contou com a participação do governo. Resumindo o ponto, durante os doze anos de governo social-liberal, só houve de fato um acordo tripartite apoiado pelo governo, o *Acuerdo Economico y Social* assinado em 1985, mas que foi na prática uma resposta emergencial à intensificação dos conflitos sindicais e à ruptura das relações entre o PSOE e sua Central Sindical, a UGT, iniciada e 1984, por divergirem sobre a abrangência que deveria ter a seguridade social espanhola. Na verdade, como reconheceria mais tarde o primeiro-ministro de economia de González, Miguel Boyer, a política sócio-econômica de González 'foi uma continuação do governo conservador de Calvo Sotelo', e teve um único objetivo permanente: 'Controlar a inflação a qualquer preço. Com os instrumentos da moderação salarial, de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros e com redução de déficit público, fundamentalmente através da limitação dos gastos." (FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis-RJ, 1997, p.50.)

"Se os bancos relutavam em emprestar dinheiro nestas condições e o FMI transformava-se num absorvedor líquido de recursos (na medida em que as dívidas contraídas nos anos anteriores tinham de ser pagas), outros acontecimentos ameaçavam os fundamentos do Plano Baker. Em fevereiro de 1987, depois de desarranjo provocado pelo Plano Cruzado, o Brasil declarou a suspensão unilateral dos pagamentos de sua dívida. Em maio do mesmo ano, ocorreu outro 'choque', quando o Citybank decidiu formar reservas de 3 bilhões de dólares para compensar sua *exposure* em relação aos países devedores. Enquanto isso, os títulos das dívidas dos países em desenvolvimento no mercado secundário continuavam a despencar. Em setembro de 1987, o secretário Baker revisou seu plano, apresentando um 'menu de opções' e acomodando o desejo de alguns bancos de permanecer fora dos pacotes que demandavam dinheiro novo, com a introdução de bônus de saída. Em dezembro daquele ano, o México e o Morgan Guaranty Trust Co. concordaram em leiloar parte da dívida mexicana com um desconto. O Tesouro norte-americano saudou a idéia, assim decretando a falência do Plano Baker."[51]

A partir de 1989 com o Plano Brady[52], os "países endividados" puderam emitir títulos para garantir que as dívidas fossem renegociadas. Para tanto, tiveram que adotar

---

[51] SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*, São Paulo, Círculo do Livro, 1994, pp. 265-266.

[52] "Diante do fracasso do Plano Baker, os credores se convenceram de que não seria possível ou viável receber a dívida de acordo com os contratos assinados pelos países devedores. As condições eram leoninas, para não dizer escorchantes. Em 1989, o novo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, com uma simples frase apresentou o ponto central de uma nova estratégia: '... o caminho para a valorização dos créditos e o retorno ao mercado de muitos países devedores passa por uma redução da dívida'. Era finalmente o reconhecimento de que o cumprimento dos contratos exigiria dos países devedores políticas econômicas tão duras que a própria governabilidade corria grandes riscos. E nada garantia que o problema da dívida seria solucionado. É interessante lembrar que em 1985 Fidel Castro iniciara uma campanha pelo não pagamento da dívida, cuja repercussão, embora limitada, poderia ser o estopim de uma rebelião de devedores. Ao mesmo tempo Alan García, na época presidente do Peru, diante da absoluta falta de recursos para pagar seus compromissos externos, vinculou as parcelas e os juros da dívida a uma certa porcentagem das exportações peruanas, rompendo na prática com o que estava escrito nos contratos. Não existe coisa mais terrível para a estabilidade do sistema financeiro internacional do que uma ação coordenada de devedores renegando uma dívida. Mesmo que não passem de bravatas, declarações com esse teor são suficientes para perturbar as coisas durante um bom tempo. Mas, com ou sem bravatas, o fato concreto é que os países endividados não podiam pagar suas dívidas. Para um sistema financeiro que a cada dia se globalizava exigindo fluidez de recursos em todos os seus poros, a continuidade dessa situação era intolerável. Não é, portanto, coincidência que a iniciativa tenha partido de outro secretário do Tesouro do país mais poderoso do mundo e mais interessado na estabilidade do mercado financeiro internacional. A 'adesão' do FMI, do Banco Mundial e dos japoneses com suas imensas reservas financeiras, embora previsível e lógica, deu à proposta de Nicholas Brady maior consistência e viabilidade. As diretrizes do Plano Brady, embora insistindo em políticas orientadas para o crescimento econômico, tocavam em dois pontos cruciais: alongavam os prazos de pagamentos das

as políticas econômicas do FMI e do Banco Mundial que determinavam que as economias dos países endividados deveriam ser orientadas para o crescimento, encorajando o fluxo de investimentos externos diretos (IEDs), fortalecer a poupança interna e promoção do retorno de capitais depositados no exterior. O ponto de semelhança de todos os modelos econômicos aplicados na década de 80, reside no fato de que estes planos de austeridade significavam: arrocho salarial, estagnação econômica, inflação, desemprego e o conseqüente avanço da precarização laboral nos países "beneficiários". Enfim, um saldo social de miséria para milhões de trabalhadores do continente que configuraram a assim chamada "década perdida".

O ônus da dívida externa refletia-se, dentre outros problemas, no agravamento da inflação dos países latino-americanos ( Tabelas 7, 8 ,9 e 10) uma vez que, para o pagamento em dia de seus juros, era necessário o aumento dos impostos, dos combustíveis, da diminuição dos subsídios, entre outros.

Conforme a tabela 7, com exceção do ano de 1986, a inflação latino-americana sempre se manteve ascendente. Os casos mais dramáticos aconteceram no ano de 1989: a Argentina com 4.923%, o Peru com 2.775% e o Brasil com 1.764%. Para conduzir a "modernização" e a "reestruturação produtiva" destes países, era *conditio sine qua non* que estas economias tivessem resolvido o problema crônico da espiral inflacionária que conduzia à super e hiperinflação como foi o caso boliviano com o Plano Sachs aplicado em 1986. Diante dos diferentes planos econômicos aplicados para baixar a inflação, o México não ficou de fora. Na avaliação de Paulo Sandroni a adesão dos principais países latino-americanos ao Plano Brady foi de suma importância para o novo tratamento da dívida externa pois: "(...) basta dizer que o México (em 1989), a Argentina (em 1991) e o Brasil (em 1994) somente conseguiram lançar seus planos de estabilização – Plano Azteca, Plano Cavallo e Plano Real – depois que as respectivas renegociações das dívidas fossem coroadas de êxito."[53]

As diferenças nacionais internas no que se refere ao padrão histórico e graus diferenciados de industrialização – em termos decrescentes de pujança industrial: Brasil, México, Argentina e Chile – em função do comprometimento e asfixia impostos pelos

---

dívidas e propunham uma discreta baixa nas taxas de juros. Essas medidas permitiriam que pelo menos 39 países devedores reduzissem seu débito bancário em 20% em três anos se aderissem ao plano. Embora tal redução não fosse muito significativa, abriu o caminho para que banqueiros e devedores redefinissem os termos de suas dívidas diretamente de negociações. Essa flexibilidade permitiu que ocorressem reduções adicionais significativas nas taxas de juros e uma ampliação considerável dos prazos de pagamento." (SANDRONI, Paulo.. *Traduzindo o economês – Para entender a economia brasileira na época da globalização*, São Paulo, Editora Best Seller, 2000, pp.142-144).

[53] Idem, p.144.

juros da dívida externa na década de 80, confinaram a América Latina a uma posição marginal tanto nos fluxos de comércio e de investimento. O intenso esforço exportador latino-americano ocorrido nos anos 80 sobretudo na segunda metade, concentraram-se sobretudo nas *commodities* agrícolas, com exceção do México (metal-mecânica e eletrônica) Brasil – país que têm a maior diversificação na economia dos países latino-americanos. Segundo Carlos Aguiar Medeiros:

> "desde o final de 80 e até 1994, o México detinha liderança regional na captação de IDE [investimento direto externo] e nos investimentos privados na indústria. O boom exportador mexicano, a sua afirmação como 'plataforma de exportações manufatureiras', deve-se essencialmente às grandes montadoras de veículos americanos em seu esforço de ampliação do *market share* no mercado dos EUA e à indústria maquiladora, especialmente concentrada na produção de máquinas elétricas, equipamentos eletrônicos, produtos têxteis e de couro. Metade das empresas maquiladoras são americanas e se beneficiam de tratamento tarifário especial pela montagem de produtos com componentes produzidos nos EUA. A contrapartida do *drive* exportador mexicano foi uma superior penetração de importações. A contribuição das empresas transnacionais ao déficit comercial do setor privado atingiu a cerca de 30% nos anos 90. Desde 1985 e até 1994 o peso mexicano esteve valorizado. Esta taxa de câmbio favoreceu especialmente as empresas maquiladoras que viram sua participação nas exportações totais mexicanas passar de 15% em 1980, para 41% em 1994. Como o seu componente importado é muito elevado, o valor agregado tem sido declinante em relação ao acréscimo do valor da produção."[54]

O primeiro acordo da dívida externa do Plano Brady com o México, foi assinado em fevereiro de 1990. No final do ano, a declaração de guerra contra o Iraque fez com que o preço mundial do petróleo se elevasse, o que não foi um mal negócio para o México que era um dos maiores produtores e exportadores mundiais fazendo com que a arrecadação se elevasse, diminuindo o fardo do pagamentos de juros da dívida. Mesmo assim, a posição que a economia mexicana ocupava na divisão internacional do trabalho, era a de um país subsumido e endividado – até aí se assemelha aos demais

[54] MEDEIROS, Carlos Aguiar. "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina", *in*: *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*, TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. , Petrópolis, Vozes, 1997, 5ª. edição, p. 334-335.

países latino-americanos – cuja particularidade fundamental, residia na busca de uma maior aproximação com os EUA, ampliando assim as indústrias *maquiladoras*[55] e convertendo o México numa economia dependente de IEDs e de insumos estratégicos como metálicos, maquinaria e equipamentos em geral.

**Tabela 7**
**Taxas de inflação, países selecionados, 1985-90**
**(% por ano, dezembro-dezembro).**

| País | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990[a] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Argentina | 385 | 82 | 175 | 388 | 4924 | 1833 |
| Brasil | 228 | 58 | 366 | 993 | 1765 | 2360 |
| Equador | 24 | 27 | 33 | 86 | 54 | 48 |
| México | 64 | 106 | 159 | 52 | 20 | 30 |
| Nicarágua | 334 | 747 | 1347 | 33603 | 1690 | 8500 |
| Peru | 158 | 63 | 115 | 1723 | 2777 | 8292 |
| Uruguai | 83 | 76 | 57 | 69 | 89 | 130 |
| Venezuela | 6 | 12 | 40 | 36 | 81 | 32 |

a Preliminar
Fonte: CEPAL. *Preliminary overview of the economy of Latin America and Carribbean* (New York, ECLAC, 1991).

[55] "As maquiladoras ou maquilas designam usinas de subcontratação, filiais de multinacionais que podem se beneficiar de custos salariais bastante baixos, da isenção de taxas fronteiriças e da proximidade com os Estados Unidos para onde a produção é exportada em seguida. Em 1996, haviam 719 *maquiladoras* cadastradas em 25 parques industriais. A cidade de Tijuana foi apelidada de "Tivijuana" em função de sua especialidade em televisores Sansung, Sony, Hyundai e Sanyo. Em 1998, as *maquiladoras* exportaram em mercadorias o equivalente a US$ 55 bilhões, mas 97,3% dos componentes para a montagem final provinham de importações." (HABEL, Janete. "Entre o México e os Estados Unidos, Mais Que Uma Fronteira", *in*: *Revista Brasil Revolucionário*, No.27, jul/ago/set/2000, pp. 53-56.) "As *maquiladoras*, existem no México desde 1965 através do Programa de Industrialização Fronteiriça. Pelo menos 48 das 500 empresas mencionadas pela revista *Fortune*, tinham *maquiladoras* no México em 1978, assim como três das empresas maiores do Japão e quatro das principais corporações européias. Em meados de 1983, existiam cerca de 600 desta empresas que empregavam cerca de 140.000 funcionários. Enquanto que as empresas norte-americanas controlavam 90% do total das operações destas empresas." (Ver GRUNVALD, Joseph. "Internacionalización de la industria: Los vínculos entre México y Estados Unidos, *in*: Reestructuración industrial – Maquiladoras en la frontera México-Estados Unidos, Carrillo, Jorge (org.), México, D.F., Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1989, pp.67-75.) [Tradução nossa] "(...) Ela decorre tanto das concessões tarifárias que os EUA fizeram ao México e à América Central, estabelecendo determinadas condições de origem, como de legislação específica feita pelo México. De início se previa apenas a montagem de produtos e sua reexportação, mas posteriormente essa atividade foi ampliada com a inclusão de processos de transformação e de reparação. Suas vendas para o mercado interno se restringiam a produtos para substituir importações, mediante autorização especial. Seu incentivo básico é a isenção temporária de imposto de importação sobre insumos (6 meses) e bens de capital (o tempo de operação, em anos, da empresa); isenção do IVA para exportações (inclusive para as empresas mexicanas fornecedoras de insumos para as *maquiladoras*), do imposto sobre ativos e a isenção do IVA para exportações (inclusive para as empresas mexicanas fornecedoras de insumos aduaneira, nos EUA, do valor dos componentes norte-americano contidos nos produtos importados por esse país." CANO, Wilson. *Op. cit.* pp.413-414.

**Tabela 8**

**Taxas de inflação por decênio***

| País | 1960/69 | 1970/79 | 1980/89 |
|---|---|---|---|
| Argentina | 686% | 467.451% | 338.941.150% |
| Bolívia | 84% | 337% | 6.453.325% |
| Brasil | 4240% | 1.332% | 40.102.563% |
| México | 30% | 294% | 14.929% |
| Peru | 152% | 949% | 10.680.000% |

* Calculadas por SALAMA, P. & VALIER J. a partir de dados disponíveis em BRUNO, M.; DI TELLA, G.; DORNBUSC, R.; FISCHER, S. (coord.) *Inflação e estabilização*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1988; CARDOSO, E. "Hiperinflação na América Latina". *Revista de Economia Política*, jul/set., 1989; Relatórios da Cepal e dos Bancos Centrais.

**Tabela 9**

**Taxas anuais de inflação***

| Ano | Argentina | Brasil | Bolívia | México | Peru |
|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 87,6% | 110,2% | 47,2% | 29,8% | 59,7% |
| 1981 | 131,3% | 95,2% | 32,2% | 28,7% | 72,7% |
| 1982 | 209,7% | 99,7% | 123,5% | 98,8% | 72,9% |
| 1983 | 433,7% | 211,0% | 275,6% | 80,8% | 125,1% |
| 1984 | 688,0% | 233,8% | 1.281,4% | 59,2% | 111,5% |
| 1985 | 385,4% | 224,4% | 11.749,6% | 63,7% | 163,0% |
| 1986 | 81,9% | 62,4% | 62,0% | 105,7% | 63,0% |
| 1987 | 176,0% | 366,0% | 10,5% | 159,2% | 114,5% |
| 1988 | 390,0% | 933,6% | 21,5% | 51,0% | 1.723,0% |
| 1989 | 4923,0% | 1.764,0% | 14,0% | 20,0% | 2.775,0% |

* Idem.

**Tabela 10**
**Taxas de inflação, países latino-americanos, 1960-89 (% por ano).**

| | 1960-1969 | 1970-1979 | 1980-1985 | 1986-1989 |
|---|---|---|---|---|
| **Países com inflação elevada** | | | | |
| Argentina | 22,9 | 132,8 | 335,5 | 1392,1 |
| Bolívia | 6,3 | 15,9 | 2.251,5 | 28,7 |
| Brasil | 45,8 | 30,5 | 142,0 | 795,6 |
| Chile | 25,1 | 174,0 | 23,8 | 18,3 |
| Peru | 9,8 | 26,5 | 97,3 | 1.169,2 |
| Uruguai | 50,1 | 59,3 | 48,9 | 73,0 |
| Média Ponderada* | 36,6 | 53,7 | 224,0 | 844,8 |
| **Países com inflação média** | | | | |
| Colômbia | 11,2 | 19,3 | 23,1 | 24,8 |
| Costa Rica | 2,0 | 10,4 | 34,2 | 16,8 |
| Equador | 4,2 | 11,9 | 25,6 | 49,9 |
| México | 2,7 | 14,7 | 56,4 | 84,1 |
| Paraguai | 4,3 | 11,1 | 17,0 | 25,4 |
| Média ponderada* | 4,7 | 15,3 | 45,1 | 63,5 |
| **Países com inflação baixa** | | | | |
| República Dominicana | 1,3 | 9,2 | 16,9 | 32,6 |
| El Salvador | 0,4 | 9,4 | 15,2 | 22,9 |
| Guatemala | 0,5 | 8,9 | 8,2 | 16,7 |
| Haiti | 2,2 | 9,2 | 10,6 | 0,9 |
| Honduras | 1,9 | 6,6 | 8,8 | 6,0 |
| Panamá | 1,0 | 6,0 | 5,0 | 0,4 |
| Venezuela | 1,1 | 6,6 | 12,9 | 42,3 |
| Média Ponderada* | 1,1 | 7,9 | 11,9 | 24,0 |

* O peso atribuído a cada país reflete sua participação na população do grupo correspondente.
Fonte: FMI.

O mercado secundário intensificou-se sobretudo a partir dos Planos Baker e Brady, onde os credores trocavam entre si os papéis das dívidas. O objetivo era diversificar as carteiras dos devedores, convertendo os empréstimos bancários e outros títulos em *securities*[56] para a venda a investidores que passaram a ser os novos credores dessa dívida. Por exemplo, se um banco tivesse muito para receber do México, trocava parte dos papéis por títulos brasileiros. Os investidores que compravam esses papéis por um preço menor do que o preço nominal (aquele estampado no papel) estavam apostando no sucesso do devedor. Quem vendia, inferia que o devedor não honraria seus compromissos, portanto entre perder tudo ou perder uma parcela, ele optava pela segunda alternativa. Os títulos oferecidos no mercado podiam ser comprados por investidores não-bancários – pois as dívidas até então tinham sido contraídas com os bancos estatais e privados – que passou a ser a forma que alguns países latino-americanos adotaram para renegociar parte de suas dívidas externas. Nova Iorque e Londres passaram a ser as principais praças de compra e venda desses papéis, passando a ser uma opção rentável de investimento. Segundo Susan Strange:

> "A segunda crise da dívida mexicana, em 1994-1995, não tinha entre os credores os bancos estrangeiros. Estes haviam aprendido uma lição, desde que a operação de resgate organizada pelo presidente Reagan em 1983 utilizou-se da ameaça de ruína para forçar os principais bancos credores (norte-americanos e estrangeiros) a contribuir inclusive no pacote de resgate de emergência. Posteriormente foram pressionados para aceitar as condições do Plano Brady, lançado em 1989 e negociado inicialmente com o México. Este Plano teve êxito ali onde anteriormente tinha fracassado o Plano Baker, lançado em 1985. Com efeito, o plano persuadiu aos bancos para reduzirem suas perdas renunciando aproximadamente a um terço de seus lucros. Em troca, adquiriram bônus Brady respaldados pelo governo norte-americano, o Banco Mundial e o FMI (cada um com US$ 12 bilhões), e pelo Japan Import-Export Bank, que contribuiu os outros US$ 10 bilhões. Ao longo dos sete anos seguintes, vinte e seis países firmaram os acordos Brady. Engenhosamente os bancos haviam sido ajudados com dinheiro público. Assim, desencadeou-se uma recuperação do valor da dívida no mercado secundário, o qual enriqueceu

[56] Termo originário da palavra inglesa *security* (segurança) que significa o processo de transformação de uma dívida com determinado banco credor em dívida com compradores de títulos emitidos por esse banco.

consideravelmente os bancos em relação a sua situação em relação ao início de 1989."[57]

O México como os demais países latino-americanos endividados, na lógica das contradições do mercado capitalista, para amortizar suas dívidas em dólares tinha que aumentar suas exportações e reduzir as importações, o que criava problemas inexoráveis. Primeiro: para pagar os juros da dívida externa, os países da América Latina necessitavam de dólares e para obtê-los era necessário a prática da exportação. Isto quer dizer que a produção não visa atender o mercado interno. Segundo: as principais exportações eram *commodities* agrárias, cujos preços são definidos no mercado internacional e conseqüentemente eram mais baratos do que as mercadorias industrializadas dos países centrais, obrigando uma desvalorização do câmbio interno para que se estimulassem as exportações. Com o câmbio desvalorizado, a possibilidade de importação de bens de produção ficou mais cara e prejudicada. Terceiro: sem dólares, os latino-americanos não tinham capacidade de comprar as mercadorias do EUA e isto significou uma grande contração das exportações estadunidenses para a região.

Para Hollist, os EUA tinham necessidade de aumentar as exportações e diminuir suas importações inclusive para diminuir seu desequilíbrio, inclusive aquele com o Japão. Além disso, o crescente envolvimento dos bancos comerciais japoneses na dívida externa latino-americana que em 1988 possuíam US$ 45,5 bilhões emprestados sobretudo no Plano Brady – mais do que o dobro que possuíam em 1982 – visava retomar às nações da região retomar sua função tradicional de maior mercado dos EUA, além de contribuir para a diminuição do seu déficit comercial.[58]

A crise de 1982, muito mais do que os efeitos dos juros que se elevaram nas praças financeiras estadunidenses e européias, foi o reflexo da crise de superprodução dos países capitalistas centrais que encontraram na especulação, uma saída imediata e mais rentável do que circuito produtivo. Para a economia mexicana e latino-americana em geral, a disputa imperialista dos juros altos provocaram um endividamento de tal modo, que sequer os juros da dívida tornaram-se impagáveis, daí a moratória mexicana

---

[57] STRANGE, Susan. *Dinero Loco – El descontrol del sistema financiero global*, Barcelona, Paidós Estado y Sociedad, 1999, p. 122.

[58] HOLLIST, W.L. "Reducing bilateral tensions between United States and Japan: Multilateral Cooperation in the Americas and Beyond", *in: Journal of Internacional Political Economy*, Vol.1, n.1.1996, pp.61-63" apud MEDEIROS, Carlos Aguiar. *Op. cit.* p. 305.

e conseqüentemente o Plano Baker e o Plano Brady, o que nem por isso resolveu a situação econômica do país. Muito pelo contrário, iniciou-se o processo de abertura econômica de cunho liberal desde a gestão de Miguel De La Madrid, a partir do processo de privatizações, redução do papel do Estado na economia e adesão ao GATT que só comprometeram a situação interna e criaram um ambiente propício às novas proposituras do governo que viria a seguir.

# 2. A ERA DO GOVERNO SALINAS

*A democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia.*

Noam Chomsky

*Não há nada mais tirânico do que um governo que pretende ser paternal.*

Napoleão Bonaparte

*Não são as eleições que fazem uma democracia. É a apuração.*

Tom Stoppard, teatrólogo ingles

## 2.1. O Consenso de Washington e a administração Bush

As decisões da política-econômica do governo estadunidense, no início e no final da década de 70, no que se refere à suspensão da paridade do dólar e a adoção de um sistema de taxas de câmbio flexível empurrou o mundo para uma era de estagnação e endividamento. A decisão de mudança de rumo do final dos anos 80, em aumentar suas taxas de juros e revalorização do dólar, gerou nos demais países desequilíbrios generalizados no balanço de pagamentos, nova recessão mundial e um choque quádruplo sobre a periferia incluída a América Latina: 1) multiplicação da dívida externa; 2) diminuição do preço das nossas *commodities*; 3) aumento do preço da energia; 4) moratória mexicana.[59]

Depois de dois mandatos de Ronald Reagan (1981-1989) tendo como vice-presidente George Bush, nas eleições de 1988, os republicanos conseguiram eleger Bush (1989-1993) que assumiu o cargo no dia 20 de janeiro de 1989. Com o novo presidente, as relações interamericanas adquirem um novo dinamismo, ao contrário daqueles que imaginavam que a transição do Leste Europeu concentraria o foco quase que exclusivo. A invasão do Panamá, condenada pela maioria dos países, parecia dar continuidade à orientação predominante durante os anos Reagan, ou seja, direcionada no intervencionismo militar na América Central e no Caribe. Claro que na Nicarágua, a derrota dos sandinistas nas eleições de 1990 para Violeta Chamorro, escamoteavam a

[59] FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Petrópolis, Vozes, 1997, 3ª. edição, p. 149.

tese intervencionista, afinal de contas, Chamorro obteve US$ 100 milhões da CIA para fazer sua campanha política. Se até o final da década de 70, a América Latina estava infestada de regimes militares, testas de ferro dos EUA e isto promovia uma certa simpatia de parcelas cada vez maiores das pessoas com a causa socialista, Jimmy Carter afirmou com muita propriedade que "a melhor forma de derrotar o comunismo é a democracia". Com exceção de Cuba – um antigo desafeto ianque –, a América Latina apresentou nos início dos anos 90 uma paisagem política de exaltação dos valores burgueses: a democracia representativa e a economia de mercado.

Em novembro de 1989, foi realizado um encontro em Washington, convocado pela entidade privada *Institute for Internacional Economics*, no qual estiveram presentes diversos especialistas em assuntos latino-americanos do governo estadunidense, FMI, Banco Mundial e BID e economistas latino-americanos. Sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* (Ajuste latino-americano: O que têm acontecido?), o objetivo do encontro era proceder a uma apreciação das reformas econômicas realizadas nos países da região até então, que pareciam predestinadas a conviver com inflação alta. A avaliação por estes membros foi positiva, uma vez que registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas realizadas e/ou iniciadas na América Latina, com exceção até aquele momento do Brasil e do Peru. Embora de formato acadêmico e sem caráter deliberativo, as conclusões dessa reunião passariam a ser conhecidas, através de uma publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America* (Para Chegar ao Crescimento Econômico Latino-Americano) ou "Consenso de Washington".

John Williamson, economista inglês e diretor do instituto, foi quem batizou este encontro como o Consenso de Washington. Posteriormente se arrependeu de ter cunhado esta expressão, pois garantiu que não imaginava o "caráter demoníaco" que a expressão tomaria. Aquilo que, segundo Williamson, seria um consenso, acabou sendo encarado como um conjunto de imposições que colocariam em xeque a soberania de países da América Latina[60]. A reunião da época deixou de citar nas questões sociais, não

[60] As conclusões daquele encontro que podem ser resumidas no seguinte decálogo: 1) disciplina fiscal, através da qual o estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público, fiscalização dos gastos públicos, fim das obras faraônicas e reestruturação do sistema previdenciário; 2) priorização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de

por omissão mas, segundo os participantes, porque não houve um consenso sobre tal assunto. Williamson acreditava que após cinco anos, o assunto havia evoluído o suficiente e que, no caso de um novo "consenso", seria possível abordar a questão e inserir um décimo primeiro item relativo a um programa de combate à miséria[61], o que até hoje não aconteceu.

As formulações do Consenso de Washington não foram nada inovadoras, simplesmente tratou de consubstanciar teoricamente o modelo neoliberal implantado internamente nos EUA desde a administração Reagan que, através das entidades internacionais oficiais – FMI, GATT, BID e outros – deveria ser absorvido pelos empresários e intelectuais latino-americanos sendo que os dez itens do receituário passariam a fazer do discurso e da prática como sinônimo de "modernidade", dado o anacronismo em que se encontravam nossas estruturas econômicas e políticas até aquele momento. Se ao término da década de 80, a região continuava com estagflação, sobrecarregado com a dívida externa, marcada pela maior desigualdade de distribuição de renda do mundo e falta de confiança demonstrada pelos credores externos, portanto, para a realização das tarefas neoliberais nos diferentes países, era necessário que sua classe dominante interna abandonasse quaisquer resquícios do estatismo cepalino, alinhando-se ao ideário neoliberal.

No *establishment* mexicano esta guinada foi notória. Salinas por exemplo, numa série de quatro artigos pouco conhecidos, publicados no jornal *Excelsior* em 1981, quando então era apenas um jovem promissor economista do governo de López Portillo, criticou duramente um livro recém-lançado na época do economista Luis Pazos que defendia a abertura do mercado e afirmou que as posições individualistas e livre-cambistas de Pazos, se aplicadas conduziriam o México ao fascismo.[62] Na sua campanha presidencial sequer mencionava as propostas liberalizantes que veio a aplicar durante a sua gestão. Segundo Batista Jr:

> "Contribuiria para a pronta aceitação do diagnóstico e da proposta neoliberal – dessa visão economicista dos problemas latino-americanos – a existência

---

restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) propriedade intelectual.

[61] ver artigo: "Consenso de Washington entra em fase de revisão cinco anos depois"in: *O Estado de São Paulo*. 28/ago/1994.

[62] OPPENHEIMER, Andres. *En la frontera del caos*, Buenos Aires, Javier Vergara Editor s.a., 1996, p. 37.

de um grande número de economistas e cientistas políticos formados em universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, onde passara a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. Alguns desses economistas seriam chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem, do que são exemplos Salinas de Gortari no México e Domingo Cavallo na Argentina."[63]

Passados poucos mais de três anos, em janeiro de 1993, *Institute for Internacional Economics*, promoveu uma nova reunião internacional cujo tema foi: *The Political Economy of Policy Reform* (A Política-Econômica da Reforma Política), congregando cerca de cem especialistas do todo o mundo para discutir um documento escrito por John Williamson intitulado: *Search of a Manual for Technopols* (Pesquisa de um Manual para Technopols). Dessa vez, além da América Latina, estavam presentes representantes de países da Ásia e África. *Technopols* foi um apelido dado por Williamson àqueles economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* (tendência dominante) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda política do Consenso, como foi o caso, de Pedro Aspe e Carlos Salinas no México, de Domingo Cavallo na Argentina, de Yegor Gaidar na Rússia, de Lee Teng-hiu em Taiwan, Manmohan Singh na Índia, ou mesmo Turgut Ozal na Turquia e Antônio Kandir e Zélia Cardoso de Mello no Brasil.

As discussões desse encontro giraram em torno das preocupações, circunstâncias e as ações que poderiam levar um *technopol* a obter apoio político, a tal ponto que lhe permitisse levar adiante e com sucesso as reformas do Consenso de Washington. Para Williamson "é importante para um *technopol* vencer a própria eleição para continuar a implementar sua agenda e não para manter-se no cargo. Vencer uma eleição abandonando suas posições é para ele uma vitória de Pirro."[64]

É salutar salientar que o Consenso de Washington reuniu-se durante a vigência das reformas estruturais da administração Salinas, que vinha sendo constantemente elogiada pela imprensa estadunidense e pelas entidades capitalistas internacionais como a gestão que estava resolvendo os problemas macroeconômicos mexicanos. Se o Consenso foi o registro no papel do receituário neoliberal que vinha sendo aplicado internamente no EUA desde a administração Reagan, o México de Salinas foi o

---

[63] BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*.p,13.
[64] FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos p. 11.

exemplo prático ilustrativo para as nações latino-americanas, que deveriam tomá-lo como referência, para pôr em marcha as reformas em seus próprios países. Em suma, o México era um modelo a ser copiado e o *technopol* Salinas tinha se transformado no *showcase* do final de década de 80.

Depois do Consenso de Washington, um mês antes da reunião do G-8 que iria discutir uma ajuda financeira à URSS, em junho de 1990 foi realizada a reunião com os países da América – com exceção de Cuba – a Iniciativa das Américas (IA), cujo foco central não era mais a ajuda econômica, mas as novas parcerias econômicas onde, ou seja, que a prosperidade da América Latina deveria ser fruto do intercâmbio comercial. Assim, o EUA como potência global, assumia uma posição de liderança e formulador de soluções para as regiões que enfrentam problemas. Nesta perspectiva a IA apoiou-se em três pilares: 1) incremento do intercâmbio comercial; 2) dos investimentos; 3) a negociação da dívida externa. Nas palavras de Bush: "Para expandir o comércio, eu proponho que comecemos o processo de criação de uma ampla zona hemisférica de livre-comércio; para incrementar os investimentos, que adotemos medidas para criar um novo fluxo de capitais para a região; para aliviar mais o peso da dívida, um novo enfoque do débito na região com ajustes importantes para o nosso meio ambiente."[65] A IA foi bem recebida pelos governos do continente, que explicitam seu apoio e disposição para trabalhar em conjunto com os EUA para atingir as metas propostas. A IA não criou nada de novo, não tirou nenhum coelho da cartola, ela apenas consolidou a imagem do governo George Bush como promotor de um avanço nas relações interamericanas e deu coerência e unidade a um conjunto de situações que já estavam em marcha, ou seja, naquilo que tinha sido definido anteriormente no Consenso de Washington que era a convergência da maioria dos países na busca de soluções de mercado para os problemas econômicos, tendo como foco prioritário na obtenção de credibilidade: a abertura externa, o reconhecimento da dívida e a opção por saídas negociadas para seu pagamento.

O incremento do comércio entre América Latina e Estados Unidos, paralelamente à constatação de que a recessão na região durante a 'década perdida' aumentou consideravelmente o déficit comercial norte-americano, se reverteria à

[65] "Public Papers of the President. Administration of George Bush, 27/jun/90. Remarks Announcing the Enterprise for the Americas Iniciative", *in*: AYERBE, Luis Fernando. *Neoliberalismo e a política externa na América Latina – Uma análise a partir da experiência Argentina recente* , São Paulo, UNESP, 1998, p.31.

medida que os países iniciassem seus processos de estabilização monetária orientada pelo Consenso de Washington.

A reunião internacional, muito mais do que o *locus* do debate, foi o momento escolhido por Bush para transmitir o recado dissimulado para as nações latino-americanas no sentido de abraçar os princípios do consenso de Washington. Naquela altura, o influente jornal *Washington Post* tecia elogios cotidianos ao México de Salinas como o modelo-padrão de ajuste bem-sucedido. Para o então ministro das Relações Exteriores da Argentina, Domingo Cavallo, o significado estratégico da concepção que orientou a IA era bastante claro:

> "(é) do máximo interesse dos países industrializados facilitar o processo de investimentos nos países fortemente endividados da América Latina, porque dessa forma não apenas nos ajudariam a recuperar nossa capacidade de crescimento, mas também encontrariam uma via muito conveniente para resolver o problema do déficit comercial... Isto porque, revitalizando-se o investimento na América Latina, haverá mais compras de bens de capital dos Estados Unidos e isto ajudará a recompor sua balança comercial, que atualmente é muito deficitária"[66]

As idéias do Consenso de Washington se impuseram gradativamente na América Latina. No campo econômico, o receituário deveria ser aplicado nos diferentes países baseado no paradigma mexicano, uma vez que aos olhos das instituições capitalistas internacionais (FMI, BID, GATT e outros) o sucesso das reformas estruturais conduzidas por Salinas, estava levando o México ao Primeiro Mundo. No campo político, a democracia representativa se alastrou a tal ponto que no início de 1990, todos os países latinos na América do Sul tinham presidentes democraticamente eleitos. O ardil da administração Bush foi açambarcando ao longo dos anos gradualmente a América Latina nas perspectivas neoliberais. Como observamos anteriormente, as colocações de Domingo Cavallo já sinalizavam que o rumo argentino a certa altura deveria ser mudado. Isto realmente aconteceu no ano seguinte com a adoção do Plano de Conversibilidade implantado em 1991, como veremos no capítulo 4.

No último ano do seu mandato em discurso pronunciado no fórum das Américas em abril de 1992, Bush avaliou os resultados da sua política como a "revolução pacífica

---

[66] "La Prensa, 30/jun/90", *in*: AYERBE, Luis Fernando. *Neoliberalismo e a política externa na América Latina – Uma análise a partir da experiência Argentina recente* , São Paulo, UNESP, 1998, p.32.

nas Américas". Assim: "Nós temos feito história, todos nós. Estamos bem encaminhados na criação de algo nunca visto pela humanidade: um hemisfério totalmente livre e democrático, com a prosperidade fluindo do livre comércio."[67] No que se refere aos resultados econômicos, os EUA foi deveras beneficiado: "Com a ascensão da democracia e das reformas econômicas, as exportações dos Estados Unidos para América Latina aumentaram um terço em apenas dois anos, de 49 bilhões de dólares em 1989 para 63 bilhões em 1991. Esta é uma taxa de crescimento muito mais acentuada que a das nossas exportações para Ásia e Europa."[68]

## 2.2. As mudanças no governo Salinas e na administração Clinton

Em 1°. de dezembro de 1988, assumiu o governo federal no México Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), eleito mediante a maior fraude eletrônica da história mundial[69], aderindo ao liberalismo aliado à gestão mais corrupta da história mexicana desde a Revolução de 1910. Suas primeiras medidas econômicas em 1989 que ficaram conhecidas como Plano Azteca e visavam: supervalorizar o câmbio para incentivar as importações, aumentar a taxa de juros para atrair os capitais de curto prazo, acelerar o processo de privatizações e estabelecer privilégios para que as empresas transnacionais instalassem suas filiais no México. A aplicação de tais medidas passou a ser chamada pela imprensa de Plano Azteca em 1989. Em decorrência do plano, ao longo de sua gestão, suas conseqüências foram:

a) assinatura do tratado do NAFTA (*North America Free Trade Agreement* - Tratado de Livre-Comércio da América do Norte), que começou ser negociado secretamente antes mesmo de assumir a presidência. Assim, as fronteiras econômicas do país foram abertas para as mercadorias *made in USA*, barateadas pela supervalorização da moeda nacional, ao mesmo tempo em que deixou de fora a exportação da força de trabalho (permitida somente entre EUA e Canadá). Segundo Werner Altmann: "O México não representa mais do que 4% do comércio norte-americano, ao passo que os Estados Unidos representam pelo menos 70% do comércio mexicano. O Canadá, por outro lado,

---

[67] "US Department of State Dispach, 04/mai/92", *in*: AYERBE, Luis Fernando. *Op.cit.* p.33.
[68] Idem.
[69] Ver Igor FUSER, *Op. cit.*, em especial o segundo capítulo intitulado "Urnas milagrosas".

representa cerca de 30% do comércio dos EUA. Ademais, 80% das inversões mexicanas são americanas e 90% dos turistas que recebe procedem daquele país."[70]

b) privatizou-se em seis anos, mais do que Margareth Thatcher na Inglaterra em onze anos. Dos US$ 26 bilhões arrecadados não sobrou nada, uma parte serviu para sanear as finanças do país na crise de dezembro de 1994 e a outra financiou a troca maciça de obras públicas por votos através do PRONASOL (Programa Nacional de Solidariedade). As empresas estatais reduziram-se de 1155 em 1982 para 549 em 1990, e a 239 em 1996, mediante liquidação, fusão ou venda;

c) a abertura comercial sucateou a indústria mexicana. Setores inteiros foram varridos da praça: brinquedos, têxteis, eletrodomésticos, autopeças. Das 26 empresas produtoras de máquinas-ferramenta, só ficou uma, a Mecanomex. As fábricas de equipamentos médicos, que somam 1,2 mil no início da década de 80, eram apenas 35 ao final do governo Salinas. O bairro do Bondojito, reduto tradicional da metalurgia mexicana, virou uma zona fantasma, com dezenas de fábricas com a placa de *vende-se*. Com o parque industrial sendo devastado, o país agravou o problema do desemprego conforme demonstra Adrián Sotelo Valencia:

> "O Grupo de Economistas Associados (GEA) calcula que nos quatro últimos anos da administração salinista (1990-1994), somando o desemprego aberto com os subempregados que trabalham menos de 35 horas semanais, o desemprego total evoluiu de 660 mil em 1990 para 6,5 milhões, enquanto que em todo o sextênio (1988-1994) apenas foram criadas 1,5 milhão postos de trabalho (ou 250 mil por ano) apenas para satisfazer 21% do total da demanda de empregos acumulada nesse período (cerca de 7,2 milhões de vagas). O Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI) calculou que entre setembro de 1994 e no mesmo mês de 1995 o desemprego cresceu 101%. No mês de abril de 1995 a cifra de desempregados foi de 10.687.200 indivíduos desocupados que representam 29,2% da PEA (36,6 milhões de pessoas) de uma população total de 90 milhões de habitantes."[71]

d) os gastos com educação e saúde diminuíram;

---

[70] ALTMANN, Werner. *Op. cit.*, p.85.

[71] VALENCIA, Adrián Sotelo. *Globalizacion y precariedade del trabajo en Mexico*, Ciudad del Mexico, Ediciones El Caballito S.A., 1999, pp. 145-146, [Tradução nossa].

e) estabeleceu o câmbio fixo e implantou em 1992 uma nova moeda, onde a antiga nota de 1.000 pesos passou a valer 1 novo peso;

f) completou o processo de reprivatização dos bancos. Aquilo que López Portillo tinha estatizado no final de seu mandato, Miguel de La Madrid reprivatizou um terço das ações e Salinas liquidou os dois terços restantes;

g) revogou o Artigo 27 da Constituição de 1917, que dava garantia legais à propriedade comunal das terras agrícolas, impedindo de comercializá-la como se fosse uma mercadoria qualquer. A justificativa do governo era de que as técnicas agrícolas no *ejido*[72] eram rudimentares e que a possibilidade de comercialização das terras fariam que os compradores, ao adquirirem as terras, se verem obrigados a modernizar a produção no campo, tornando-os aptos para enfrentarem a concorrência externa, graças à abertura comercial externa pela qual o México passava. Segundo Igor Fuser:

> "Essa reforma constitucional, peça-chave na política neoliberal de Salinas, abriu as portas para a liquidação do *ejido*, o modelo de propriedade comunitária da terra adotado depois da Revolução Mexicana. O *ejido* é uma exclusividade do México, como o *kibutz* é de Israel. Até 1992, quando foi mudada a lei, as terras pertencentes aos 28 mil *ejidos* não podiam ser vendidas arrendadas ou hipotecadas. Na prática, ocorreu durante décadas um lento processo de asfixia dos *ejidatários*, condenados à miséria perpétua pela falta de créditos favoráveis, de infra-estrutura, de instrução e de assistência técnica. Enquanto isso, sutilmente, restaurava-se o latifúndio no país. Bem ou mal, porém, a maior parte dos camponeses mexicanos continuava dona de suas terras. O que aconteceu agora, com o fim do famoso Artigo 27, é que os *ejidatários* estão se desfazendo do único bem que possuem – a terra – e, em geral, a preço baixo, pois vivem numa penúria medieval e, além disso, enforcados por dívidas junto aos bancos. Era esse mesmo o objetivo de Salinas e de seu ministro da Agricultura, Carlos Hank González. Em nome da modernidade, o governo mexicano deixou os pequenos agricultores *livres* para se tornar empregados nas

[72] "Forma de propriedade comunal da terra existente entre os povos indígenas antes da conquista do México. Este sistema prevaleceu mesmo durante os primeiros anos do período colonial. Posteriormente, sobretudo depois de 1860 e até o fim do regime de Porfirio Díaz (1910), numerosas comunidades foram privadas de suas terras, transformadas em propriedades de grandes fazendeiros, com os antigos ocupantes passando a ser seus trabalhadores. Durante a Revolução Mexicana, uma das principais reivindicações dos trabalhadores agrícolas foi o retorno ao sistema original desenvolvido pelos indígenas, isto é, que as terras voltassem a ser propriedade comunitária e cultivadas em parcelas individuais entregues a cada uma das famílias pertencentes à comunidade." (SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*, *Op. cit.* p. 112.

grandes fazendas de gado e nas lavouras de exportação – ou favelados nas cidades. A revogação do Artigo 27 deu por encerrada a reforma agrária no México. Trata-se de uma mudança extremamente grave, pois fecha, para milhões de camponeses, a única porta legal que dava acesso a um lote de terra. Uma porta estreita, atravancada por empecilhos burocráticos, mas, ainda assim, uma esperança. Desde então, as alternativas que restam são resignar-se ou partir para o caminho fácil, arriscado, freqüentemente violento e sempre ilegal, das ocupações de terras."[73]

h) segundo o jornal *El Financiero*: em seis anos no poder, o presidente teria amealhado entre 25 e 27 milhões de dólares, embora oficialmente, seu salário ao deixar a presidência, em novembro de 1994, era 25% menor do que o do início do mandato;
i) a desregulamentação para os fluxos de capitais especulativos. Até a administração anterior, os rentistas internacionais ao penetrarem na bolsa mexicana deveriam estabelecer-se por um prazo devidamente regulamentado, o que de certa maneira, fazia com que o governo pudesse contar com um certo montante de dinheiro num determinado prazo. Com a nova administração e o plano adotado, a necessidade de atrair capitais para fechar as contas públicas tornaram-se freqüentes e estes capitais tomaram a forma de capitais de curto e curtíssimo prazo;
j) no final de 1993 os 10% mais ricos da população nacional possuíam 60% da renda nacional, contra 38% cinco anos antes.

No México, a metade de todo o dinheiro depositado nos bancos estava, em 1992, nas mãos de 18,6 mil pessoas. Já o salário mínimo tinha caído em termos reais 60% entre 1982 e 1992, e a participação dos salários na renda nacional, que era de 37,2% em 1982, baixou para 23,5% em 1993.

Historicamente, o México sempre exportou muito mais do que importou. A abertura comercial inverteu os pratos da balança. O último saldo positivo na balança comercial ocorreu em 1988 com US$ 1,7 bilhão. A partir de 1989, a balança comercial mexicana tornou-se deficitária até o final do seu mandato. Enquanto as exportações subiam pela escada, as importações ascendiam pelo elevador. Entre 1988 e 1994, as exportações mexicanas subiram de US$ 34 bilhões para US$ 55 bilhões, enquanto as importações aumentaram de US$ 37 bilhões para US$ 82 bilhões. Neste mesmo

[73] FUSER, Igor. *Op. cit.* p. 58-59.

sextênio, o PIB mexicano cresceu numa média anual de 3%, apenas 0,4% a mais do que o índice de aumento populacional, que oscila em torno dos 2,6% ao ano. "Trata-se do primeiro milagre econômico contemporâneo sem crescimento econômico", ironizou o cientista político Jorge Castañeda.

Entre 1992-1994, Carlos Salinas promoveu uma radical liberalização dos movimentos de capitais e eliminou os mecanismos das autoridades sobre os fluxos monetários. Diante disso verificou um ingresso maciço dos capitais especulativos, em sua maior parte de curto prazo. A captação passou de US$ 3,4 bilhões em 1990 a US$ 28,9 bilhões em 1993. Elevaram-se as exportações totais, em parte pela negociação e abertura do TCL (Tratado de Comércio Livre) que promoveu o crescimento anual em dólares de 12% entre 1988-1994. Por outro lado, as importações, os pagamentos de juros da dívida externa e de remessa de lucros ao exterior cresceram na ordem de 18% ao ano, gerando-se um imenso déficit em transações correntes que passou de US$ 5,8 bilhões a US$ 29,7 bilhões. A justificativa assumida pelo governo para a manutenção dessa conduta imprudente foi a de que este rombo seria tapado através do investimento do capital externo:

> "(...) O próprio secretário do Comércio e Indústria, Jaime Serra Puche, afirma que o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos tem sido financiado pelo capital estrangeiro e cerca de 58% das exportações (*made in Mexico*) realizadas entre 1989 e 1992 foram efetuadas por empresas com inversão estrangeira, as quais responderam por 25% das importações do exterior. Isso não foi a prova cabal da 'solidariedade' dos investidores estrangeiros com o México, particularmente dos norte-americanos. (...) Apesar de que os prognósticos públicos e privados minimizam as conseqüências perversas do déficit global, todavia, à medida que prevaleça no médio prazo, poderiam desembocar numa avalanche de conseqüências sócio-políticas imprescindíveis com efeitos negativos na sociedade mexicana, precipitando paralelamente uma crise econômica ainda mais evidente que a de 1982."[74]

Em 20 de janeiro de 1993 assumiu a presidência do EUA, o democrata Bill Clinton que se manteve no poder por dois mandatos (1993-2001), após 12 anos de administrações republicanas. Apesar da sua campanha ter como prioridade a economia

[74] VALENCIA, Adrian Sotelo. *México: dependencia y modernización*, *Op. cit.* p.65.

nacional, a preocupação com a possível ruptura dos rumos traçados na administração Bush quanto à América Latina logo foram desfeitos. Além das prioridades estabelecidas na política externa com a ajuda à Rússia - recém-fragmentada da URSS - , e dos tradicionais compromissos como o Oriente Médio, em especial a Israel, o novo presidente não somente deu continuidade, mas também apostou na ampliação do comércio no continente que tomaram o lugar de dois conjuntos de programas latino-americanos: a) programas de ajuda econômica: se na década de 80, os EUA enfrentaram déficits comerciais, em contrapartida, a experiência neoliberal mexicana tinha revertido o processo e deveria ser um exemplo a ser seguido; b) programas de ajuda militar: uma vez que as ditaduras políticas tinham sido substituídas por governos civis e os movimentos de esquerda estavam em frangalhos e na defensiva. Um dos objetivos da política externa de Clinton era a "defesa da democracia", o que significava a ênfase do combate ao autoritarismo dos países de partido único – o que justificou a ampliação do bloqueio comercial a Cuba através da emenda Torricelli e da lei Helms-Burton[75]. – mas não impediu o estreitamento das relações econômicas com China e Vietnã.

Clinton também se envolveu pessoalmente na negociação com o congresso para defender a aprovação do NAFTA, encontrando forte resistência tanto dos membros do seu partido, bem como dos membros da oposição que expressavam interesses pessoais, regionais e setoriais que seriam afetados com o Bloco Regional, pois numa economia de mercado, o intercâmbio de mercadorias entre países fará com que uns deles tenham déficits e outros superávits, sendo impossível que todos tenham superávits sem que ninguém seja deficitário. As reformas mexicanas de Salinas contribuíam para iluminar aqueles que tinham dúvidas quanto às perspectivas dos lucros. Na computação de perdas e ganhos, o projeto de bloco regional foi aprovado, porque os benefícios para as empresas transnacionais iriam superar amplamente os prejuízos que certas camadas

[75] "A lei Torricelli – *Cuba Democracy Act* – surgiu em 1992 e reforçou o embargo pois proibiu às subsidiárias de empresas norte-americanas no exterior o comércio com Cuba, estabeleceu punições para comerciantes que negociem e para países que forneçam subsídios para a ilha, limitou o número de autorizações para turistas dos Estados Unidos em julho de 1996, 'impede que empresas e cidadãos de outros países, que mantenham negócios com Cuba, operem nos Estados Unidos ou vendam para seu mercado." (HAVRANEK, Alice. "Cuba na atualidade: o impasse e o silêncio", *in*: *Revolução Cubana – História e problemas atuais*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã, 1998, pp. 155-156.) "Perante o embargo comercial decretado em 1962, e recentemente ratificado através de lei de Torricelli, de 1992, e da lei Helms-Burton, de 1996, empresas européias tentaram avançar seus negócios na ilha. Qualquer navio que atraque em portos cubanos ficará proibido de atracar nos Estados Unidos por seis meses. Existe uma suspeita dos empresários europeus que, em nome dos Estados Unidos boicotarem Cuba e obrigarem outros países à boicotar também, existe o propósito oculto de expulsar do mercado cubano as empresas que não sejam norte-americanas" (ALMENDRA, Carlos Cesar. "A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu", *in*: *Revolução Cubana – História e problemas atuais*, *Op. cit.* p. 144.)

internas no país veriam a sofrer. De fato, a continuidade do projeto de Bush por parte de Clinton beneficiou o EUA, basta observar as colocações do Secretário Assistente para Assuntos Latino-Americanos:

> "Em seis anos, as exportações dos Estados Unidos para América Latina e Caribe têm mais do que dobrado, para quase 76 bilhões de dólares em 1992; isto é consideravelmente mais do que vendemos ao Japão e praticamente o que vendemos para todos os países em desenvolvimento do leste da Ásia. De fato, acrescentando o Canadá às nossas relações comerciais com o hemisfério ocidental – como sabemos, graças ao Nafta, – em hemisfério transforma-se no nosso maior parceiro comercial, com 166 bilhões de dólares em exportações dos Estados Unidos em 1992. Em comparação, as exportações combinadas dos Estados Unidos para Europa Ocidental, Central e Rússia totalizam 112 bilhões de dólares, e para o Leste e o Sul da Ásia, incluindo Japão, ao redor de 141 bilhões."[76]

Se ainda restava alguma dúvida que o presidente democrata dava continuidade à política do republicano Bush, em dezembro de 1994, realizou-se nos EUA (Miami) o encontro da 1ª. Cúpula das Américas que reuniu os 34 presidentes eleitos conforme os princípios da democracia representativa – o que significou a exclusão da participação de Cuba – e na conferência de fechamentos dos trabalhos, Clinton afirmou que se deveria estabelecer na América um acordo de livre comércio em todo o continente americano em 2005. Deste modo, se comprometeu a realizar o sonho de George Bush em criar um acordo que unisse desde o Alasca até a Terra do Fogo (sul da Argentina). Estava lançada a base para o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), unindo todo o hemisfério, cuja política entre os países deveria se basear no mesmo modelo de livre comércio adotado no NAFTA.[77] Nesta mesma ocasião, o Chile foi convidado a integrar-se ao NAFTA, o que despertou também o interesse argentino da administração Menem que procurava aproximar-se o máximo possível do comércio estadunidense devido ao até então sucesso do *currency board*, em que pese o pacto bilateral entre o Brasil e Argentina assinado em 1986 e a implantação do Mercosul em 1991.

---

[76] "Adress before the Institute of the Americas, La Jolla, Califórnia, 2 de março de 1994. *US Department of State Dispach*, 14/mar/94.", *in*: AYERBE, Luis Fernando. *Op.cit.* p.36.
[77] VVAA. *Para entender a ALCA*, São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.7.

A reunião da 1ª. Cúpula das Américas corroborou as decisões da Iniciativa das Américas que por sua vez confirmou àquilo que havia sido definido no consenso de Washington. Sem embargo, o Consenso de Washington deu corpo teórico àquilo que os *technopols* já estavam fazendo na economia mexicana.

# 3. A CRISE DO MÉXICO

*Os homens são como tapetes: às vezes precisam ser sacudidos.*

Provérbio árabe

*Se você quiser roubar, compre um banco.*

Bertolt Brecht

*Bem-vindo ao pesadelo.*

Subcomandante Marcos, em carta ao presidente mexicano Ernesto Zedillo, no dia de sua posse.

## 3.1. A rebelião em Chiapas

Carlos Salinas insistia em afirmar que estava conduzindo o seu país para o "Primeiro Mundo", apesar dos constantes déficits comerciais e da redução da qualidade de vida da maioria da população mexicana, por meio da inflação baixa e do peso supervalorizado. Uma vez que a inflação oficial tinha caído de 159% ao ano em 1987 pra 8% em 1993, este indicador macroeconômico era usado e abusado para mostrar a credibilidade do presidente perante a opinião pública. Aos olhos dos grandes investidores de *Wall Street*, finalmente tinham encontrado um líder mexicano em quem podiam confiar, sendo um homem com uma visão moderna e arrojada da economia de mercado.

O projeto do presidente sofreu o primeiro grande abalo quando foi assassinado um influente membro da igreja católica: o cardeal Juan Jesús Posadas Ocampo, em 24 de maio de 1993, baleado ao descer de um avião no aeroporto de Guadalajara, a segunda cidade mias populosa do país. O presidente esforçou-se para impedir que o crime fosse investigado a fundo e na versão oficial, o cardeal foi morto por acidente, num fogo cruzado entre duas quadrilhas de narcotraficantes. A morte do cardeal, que até hoje carece de uma explicação convincente, foi o primeiro sinal de que o México não era um país tão estável e confiável para os especuladores das Bolsas como o presidente procurava apresentar ao mundo.

Apesar do assassinato provavelmente ter motivação política, a vítima não era um membro diretamente ligado à política oficial e dessa maneira, os investidores das Bolsas puderam interpretar que tal assassinato foi apenas um fato isolado. O grande chacoalhão ainda estava por vir.

A aparente estabilidade da economia cujas estatísticas até o final de 1993 eram favoráveis ao governo esvaiam quaisquer maiores preocupações de rebeliões por parte das agências de segurança dos EUA. Os investimentos externos na Bolsa mexicana subiram 98% em 1993, os corretores nas Bolsas de *Wall Street* e Londres pressionavam seus clientes para que comprassem todas as ações mexicanas que pudessem para tirar proveito do milagre econômico mexicano liderado pelo jovem presidente. As reservas cambiais em 1993 tinham subido 25% em relação ao ano anterior. As corretoras de Nova Iorque prognosticavam taxas de crescimentos de mais de 3% para os próximos anos no México. O presidente se gabava que até a famosa empresa estadunidense de taco – comida típica mexicana à base de milho – havia se instalado na Cidade do México, para estabelecer concorrência e conseqüentemente melhorar a qualidade e diminuir os preços. A revista *Forbes* estava apresentando o México para os seus leitores como um país próspero para investimentos e que não podia ser mais considerado "Terceiro-Mundo", haja vista já possuir 13 bilionários listados no seu *ranking*, somente atrás dos EUA, Alemanha e Japão, com 108, 46 e 35 membros respectivamente.[78]

O clima de ufanismo, euforia e otimismo eram notórios entre os mexicanos e a mídia em geral, sobretudo a Televisa – a principal rede de televisão mexicana – que catalizou o máximo possível: a equipe de futebol tinha se classificado para a Copa do mundo de 1994 nos EUA sendo que, as vitórias sobre as equipes dos EUA e Canadá moveram comemorações entusiásticas na Cidade do México. O boxeador Julio César Chávez, que declarava publicamente sua admiração por Carlos Salinas, tinha ganhado sua 89ª. luta consecutiva. O maratonista Andrés Espinosa, um operário da siderurgia tinha vencido a Maratona da Nova Iorque. O filme *Como água para chocolate*, cujo texto foi redigido pela novelista mexicana Laura Esquivel, estava batendo todos os recordes de bilheteria para um filme de língua espanhola nos EUA.

*A priori*, a celebração da passagem do ano novo de 1994 parecia que seria uma ocasião especial para a família Salinas. Para Cecília Salinas, a esposa do presidente, estavam reunidos na residência presidencial de Los Pinos os entes queridos, o que

[78] *Forbes*, 05/jul/93.

significava a demonstração cabal que se buscava dissipar rumores que ela vivia virtualmente separada do marido, mas moravam juntos somente para manter as aparências, desde que correram boatos que Carlos Salinas tivera um caso com uma atriz de novelas gerando um filho ilegítimo.

Para o presidente, o ano novo seria um dia que entraria para a história do seu país e conseqüentemente para a sua história pessoal a partir do primeiro dia da vigência do NAFTA. De fato, acabou entrando para a história não somente pelo tratado econômico mas, sobretudo, pela rebelião em Chiapas, o estado mais pobre e localizado no extremo sul do país, onde ocorreu um levante guerrilheiro organizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Em três dias, os guerrilheiros colocaram abaixo a fachada primeiro-mundista do país e revelaram ao mundo a verdadeira situação mexicana: uma nação com extrema concentração de renda e desigualdades sociais, violenta e atrasada. A data foi propositalmente escolhida para mostrar ao mundo que a imagem "primeiro-mundista" que o governo, agências internacionais e mídia tentavam propalar era falsa.

Num informe secreto de 15 páginas da CIA, com data de setembro de 1991, intitulado *México's Troubled South: Being Left Behind* (O problema do sul do México: sendo deixando para trás) foi distribuído a funcionários da área latino-americana do Departamento de Estado e do Conselho Nacional de Segurança, já tinha advertido sobre as tensões sociais que estavam se acumulando em Chiapas, assinalando a proliferação do narcotráfico e de grupos rebeldes de esquerda ao longo da fronteira do México com a Guatemala em Chiapas. Apontou "o alto nível de corrupção, que segundo informes incluía o governador de Chiapas" estava "debilitando as autoridades locais e contribuindo para uma violência esporádica". Nos parágrafos de conclusão, o informe alertou: "os estados sulistas têm uma tradição de agitação política local. Não apresentando uma ameaça coerente em termos regionais ao partido governante". O documento confidencial concluiu que a queda do nível de vida e a crescente frustração dos chiapanecos "em nossa opinião conduzirão a um descontentamento político cada vez maior". Na época, contudo, este informe não despertou maior interesse em Washington, haja vista prognosticar uma possibilidade de atos de violência ilhados e que, portanto, não resultariam em um movimento guerrilheiro que pudessem ameaçar a estabilidade no México.

Acreditou-se que a CIA tinha feito um bom trabalho de informação, mas péssimo trabalho de análise. O informe não foi encarado como um alerta vermelho

diante da onda de guerras civis e religiosas que estavam acontecendo na Europa do Leste e na África depois da desintegração do bloco soviético. Como era de se esperar, o documento foi arquivado depois de alguns dias e esquecido. Até a própria CIA havia desprezado estes informes sobre a violência política em Chiapas por ter pouca importância no contexto mundial do momento, tanto é que a agência não deslocou seus espiões para aquela região naquele momento.[79] Somente depois do levante zapatista, percebeu-se o informe de 1991 da CIA, não era péssimo de análise, muito pelo contrário, estava mais do que correto. Contudo, já era tarde demais para evitá-lo... O levante aconteceu e caberia ao governo Salinas conduzi-lo da melhor maneira possível para evitar a evasão de capitais do país.

O quadro econômico vigente na década de 90, consoante ao desenvolvimento desigual e combinado tornou Chiapas – cujo território é um pouco maior do que a Paraíba – o estado mais pobre do México conforme observa-se no quadro 1, sem embargo as riquezas minerais e energéticas que o estado fornecia para o país. Chiapas era responsável por 65% da energia hidrelétrica nacional embora a maior parte das comunidades indígenas chiapanecas não possuíssem eletricidade. A Selva Lacandona possuía em 1940, dois milhões de hectares de floresta, reduzindo para trezentos mil em 1994, enquanto que a população da selva era de três mil habitantes em 1950, passando para quinhentos mil em 1994. O general e ex-governador Absalón Castellanos nos anos 80, membro de uma das vinte famílias detentoras do poder no estado, era proprietário de 14 fazendas com 20 mil hectares e 10 mil cabeças de gado. Na sua gestão, foram registrados oficialmente 153 assassinatos políticos, 692 aprisionamentos ilegais, 503 seqüestrados e torturados e 327 camponeses desaparecidos, motivo pelo qual ficou prisioneiro do EZLN logo nos primeiros dias de combate.[80] O estado concentrava ricas jazidas de petróleo conforme estudos da PEMEX e a Selva Lacandona era rica em palma *xaté* – de onde se extrai um tipo de fibra usado na indústria – e madeiras nobres.[81] Na gestão de Salinas as condições de vida dos chiapanecos tornaram-se insuportáveis. As exportações de café, principal riqueza do estado, caíram entre 1988 e 1993 de 3,7 milhões de sacas para 1,5 milhão, apesar da ajuda do PRONASOL aos produtores.

---

[79] OPPENHEIMER, Andres. *En la frontera del caos*, Buenos Aires, Javier Vergara Editor s.a., 1996, p. 45.

[80] ALTMANN, Werner. "A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina", in: *América Latina – História, idéias e revolução*, Barsotti, Paulo & Pericás Luiz Bernardo (orgs.), São Paulo, 1998, Xamã/NET, p. 188.

[81] ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. *As raizes do fenômemo Chiapas – O já basta da resistência zapatista*, São Paulo, Alfarrabio, 2002, p. 29.

Segundo o jornal governista *El Universal*, o desastre foi resultado da combinação de três elementos diferentes: a queda dos preços internacionais, a supervalorização do peso e a redução da produtividade. Somado a isso se verificou a concentração fundiária no estado devido à revogação do Artigo 27 da Constituição de 1917,[82] além do estabelecimento do Artigo 225 do Código Penal de Chiapas que beneficiou os fazendeiros ao estabelecer sentenças de até quatro anos de prisão para aquele que tomar terras, edifícios, praças públicas, 'e obstruir as vias de comunicação', o que significou que os chiapanecos corriam o risco de passar longos períodos no cárcere pelo simples fato de levar seus protestos às ruas.[83] Diante deste quadro, não foi à toa que exatamente à meia-noite de 1°. de janeiro de 1994, cerca de mil combatentes do EZLN tomaram a cidade de San Cristóbal de la Casas, na divisa da Selva Lacandona e outras centenas de militantes participaram da tomada as cidades de Ocosingo, Chanal, Altamirano e Las Margaridas, além das estradas da região, perfazendo um total de três mil combatentes. Neste mesmo dia, foi veiculada a 1ª. Declaração da Selva Lacandona num formato de análise de conjuntura e tomada de posição, onde os zapatistas expressavam a insatisfação com a situação econômica da população de Chiapas, em especial os índios, e convocavam a população a se unir com os insurgentes para marchar até a capital para substituir o governo Salinas para um governo transitório e que se convocassem novas eleições. Foi nesta declaração que a expressão "*ya basta*" (já basta), acabou se tornando um slogan zapatista e ecoou por mundo todo, inclusive na internet, onde o movimento passou a divulgar seus novos comunicados. Esta primeira declaração, ao invocar toda a população a aderir à causa zapatista e conclamá-la para derrubar o governo, fez com que a Bolsa Mexicana fechasse em baixa vários dias e gerou extrema instabilidade e fuga entre uma parte dos especuladores internacionais.

Na tarde do dia 2 de janeiro, o exército mexicano recuperou San Cristóbal de Las Casas utilizando o efetivo de mais de 3 mil soldados. No dia 4 o ex-governador Absalón Castellanos foi seqüestrado por membros do EZLN e depois de nove dias de combate ente os zapatistas e o exército federal, morreram 145 pessoas e vinte mil foram desalojadas de suas comunidades. No dia 13 de janeiro, o governo pediu trégua e o líder zapatista subcomandante Marcos anunciou suas reivindicações, dentre elas estava a

---

[82] FUSER, Igor. *México em transe*, São Paulo, Scritta, 1995, p. 58.
[83] OPPENHEIMER, Andres. *En la frontera del caos*, Buenos Aires, Javier Vergara Editor s.a., 1996, p. 63-64.

exigência do retorno do Artigo 27 da Constituição que obviamente não foi aceita por Salinas.

**Quadro 1**

| Chiapas: alguns indicadores econômicos | % da população | Posição entre os 31 estados mexicanos |
|---|---|---|
| Dimensão territorial de Chiapas: 73.887 $Km^2$ | | |
| População em 1990: 3.3210.496 | | |
| Porcentagem da população com mais de 14 anos | 44 | 1 (é a população mais jovem do país) |
| Analfabetos com mais de 15 anos | 30,12 | 1 |
| População com mais de 15 anos que não terminou a escola primária | 62,08 | 1 |
| Analfabetos adultos que são mulheres | 63 | - |
| População sem banheiro e esgoto | 42,66 | 5 |
| População sem água corrente | 42,09 | 4 |
| População vivendo em casas apinhadas de gente | 74,07 | 1 |
| População vivendo em casa com piso de terra | 50,90 | 2 |
| População em atividades no setor primário (inclui agricultura, coleta florestal, caça e pesca | 52,90 | (média nacional da população economicamente ativa empregada na agricultura: 25%) |
| População que vive em localidades com menos de 5.000 habitantes | 66,56 | 3 |
| População que vive em localidades com menos de 2.000 habitantes | 56,90 | - |
| População economicamente ativa que recebe mais que o salário-mínimo | 41,10 | (para todo o México: 73,50%) |
| População economicamente ativa que recebe menos que dois salários-mínimos | 80,08 | 1 |

Fonte: ALTMANN, Werner. "A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina", *Op. Cit.* p. 187.

Em vez de aderir à causa zapatista, no dia 12 de janeiro as organizações de direita fizeram uma grande manifestação pela Paz na Cidade do México e em várias cidades do país, o que acabou tendo uma grande adesão da população. Neste mesmo dia, o governo decretou o cessar fogo unilateral. No dia 18, Salinas formaliza o "perdão" oferecido pelo governo federal ao EZLN e no dia 20 cria a Comissão para Povos Indígenas. No dia 25, o EZLN aceita o diálogo e propõe formalmente como intermediário entre as partes Samuel Ruiz García, bispo de San Cristóbal de Las Casas, o que deu uma certa tranqüilidade aos rentistas da Bolsa.

Em 17 de fevereiro, a população zapatista de Guadalupe Tepeyac e trezentos jornalistas presenciaram a libertação do general Absalón Castellanos sob jugo zapatista há 45 dias. Condenado à prisão perpétua em um juízo revolucionário por ter cometido 'crimes contra o povo', foi entregue à Cruz Vermelha Internacional e logo esta o entregou a Manuel Camacho Solís, secretário de Relações Exteriores que em 10 de janeiro tinha sido nomeado Comissário pela Paz e a Reconciliação em Chiapas. Como testemunho da integridade física do réu estava o bispo Samuel Ruiz e depois de firmados os documentos da entrega oficial, ele foi entregue a seus familiares.

A partir do dia 21 começaram os diálogos entre o governo e os zapatistas e a primeira reunião foi na Catedral de San Cristóbal. Lá comparecem os comandantes do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) e o subcomandante Marcos pelos rebeldes, Manuel Camacho Solís representando o governo e Samuel Ruiz como mediador. Como fruto dos diálogos que se sucederam, a partir de 20 de março, os zapatistas começaram a consultar as suas bases sobre as 32 propostas do governo como resposta às suas 34 propostas. Com o cessar-fogo e a partir da retomada dos diálogos, os capitais de curto prazo começaram a retornaram ao país e gradualmente as Bolsas forma retomando a sua "normalidade".

## 3.2. Dos assassinatos políticos à crise das Bolsas

Mal começou a consulta às bases zapatista sobre as propostas governamentais, aconteceu um episódio que abalou o país. Para acentuar as preocupações dos especuladores das Bolsas, em 23 de março foi assassinado na colônia Lomas Taurinas de Tijuana, o candidato à sucessão presidencial Luis Donaldo Colosio, o delfim cuidadosamente preparado pelo partido para pôr em prática o salinismo sem Salinas. O

assassinato de Colosio resolveu o problema de suas divergências com o presidente mas deflagrou a fuga dos investidores estrangeiros incomodados com tantas turbulências, propiciando uma baixa na Bolsa do México. Quanto ao envolvimento ou não de Salinas no crime é, até hoje, objeto de intermináveis especulações.

O último homicídio político mexicano de projeção nacional tinha acontecido em 1928, quando um fanático católico entrou num café da capital e matou a tiros o ex-presidente Álvaro Obregón que já tinha governado entre 1920 e 1924.[84] Este assassinato político provocou pânico e fuga de capitais do país, obrigando os EUA a oferecer uma ajuda econômica para contornar o incidente. Na ocasião, as autoridades mexicanas preferiram recorrer a suas próprias reservas para fortalecer o peso.[85]

Em 28 de maio o EZLN terminou a consulta zapatista, em 12 de junho foi anunciado que o resultado às propostas governamentais foi a recusa. Neste dia foi lançada a 2ª. Declaração da Selva Lacandona cuja mensagem principal era: "Sociedade Civil, organiza-te e demonstra-nos que existe outra via, não a armada" e propõe para agosto uma Convenção Nacional Democrática (CND). Como fruto do insucesso da negociações, Camacho Solís renunciou ao cargo de Comissário para a Paz em Chiapas.

Entre os dias 5 e 9 de agosto – duas semanas antes da eleição presidencial – realizou-se a Convenção de Aguascalientes (CND) em Guadalupe Tepeyac onde compareceram sete mil convidados entre delegados, observadores e correspondentes da imprensa nacional e internacional para discutir a causa zapatista. No dia 21, o novo candidato governista do PRI Ernesto Zedillo Ponce de Leon, venceu as eleições com 17 milhões de votos - obtidos à maneira desse partido como veremos no capítulo 5 – o que

---

[84] "Eleito presidente em 1° julho de 1928, é assassinado 16 dias depois no restaurante 'La Bombilla' pelo místico José León Toral, em cuplicidade com a mãe, Conchita. Toral alegou em sua defesa (num julgamento organizado pelos inflamados seguidores de Obregón, que converteram o ato numa exibição pública, e pelos 'callista', ansiosos por declinar sua responsablidade) que servia a Deus e combatia os inimigos da Igreja. Descoberto o complô, são condenados: Toral, ao *paredón* (fuzilamento), e a mãe, a vinte anos de prisão." (Horcasitas, Ricardo Pozas. "A consolidação da nova ordem internacional no México (1929-1940), *in*: América Latina – História de meio século, Brasília, Editora UnB, 1990) "... uma das deficiências fundamentais da Revolução havia sido a desmobilização e o desarme camponês, com o que sua derrota e a supremacia da vertente burguesa da Revolução ficavam por demais evidenciados. A direção burguesa da Revolução implicava, portanto, o rechaço e abandono das massas camponesas. Por isso, não é de se estranhar o renascimento, ao final do período 'callista' [Plutarco Elias Calles], da luta social; por meio de levantes camponeses e greves operárias que indicavam um perigo para a estabilidade do grupo governante. E as recordações dos camponeses em armas estavam ainda muito vívidas e presentes. Começava, então, a ficar claro, para setores da burguesia nacional, que a Revolução necessitava continuar. E o início do crescimento desta tendência, que teria no governo de Lázaro Cárdenas [1934-1940] o seu ápice, estava visível na reeleição de Álvaro Obregón, em 1928. O seu assassinato foi resultado, fundamentalmente, da radicalização deste setor da burguesia nacional, dentro do grupo governante, que conduziu, a longo prazo, depois do Maximato à vitória do Cardenismo. (ALTMANN, Werner. *A trajetória contemporânea do México Op. cit.*, pp.64-65.)

[85] *Cadernos do Terceiro Mundo*, fev/95.

acalmou os especuladores das bolsas e colocou o presidente Salinas em evidência até o final de seu mandato. Para "tranqüilizar" ainda mais os investidores, o governo criou os *tesobonos* — papéis do Banco Central mexicano (BC) com o valor indexado ao dólar[86] - , o que o tornava teoricamente, à prova de qualquer desvalorização da moeda nacional.

Para tornar o país mais atraente aos investimentos, o governo mexicano aumentou as taxas de juros, ordenou ao BC mexicano que passasse a comprar grandes quantidades de dólares. Dessa maneira, garantiu a estabilidade do peso, cotado na época a 3,30 para cada dólar. Mesmo com todas essas proteções garantidas pelo governo mexicano, o capital estrangeiro debandava lenta, gradual e seguramente, resultando que os US$ 25 bilhões de reservas cambiais em moedas fortes que o país possuía no início de 1994, caíram em outubro para US$ 18 bilhões, provocando uma recessão interna. Mesmo com o governo mexicano tendo feito em março uma desvalorização da moeda dentro da banda cambial[87] vigente e sendo recebida com relativa tranqüilidade pelos mercados financeiros, observou-se durante o ano, sucessivos ataques especulativos contra o peso, obrigando a manter a taxa de câmbio no teto da banda e com o Banco do México vendendo as reservas do país para manter o câmbio mexicano numa cotação que, aos olhos do governo, seria plausível para manter a estabilidade da economia do

---

[86] Os papéis indexados ao dólar não foram exclusividade do México. Vários países latino-americanos, inclusive o Brasil, rolam suas dívidas com esses tipos de papéis até os dias de hoje.

[87] "Os sistemas de câmbio (preço da moeda local em relação a outras, como o dólar) podem ser fixos ou flutuantes. Fixo é quando o preço da moeda é definido e garantido pelo banco central. Flutuante, quando a cotação do dólar frente à moeda local varia de acordo com a oferta e a procura. O preço oscila para baixo ou para cima e o mercado encontra seu equilíbrio no dia-a-dia. Quando o preço aproxima-se da faixa ou "banda" inferior (limite de baixa), o BC entra no mercado comprando dólar, com objetivo de evitar que seu preço ultrapasse o limite anunciado. Já quando o preço do dólar aproxima-se da "banda" superior, o BC intervém no mercado vendendo a moeda norte-americana. Com mais oferta, o preço do dólar em reais tende a se acomodar para baixo" (*Folha de S.Paulo*, 07/03/95) "O meio termo entre as flutuações totalmente livres de controle central e a fixidez é a adoção de *bandas de flutuação cambial*, definidas pelas autoridades monetárias como balizas para os limites inferior e superior das oscilações. Neste caso, as autoridades monetárias manterão estoques de divisas conversíveis suficientes apenas para intervir no mercado (deslocando para cima e para baixo as curvas de oferta e procura) em situações de fortes e indesejáveis flutuações. As margens das bandas (ou faixas) de flutuação podem ser largas, para cima ou para baixo, relativamente à posição da taxa central de equilíbrio. Como sugere A. Zini 'quando conduzida com consistência e transparência, a adoção de bandas cambiais sujeitas a mudanças graduais, que busque um equilíbrio sustentável das contas externas, traz uma influência estabilizadora nos mercados financeiros, nas expectativas inflacionárias e na transmissão da desvalorização cambial aos preços internos'. A definição de bandas de variação cambial apresenta-se, assim, como a categoria de *administração da taxa de câmbio* que parece mais bem conciliar a flexibilidade exigida por mercados integrados, interdependentes e voláteis e os requisitos de maior independência para o emprego dos instrumentos convencionais da gestão econômica na busca de outros objetivos da política pública interna. E esta categoria de gestão cambial é também conciliável com o *controle das operações de câmbio*, no sentido de dotar as autoridades monetárias de poder de influência sobre a magnitude dos fluxos de ingresso e de saída de divisas, direcionando e adequando os níveis de estoque das reservas cambiais à liquidez internacional do país, às garantias requeridas pelos agentes econômicos residentes e não residentes que operam nesse mercado e aos objetivos internos de estabilidade dos preços e de crescimento do emprego e do produto." (ROSSETTI, José Pascoal. *Op. cit.*, p. 898-899) (grifos do autor).

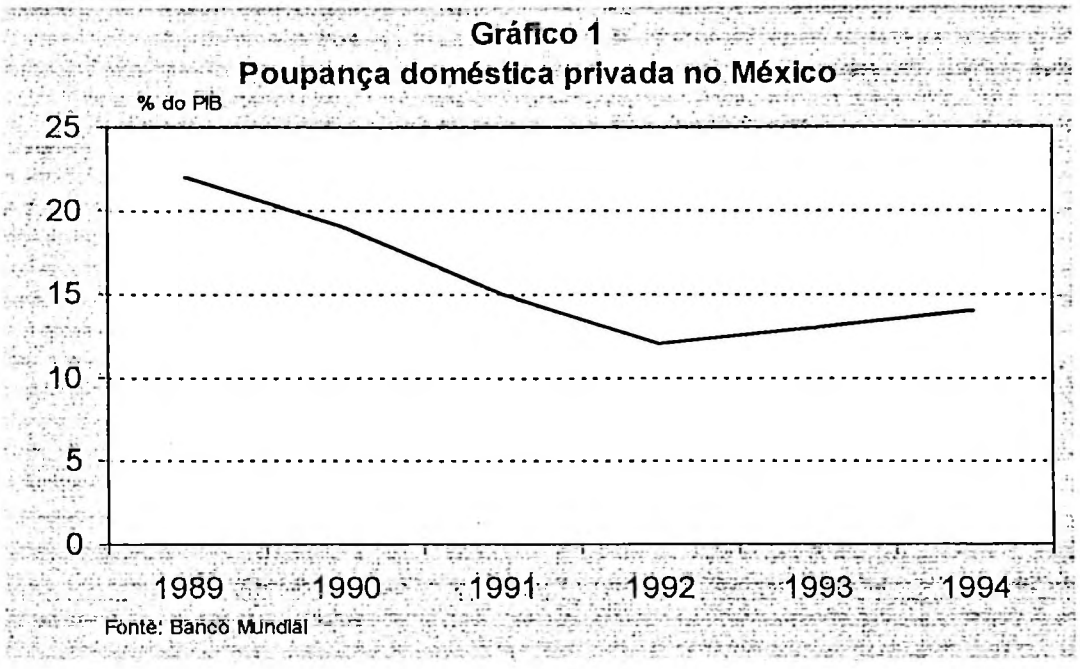
país. Mesmo com a emissão dos *tesobonos*, as reservas mexicanas diminuíram em mais de um terço em março e setembro. Uma vez definida as eleições de agosto, recomendava-se investir nos ativos mexicanos devido à sua boa situação financeira. Segundo François Chesnais:

> "O governo tinha reagido com um forte acréscimo da taxa de redesconto de 13% para 22%, imediatamente refletido pelas instituições de crédito. Atraídos pelo nível excepcional dos rendimentos e pelo resultado 'positivo' das eleições, os capitais voláteis retornaram no último trimestre e instalaram-se mais solidamente que nunca nos *Tesobonos*, títulos públicos em dólares. O fato de que seus valores estivessem livres de modificações no câmbio leva à formulação do questionamento a respeito da natureza exata da crise e possivelmente de seu caráter altamente político".[88]

À medida que se verificou a abertura comercial, o aumento da taxa de juros, a supervalorização do peso e a diminuição da inflação, criou-se uma expectativa na comunidade financeira internacional que os rentistas passariam a transferir seus ativos na forma de capitais de curto prazo, facilitado sobremaneira com o declínio da taxa de juros estadunidenses. Essa entrada de capital ajudou a financiar uma enorme onda de consumo no setor privado, conseqüentemente diminuindo a poupança doméstica privada mexicana (gráfico 1) e forçando novos aumentos dos juros para conter a demanda. Com o crescimento do consumo em detrimento da poupança, acentuou-se a pseudo-impressão de que o país caminhava para o "Primeiro-Mundo", em que pese a dependência dos capitais estrangeiros para o fechamento das contas públicas. Conforme agravou-se as relações políticos do governo com os zapatista e as contas públicas cada vez mais comprometidas, a fuga de capitais intensificou-se e as próprias agências internacionais do capital já estavam atentas à vulnerabilidade mexicana. Num relatório no início de setembro de 1994, o Banco Mundial afirmou que a excessiva dependência de capital tornou o México muito vulnerável, citando a queda nas taxas de poupança e sua conexão com maiores níveis de consumo. Também foi mencionado que o crescimento da produtividade era insuficiente para compensar a perda de

[88] CHESNAIS, François. Op. cit. p.172.

competitividade externa induzida pela valorização do peso.[89] No final do mês um novo fato político tornaria ainda mais pessimistas as avaliações dos rentistas e das agências internacionais...




Em 28 de setembro de 1994, outro assassinato político abalou o país, José Francisco Ruiz Massieu, secretário-geral do PRI e membro do círculo íntimo do presidente. Ruiz Massieu estava assumindo o posto de líder da bancada parlamentar priísta justamente na manhã em que foi assassinado. Da posição em que estava, poderia tranqüilamente bloquear a candidatura do irmão do presidente: Raúl Salinas em Nuevo León. Esta era uma das possíveis explicações para o crime até aquele momento. Em março de 1995, foi preso no salão de embarque do aeroporto de Newark, em Nova Jersey, Mario Ruiz Massieu, o irmão da vítima. Ele carregava consigo US$ 46 mil em dinheiro, uma quantia que deixou de declarar à alfândega norte-americana, violando assim a lei local. No mesmo dia as autoridades mexicanas apresentaram ao EUA um pedido de extradição sob suspeita de encobrir os culpados pelo assassinato de seu próprio irmão.

[89] BURKI, Shahid Javed & EDWARDS, Sebastian. "A América Latina e a Crise Mexicana: Novos Desafios", *in: A nova América Latina*, LANGONI, Carlos Geraldo. São Paulo, FGV, 2ª. edição, 1997, p.5.

A cada assassinato de repercussão nacional, maiores eram os boatos a respeito das ações da camarilha mafiosa governamental do tráfico de drogas. Do ponto de vista da geopolítica do narcotráfico, o México tinha se tornado um país estratégico[90]. Além disso, estes assassinatos provocavam turbulências na credibilidade mexicana perante as instituições financeiras internacionais e a cada morte, a sinalização de uma possível fuga de capitais era o assunto dos operadores das bolsas mexicana nos dias seguintes. Isto não quer dizer que somente os assassinatos explicam a queda das bolsas, mas não deixam de ser um dos seus componentes no que se refere às boatarias cotidianas que permeiam as oscilações das cotações e movimentações de capitais especulativos.

---

[90] "Desde a década de 60 a maconha vinha sendo cultivada no país e exportada, porém esse tráfico se restringia (ou melhor, se estendia) a algumas regiões dos EUA, tais como o norte da Califórnia e o Kentucky. A produção de heroína começou em escala limitada nos anos 70. A grande mudança veio nos anos 80, quando a formação das redes de tráfico globais, aliada à vigilância redobrada sobre as rotas tradicionais do Caribe e da América Central para os Estados Unidos, levou os cartéis colombianos a dividirem com os cartéis mexicanos parte das atividades do tráfico para os EUA numa relação em que os mexicanos passaram a receber uma quantidade de cocaína equivalente ao que fossem capazes de contrabandear para os EUA a serviço dos colombianos. O volume do narcotráfico cresceu assustadoramente, dando origem a poderosos cartéis mexicanos: em Tamaulipas e no Golfo, sob o comando de Garcia Abrego; em Ciudad Juarez, chefiados por Amado Carrillo; e em Tijuana, pelos irmãos Arellano Felix, entre outros. A essas atividades acrescentaram-se os lucrativos negócios gerados pela produção e tráfico de heroína. Em seguida, vieram as anfetaminas. Depois, tudo o que se possa imaginar. Transformados em dezenas de bilhões de dólares. Para trabalharem de modo tranqüilo e profissional, preferiram adotar o modelo de Cali ao de Medellín. Evite matanças desnecessárias, seja discreto. Aja calmamente e com eficiência. Compre quem quer que seja necessário: polícia, investigadores, juízes, promotores, funcionários do governo local e federal e caciques do PRI, de preferência grandes. Cada dólar investido na corrupção é sinônimo de lucro certo porque estabelece uma rede que, ao se estender, multiplica as formas de proteção e garante o silêncio. Assim, enquanto a nova elite tecnopolítica do México preocupava-se em integrar-se à economia global, segmentos significativos do aparato tradicional do PRI, juntamente com autoridades de diversas agremiações políticas, criaram sua própria conexão com a 'outra economia global'." (CASTELLS, Manuel. *O poder de identidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, pp.329-330.) "A grande pergunta era se as novas máfias da droga já haviam convertido o México em uma narco-democracia, um país no qual os narcotraficantes já haviam se tornado intocáveis. Haviam estado por trás do assassinato do cardeal de Guadalajara, Posadas Ocampo, cuja cidade era indicada por alguns investigadores como a Wall Street para de lavagem de dinheiro dos negócios mexicanos? Foram eles que mataram Colosio? Zedillo não tinha as respostas naquele momento, mas estava claro que os cartéis mexicanos da droga podiam converter-se facilmente – se é que já não haviam se convertido – em um perigoso fator de desestabilização." (OPPENHEIMER, Andres. *En la fronteira del caos, op. cit.* pp. 176-177.) [Tradução nossa] "A onda de privatizações havia reduzido significativamente a margem de manobra econômica da elite governante, e isto constituía um fenômeno dramático em um país onde, como já havia observado o escritor Alan Riding em seu livro de 1984 *Vizinhos Distantes*, a corrupção era o óleo que fazia girar a máquina de governo e o pagamento que mantinha unida as alianças políticas. Agora, cada camarilha do PRI estava lutando por sua própria sobrevivência, competindo por fragmentos de 'bolo' econômico cada vez menor. O mais provável é que havia somente um grupo de malfeitores por trás dos assassinatos de Posadas, Colosio, Ruiz Massieu e os muitos que vieram depois deles. As centenas de quadrilhas dentro dos 2.400 órgãos da lei, os diversos caciques regionais do PRI, os dirigentes das camarilhas do partido governante que haviam sido marginados do poder nos últimos anos, os ex-funcionários do governo de Salinas que queriam estender sua influência política para além do sextênio, todos tinham motivos para fazer uma demonstração de força na tentativa de sobreviver em um sistema de alianças políticas que se estava desaparecendo. Isso não era o México dos anos 10; era a Chicago dos anos 30." Idem pp. 322-323.

Quando em 15 de novembro de 1994 o *Federal Reserve* aumentou as taxas de juros domésticos em 0,75%, uma elevação acentuada para os padrões dos EUA, a saída de capitais do México ganhou velocidade, drenando as reservas mexicanas. Cada 0,5% de aumento na taxa de juros nos EUA, significava US$ 5 bilhões que migravam do México para as Bolsas americanas. A taxa de juros anuais nos EUA que vinha caindo desde 1990, passando de 11% em 1989 para 6% em meados de 1992 (tabela 11) manteve uma oscilação lentamente ascendente até o 2° trimestre de 1994 e em novembro daquele ano tinha passado para 8,1%. Entre os juros altos num país com turbulências políticas e a confiabilidade na solidez do mercado estadunidense, os investidores optaram pela segunda, e gradativamente a fuga de capitais de curto prazo ia se desenvolvendo, obrigando o aumento da taxa de juros mexicanos para tentar segurar e reatrair estes capitais.

**Tabela 11**

**Taxa de juros nos EUA em % (média anual)**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1980 = 15,60 | 1985 = 10,00 | 1990 = 10,00 | 1995 = 8,75 |
| 1981 = 18,00 | 1986 = 8,30 | 1991 = 8,20 | 1996 = 8,25 |
| 1982 = 14,60 | 1987 = 8,50 | 1992 = 6,00 | 1997 = 8,50 |
| 1983 = 10,80 | 1988 = 9,50 | 1993 = 6,00 | 1998 = 8,25 |
| 1984 = 12,00 | 1989 = 11,00 | 1994 = 7,30 | 1999 = 8,00 |

Fonte: *Federal Reserve.*

As turbulências com os guerrilheiros zapatistas continuavam. Descontentes com o impasse nas negociações com o governo, no dia da posse de Zedillo (01/dez/94) romperam o cerco militar do governo ocuparam pacíficamente 38 municípios e bloquearam estradas no estado de Chiapas, sua área de atuação. A ofensiva zapatista apesar de não ter disparado um só tiro, foi suficiente para colocar em debandada os especuladores, que há muito tempo já vinham, discretamente, retirando seu dinheiro do país.

No dia 8 de dezembro, ocorreu a posse simultânea de dois governadores em Chiapas em condições adversas. Um deles era o representante institucional Eduardo Robledo Rincón, eleito em Chiapas e pertencente ao PRI, permaneceu como governador durante sessenta e nove dias, concluindo seu mandato com a apresentação de sua licença de onze meses em razão do incremento de ações de resistência civil contra o seu

governo. Posteriormente foi nomeado embaixador do México na Argentina e depois secretário da Reforma Agrária. O outro era Amado Avendaño, que se definiu como governador em rebeldia que recebeu o "bastão de mando" dos próprios índios – símbolo de autoridade que recebem os indígenas eleitos para um cargo a serviço da comunidade. Num só estado, estavam estabelecidos dois poderes distintos.[91]

As contas governamentais deficitárias e a instabilidade política mexicana abalaram as Bolsas e somente no dia 16 de dezembro, mais de US$ 2,5 bilhões deixaram o México. Nem assim o presidente eleito e sua equipe econômica se convenceram de que teriam de mudar a política cambial. A desvalorização, quando veio, deu-se de uma maneira improvisada e caótica. Dos US$ 25 bilhões que o México possuía em suas reservas em meados de 1994, só restavam US$ 6 bilhões na semana anterior ao Natal. Numa tentativa de manter os recursos investidos no país, o BC mexicano aumentou as taxas de juros dos títulos de curto prazo de 13% para 17%. Era tarde demais e o pânico já havia tomado conta dos mercados. No dia 19 de dezembro, Zedillo foi informado da fuga de US$ 1 bilhão em menos de 24 horas e atribuiu ao EZLN a instabilidade financeira. O mundo só soube que o governo iria desvalorizar a moeda, quando o ministro da Fazenda, Jaime Serra Puche, anunciou num programa de auditório no horário nobre, que a banda de flutuação do peso em relação ao dólar saltaria para 3,5 para 4 pesos (15%).[92] Era um sinal evidente de desespero e mesmo assim, Serra afirmou à imprensa na manhã seguinte que não se tratava de uma desvalorização mas de uma medida para amenizar o problema do elevado déficit comercial e a rápida diminuição das reservas cambiais. Esta ampliação da variação da banda cambial acabou por detonar uma corrida dos investidores estrangeiros ao dólar, levando à diminuição das reservas cambiais, obrigando o governo a abandonar as bandas e desvalorizar o peso.

O dia 20 de dezembro de 1994 foi a "terça-feira negra" e estopim da crise mexicana. Com a desvalorização do peso em 15%, a Bolsa de Valores caiu 23% – a

---

[91] NAVARRO, Luis Hernández. "Chiapas um ano depois", *La Jornada*, 19/12/1995, *in*: *Chiapas – Construindo a esperança*, ARELLANO, Alejandro Buenrostro y & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.), São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp.75-78.

[92] "Jaime Serra, anunciou que não haveria mudança na política cambial do México. Mas em 20 de dezembro, como as reservas continuavam a esvair-se do banco do México, Serra reduziu o limite inferior da faixa da taxa de câmbio de 3,47 para 4 pesos o dólar – mais de 13 por cento. A taxa do mercado caiu numa proporção quase igual. (Para dirimir possível confusão, é preciso observar que na América Latina a taxa de câmbio é expressa em termos de pesos por dólar, é uma desvalorização do peso é caracterizada como um aumento da taxa. Desse ponto de vista, o limite superior de faixa foi elevado em cerca de 15 por cento.)" SOLOMON, Robert. *Dinheiro em movimento*, Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 197.

quinta maior baixa em 1994, e a maior desde 1987[93]. Era um golpe duro no recém-empossado presidente. A sucursal do *Federal Reserve* de Nova Iorque arranjou um encontro às pressas de investidores internacionais com o ministro Serra Puche. No final do evento – que ficou conhecido como o "encontro tempestuoso" – o ministro não conseguiu impressioná-los e houve em dois dias uma fuga de US$ 4 bilhões e a taxa de câmbio mexicana caiu um terço em três dias.

Em 22 de dezembro, permitiu-se a flutuação do peso. Entre o dia 20 e o dia 29, US$ 8 bilhões já tinham abandonado o país, então neste dia o Ministro da Fazenda pediu a renúncia para não ser defenestrado e foi substituído pelo ministro das Comunicações Guillermo Ortiz Martinez. Vale lembrar que a substituição de ministros em momentos de crise cambial, busca soar aos investidores externos como um sangue novo na equipe econômica, que não carrega o ônus do desgaste e falta de credibilidade, e que o novo membro vai se empenhar nas negociações e estabilizará a economia com mudanças devidamente acordadas com os credores. Fernando Henrique Cardoso assim procedeu em janeiro de 1999 na desvalorização abrupta do real, quando trocou o presidente do Banco Central Gustavo Franco por Francisco Lopes.

O peso mexicano entrou em queda livre, fora do controle das autoridades monetárias do país, sendo desvalorizado 40% em apenas uma semana. Em lugares tão distantes como a Turquia, a Polônia, a Argentina, a Tailândia e o Marrocos, as ações desvalorizavam-se, igualmente fulminadas pelo "Efeito Tequila", termo popularizado pela grande imprensa internacional.

As reservas cambiais mexicanas caíram de US$ 14 bilhões em novembro para US$ 5,5 bilhões no início de janeiro. Os US$ 104 bilhões de recursos externos que ingressaram no México entre 1990 e 1994[94], pareciam dar confiabilidade à comunidade financeira internacional perante a economia mexicana, a prática do *wishful thinking*[95] também esteve presente entre os investidores que buscaram tirar o maior proveito possível na Bolsa Mexicana, mesmo diante de todas as turbulências políticas ocorridas durante 1994, daí muitos especuladores terem mantido seus capitais no México até ser deflagrada a crise.

---

[93] *Cadernos do Terceiro Mundo*, fev/95.
[94] TREUHERZ, Rolf Mario. *Manual das crises para países emergentes – Sinais de alerta e medidas preventivas*, São Paulo, Futura, 2000, p. 17.
[95] Wishful thinking – pensamento desejoso, tendência de iludir a si próprio.

## 3.3. O pacote de ajuda internacional

Num esforço para convencer o Congresso dos Estados Unidos a aprovar um pacote de US$ 20 bilhões em empréstimos de emergência ao México, o presidente Bill Clinton argumentou que esta era a única maneira de impedir um colapso do sistema financeiro, com conseqüências nefastas para a economia estadunidense e mundial. Além dele, Alan Greenspan (o presidente de *Federal Reserve*) e o megainvestidor George Soros descreviam em tons apocalípticos as conseqüências de uma eventual rejeição do plano de ajuda ao México. Para George Soros, a crise financeira poderia evoluir para uma situação "tipo 1929".[96]

O risco de contágio mundial era iminente, mas quando um mega-investidor como George Soros pronunciava frases bombásticas na perspectiva da catástrofe, estava na verdade fazendo um terrorismo psicológico para forçar a aprovação do Congresso dos EUA, com o qual todos os investidores como ele próprio se beneficiaria. Todavia, o Tesouro dos EUA enquanto credor ganharia com esse pacote, pois as taxas de juros cobrados pelo empréstimo reembolsariam os investidores que perderam com a crise mexicana. Contudo, ao mesmo tempo este era o argumento dos congressistas que eram contrários ao pacote, que afirmavam categoricamente de que se tratava de financiar bilionários.

Bill Clinton juntamente com o secretário do Tesouro Robert Rubin e o chefe da Casa Civil Leon Panetta, comandaram uma comissão de emergência formada por representantes de todos os setores envolvidos na política exterior e econômica do EUA, do *FED* e Conselho de Segurança Nacional. Esta operação foi apelidada pelo jornal *Washington Post* como a Operação de Escudo do Peso, parodiando a Operação Escudo do Deserto na Guerra do Golfo de 1990.[97]

Durante três semanas de negociações ininterruptas com o governo mexicano, o problema parecia resolvido quando Bill Clinton anunciou que ninguém precisaria recear que o México desse o calote em seus credores estrangeiros pois os EUA apoiariam a economia mexicana com a promessa de créditos na ordem de US$ 40 bilhões. Conforme a crise se agravava, o EZLN denunciava a situação calamitosa que o governo tinha deixado o país e que o choque entre opositores e partidários do governador de Chiapas

---

[96] *Folha de S.Paulo*, 29/jan/95.

[97] MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN Harald. *A armadilha da globalização*. São Paulo, Editora Globo, 6ª. edição, 1999, p.64.

nos primeiros dias de 1995 tinham resultado na morte de sete pessoas. Cuauhtémoc Cárdenas, líder do PRD, propôs que fosse formado um governo de salvação nacional, com renovação total e plural do governo e que Zedillo pedisse a renúncia. O PAN estimulava os cidadãos a votarem contra o PRI nas cinco eleições estaduais que aconteceriam naquele ano.[98] Enquanto isso, nas bolsas mexicanas corriam boatos de que os EUA imporiam ao México o rompimento imediato das relações diplomáticas com Cuba, além do controle da imigração, privatização da PEMEX e reformas políticas para conceder o empréstimo de US$ 40 bilhões, o que causou indignação e revolta do secretário de energia mexicana – Ignácio Pichardo – e dos membros da Comissão de Energia da Câmara dos Deputados que afirmaram em comunicado que : "a propriedade da nação sobre seus recursos energéticos, entre eles o petróleo, é inalienável".[99] Boatos à parte, de concreto havia somente as declarações de Zedillo que se estudaria reformas constitucionais que permitiriam um maior equilíbrio orçamentário, acesso dos investidores estrangeiros ao sistema de comunicações por satélites e às estradas de ferro.[100]

Enquanto os empréstimos não chegaram, conforme foram passando os primeiros dias de janeiro, aqueles especuladores que ainda mantinham suas aplicações no México, caso insistissem em manter sua carteira no país estavam correndo um sério risco, pois as reservas cambiais estavam se esgotando. Em primeiro lugar, o BC mexicano estava até então "queimando" cerca de US$ 500 milhões diários para tentar segurar a cotação do dólar, ou seja, fez intervenções na Bolsa vendendo dólares mais baratos para tentar segurar a cotação, o que não surtiu o resultado esperado e somente aumentou o pânico dos especuladores. Em segundo lugar, as mercadorias importadas pelos mexicanos estavam subindo a níveis impagáveis, o que era complicado para a economia do EUA, devido aos seus milhares de empregos comprometidos diretamente com o comércio bilateral estabelecido pelo NAFTA. Em terceiro lugar, não havia a garantia que Bill Clinton – membro do partido democrata – convenceria o congresso dos EUA para liberar um montante tão elevado, os adversários republicanos eram maioria no congresso e se oporiam prontamente. As pesquisas de opinião pública indicavam que 81% dos estadunidenses eram contra a ajuda ao México, Bill Clinton teria que negociar politicamente com seus adversários republicanos, o que levaria alguns dias de

---

[98] *Folha de S.Paulo*, 17/jan/95.
[99] *Folha de S.Paulo*, 20/jan/95.
[100] *Folha de S.Paulo*, 21/jan/95.

negociação e seria tarde demais para o México. Além disso, a possibilidade de uma derrota na votação contra os republicanos não poderia ser descartada e o desgaste político poderia comprometer a campanha presidencial à reeleição. Durante todo o mês de janeiro de 1995, Bill Clinton buscou convencer o congresso a ceder os empréstimos, enquanto isso:

> "Em todas as bolsas importantes do mundo – de Cingapura a Londres e Nova York – mais de uma dúzia de moedas sofreram pressão simultaneamente. O zloti polonês desvalorizou-se tão depressa como o bath da Tailândia ou o peso argentino. Subitamente investidores em todos os chamados 'mercados emergentes' se desfaziam de ações cotadas nas bolsas de títulos públicos. Como imediatamente convertiam os resultados de suas vendas em moedas fortes – dólar, marco, franco suíço e iene -, junto com as cotações dos títulos também caíam as moedas nas quais foram emitidos. Isso aconteceu em países tão diversos quanto a Hungria e a Indonésia, que economicamente nem mantinham relações entre si. Pela primeira vez na História, os diretores dos bancos centrais dos países do Sudeste Asiático reuniram-se num encontro de emergência. Arrastados por uma dinâmica comum a todos e pela qual não eram responsáveis, precisaram encarecer artificialmente suas moedas por um sensível aumento nas taxas de juros, a fim de manter o bom humor dos investidores. Argentina, Brasil e Polônia seguiram o exemplo."[101]

A partir de 20 de janeiro, foi a vez da cotação do dólar cair, já sinalizando na maior economia do mundo o que significaria o adiamento de uma solução para a crise mexicana. A demonstração de desespero de Clinton e seu comitê de emergência davam-se exatamente porque eles tinham clareza que a crise mexicana afetaria direta e rapidamente o seu país. Isto fica claro, de acordo com as suas próprias do presidente estadunidense:

> "Eu sei que para alguns nós não deveríamos nos envolver com o México. Eles dizem que a América já tem suficientes problemas em casa sem ter que se preocupar com o que está acontecendo em outros lugares. Existem outros que gostariam que o nosso envolvimento fosse maior – ir além do que demanda a presente situação, ou do que é apropriado, mas nós devemos ver

[101] MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN Harald. *op. Cit.* p.64.

nisto o que realmente é: este não é apenas um problema financeiro para o México, é um desafio para a América. O México já é nosso terceiro parceiro comercial. O sustento de milhares e milhares dos nossos trabalhadores depende da continuidade do crescimento das nossas exportações para o México. Este é o motivo pelo qual nós não devemos recuar, mas estender a mão."[102]

Alan Greenspan procurando sensibilizar os senadores estadunidenses, declarou:. "O início de uma maciça fuga de capitais, para moedas mais fortes como o iene e o marco alemão, ameaça a tendência global para uma economia de mercado e para a democracia."[103] Para garantir que o México cumpriria com as suas obrigações quanto aos empréstimos, ficou acertado que o país se comprometia a pagar com as rendas do petróleo. A pressão feita por Greenspan e a Comissão de Emergência atenuaram por alguns dias o estado de pânico nas bolsas, tentando ganhar tempo até que os acordos políticos no Congresso estadunidense fossem firmados. O tempo não foi suficiente. No dia 30 de janeiro:

"Logo após as 20 horas daquela noite, o chefe da Casa Civil de Clinton, Leon Panetta, recebeu dois telefonemas: um do novo ministro da Economia mexicano, Guilhermo Ortiz, e outro do líder da maioria republicana na Câmara dos Deputados, Newt Gingrich. O mexicano relatou que seu país estava acabado: as últimas reservas em dólares haviam-se esgotado. Se o refluxo de capitais não fosse parado, ele precisaria restringir a troca de pesos por dólares e acabaria com dez anos de esforços pela integração do México no mercado internacional. A notícia de Gingrich não era mais otimista. Em curto prazo não haveria maioria no Congresso para aprovar o crédito ao México, declarou o republicano ao seu adversário na Casa Branca. O presidente teria de assumir a responsabilidade sozinho, já que não poderia contar com o apoio do Congresso. Restou a Clinton e sua equipe o já elaborado 'Plano B', como Panetta relatou mais tarde."[104]

---

[102] "Remarks at the Department of the Treasury, Washington, DC, 18/jan/95. *U.S. Department of State Dispatch*, 23 de janeiro de de 1995, p.46.", *in*: AYERBE, Luis Fernando. *op.cit.* p.181.
[103] *Financial Times*, 26/01/95 [Tradução nossa].
[104] MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN Harald. *Op. cit.* p.65.

A solução encontrada foi sacar US$ 20 bilhões de um fundo do Tesouro dos EUA, destinado originalmente a resguardar o dólar contra ataques especulativos nos mercados de moedas e cujo conhecimento de sua existência restringe-se a poucos membros da Casa Branca. Somente este montante era insuficiente para salvar a economia mexicana e, portanto foi contatado imediatamente o diretor do FMI Michel Camdessus. Este, numa atitude inédita, já havia levantado duas semanas antes, US$ 7,8 bilhões, a maior quantia permitida pelos estatutos da entidade através do comitê interno de relatores. A quantia não era ainda suficiente e não havia tempo para discussões e acordos políticos. Desconsiderando todas as normas do FMI, sem dar margem para negociações, mandou avisar Bill Clinton que concederia US$ 17,8 bilhões sob protestos de governos europeus da Alemanha, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Suíça e Noruega que se abstiveram de votar a aprovação do empréstimo na reunião do FMI, objetando que o pacote tinha sido apresentado como um *fait accompli* (faça-se cumprir) e praticamente sem consulta prévia. Atitude semelhante foi tomada por Andrew Crocket, presidente dos BIS[105] que entraria com empréstimos de US$ 10 bilhões. Os governos latino-americanos se responsabilizariam com um montante no intervalo entre US$ 1 bilhão e US$ 2 bilhões. O Japão e o Canadá também estavam dispostos a contribuir com o que fosse necessário para evitar o contágio da crise. Estava concretizado o "Plano B", em menos de 24 horas, meia dúzia de tecnocratas totalmente fora das pressões e do controle parlamentar conseguiu montar um programa de auxílio somente inferior em termos relativos ao Plano Marshall. A diferença é que o Plano Marshall foi para reconstruir a economia européia capitalista arrasada pela guerra enquanto o dinheiro atual era para salvar um único país que não fazia parte do G-7, sequer estava entre as 15 maiores potências econômicas do planeta naquele momento. Sinal claro de um modelo econômico que não deu certo e cuja crise interna seria exportada pelo mundo.

Somente um mês e meio depois, em fevereiro de 1995, quando se anunciou um socorro financeiro que poderia atingir a cifra de US$ 50 bilhões para salvar o peso mexicano, é que o mundo das finanças conseguiu sentir um certo "alívio" – linguagem utilizada pela mídia –, embora os danos na economia mundial fossem evidentes. O

---

[105] *Bank for International Settlements* (Banco para Pagamentos Internacionais). Instituição financeira criada em 1930 e sediada na Basiléia (Suiça). Tem como objetivo promover a cooperação entre os bancos centrais e facilitar as operações financeiras internacionais. Funciona, sobretudo, como coordenador de movimentações financeiras internacionais de curto prazo. Muitas das funções que lhe cabia exercer passaram, entretanto, para o FMI, embora o BIS tenha mantido, no âmbito europeu, o papel de banco dos bancos centrais. É dirigido por representantes dos bancos centrais da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Suiça, Holanda, Bélgica e Suécia. (Sandroni, Paulo. *Novo Dicionário de Economia, Op. cit.* p.23)

mercado de ações do México caiu 48% em menos de três meses, o argentino 31%, o brasileiro 37%, o chinês 10%, o indiano 13%, o filipino 21% e mesmo o chileno, considerado a economia mais estável da América Latina, caiu 18% durante o período do pânico.[106]

As cifras da ajuda latino-americana ainda não estavam acertadas, mas acabou sendo dispensada por ser desnecessária e o Banco do Canadá entrou para auxiliar com US$ 1 bilhão. O montante de quase US$ 50 bilhões – US$ 49,8 bilhões para ser preciso - foram suficientes para tranqüilizar os especuladores mundiais, sendo desnecessária a ajuda oferecida por parte do Japão. Desse montante, os US$ 17,8 bilhões que vieram do FMI, correspondiam a inéditos 688% da cota do México, percentual superior àqueles concedidos à Tailândia e Indonésia - cerca de 500% cada um – na posterior crise asiática de 1997.

Evidentemente não adiantaria cada país latino-americano emprestar uma quantia "simbólica" e em seguida correr ao FMI para pedir dinheiro para cobrir o rombo do efeito tequila na sua economia. Mas se o empréstimo concedido pelos países ricos não fosse suficiente, caberia aos latino-americanos conceder o seu "quinhão" em milhões de dólares para salvar o México quer por vontade própria, quer por imposição das instituições internacionais.

O governo brasileiro tinha prometido um empréstimo de US$ 300 milhões, numa decisão que acabou por trazer um dos primeiros aborrecimentos ao presidente recém-empossado Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em primeiro lugar, por que a concessão de um empréstimo externo poderia significar pressões internas para arrancar verbas para investimentos municipais, estaduais e outros, o que provocaria desgastes políticos de sua imagem pessoal, além de comprometer a política econômica vigente do Plano Real. Em segundo lugar, pela maneira tortuosa com que a notícia foi anunciada. Estranhamente, quem comunicou a participação do Brasil na ajuda mexicana foi o presidente da Argentina, Carlos Menem, numa entrevista coletiva no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça[107]. No mesmo pacote latino-americano, entrariam também a Argentina, o Chile e a Colômbia.

Quase a metade dos empréstimos derivavam dos parceiros do NAFTA - EUA e Canadá. Os US$ 3 bilhões concedidos ao México na crise de 1982, comparado com os US$ 50 bilhões demonstravam a magnitude da fuga dos capitais. Desse montante, 60%

---

[106] *Financial Times*, 16/mar/95.
[107] *Folha de S.Paulo*, 29/jan/95.

foi utilizado para cobrir imediatamente o rombo e o restante mantido enquanto reserva cambial que, com os juros altos, foram consumidos na rolagem da dívida pública. Conforme confessou Robert Rubin num almoço fechado com investidores em Washington, no dia 2 de fevereiro: "Se deixássemos o México quebrar, toda a proposta de economia liberal estaria morta e enterrada no Terceiro Mundo".[108] O montante emprestado ao México equivalia a mais de uma década de exportações brasileiras.

Em fevereiro de 1995, numa conferência organizada pelo Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Harvard, o diretor de um grande fundo de investimento, que pediu que o mantivessem no anonimato, afirmou que a crise mexicana selava uma nova definição para os países emergentes: "aqueles mercados dos quais não se pode emergir em uma emergência" e cuja avaliação era de que pelo menos os fundos de pensão deveriam se retrair nos mercados emergentes. Naquele mesmo mês, numa reunião dos ministros da Fazenda do G-7 concluíram que o FMI deveria aumentar a "vigilância" sobre a economia mundial e que tivesse um sistema de sinais prévios que indicassem se algum país estava caminhando para uma crise cambial. Durante a reunião, o presidente do Banco Central alemão, Hans Tietmeyer, marcou sua posição afirmando que esperava que tal tipo de empréstimo do FMI não se repetisse e que a comunidade internacional não deveria criar novos fundos para assistir países tais como o México, pois isto poderia levar a um *moral hazard* (risco/perigo moral), dando incentivo a outros países para que seguissem políticas imprudentes, na expectativa de que ao mergulhar na crise, o G-7 iria salvá-los.[109]

Esta foi a maior operação de salvação financeira mundial desde o Plano Marshall[110], enquanto os recursos do Plano Marshall serviram para financiar o reerguimento espetacular da economia européia, portanto para investimentos na esfera da produção capitalista, o México praticamente não viu a cor do dinheiro nos seus cofres, pois este estava sendo utilizado para cobrir o rombo financeiro.

Jorge Castañeda, um dos mais destacados intelectuais mexicanos – que viria a ser ministro no governo de Vicente Fox – via três explicações políticas para a crise que o país atravessava. A primeira era que depois das dificuldades e dos compromissos assumidos por Salinas e Clinton diante do Congresso estadunidense para conseguir a

---

[108] *Veja*, 11/jan95.
[109] *Folha de S.Paulo* 12/fev/95.
[110] "Entre 1948 e 1952, quando os Estados Unidos colocaram na Europa, para consolidar seu império e reconstruir o continente destruído pela Segunda Guerra Mundial, US$ 13 bilhões — o equivalente a US$ 82 bilhões em valores de hoje." Fuser, Igor. *Op. cit.* p. 200.

aprovação o NAFTA, a hipótese de uma desvalorização nos meses seguintes estava simplesmente descartada porque teria confirmado as suspeitas de que o México pouco depois da assinatura do tratado, estaria facilitando suas exportações e prejudicando os empregos estadunidenses. Para Castañeda, dizer que o ajuste era imperativo ou inadiável era simplesmente inadmissível e, deste modo, Salinas tinha as mãos amarradas até pelo menos a metade do ano de 1994, pois a desvalorização seria trair os compromissos assumidos. O segundo fator político era que a reconquista da confiança das classes médias mexicanas pelo PRI, que se deveu em grande medida à estabilização de preços e da taxa de câmbio. A dinamização comercial e a apreciação real do peso colocaram as mercadorias importadas a preços acessíveis à disposição de milhões de consumidores mexicanos. Graças a isso, as fraudes das eleições de 1988 foram dirimidas e o PRI recuperou o Distrito Federal e o Estado do México, ou seja, um quarto do país. Desvalorizar seria voltar a perder esses segmentos cruciais do eleitorado, o que antes das eleições de agosto de 1994 era simplesmente inconcebível. O terceiro e último fator político residia na dinâmica presidencial mexicana e a ansiedade de cada mandatário do país em não desvalorizar. "Presidente que desvaloriza é presidente desvalorizado", dizia López Portillo em 1982. Carlos Salinas jamais iria desvalorizar a moeda enquanto pudesse evitá-la. O que estava em jogo era o seu papel na história do México, ou seja, sua credibilidade e a possibilidade de assumir um cargo à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC) após sua gestão presidencial.[111]

O engessamento dos compromissos assumidos com o EUA, a manutenção da boa imagem do PRI para a vitória do candidato do governo sem a necessidade de fraudes, a vaidade pessoal em passar para a história como o primeiro presidente latino-americano que aplicou um plano de estabilização que deu certo e estava levando o país para o Primeiro Mundo e a ambição em ocupar um cargo futuro de prestígio mundial fez com que a desvalorização fosse postergada ao máximo e o país pagou caro por isso.

Ao assumir a presidencial no dia primeiro de dezembro de 1994, Zedillo estava diante de uma economia doméstica alquebrada. O peso supervalorizado vinha provocando ao longo da gestão de Salinas uma avalanche de importações, que comprometiam não somente os empregos dentro do seu país, bem como afetavam as contas públicas, pois os constantes déficits mensais da gestão anterior, praticamente tinham esgotado as reservas cambiais do país. De acordo com o Banco do México (BC)

---

[111] *Folha de S.*Paulo, 08/jan/95.

as reservas internacionais que em março de 1994 chegavam a US$ 24 bilhões, no final de dezembro tinham caído para US$ 6,15 bilhões e no início de janeiro de 1995 restavam apenas US$ 3,48 bilhões.[112] Ao longo de ano de 1994, as agitações do movimento zapatista, os assassinatos políticos de Colosio e Ruiz Massieu causaram pânico nos grandes especuladores que trocaram seus dólares e foram embora, comprometendo ainda mais as reservas cambiais. Para um país que tinha passado seis anos com câmbio forte e ínfimas oscilações, quando o presidente Zedillo tentou fazer uma maxidesvalorização controlada de 15%, os especuladores se apressaram em fugir do país, detonando o estopim da crise.

## 3.4. Atravessando o rubicão

Os bilionários Carlos Slim Helú e Emilio Azcárraga foram rebaixados no *ranking* da revista *Forbes* de 1995 pois seus patrimônios em moeda mexicana passaram a valer 40% menos do que em dezembro de 1994. Mesmo assim, Slim e Azcárraga perderam menos do que a maioria dos mexicanos pois converteram grande parte de suas dívidas em dólares para pesos poucos dias antes da desvalorização. Slim saiu-se com uma desculpa "Quando *tacos* e *guacamoles* importados começaram a aparecer nas lojas mexicanas", explicou, "ficou claro que o peso estava supervalorizado." Azcárraga que se autoproclamava soldado do presidente, em agosto de 1994 havia conseguido um empréstimo de um bilhão de dólares em pesos, que foi parcialmente utilizado para reestruturar sua dívida externa que foi reduzida de 58% para 36%, o que não seria possível de fazer após a desvalorização do peso porque a redução seria insignificante.

Segundo um relatório do FMI, a pressão sobre as reservas internacionais mexicanas ao longo do ano de 1994 e sobretudo após 20 de dezembro, veio primeiramente dos investidores residentes no México. [113] As atitudes de Carlos Slim e Emilio Azcárraga foram os sinais evidentes que o relatório do FMI estava correto. Conforme os argumentos do economista-chefe para Políticas Monetárias Internacionais do *Federal Reserve*:

---

[112] *Folha de S.Paulo*, 03/fev/95.
[113] "*International Capital Markets*, ago/95, p. 7-8", *in*: SOLOMON, Robert, *op.cit.* p.198.

"Embora o ex-ministro das Finanças Serra[114] tenha expressado dúvida sobre essa tese, Jeffry Frankel e Sergio Schmukler[115] fornecem apoio empírico a ela. Eles examinaram em Nova York os preços de empresas mexicanas de investimento cuja estrutura de capital é fixa (que se contrapõem às empresas de investimento de capital flexível, também conhecidas como de fundos mútuos) e compararam-nas com os valores de ativos líquidos dos fundos (VAT) – isto é, 'o valor agregado do patrimônio líquido constituinte, avaliado nos preços de ativos locais, embora traduzidos em dólares americanos.' Partiram da suposição de que o preço de Nova York para o fundo do país 'reflete melhor a informação e as expectativas dos investidores internacionais, enquanto o VAT, que é determinado na Cidade do México, reflete melhor a informação e as expectativas dos investidores locais.' Descobriram que 'os VATs na Cidade do México caíram drasticamente em relação aos preços em Nova York, em dezembro de 1994.' Em outras palavras, os residentes locais desistiriam dos papéis negociáveis mexicanos antes dos investidores de Nova York."[116]

Alguns dias depois de ter recebido o pacote de ajuda para a economia, Zedillo estava sendo pressionado para que tomasse uma posição mais enérgica diante do conflito de Chiapas e já tinha recebido um informe confidencial do Secretário da Defesa, general Enrique Cervantes, que assegurou ao presidente que o exército poderia ocupar grande parte do território zapatista num lapso de seis horas e que se caso houvesse combates poderia aniquila-los em cinco dias na Operação Arco-Íris (o general dirigia o comando militar Arco-Íris em Chiapas). Em 12 de fevereiro seriam realizadas as eleições no estado de Jalisco e era quase certa a vitória do PAN, o que provocaria uma pressão por parte da linha dura do PRI a uma impugnação dos resultados. Para Zedillo, politicamente seria mais fácil afirmar suas credenciais democráticas reconhecendo a vitória do PAN e, ao mesmo tempo, para manter a firmeza do PRI e a credibilidade diante dos banqueiros de Wall Street que estavam vendo o México como um país instável, era necessário que houvesse por parte do governo, uma demonstração de força em Chiapas. Para tanto, em 9 de fevereiro Zedillo declara guerra ao EZLN e a seu dirigente subcomandante Marcos, cuja identidade é apresentada publicamente,

---

[114] Carta ao editor; *Economist*, 11/nov/95.
[115] "Country Fund Discounts and the Mexican Crisis of December 1994: Did Local Residents Turn Pessimistic before International Investors?" *Internacional Finance Discussion Papers Number* no. 563 (Washington, D.C.: Conselho de Diretores do Federal Reserv System, setembro de 1996), pp 2-4
[116] SOLOMON, Robert, *Op. cit.* p. 198.

depois de intensas investigações do governo em conjunto com a CIA, como Rafael Sebastian Guillén Vicente, um ex-professor de desenho gráfico da UNAM filial Xochimilco. Para Chiapas deslocaram-se 50 mil soldados – mais da metade do exército mexicano e lá permanecem até os dias atuais – para capturar Marcos e derrotar os zapatistas.

A Operação Arco-Íris resultou num fracasso total: nem capturaram Marcos, nem derrotaram os zapatistas. O EZLN tinha um sofisticado sistema de rádio na selva e conseguiram interceptar os comunicados das tropas que estavam se deslocando e se esconderam selva adentro.

No dia 15 de fevereiro de.1995, quando a moeda mexicana teve uma segunda grande queda depois do colapso de dezembro do ano anterior, os noticiários de TV fingiram que nada estava acontecendo. O peso havia caído 30% em relação ao dólar, provocando pânico nos mercados financeiros e no governo. Em lugar de tranqüilizar os investimentos, a recaída belicista de Zedillo provocou um terremoto no mercado financeiro, empurrando a economia mexicana em direção a um buraco sem fundo à vista, quinze dias depois de ter sido salva pelo pacotaço liderado por Washington.

O peso, que aparentemente tendia a se estabilizar em torno da cotação de 4,5 por dólar, despencou com a atabalhoada ofensiva militar, até atingir, cinco dias depois, a marca recorde de 6 por 1. A Bolsa veio abaixo, espalhando ondas de choque pelos mercados de ações em outras partes do mundo, e os juros que de dezembro de 1994 a fevereiro de 1995 tinham saltado de 15 para 80%, subiram ainda mais, atingindo 130% naquele ano para o desespero dos empresários mexicanos, atormentados por uma recessão que estava apenas no começo.[117]

O ano de 1995 foi marcado como um período de grandes dificuldades e sacrifícios para a maioria do povo mexicano. Logo nos primeiros dias, foi firmado um pacto envolvendo governo, empresários e representantes dos trabalhadores intitulado: "Acordo de União para Superar a Emergência Econômica" (AUSEE) com os seguintes objetivos: a) quanto ao governo: se comprometia reduzir o déficit em transações correntes do país (pois nos últimos anos as importações eram superiores às exportações), criar bases sólidas de crescimento econômico, impedir que a alta de preços decorrente da desvalorização cambial não se perpetuasse e recriasse a espiral inflacionária (uma vez que o país já era dependente de bens de produção e bens de

[117] GREIDER, William. *O mundo na corda bamba – Como entender o crash global.* São Paulo, Geração Editorial, 1998.p. 297.

consumo importados), o câmbio continuaria flutuando livremente, cortaria 1,3% de seus gastos do PIB, restringiria o crédito público, o sistema financeiro teriam uma maior abertura à participação de instituições financeiras do exterior, teria o compromisso em auxiliar o setor agropecuário em geral que estava em dificuldades e seriam realizadas novas privatizações no sistema ferroviário, telecomunicações, portos e aeroportos; b) quanto aos empresários: não sofreriam congelamento de preços pois "as empresas sacrificarão suas margens de lucro e limitarão seus aumentos a proporção que isto seja justificado pela alta de custos"; c) quanto aos trabalhadores: de antemão já se sabia que estes sofreriam perdas salariais, pois com o acordo firmado – na figura de Fidel Velázquez[118] –, não obteriam novos aumentos, ficando somente com os 7% (10% para os salários mínimos) que já estavam previstos desde o dia 20 de dezembro, cabendo à desvalorização a corrosão rápida disso.[119]

Os trabalhadores estavam representados na figura pelega de Fidel Velásquez que, na época tinha 95 anos de idade e exercia a direção da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM) durante muitas décadas e que fazia a política sindical que o governo queria, porque era também chefe do setor operário do PRI e afirmava que a disciplina partidária era o princípio mais sagrado que existia. No início de 1995, o dirigente acertou com o governo, que os trabalhadores colaborariam com sua parcela de sacrifício no acordo de pacto social, com o congelamento dos reajustes salariais nos seis primeiros meses do ano para compensar a desvalorização do peso em relação ao dólar. Os zapatistas também não tiveram participação no acordo porque naquele momento estavam totalmente rompidos com o governo.

A partir do momento que o governo firmou o "Pacto Social" com empresários e trabalhadores, o presidente Ernesto Zedillo, orientado pelo FMI e Banco Mundial, pode aplicar o plano de austeridade para saldar suas dívidas. Assim, o governo mexicano assumiu o compromisso de: 1) atingir cabalmente as metas firmadas com o FMI; 2) limitar a oferta de crédito interno do banco central a dez bilhões de novos pesos – o que equivaleria na época a menos de US$ 2 bilhões; 3) restringir a taxa de crescimento da base monetária (emissão de dinheiro) a níveis inferiores ao da inflação; 4) manter

---

[118] Na época, Fidel Velázquez, tinha 95 anos e exercia a direção durante muitas décadas da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM). Também era o chefe do setor operário do PRI e afirmava que a disciplina partidária era o princípio mais sagrado que existia. No início de 1995, o dirigente pelego acertou com o governo, que os trabalhadores colaborariam com sua parcela de sacrifício no acordo de pacto social, com o congelamento dos reajustes salariais nos seis primeiros meses do ano para fazer compensar a desvalorização do peso em relação ao dólar.

[119] *Folha de S.Paulo*, 04/jan/95.

elevadas as taxas de juros de curto prazo; 5) obter um superávit nas finanças públicas; 6) acelerar a privatização do que ainda restava nas mãos do Estado, em especial nos setores de transporte, telecomunicações e bancos; 7) facilitar a auditores nomeados pelo Tesouro dos Estados Unidos todas as informações solicitadas, "a fim de que possam constatar que estão sendo cumpridas todas as condições previstas nesse acordo"; 8) o governo se comprometia a depositar toda a receita obtida com as exportações de petróleo — uma média de US$ 7 bilhões de dólares por ano, numa conta especial do *Federal Reserve* em Nova York, como garantia do pagamento do empréstimo. Se o México não devolvesse os US$ 50 bilhões nos termos estipulados no acordo, os Estados Unidos embolsariam toda a renda do petróleo mexicano para ressarcir o prejuízo. Os últimos antecedentes da pressão para penhorar formalmente o petróleo como garantia do cumprimento de obrigações financeiras foi o Iraque de Saddam Hussein, depois de ter sido derrotado na Guerra do Golfo, em 1991 e a Venezuela, mergulhada numa grave crise econômica e recém passado pelo processo de *impeachment* do presidente Carlos Andréas Peres em 1994. Em ambos os casos a penhora foi rejeitada.

No mesmo dia em que se estabeleceu pacto social, o jornal *El Universal* mostrava que as estimativas feitas entre 22 empresas mexicanas com ações na bolsa com o câmbio a 4,90 por dólar, provocavam um aumento das dívidas das empresas em 45,6% pois suas receitas, em sua maioria, eram em pesos e não em moeda americana. A eventual quebra dessas empresas deixaria também o sistema bancário mexicano em uma situação de extrema fragilidade. O presidente Zedillo nada tinha pronunciado quanto às empresas endividadas e tinha se restringido em dizer apenas que queria reduzir o desequilíbrio comercial mexicano (importação maior do que exportação) e impedir que a desvalorização trouxesse de volta a inflação.[120]

A partir de março, com o apoio dos EUA e já se buscando atuar sobre os distintos setores da economia, foi estabelecido um novo programa emergencial intitulado PARAUSEE (Programa de Ação para Reforçar o Acordo da Unidade para Superar a Emergência Econômica) onde foram criadas unidades de investimentos (UDI) para dar mais estabilidade ao mercado financeiro; buscando soluções aos problemas das carteiras vencidas e dando apoio aos bancos em dificuldade. Além disso, iniciou-se um

[120] *Folha de S.Paulo*, 03/jan/95.

novo programa de privatizações, aumento dos preços e tarifas do setor público e elevou-se o imposto no valor agregado.[121]

O endividamento tinha atingindo não somente o governo. Oito em cada dez empréstimos que não puderam ser pagos, foram das pessoas físicas. A classe média foi surpreendida com dívidas acumuladas sobre seus cartões de crédito, hipotecas de imóveis e financiamento de veículos. Os mexicanos de todas as classes sociais, quer operários, quer pequenos médios ou grandes empresários, seja *campesinos*, seja *haciendados*, todos se viram numa mesma situação em comum, ou seja, todos eram inadimplentes. Quem adquiriu dívidas em dólares, passou rapidamente de inadimplente para insolvente.

O pacote governamental não alcançou os resultados esperados. Ao longo do ano as empresas nacionais e as pessoas físicas tornaram-se insolventes: o crédito diminuiu em 16,7%; as taxas de juros aumentaram – os Certificados de Tesouraria passaram a 13,7% em novembro de 1994 para 74,8% em abril de 1995 -, o que tornou impossível o pagamento das dívidas em dólares que se agravava a cada nova desvalorização. Em função da insolvência das pessoas e das empresas, os bancos, por sua vez, defrontaram-se com uma falência técnica, o que exigiu que se criassem diversos fundos, mecanismos e formas de intervenção para salvá-los. Entretanto a gestação do desastre bancário era anterior. Desde 1990, a partir da grande liquidez gerada pela abundância de capital externo, o sistema bancário recém-privatizado tinha aumentado em demasia a concessão de crédito. Em relação ao PIB, passou de 18% em 1988 para 22% em 1990 e 44% em 1995. Enquanto isso, entre 1989 e 1994, o governo Salinas arrecadou US$ 25 bilhões com as privatizações, de acordo com Wilson Cano:

> "Os anos 1995 e 1996 foram complicados para esse processo, dada a profundidade da crise, fuga e menor entrada de capitais, praticamente não se realizando nenhuma venda. Com a crise e a desvalorização cambial, 23 das 52 rodovias privatizadas retornaram para o Estado, dado o endividamento bancário que os concessionários haviam feito, emitindo títulos contra a renda futura de pedágio, cujos elevados preços tiveram de ser reduzidos em 15% para automóveis e 30% para caminhões. O prejuízo do Estado, ao assumir esses passivos, foi de 2,3 bilhões de dólares."[122]

---

[121] SOLÍS, Leopoldo. *Crisis económico-financeira 1994-1995*, Cidade do México, El Colégio Nacional/Fondo de Cultura Económica, 1996. p.117.
[122] CANO, Wilson. *Op. Cit.* p. 435-436.

Apesar dos empréstimos internacionais, o ano de 1995 foi marcado por uma fuga líquida de capitais de US$ 13,5 bilhões, depois dos ingressos líquidos de US$ 31 bilhões e US$ 12 bilhões, em 1993 e 1994, respectivamente. Em abril, foi aprovada uma legislação que abriu para o capital estrangeiro as áreas de transporte, estoque e distribuição de gás natural. Registrou-se uma macro-desvalorização do peso que passou da cotação 3,50 pesos por dólar em dezembro de 1994 para 7,50 em novembro de 1995. Se tal medida objetivava o incentivo às exportações, 80% delas ficaram a cargo de apenas 2,7% das empresas do país, sendo 40% destas, provenientes das *maquiladoras* que, importavam 97,3% de seus insumos. Segundo Wilson Cano:

> "agregam valor nacional que representa menos de 20% do faturamento exportado e, de outro, ao fato de que o restante da produção industrial exportada aumentou substancialmente a quantidade de componentes importados em seus produtos. Assim, o *sucesso* das exportações de manufaturas traz consigo o nocivo efeito de também causar aumentos mais que proporcionais nas importações de insumos e bens de capital."[123]

Os EUA tinham o maior interesse em resolver a crise mexicana, caso contrário, além da possibilidade de contágio mundial, as migrações ilegais em território estadunidense se intensificariam, agravando as contradições da remuneração salarial já existente no país porque a remuneração mínima de um trabalhador estrangeiro nos EUA era de US$ 4/hora, enquanto o salário-mínimo mexicano era US$ 90. Evidentemente, adentrar em território estadunidense era uma tarefa cada vez menos provável para os mexicanos devido à militarização das fronteiras. Na cidade de San Diego, em 1993 imigraram ilegalmente 531.689 pessoas, caindo para 166.151 em 1999,[124] enquanto que morreram entre 1996 e 1999 1.185 mexicanos que tentavam atravessar a fronteira, um número superior ao das mortes daqueles que tentaram atravessar o Muro de Berlim em 30 anos.[125] A crise acrescentou dois novos motivos para a imigração: 1) desemprego a partir da perda de pelo menos um milhão de postos de trabalho em 1995, além de cerca de um milhão de jovens que atingem a idade de ingressar no mercado de trabalho e não encontraram vagas; 2) a mudança cambial abrupta a partir de dezembro de 1994, fez com que cada dólar que um imigrante mexicano mandava para suas famílias passou a

---

[123] Idem, p. 447.
[124] *Newsweek*, 30 de agosto de 1999.
[125] CANO, Wilson. *Op. cit.* p.452.

valer 6 pesos, e não os 3,30 anteriores à crise. Conforme os dados do Banco do México, os milhares de mexicanos que residem legal ou ilegalmente, definitiva ou temporariamente nos EUA, enviam cerca de US$ 5,5 bilhões para os entes do país natal,[126] contribuiu para minimizar a miséria material de uma parte da população e do ponto de vista governamental melhora o desempenho das contas públicas, ou seja, das balança de serviços.

O PIB mexicano registrou uma queda real de 6,8%, a inflação saltou de 7% para 52%, o desemprego alcançou 25% da população economicamente ativa (PEA), os salários sofreram uma perda do poder aquisitivo na ordem de 55% e mais de 2,5 milhões de pessoas ficaram abaixo do limite da "pobreza extrema" e a partir de 1995 o peso desvalorizou-se intensamente nos anos seguintes (tabela 12).

**Tabela 12**

**Tipo de câmbio do peso em relação ao dólar dos EUA (Pesos por dólar)**
**Cotações do último dia do ano**

| Ano | Cotação |
|---|---|
| 1990 | 2,945 |
| 1991 | 3,071 |
| 1992 | 3,115 |
| 1993 | 3,106 |
| 1994 | 5,325 |
| 1995 | 7,643 |
| 1996 | 7,851 |
| 1997 | 8,083 |
| 1998 | 9,865 |
| 1999 | 9,514 |
| 2000 | 9,572 |

Obs.: Este tipo de câmbio é determinado pelo Banco do México
Fonte: INEGI

Mesmo com a ajuda financeira internacional em 1995, o grau de endividamento das empresas e das pessoas era altíssimo. Enquanto os juros reais oscilavam em torno de 10%, os juros dos empréstimos giravam em torno de 40%. Com isso, na Cidade do

[126] *El País*, 4 de janeiro de 1999.

México, os devedores já tinham se transformado num exército popular de protesto no qual participavam meio milhão de pessoas que se propunham a entrar e enfrentar os banqueiros quando estes estivessem prestes tomar os bens dos insolventes. Este movimento ficou conhecido como *El Barzón*. A palavra barzón vem do espanhol "jugo" ou, mais literalmente, a tira de couro que serve para atar o boi a peça de madeira com que ele puxa o arado. No México, utilizou-se a palavra barzón para referir-se ao peso da dívida.

*El Barzón* começou como um movimento rural espontâneo em 1993, quando o problema dos empréstimos não pagos já estava atingindo proporções alarmantes. A primeira ação política do movimento foi um comboio de tratores nas ruas para alertar os proprietários em geral do endividamento perante os bancos. Em março daquele ano houve uma mobilização nacional e foram bloqueados os escritórios dos coletores de impostos e dos fiscais bancários em todo o país. À medida que o modelo econômico de Salinas priorizava a busca de capitais de curto prazo, para atraí-los era necessário uma taxa de juros alta, o que refletia nos juros bancárias para pessoas físicas e jurídicas. Com a crise, entre dezembro de 1994 e fevereiro de 1995 as taxas de juros saltaram de 15% para 130% ao ano, disparando a inadimplência generalizada entre os mexicanos. Depois do pacote de ajuda, estas taxas caíram para 40%, o que mesmo assim se constituía numa taxa alta para os insolventes e foi neste momento que *El Barzón* tomou força:

> " 'Conseguimos interromper o confisco de caminhões e pequenos negócios', disse um dos líderes do movimento, Alfonso Ramírez Cuéllar, um antropólogo de 34 anos. 'Quando recebemos um apelo de alguém que está prestes a perder a casa ou o equipamento de trabalho, vamos lá e impedimos. El Barzón é a rebelião da classe média produtiva mexicana. Lutamos juntos, camponeses e empresários, indígenas e pequenos e grandes proprietários de terras.' Em Colonia Algarin, zonas sul da cidade, os escritórios do Barzón na capital funcionavam num acanhado prédio de apartamentos de dois andares. Um grande caminhão branco de mudanças ficava estacionado na esquina e, dentro dele, estavam os computadores e os documentos legais. Duas ou três vezes por semana, o caminhão era usado para impedir a execução de um devedor ou o confisco de uma propriedade, levando os advogados para fornecer assistência técnica às pessoas que estavam defendendo suas casas e negócios, e outras pessoas que impediam fisicamente que os bens fossem tomados. O *slogan*, na lateral do caminhão, dizia: *Debo, no niego. Pago lo*

*justo*. Os escritórios do Barzón eram organizados como um centro de ajuda a pessoas que estavam afundando. Uma das salas atendia as pequenas empresas, outra os caminhoneiros, a terceira os donos de casa própria com hipoteca vencida. O quartel-general do esquadrão de ativistas era chamado de *El Ejército Blanco*. Na porta ao lado, ficava o escritório onde se atendia às pessoas simples que estavam nas garras de agiotas, que cobravam juros clandestinos de 300 a 400%. Um nicho com uma Virgem e duas velas acesas ficava na parede perto da escada. Cartazes verdes e brancos propunham: *No Mas Dinero a los Bancos*! A organização crescia de um dia para o outro, de forma espontânea, à medida que mais e mais famílias e firmas tornavam-se incapazes de pagar os juros de seus empréstimos."[127]

Apesar de crescer e chegar a possuir mais de três milhões de associados[128], *El Barzón* nunca chegou a questionar o modelo mexicano como um todo, limitando a buscar soluções plausíveis para salvar os inadimplentes, quer estes fossem operários, quer empresários. Baseado em István Mészáros, podemos afirmar que *El Barzón* não se constituiu portanto num: "*grupo hegemônico dinâmico (autotranscendente)* ou classe em si e para si, interessada no desenvolvimento do 'indivíduo social' ('*sozialer Einzeine*') ou o ser humano 'universal concreto' ('*konkreter Allgemeine*')"[129], pois seu crescimento numérico deveu-se exatamente pelo caráter desideologizante – o que os diferia dos zapatistas –, tanto é que agregou indivíduos das diferentes e antagônicas classes sociais – as diversas fragmentações da burguesia e do proletariado numa comum associação –, cujo único objetivo comum era não ter os bens materiais tomados pelos os banqueiros. Quando o movimento questionou o governo, não era um questionamento classista, no sentido de superá-lo, aboli-lo, mas de ordem moral, na medida em que pediam honestidade na gestão pública e ética na política. A necessidade de lutar só existia, na medida em que seus membros somente foram às ruas quando se trataram de assuntos diretamente ligados aos seus bolsos. Uma vez resolvida a pendência bancária, o indivíduo já não tinha envolvimento ativo com a associação, apenas torcia para que seus sucessores tivessem a mesma sorte que ele. Assim, a consciência que se desenvolveu foi uma consciência imediata, contingencial, não transitando para

---

[127] GREDER, William Op. Cit. p. 300-301.
[128] *Folha de S.Paulo* 16/ago/98.
[129] MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*, São Paulo, Ensaio, 1993, p.106. (grifos do autor.)

consciência necessária, de classe que se opõe intrinsecamente não somente à imediaticidade mas também à realidade estranhada das classes sociais existentes.

É salutar salientar que os banqueiros não constituem uma classe social à parte, mas perfazem numa fração da burguesia rentista, sendo àquilo que Mészáros define como "*grupo parcial* (estamentos, sub-classes, estratos etc.) mantido unido através de 'privilégios limitados e definidos'"[130]. Quando *El Barzón* apresentou os banqueiros como aves de rapina, simplesmente o movimento observou àqueles que mesmo diante da crise mexicana estavam tirando lucros; não àqueles que no envolvimento da complexidade histórica do antagonismo social quanto à divisão social do trabalho, é uma fração da classe dominante: a burguesia, fazendo parte portanto do: "*grupo hegemônico conservador*, ligado pelo seu interesse em preservar as relações estruturais vigentes."[131]

Independentemente de *El Barzón*, a crise no país continuou e a inadimplência nos cartões de crédito e nos empréstimos para a compra de carros e imóveis expandiram-se de forma explosiva e comprometendo os próprios bancos. A declaração do gerente Juan Octavio Schietekat Ballesteros do Bancomer, um banco de médio porte refletia as conseqüências da crise: "Não recuperamos os carros. Só ficamos renegociando com os clientes, deixando rolar a dívida. Se tomássemos os carros, ficaríamos com um pátio inteiro cheio deles, pois fizemos 250 mil empréstimos para a compra de carros e 30% deles não estão sendo pagos."[132] Esta "bondade" e "camaradagem" dos bancos perante aos endividados deveu-se em parte – de forma tênue – aos méritos iniciais de *El Barzón*, mas sobretudo às vantagens que os banqueiros tiveram com o programa de socorro aos bancos, que o governo criou após a crise mexicana, como veremos a seguir.

## 3.5. Os beneficiários da crise

Devido à inadimplência dos clientes dos bancos que chegou a bater em 60%, o governo Zedillo criou *Fondo Bancário de Protección al Ahorro* (Fobaproa), que consistia num programa de socorro aos bancos que destinou US$ 65 bilhões em créditos ao sistema bancário. Como o programa foi instituído às pressas "no calor" da crise, não

[130] Idem.
[131] Idem.
[132] GREIDER, William Op. Cit. p. 302.

ficou definido como os recursos seriam pagos, de tal modo que o assunto foi sendo rolado até 1998 quando o assunto foi votado pelo Congresso mexicano e a conta acabou sendo debitada do governo. Assim, a dívida pública elevou-se de 20 para 40% do PIB e os títulos públicos correspondentes ao montante, foram concedidos aos bancos para vendê-los no mercado financeiro e capitalizaram-se, mantendo-se sólidos enquanto empresas. Em outras palavras, além do governo emprestar recursos e os bancos não devolvê-los, o montante foi inserido na dívida pública e os títulos correspondentes à esta dívida foram concedidos aos bancos para oferecerem aos clientes com juros convidativos, ganhando com isso próprio cliente e o banco. O governo ficou com uma parcela da captação com dos títulos para a rolagem da própria dívida, enquanto os bancos engordaram seu próprio faturamento.

Neste mesmo ano de 1998, cerca de seis milhões de mexicanos permaneceram com saldo bancário negativo, enquanto que o PRD divulgou uma lista de 336 empresários que teriam se beneficiado da ajuda oficial. Destes nomes, uma boa parte dos créditos para salvar os bancos originaram-se de ações fraudulentas: banqueiros faziam empréstimos para outros banqueiros, para parentes, para amigos ou para empresas fantasmas e assim com um volume e um montante elevado de empréstimos é que estes rentistas se apresentaram em dificuldades financeiras, pressionando o governo a criar o programa que ficou conhecido no Brasil como o "Proer mexicano", enquanto no México passou a ser chamado de "Robaproa".[133] Milhares de mexicanos perderam casas e carros mesmo diante das ações do *El Barzón*, e a inadimplência continuou sendo uma das mais elevadas do mundo (tabela 13), vários empresários fugiram para a Suíça e outros paraísos fiscais. Segundo o PRD, diversos contribuintes da campanha eleitoral de Zedillo estavam entre os 336 empresários beneficiados do programa.[134]

Além do Fobaproa, o governo Zedillo concedeu anistia fiscal para as pessoas que tinham dinheiro depositado no exterior e conseguiu uma repatriação de US$ 50 bilhões.[135] Se por um lado, isto resguardou as reservas cambiais do país e ligeiramente valorizou o peso, por outro lado, quem tinha dinheiro no exterior seja de maneira lícita, seja de maneira ilícita com depósitos em paraísos fiscais, ao trazerem o capital-dinheiro de volta ao país de origem, simplesmente não pagaram o imposto de renda como os demais contribuintes. Para o dinheiro lícito, era um grande negócio; para o dinheiro

---

[133] *Folha de S.Paulo* 16/ago/98
[134] *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 24 a 30/ago/98.
[135] *Folha de S.Paulo*, 31/jan/03.

lavado, um estímulo governamental para tornar legal o dinheiro e para a prática de fraudes futuras e novas anistias. Neste caso, o crime compensou.

**Tabela 13**

**Índice de créditos em atraso em relação ao total de empréstimos concedidos (em % do total)**

| **MÉXICO** | |
|---|---|
| **Bancos** | **Créditos vencidos** |
| Banacci B | 19,3 |
| GB Bancomer | 15,4 |
| GB Serfin ADR | 20,9 |
| GB Banorte | 15,9 |
| **BRASIL** | |
| **Bancos** | **Créditos vencidos** |
| Bradesco | 2,3 |
| Itaú | 1,3 |
| Unibanco | 2,2 |
| **CHILE** | |
| **Bancos** | **Créditos vencidos** |
| Santiago ADR | 0,7 |
| Santander Chile ADR | 1,2 |
| Edwards | 0,5 |
| **JAPÃO** | |
| **Bancos** | **Créditos vencidos** |
| Daiwa | 9,3 |
| Sumimoto Trust | 4,1 |
| **ESTADOS UNIDOS** | |
| **Bancos** | **Créditos vencidos** |
| Citicorp | 1,1 |
| Bank of Boston | 0,9 |
| Bank of America | 0,8 |

Fonte: Morgan Stanley Dean Witter Research, *in*: *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 24 a 30/ago/98.

Graças ao pacote de ajuda ao México, as corretoras de *Wall Street* puderam, nos meses seguintes, resgatar seus *tesobonos* que propiciaram ganhos reais de mais de 40% ao ano. Foram US$ 67 bilhões em bônus mexicanos a serem resgatados em 1995. Os investidores ficaram com os lucros e o México ficou com a fatura pendurada — sua dívida externa, em 1995, saltou para US$ 147,5 bilhões, ultrapassando até a dívida externa brasileira da época. Até dezembro de 1994, haviam sido emitidos mais de US$ 30 bilhões em *tesobonos*, que equivalia à cerca da metade do total da dívida externa até então.[136] Não obstante Bill Clinton desenvolveu sua campanha à reeleição com um problema a menos para resolver. Segundo Paul Krugman:

> "(...) Os investidores privados retornaram, estabilizando o peso; e o governo mexicano, anos à frente da data programada, pagou o empréstimo de emergência. O México ainda não está completamente a salvo, mas os contribuintes americanos não correm riscos. E assim, quais as mensagens morais da história? Uma é que, às vezes, é bom escutar os especialistas: muitos consideram desagradáveis os tecnocratas arrogantes como Larry Summers[137]; mas a pessoa é inteligente, na medida em que age com inteligência – e foi o seu caso. E a outra é que, às vezes, de fato compensa agir de forma impopular: se Clinton, naquele dia de inverno, estivesse ligado nos índices de popularidade, é muito provável que o México se transformasse num caso perdido, e Bob Dole talvez fosse eleito presidente."[138]

A quase três meses do primeiro aniversário da derrocada cambial, a equipe econômica pode se gabar de estar cumprindo plenamente ambas as metas. A moeda

---

[136] STRANGE, Susan. *Op. cit.* p. 123.

[137] Atual secretário do Tesouro americano, o ex-professor de Harvard, em 1994 era o subsecretário do Tesouro americano e aconselhava que era prudente emprestar dinheiro preventivamente ao México: "As constatações de Summers e de outros no Tesouro foram de que o México estava mergulhando numa espécie de espiral político-econômica letal. O pânico dos investidores não se explicava apenas pela fraqueza da economia: o vórtice que sugava o dinheiro do país era o medo político, a preocupação de que a recente abertura do México para o capital e para as mercadorias estrangeiras estava a ponto de ser revertida para um populismo antiamericano. A fuga de capital decorrente desse medo estava acarretando uma recessão econômica desastrosa. E era exatamente essa recessão que, por sua vez, se constituía na causa mais poderosa da inquietação política. Todas as perspectivas indicavam que o pessimismo com relação ao futuro mexicano se transformaria numa profecia auto-realizável. Segundo essa visão, a resposta consistiria em proporcionar um pouco de espaço para que o país fosse capaz de respirar: emprestar algum dinheiro ao governo mexicano, dando-lhe condições de permanecer à tona e amortecer os golpes infligidos ao setor privado" (KRUGMAN, Paul. *Globalização e Globobagens*, Rio de Janeiro, Campus, 1999, p.158.)

[138] KRUGMAN, Paul. *Globalização e Globobagens*, *Op. cit.* p.159.

permaneceu estável, com o dólar cotado entre 6 e 6,3 pesos por mais de seis meses seguidos. Seguindo as orientações do FMI, o México continuou a atrair os capitais internacionais de curto prazo, através dos *tesobonos*. No final de julho de 1995, o Banco Central já havia colocado com sucesso, US$ 1 bilhão e planejava captar mais 3,5 bilhões em investimentos externos até o final do ano. Com a entrada de capitais, as reservas subiram mais US$ 7,2 bilhões de dólares entre janeiro e o final de agosto. Os resultados da balança comercial também atenderam às expectativas do governo, com um superávit, no primeiro semestre de 1995, de US$ 2,8 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB, comparado com 0,5% obtido em igual período do ano anterior. Favorecidas pelo câmbio desvalorizado, as exportações subiram cerca de 35% em relação a 1994. Foi o bastante para fazer com que os analistas financeiros nacionais e internacionais começassem a festejar o "fim da crise mexicana". Segundo William Greider:

> "(...) Olhando retrospectivamente, os analistas financeiros acabaram concordando que o *boom* mexicano do início da década de 90 se limitara a seu setor financeiro, não atingira a economia real, os setores da produção interna e do emprego, e era alimentado por empréstimos e pela venda de estatais. O *boom* financeiro era impulsionado não pelo desejo de fazer reformas políticas, mas por um fato simples das finanças globais: a possibilidade de arbitragem das diferenças nas taxas de juros entre os Estados Unidos e os mercados financeiros do exterior. Ao pedir dinheiro emprestado no mercado de Nova York onde, na época, os juros estavam comparativamente baixos, um investidor podia comprar ações mexicanas ou papéis governamentais de curto prazo e ganhar o *spread*[139] entre os retornos de 5 a 6% nos Estados Unidos e de 12 a 14% no México. Como um número cada vez maior de investidores sentiu-se tentado a fazer isso, o preço das ações mexicanas disparou e o índice da Bolsa de Valores dobrou, triplicou, até mesmo quadriplicou no espaço de três anos apenas. Os investidores espertos (entre os quais estavam alguns grandes bancos mexicanos) tiveram lucros fabulosos – chegando a 80 ou 100% – pedindo emprestado nos

[139] Taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro, sobretudo o internacional. É variável, conforme a liquidez e as garantias do tomador, o volume do empréstimo e o prazo de resgate. A crise de liquidez que se instalou no mercado financeiro internacional após a segunda grande alta nos preços do petróleo (1979) generalizou o uso do *spread*, sobrecarregando as dívidas externas de muitos países. (SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*, *Op. cit.*, p.336.)

Estados Unidos e comprando bens financeiros mexicanos que retinham por algumas semanas ou meses apenas."[140]

Se a mega-desvalorização cambial conduziu ao equilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente em 1995, o preço que se pagou foi a recessão econômica que acentuou ainda mais a subsunção mexicana ao imperialismo estadunidense. Com a mudança de banda cambial flutuante para o câmbio flutuante (tabela 14), o peso mexicano desvalorizou-se ano após ano, atingindo o ápice em 1998 com 9,87 pesos para cada dólar, recuando para 9,51 em 1999.

**Tabela 14**

**Variação cambial peso/dólar**

**(Fim do período)**

| | **Reservas Internacionais (US$ Bilhões)** | **Taxa Cambial (Pesos/Dólar)** | **Flutuação da Taxa Cambial** |
|---|---|---|---|
| **1992** | 18,4 | 3,12 | |
| **1993** | 24,9 | 3,11 | -0,3% |
| **1994** | 6,1 | 5,33 | 71,4% |
| **1995** | 15,3 | 7,64 | 43,3% |
| **1996** | 19,2 | 7,85 | 2,7% |
| **1997** | 28,1 | 8,08 | 2,9% |
| **1998** | 31,5 | 9,87 | 22,2% |
| **1999** | 31,0 | 9,51 | -3,6% |

Fonte: Instituto Nacional de Estadística, Geografia e Informática (INEGI).

Conforme o peso se desvalorizou, as dívidas em dólares dos setores público e privado cresceram. O volume das importações declinou e em contrapartida os exportadores recebiam maior quantidade de pesos por dólar provenientes de suas vendas ao exterior. Conforme confessou Carlos Heredia – o ex-economista do governo que trabalhava para a Equipo Pueblo, uma organização de desenvolvimento cívico –, se de um lado o total das exportações mexicanas subiu para 23% em 1995, por outro o PIB caiu quase 7%. O México entrou para a liga das grandes nações exportadoras enquanto

[140] GREIDER, William. *Op. cit.*, p. 294-295.

sua economia interna estava em ruínas porque estas se concentravam em apenas 300 companhias que respondiam por 85% das exportações mexicanas, sendo a maioria delas subsidiárias das multinacionais americanas (*maquilas*), perfazendo um comércio intra-empresas que não estava de fato integrado com a economia interna, ou seja, seriam empresas como foi o caso da *General Motors* do México que exportava peças para suas fábricas em Ohio ou Michigan.[141]

Três anos após a crise, no 5° Fórum Da Associação da Cooperação Econômica do Pacífico, realizada em Vancouver no Canadá, Zedillo "ofereceu a receita" aos países asiáticos que tinham mergulhado na sua própria crise financeira. Ele dividiu em quatro pontos a fórmula mexicana: enfrentar imediatamente o problema; apresentar um sólido plano de estabilização; obter respaldo financeiro internacional e proteger o sistema bancário. Nas suas palavras: "Deve-se atacar o problema o mais rápido possível e apertar o cinto imediatamente. É necessário um programa de estabilização firme e confiável, para acalmar o nervosismo dos mercados financeiros."[142]

Enquanto o México atravessava o rubicão, os adjetivos imediaticidade, firmeza e confiança internacional estiveram presentes no vocabulário presidencial, outrossim, o resultado desta travessia foi o acentuação das desigualdades sociais no país. Segundo o levantamento sobre a distribuição da riqueza, o INEGI constatou que 20% das famílias mexicanas com as mais altas rendas ganharam 54% de toda a riqueza nacional em 1998. Sua fatia era de 49% em 1984. No extremo oposto, os 40% que correspondem às famílias mais pobres ficaram só com 12,47% da renda nacional em 1998. Dentre os 97,4 milhões de habitantes, o governo afirma que há 40 milhões de pobres, dos quais 26 milhões vivem na profunda miséria. Tais números são desmentidos por um especialista em pobreza, Julio Boltvinik, do prestigiado Colégio de México, que situa em 72 milhões, ou seja, mais de dois terços da população total abaixo da linha de pobreza, praticamente varrendo a classe média do país. Se por um lado, o PIB do México cresceu 7,8% no primeiro semestre de 2000 e suas exportações mais do que duplicaram em relação à 1994, totalizando US$ 135,9 bilhões, por outro lado, estes dois elementos não significaram a melhoria das condições de vida dos trabalhadores mexicanos mas, pelo contrário, o poder aquisitivo dos salários continuou 20% abaixo dos níveis anteriores a 1994.[143]

---

[141] GREIDER, William. *Op. cit.*, p. 309.
[142] *Folha de S.Paulo*, 24/nov/97.
[143] *O Estado de S.Paulo*, 06/set/00.

O México praticamente não viu a cor do dinheiro dos empréstimos porque US$ 26 bilhões estavam comprometidos com o pagamento do *tesobonos*, títulos que tinham sido adquiridos basicamente pelos grandes especuladores da bolsa mexicana, em especial os estadunidenses e outros US$ 15 bilhões em juros da dívida externa que naquele momento tinha ultrapassado a dívida externa brasileira. De acordo com Michel Chossudovsky:

> "No incerto período posterior à crise financeira do México, de 1995, nada foi resolvido: o 'pacote de salvamento' patrocinado pelo Tesouro dos Estados Unidos, pelo FMI e pelo BIS foi planejado em grande parte para permitir que o México quitasse suas obrigações do serviço da dívida (*tesobonos* de curto prazo expressos em dólar) junto aos bancos e instituições financeiras internacionais credores. As dívidas privadas foram convenientemente recicladas e transformadas em dívidas públicas. A economia mexicana estará enfraquecida durante os próximos anos, levando a uma ruptura política e social ainda mais profunda: nos termos do acordo, os bancos do país serão abertos à aquisição estrangeira e todas as receitas provenientes da exportação de petróleo serão depositadas numa conta bancária em Nova York e administradas pelos credores internacionais."[144]

O ônus do pagamento dos empréstimos recaiu sobre a grande população mexicana como vimos anteriormente, pois esta enfrentou o "Pacto Social", cuja conseqüência foi o arrocho nos salários e nos créditos, reajustes das tarifas públicos e nas mercadorias importadas dentre outras, e com isso o governo de Zedillo captou recursos necessários para os pagamentos das parcelas dos empréstimos. Se mesmo que o montante arrecadado não fosse suficiente, o dinheiro seria completado com os rendimentos da estatal do petróleo mexicano (PEMEX) – que correspondiam a um terço das rendas do país – e seriam depositados diretamente numa conta especial do governo estadunidense. Apesar de ter sido o país que concedeu o maior empréstimo, os EUA acabaram sendo o maior beneficiário da crise na medida em que os acordos do NAFTA ficaram inalterados e o processo de privatizações e desregulamentação continuaram no México. Ganharam também os mega-especuladores, porque diante da crise mexicana, não perderam sequer um centavo com os *tesobonos*, se beneficiando com as

---

[144] CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Central*, São Paulo, Moderna, 1999, p.17.

privatizações que prosseguiram e adquiriram novos títulos com juros ainda mais altos do que antes da crise. Somente quem investiu no mercado de ações teve perdas contábeis, quando os preços das ações caíram dois terços entre dezembro de 1994 e março de 1995 e àqueles que investiram em *cetes*,os títulos dos tesouros mexicano cotados em pesos.

Em contrapartida, o governo Clinton foi elogiado perante uma parte dos analistas econômicos porque ao contrário do que ocorrera em 1982, quando a intervenção dos EUA fora posterior à decretação da moratória mexicana, desta vez o governo atuou de forma preventiva e conseguiu evitar que os mexicanos entrassem em *default*, cuja reversão da crise seria mais demorada e poderia comprometer o NAFTA.

**Tabela 15**

**Colocação da dívida externa do setor público através de valores segundo o tipo de instrumento (Saldos correntes em milhões de pesos no valor de mercado)**

| Período | Total | Cetes(1) | Bondes(2) | Ajustabonos(3) | Udibonos(4) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 161.433 | 72.001 | 64.513 | 14.311 | ND |
| 1991 | 171.654 | 72.658 | 57.979 | 38.988 | ND |
| 1992 | 134.755 | 59.338 | 36.848 | 36.271 | ND |
| 1993 | 138.318 | 81.431 | 17.036 | 33.695 | ND |
| 1994 | 228.885 | 40.689 | 8.316 | 29.128 | ND |
| 1995 | 136.000 | 48.590 | 44.970 | 40.087 | ND |
| 1996 | 161.572 | 62.114 | 67.849 | 26.252 | 5.357 |
| 1997 | 272.210 | 137.813 | 81.768 | 15.950 | 36.678 |
| 1998 | 353.240 | 127.600 | 151.836 | 10.970 | 62.833 |
| 1999 | 546.324 | 129.045 | 337.271 | ND | 80.008 |
| 2000 | 716.840 | 175.069 | 420.271 | ND | 86.645 |

(1) Certificados de Tesouraria da Federação. Títulos de crédito ao portador emitidos e liquidados pelo Governo Federal no seu vencimento. (2) Bônus de desenvolvimento do Governo Federal. Títulos da dívida emitidos pelo Governo Federal com o propósito de financiar projetos de maturação prolongada. (3) Bônus reajustáveis do Governo Federal.Instrumentos de crédito de longo prazo. Reajustáveis periodicamente segundo as variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e liquidáveis no vencimento. (4) Bônus do Governo Federal de longo prazo denominados em unidades de investimentos. A conversão para a moeda nacional se realiza no preço da udibonos, vigente no dia em que se faz a liquidação correspondente.

Nota: A soma dos quatro títulos pode não corresponder ao total pelo fato de não estar inclusa na tabela os bônus de taxa fixo e outros valores.

Fonte: Banco do México. *Informe Anual*, 2001.

No início de 1997, o México quitou totalmente sua dívida com os EUA ao levantar fundos no mercado de capitais[145], o que correspondia a quarenta por cento do montante contraído no início de 1995. Os sessenta por cento dos empréstimos contraídos, continuam sendo rolados e pagos somente os juros. A parte quitada com os EUA foi acrescentada na dívida externa vigente, à medida que o México emitiu títulos para serem resgatados futuramente (tabela 15), o que significou na prática que o país não mais devia aos EUA, mas o montante e os juros do empréstimo foi agregado na dívida pública e continuou sendo rolados. Em suma, além de fazer exatamente aquilo que as agências internacionais do capital pregavam, o México endividou-se ainda mais enquanto que os rentistas internacionais lucros antes, durante e depois da crise mexicana.

[145] SOLOMON, Robert. *Op. cit.* p. 201.

# 4. O EFEITO TEQUILA NA AMÉRICA LATINA

*O cachorro mais magro é sempre o que tem mais pulgas.*

Ditado mexicano

*Todas as crises no Brasil são crises cambiais.*

Celso Furtado

## 4.1. Os Planos de estabilização na América Latina

As lideranças governamentais sul-americanas acompanhavam o desempenho mexicano com simpatia e confiança antes da crise, e procuravam copiar seu modelo de estabilização econômica com base na âncora cambial, além de verem a incorporação mexicana ao NAFTA como um grande avanço comercial. Com a desvalorização da 20 de dezembro de 1994, passaram a se esforçar para evidenciar suas diferenças para com o México através de aforismos: "o Brasil não tem Chiapas" (Pedro Malan), "a Argentina não é o México"(Domingo Cavallo). Para o ex-ministro Delfim Netto: "inflação aleija, mas crise cambial mata", dando "graças a Deus" pela crise cambial do México se consumar logo no início da vigência do Plano Real, pois servia de alerta para que o Brasil e a Argentina se armassem com uma solução melhor quando chegasse a hora do ajuste cambial.[146] Segundo o ex-diretor do Banco Central do Chile, Ricardo Ffrench-Davis, os reflexos na América Latina foram parciais e limitados:

> "Além disso, a reação dos Estados Unidos e de instituições internacionais foi mais forte e pragmática em 1995. O pacote financeiro de apoio ao México não só foi notavelmente maior que o de 1982, mas também foi organizado mais rapidamente. Proporcionou maciças linhas de crédito, que contribuíram para moderar expectativas e possibilitar a utilização de um financiamento líquido excepcional que chegou a US$ 25 bilhões em 1995.(...) Contudo, os efeitos negativos são notórios em uma avaliação global da América Latina. A variação do PIB chegou perto de zero, com uma queda *per capita* de 1,5%, a primeira desde 1990. (...) Além do

[146] *Veja*, 11/jan/95.

México, o PIB caiu 4,4% na Argentina e 2,4% no Uruguai; no Peru, no final de 1995 e início de 1996, também estava decrescendo".[147]

Apesar do otimismo que reinava diante da possibilidade do Brasil não sofrer com o contágio mexicano, em dezembro de 1994 registrou-se a saída da US$ 681,8 milhões. No mês seguinte, saiu US$ 1,919 bilhão, a maior fuga de capital especulativa desde fevereiro de 1990, véspera do Plano Collor, quando os investidores retiraram US$ 1,974 bilhão com medo de um confisco governamental dos recursos.[148] No Brasil, alguns meses posteriores à crise, o professor João Paulo de Almeida Magalhães da UERJ escreveu:

> "A preocupação com os efeitos de curto prazo da crise mexicana não têm, pelo menos no caso do Brasil, bases mais profundas. Com um superávit no balanço comercial, em 1994, de pouco mais de dez bilhões de dólares, com reservas cambiais de quarenta bilhões de dólares e um déficit na balanço de transações correntes de apenas dois bilhões de dólares, temos margem suficiente de defesa contra quaisquer repercussões desfavoráveis. A situação é, no entanto, bastante diferente no que se refere aos efeitos de prazo mais longo. A experiência mexicana mostrou, na verdade, que o modelo neoliberal, proposto pelo Consenso de Washington e patrocinado pelo FMI e Banco Mundial, carece de viabilidade".[149]

Apesar dos analistas latino-americanos demonstrarem otimismo em relação às possibilidades nefastas do Efeito Tequila, vale lembrar que os esforços de Bill Clinton e Alan Greenspan foram decisivos. Durante as negociações com o Congresso dos EUA para a concessão de recursos, Bill Clinton chegou a fazer um discurso transmitido por TV para o Fórum Econômico Mundial que se realizava em Davos advertindo que caso não se salvasse a economia mexicana a crise se espalharia, "com graves conseqüências para o México, a América Latina e para todos os países em desenvolvimento". Afirmava também que o pacote seria "uma solução criativa e sem precedentes", que se

---

[147] FFRENCH-DAVIS, Ricardo. "O 'efeito tequila', suas origens e seu alcance contagioso", *in*: *Os fluxos financeiros na América Latina*, FFRENCH-DAVIS, Ricardo, GRIFFITH-JONES, Stephany (orgs.).São Paulo, Paz e Terra, 1997, p.33.
[148] *Folha de S.Paulo*, 03/fev/95.
[149] MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. "A crise do México", in: *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, vol.3, N°.4, mar/abr/mai/95, p.65.

destinava também a salvaguardar "centenas de milhares de norte-americanos cujo meio de vida está amarrado ao bem-estar mexicano"[150]. Enquanto isso Alan Greenspan visitou algumas vezes o Congresso dos EUA e alertou que se a crise não fosse contida, se espalharia para outros mercados emergentes e ia "paralisar ou até reverter a tendência global para reformas orientadas para o livre-mercado e para a democratização"[151]. Até mesmo em um *paper* especialmente preparado para o Fórum em Davos, o grupo de pesquisas político-econômicas britânico *Oxford Analytica* afirmava que: "A desvalorização (do peso mexicano) vai lançar uma grande sombra sobre a região (América Latina) como um todo, abalando a confiança dos investidores e obrigando os governos a reduzir seus déficits externos."[152]

No que tange aos planos de estabilização, tanto México (1989) como Argentina (1991) haviam iniciado com superávits não apenas na balança comercial, bem como em transações correntes. No ano imediatamente anterior ao seu plano, o México registrara um superávit comercial de US$ 8,4 bilhões e um superávit em conta corrente de US$ 4 bilhões. Entre 1988 e 1994 o México registrou em déficit total nas transações correntes de US$ 109,8 bilhões enquanto que a Argentina acumulou um déficit US$ 24,6 bilhões de 1991 a 1994. No caso da Argentina, o Plano Cavallo tinha adotado a dolarização disfarçada através do sistema do *currency board*[153], o superávit alcançara US$ 8,6 bilhões na balança comercial e US$ 1,9 bilhão em conta corrente em 1990. Portanto, ambos planos significaram saldos negativos para suas economias. No caso argentino, antes mesmo de estourar a crise mexicana, em outubro, o ministro Domingos Cavallo teve recusado um empréstimo de mais de US$ 1 bilhão do FMI porque não conseguia cumprir as metas de superávit nas contas públicas definidas com o Fundo.[154]

---

[150] *Folha de S.Paulo*, 27/jan/95.
[151] Idem.
[152] Idem.
[153] O "currency board" ou "caixa da moeda" é uma instituição monetária que apenas emite notas e moedas. Mantêm total conversibilidade de tal moeda, a uma taxa de câmbio fixa, em uma moeda-âncora estrangeira, certamente o dólar-americano. Como reserva e garantia da plena conversibilidade, a "caixa de moeda" mantém bens na moeda-âncora (o dólar) no valor equivalente a 100% de todas as notas e moedas em circulação. A exigência preliminar é a de que o país tenha, como reservas em dólares ou outra âncora, o equivalente a todo o dinheiro em circulação e a todos os depósitos de bancos comerciais no Banco Central. Seu defensor mais entusiasta, Steve Hanke, é Phd em Economia pela Universidade do Colorado (EUA) e professor de Economia Aplicada na John Hopkins University. Assessorou o presidente Ronald Reagan e é conselheiro dos governos da Lituânia e do Cazaquistão. É também um investidor, como vice-presidente e economista-chefe da Friedberg Commodity Management (Canadá).
[154] *Folha de S.Paulo*, 06/jan/95.

**Tabela 16**

**Países selecionados da América Latina:**
**Déficit em conta corrente como proporção**
**das exportações de bens (FOB), 1992-95**

**Em %**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995* |
|---|---|---|---|---|
| Argentina | 54,5 | 53,7 | 59,1 | 11,4 |
| Brasil | -17,2 | 1,5 | 3,9 | 38,2 |
| Chile | 9,4 | 22,8 | 5,5 | -1,0 |
| Colômbia | -12,7 | 28,7 | 34,6 | 39,0 |
| México | 88,7 | 78,0 | 83,2 | 0,8** |

(*) Dados preliminares; (**) Inclui exportações de maquiladoras
Fontes: Banco Central do Brasil, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), in: BATISTA JR., Paulo Nogueira. "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina", *Revista Estudos Avançados*, USP no. 28, São Paulo, set/dez 1996, p.181.

**Tabela 17**

**Países selecionados da América Latina:**
**Dívida bancária de curto prazo e reservas internacionais em junho de 1994**

| | **Dívida bancária de curto prazo (1)** | | **Reservas internacionais (2)** | |
|---|---|---|---|---|
| **Países** | **Como % da dívida bancária total** | **Como % das importações** | **Em bilhões de US$** | **Em meses de importação** |
| **Argentina** | 56,6 | 79,0 | 14,9 | 9,8 |
| **Brasil** | 55,3 | 91,3 | 42,6 | 18,8 |
| **Chile** | 52,1 | 46,5 | 11,4 | 13,3 |
| **Colômbia** | 45,6 | 32,7 | 7,8 | 9,4(4) |
| **México** | 59,8 | 54,4(5) | 16,5 | 2,8(7) |
| **Venezuela** | 29,2 | 50,4 | 8,9 | 11,4 |

(1) Inclui obrigações de curto prazo e dívidas de médio e longo prazos, com prazo remanescente de até um ano; (2) Liquidez internacional. Inclui divisas, direitos especiais de saque, posição de reservas no FMI e ouro (valorização nacional). (3) Considera-se a média mensal das importações FOB do período de julho de 1993 a junho de 1994; (4) Considera-se a média mensal do primeiro semestre de 1994; (5) Inclui *tesobonos*; (6) Exclui ouro; (7) Exclui importações das empresas maquiladoras.
Fontes: American Express Bank e FMI, in: BATISTA JR., Paulo Nogueira. Idem p. 187.

Em contrapartida, até 1994 a posição brasileira da balança de pagamentos no item transações correntes comparava-se muito favoravelmente em relação ao México e à Argentina. Nos anos que antecederam a crise mexicana, os déficits menores em países que adotaram políticas cambiais mais prudentes, como a Colômbia até 1993 e o Chile

durante todo o período recente. Já na Argentina e no México, onde a taxa cambial foi sistematicamente utilizada como instrumento de combate à inflação, os déficits correntes alcançaram níveis elevadíssimos até 1994. A razão déficit em conta corrente/exportações foi de 59,1% na Argentina e 83,2% no México em 1994 conforme tabela 16. Vale lembrar que estas diferenças estatísticas ocorriam num momento em que o Brasil estava implantando o Plano Real em 1994, enquanto os Planos Cavallo e Azteca, já tinham duração de três e cinco anos respectivamente.

Conforme se observa na tabela 17, no final de junho de 1994, a dívida de curto prazo representava 55,3% do total da dívida bancária no caso do Brasil. Na Argentina e no México eram 56,6% e 59,8%, respectivamente, com inclusão dos *tesobonos* no caso mexicano. Naquela data, a dívida de curto prazo representava 91,3% das importações no caso do Brasil, contra 79% no da Argentina e 54,4% no do México.

Uma das metas centrais dos planos de estabilização dos países latino-americanos era que se estabelecesse uma queda sensível da inflação para que se saísse da superinflação. No caso brasileiro, segundo o IPC da Fipe, (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas) a inflação caiu de 5.167% nos 12 meses até junho de 1994 para 32% ao ano nos meses subseqüentes, resultado que se compara favoravelmente com os alcançados na fase inicial dos programas mexicano e argentino. Na Argentina, com o Plano Cavallo, de abril a dezembro de 1991, a inflação anualizada fora de 29%, quando medida pela variação de um índice de preços ao consumidor. Finalmente no México, a inflação dos preços ao consumidor alcançara níveis sensivelmente mais altos nos primeiros meses, 65% ao ano de janeiro a setembro de 1988. Para países que tinham convivido com a super e/ou a hiperinflação, estes planos de estabilização que foram aplicadas em suas respectivas economias surtiram um efeito imediato positivo e passaram a ter credibilidade diante da maioria da população, que viram em seus governos um bastião contra o espectro da inflação alta. Porém, para a implantação destes modelos cujo um dos pilares básico eram a atração de capitais de curto prazo, era necessário houvesse um excedente de capital-dinheiro no mercado mundial. Segundo José Menezes Gomes havia dinheiro abundante na economia mundial devido a vários fatores:

> "(...) em primeiro lugar, vem da queda da taxa de juros dos Estados Unidos; em segundo, do grande volume de recursos do crime organizado com a expansão da produção e comercialização de drogas juntamente ao tráfico de

armas, que passaram a representar em torno de US$ 1 trilhão por ano; em terceiro lugar, surge da renegociação da dívida externa através do Plano Brady, que revitalizou um grande volume de recursos que se considerava perdido, sob a forma de títulos, passando a servir de base para novos créditos; e, por fim, embora não menos importante, do crescente parasitismo ou deslocamento de capital que estava imobilizado, mas que passava para a esfera financeira atuando no mercado de títulos públicos e no mercado de câmbio, somado aos grandes lucros financeiros que não conseguiam ser reinvestidos produtivamente e à expansão dos fundos de pensões."[155]

Uma vez que certas mercadorias têm seus preços médios influenciados pelos preços de mercadorias comerciáveis no mercado internacional, os chamados *tradeables*, isto poderia acarretar inflação na economia doméstica devido às importações. Para evitar a inflação, foi que os governos de Brasil, México e Argentina supervalorizaram suas respectivas moedas.

A estabilização monetária associada a uma relativa reativação da economia, e a volúpia dos importados provocaram impactos sobre a intenção de votos nos três principais países latino-americanos. Menem e FHC tiveram dois mandatos e Salinas elegeu o sucessor do seu partido. Não podemos esquecer que na Bolívia, o autor do plano contra a inflação, Gonzalo Sánchez de Lozada ganhou a presidência em 1993 e em 1997 o ditador Hugo Bánzer[156] retorna ao poder dando continuidade à política econômica de seu antecessor. Ou seja, em tempos de inflação alta e instabilidade econômica, planos macroeconômicos que combatam a inflação e que tragam a estabilidade econômica por durante um certo período, podem ser catalizados para planos eleitoreiros e manipuladores.

---

[155] GOMES, José Menezes. "Auge e crise da âncora cambial no anos 90", *in*: *Entre Passado e Futuro – revista de História Contemporânea*, São Paulo, Xamã, no. 1, mai/2002, p. 86.

[156] Em 1951, Victor Paz Estenssoro é eleito presidente na Bolívia. Os militares impedem sua posse mas ele estabelece o poder civil em 1952. A reforma agrária e a nacionalização das minas provocam boicote internacional ao estanho boliviano. Um golpe militar em 1964, leva à presidência o general René Barrientos que morre em 1969 e o país mergulha na instabilidade. Em 1971, o general Hugo Bánzer Suárez assume o governo, suspende as eleições e bane os sindicatos e os partidos políticos. Sua renúncia, em 1978, abre novo período de golpes. De volta ao poder em 1997, em janeiro de 2001 surgem revelações sobre o seu envolvimento na Operação Condor, um esquema de informação e repressão montado pelos governos militares do Cone Sul nos anos 70. Bánzer é responsável por mais de 200 desaparecimentos e 3.000 prisões políticas. Doente com câncer no pulmão e no fígado, renunciou em 6 de agosto de 2001 para se submeter a tratamento médico nos EUA, assumindo o seu vice, Jorge Quiroga, com um país cujo PIB tinha retraído 12% somente nos 2 últimos anos.

## 4.2. O efeito tequila na Argentina

A Argentina foi o país que mais sofreu com a crise mexicana. Durante os três primeiros meses de 1990, a inflação tinha sido respectivamente 79,2%, 61,6% e 95,5%. Neste ano foram privatizadas seis empresas, duas entre elas extremamente relevantes para a economia do país: Empresa Nacional de Telecomunicações (Entel) comprada por consórcios telefônicos da Espanha e pela *Stet-Cable France et Radio*, e a empresa aérea *Aerolineas Argentinas* comprada pela companhia aérea espanhola Ibéria.[157] Com as vendas, o governo Menem obtém US$ 2,53 bilhões em dinheiro e US$ 6,61 bilhões em títulos da dívida externa. Com este montante além das medidas implementadas a partir de março[158] reduz-se o patamar da inflação para uma média de 11,58% entre maio e setembro e de um dígito até janeiro de 1991. As medidas de cunho liberal praticadas pelo governo Menem antes mesmo do Plano Cavallo já agradavam os setores do *establishment* conservador estadunidense a ponto do representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Jean Kirkpatrick afirmar: "...Da mesma forma que o presidente do México, Carlos Salinas, Menem está decidido a livrar a economia Argentina das camadas de controle, subsídios e regulamentações impostas pelos sucessivos governos e sindicatos nos sucessivos acordos das últimas cinco últimas décadas."[159]

Logo no início de 1991, durante a gestão do presidente Carlos Menem, foi realizada uma reforma ministerial na qual o economista Domingo Cavallo passou a ser o novo ministro da Economia. Nesta reforma, o ministro Cavallo açambarcou o

---

[157] "Os Boeing 707 que faziam parte da frota foram vendidos por um dólar simbólico (1,54 dólar exatamente!). Alguns anos mais tarde, serviam ainda às linhas da companhia privatizada, mas a Aerolineas tinha de pagar um *leasing* para utilizá-los. Os direitos de utilização das rotas aéreas da companhia, no valor de 800 milhões de dólares, foram estimados em somente 60 milhões de dólares. A empresa foi cedida à Ibéria por 130 milhões de dólares em dinheiro; o resto do pagamento foi constituído por anulações de dívidas. A Ibéria contraiu empréstimos para comprar a empresa e jogou a carga total do endividamento nas costas da nova entidade Aerolineas Argentinas, que, de um só golpe, ficou endividada desde a origem de sua operação. Em 2001, a Aerolineas Argentinas, propriedade da Ibéria, estava à beira da falência, por culpa de seus proprietários. A privatização da Aerolineas é *exemplar*. Em geral, as empresas privatizadas foram cedidas liberadas de todas as suas dívidas, estas tendo sido assumidas pelo Estado." (TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos*, São Paulo, Perseu Abramo, 2002, p. 280)

[158] "Estabelecimento de sistema de afastamento antecipado para funcionários públicos que estejam a até dois anos da aposentadoria, com pagamento de salário pelo período que falta; proibição ao Banco Central de financiar o déficit do Tesouro; indexação diária dos impostos; elevação do imposto sobre o capital em 1,5% e das retenções às exprtações em 5%; prorrogação do prazo de pagamento aos provedores do Estado por sessenta dias sem indexação; suspensão de contratações, licitações e compras do setor público; as empresas deverão pagar 5% de impostos sobre seus ingressos brutos anuais." AYERBE, Luis Fernando. *Op. cit.* pp. 93-94.

[159] Col. Seineldin's Last Tang, *Washington Post*, 10/dez/90, *in*: AYERBE, Luis Fernando, *Op. cit.* p. 104.

ministério de Obras e Serviços Públicos, obtendo maior controle sobre o processo de privatizações.

A nomeação de Cavallo foi recebida pelo mercado financeiro internacional com otimismo, mesmo porque já havia participado do governo argentino, quando no final da gestão do general Galtieri, durante 54 dias a partir de 2 de julho de 1982, quando atuou ativamente na estatização da dívida privada do país. Em fevereiro anunciou as primeiras medidas do seu ministério[160] e a partir destas enviou para o congresso e foi aprovado a Lei de Convertibilidade que estabelecia logo no primeiro artigo que o austral – moeda corrente até então – seria convertível com o dólar estadunidense a partir de 1°. de abril de 1991, a uma relação de dez mil austrais por dólar. A partir daí, gradativamente o austral seria retirado de circulação e no seu lugar seria colocado o peso argentino com equivalência ao dólar.

Os efeitos estabilizadores do Plano de Conversibilidade – mundialmente conhecido como Plano Cavallo – durante aquele ano são favoráveis. A inflação reduziu-se de 431% no primeiro trimestre para 29% no período abril-dezembro de 1991. O investimento fixo aumentou 25% em relação ao ano anterior, a Bolsa de Valores registrou um aumento no volume de negócios, passando de US$ 22 milhões em janeiro para US$ 150 milhões em dezembro e o PIB aumentou 7,3%. Conforme se observa na tabela 18, o poder de compra dos salários elevou-se 5,1% e a produção industrial 16,3%.

A Lei de Conversibilidade equivalia à credibilidade no cenário internacional e soava como o caminho da reativação da economia do país. Este sucesso imediato fez com que seus governantes expusessem aos investidores internacionais que a instabilidade econômica e hiperinflação eram coisas do passado e que agora estavam dadas as condições para que os empreendedores dos países centrais encontrassem na Argentina o *locus* adequado para estabelecerem suas filiais, gerando renda, novos empregos, modernização e prosperidade ao país.

---

[160] "Na política cambial, define uma taxa flutuante para o dólar entre a cotação mínima de oito mil austrais e a máxima de dez mil. Quando atingir valores abaixo do mínimo, o Banco Central comprará dólares; acima do máximo, venderá. O governo envia ao Congresso um pacote impositivo, rapidamente aprovado, que quadruplica a alíquota do imposto sobre ativos produtivos, que passa a 2%, aumenta o imposto sobre transferência de imóveis e outro sobre o cheque, no valor de 1,2%. Ao mesmo tempo, eleva em 25%, por decreto, o imposto sobre combustíveis. Com a definição da taxa de câmbio e a garantia de aumento da arrecadação fiscal, o ministro estabelece as condições favoráveis para a implantação de um plano econômico que atinja e consolide as metas da inflação, ajuste fiscal, reformas estruturais liberalizantes." AYERBE, Luis Fernando. *Op. cit.* p.112.

TABELA 18

**O impacto do plano de convertibilidade nos meses iniciais**

| Período (1991) | Poder de compra dos salários (1986 = 100) | Produção industrial (1986 = 100) |
|---|---|---|
| Março | 68,9 | 80,3 |
| Junho | 75,9 | 88,7 |
| Setembro | 73,9 | 98,1 |
| Dezembro | 74,0 | 96,6 |

Fonte: F.A.M. de La Balze, Reforma y Crescimiento em la Argentina (1993), *in*: AYERBE, Luis Fernando. *Op. cit.* p.113.

Para além da Lei de Conversibilidade, o Plano Cavallo significou a adoção do receituário do Consenso de Washington no país. Assim, foram atribuídas 22 concessões petroleiras e 7 serviços do Estado ao setor privado, ocorreu o aumento na taxa de juros para atrair capitais para a Bolsa de Valores que captou recursos para o governo para a rolagem da dívida externa e para fechar as contas públicas que mês a mês estavam no vermelho devido ao aumento das importações com o peso hiper-valorizado. No ano de 1992, vinte e cinco empresas foram privatizadas e o Estado concedeu nove empresas de serviços em regime de concessão, além de mais 27 concessões petroleiras. Em 1993, o governo colocou à venda o controle acionário da maior empresa estatal do país a *Yacimientos Petróleo Federal* (YPF)[161], conduzida pelas corretoras *First Boston* e *Merryl Lynch*, arrecadando US$ 3 bilhões. Diante deste episódio, assim expressou o jornal *The New York Times*, em matéria do dia 28 de junho, no que tangia à privatização: "é talvez a ilustração mais gráfica da mudança de orientação política e

[161] "O regime Menem, que sucedeu Alfonsín, lançou-se em uma política generalizada de privatizações em 1990-1992, entregando literalmente uma parte do partimônio nacional. Estima-se que isso representou uma perda de 60 bilhões de dólares. Menem usou o endividamento formidável das empresas públicas argentinas como pretexto para justificar sua venda aos olhos da opinião pública nacional. Sua má situação financeira era conseqüência da política de endividamento forçado que lhes tinha sido imposta pelas autoridades econômicas da ditadura e o essencial das somas empestadas não havia chegado jamais a seus cofres. Menem confiou ao banco americano Merril Lynch a avaliação do valor da YPF. Merril Lynch reduziu deliberadamente em 30% as reservas petrolíferas disponíveis, a fim de subestimar o valor da YPF antes da sua venda. Uma vez realizada a privatização, a parte das reservas ocultadas reapareceu nas contas. Os operadores financeiros que tinham comprado a baixo preço ações da empresa puderam então amealhar lucros formidáveis, graças ao aumento das cotações em Bolsa das suas ações. Essa operação permitiu, além disso, louvar ideologicamente a superioridade do privado sobre o público. Observação: o mesmo banco americano Merril Lynch foi encarregado pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso de realizar, em 1997, a avaliação da principal empresa pública brasileira, a Vale do Rio Doce (empresa de extração de minérios). Merril Lynch foi acusado na época por numerosos parlamentares brasileiros de ter subavaliado em 75% as reservas de minério da empresa (*O Globo*, 8/4/1997)." (TOUSSAINT, Eric. *Op. cit.* p. 279-280.)

econômica da Argentina sob o presidente Carlos Menem... Historicamente, as companhias energéticas foram consideradas a jóia principal dos governos latino-americanos – o patrimônio da sua história e o último refúgio financeiro ante as pressões dos banqueiros internacionais e demais interesses estrangeiros que ameaçam a segurança nacional."[162]

Com as privatizações em marcha, as contas públicas argentinas continuavam no vermelho e a perspectiva de arrecadação de recursos com novas vendas de empresas estatais para o ano de 1994 foram bastante reduzidas. Sob o controle do Estado restavam, basicamente, as empresas do setor de defesa e os pacotes acionários que o estado mantinha com a própria YPF[163], empresas de gás e eletricidade. Assim, o poder de barganha do governo argentino era cada vez menor porque a cada ano ficava mais difícil equilibrar suas contas com o dinheiro das privatizações, uma vez que estas tendiam a diminuir; sem embargo, o relatório de julho do banco de investimentos Goldman Sachs afirmou: "o aumento do déficit comercial reflete o ressurgimento dos investimentos necessários para modernizar uma indústria obsoleta para permitir-lhe concorrer internacionalmente."[164]

A euforia do poder de compra com o câmbio valorizado de mercadorias importadas e o relativo controle da inflação, obstruía uma maior compreensão da maioria da população dessa matemática das contas governamentais e o governo seguiu com altos índices da aprovação. No ano de 1994, Menem juntamente com o ex-presidente Raúl Alfonsín lideraram os entendimentos a favor da reforma constitucional cujo resultado mais importante foi o Pacto de Olivos em dezembro que definiu a possibilidade de reeleição presidencial, o que beneficiaria o próprio Menem que poderia candidatar-se.

Uma vez deflagrada a crise mexicana, acreditava-se que o primeiro país a ser contagiado seria a Argentina, porque a credibilidade internacional do Plano Cavallo residia na associação com o modelo mexicano, mas à medida que a situação mexicana se agravava, as analogias tinham de ser desfeitas rapidamente por três motivos: 1) para não assustar os especuladores e provocar uma fuga de capitais da bolsa argentina; 2) para não provocar uma desvalorização do peso argentino, que significaria o enterro do Plano Cavallo e; 3) para não comprometer a reeleição de Carlos Menem. Um dos

---

[162] AYERBE, Luis Fernando. *Op. Cit* p.132.
[163] A YPF foi vendida à transnacional do petróleo espanhola Repsol em 1999.
[164] AYERBE, Luis Fernando. *Op. Cit.* p. 144.

próprios especuladores – considerado um dos mais respeitados órgãos de análise do mercado financeiro –, o banco JP Morgan, num de seus relatórios buscou salientar as diferenças entre os dois países:

> "O déficit em conta corrente argentino é a metade do mexicano e além disso está descendo. As exportações estão crescendo fortemente por causa do Mercosul, enquanto as importações decrescem por causa da queda do consumo interno (...) A competitividade da economia Argentina cresceu ao redor de 40% em quatro anos (...) O nível de reservas em moeda estrangeira que a Argentina possui graças ao Plano de Conversibilidade (...) lhe permite cobrir quase 80% do M1 (...) A crise recente do sistema bancário local está antes de tudo relacionada com decisões de *portfolio* e com baixa dos bônus da região em geral."[165]

O tiro saiu pela culatra e a Argentina entrou numa encruzilhada. Somente entre dezembro de 1994 e março de 1995, a desmonetarização atinge índices alarmantes com a queda de 15% nos depósitos do sistema bancário e perda de US$ 5,271 bilhões das reservas do BC argentino. Dinheiro farto e rápido com novas privatizações era impossível, mesmo porque muitas empresas já tinham sido liquidadas e o período existente entre a avaliação do preço mínimo da empresa e o leilão da venda não se daria no curtíssimo prazo.

Os US$ 50 bilhões de empréstimos ao México, além de ter sossegado os especuladores internacionais, adiou indiretamente o sufoco argentino. A desvalorização do câmbio equivaleria ao suicídio político do presidente Carlos Menem, quando era favorito à reeleição em maio de 1995. Se o BC mexicano gozou de liberdade para efetuar oscilações no câmbio ainda que pequenas para tentar equilibrar a balança de pagamentos, o governo argentino esteve impossibilitado de fazer isso devido ao *currency board*. A aposta Argentina era a de convencer os investidores que o país não podia desvalorizar e não desvalorizaria a sua moeda. Com esta convicção, buscou demonstrar aos investidores externos que os princípios do plano de estabilização estavam corretos e a economia argentina estava sólida, portanto era diferente da economia mexicana, não havendo motivos para pânico entre os investidores.

---

[165] *El Economista*, 06 de janeiro de 1995, *in*: AYERBE, Luis Fernando. *Op. Cit.* p. 151.

A verdade era que os argentinos simplesmente não saberiam como descongelar o câmbio sem arremessar a economia ao caos - hiperinflação, pânico, corrida aos dólares e fuga maciça de capitais. Em 1995, a defasagem cambial era estimada em 40%. Ou seja, se a moeda argentina pudesse flutuar livremente, 1 peso valeria algo como 60 centavos de dólar. O peso sobre-valorizado produziu na Argentina um fenômeno que os brasileiros também perceberam com o real - o estímulo às importações, em detrimento das exportações. Se de um lado, a importação ajudava a segurar os preços dos produtos no mercado interno, na outra ponta foram gerados déficits comerciais significativos chegando à US$ 8 bilhões em 1994.

Mas a sensação de intranqüilidade dos rentistas internacionais foi reforçada pela grave crise que abalou o sistema financeiro argentino. Nos dois primeiros meses de 1995, seis pequenos bancos com problemas de liquidez sofreram intervenção do Banco Central (*Corrientes*, *Chaco*, *La Rioja*, *Entre Rios*, *Misiones* e *Formosa*) que abriu um fundo de US$ 1 bilhão para socorrer instituições em dificuldades. Desde dezembro o sistema já tinha perdido mais de US$ 1,5 bilhão em depósitos. Quem não poderia aparentar abalo era o presidente/candidato à reeleição Carlos Menem, que aconselhava aos investidores no seu país: "Quem não quiser problemas, que faça suas aplicações em um banco sério"[166]. De acordo com os analistas do Banco Mundial:

> "O setor bancário argentino sofre, há muito, de vários problemas: fraca mobilização de depósitos bancários e conseqüente escassez de crédito; predominância de bancos do setor público; e ineficiência e segmentação dos bancos privados. A fraca mobilização de depósitos bancários em conseqüência direta da instabilidade macroeconômica. A relação dinheiro em sentido amplo/PIB — uma medida da expansão dos circuitos financeiros — declinou de mais de 40% nos anos 40 para cerca de 7% em 1990. Esse declínio estava ligado à crescente instabilidade de preços, que culminou com episódio de hiperinflação, aumentou o grau de incerteza dos rendimentos de ativos e conduziu à ampla dolarização de economia. A crescente incerteza gerou uma redução tanto no nível como no prazo dos instrumentos financeiros; até 1990, a maioria dos instrumentos financeiros tinha prazos inferiores a uma semana. A disponibilidade de crédito também sofreu, não só devido à fraca mobilização de depósitos, mas também porque os déficits crônicos do setor público relegaram as necessidades de crédito do setor

[166] *Veja*, 15/fev/95.

privado. (...) Os bancos mais fracos, na sua maioria bancos médios e pequenos, ameaçavam o sistema bancário como um todo porque poderiam deflagrar uma corrida aos depósitos. Ao longo dos anos 80, vários bancos privados foram liquidados com enorme prejuízo para o programa de garantia de depósitos do Banco Central (...) De 1991 a 1994 resolver os três problemas citados. Primeiro, implementou um programa de reforma monetária e fiscal que conseguiu estabilizar a moeda argentina (...) Outro fato significativo foi a melhoria efetuada pelo Banco Central na regulamentação e fiscalização da suficiência de capital e das reservas obrigatórias dos bancos (...) O terceiro fato importante foi a mudança da posição do governo em relação à privatização dos bancos públicos. Pela Lei de Conversibilidade, o Banco Central não poderia mais socorrer os bancos provinciais por meio de desconto ilimitado, como fazia antes. Os governos provinciais, que haviam apresentado graves desequilíbrios fiscais nos anos 80 e início dos anos 90, também tiveram reduzida a sua capacidade de sustentar empresas públicas perdulárias, incluindo os seus próprios bancos. Assim, deu-se início a um programa de liquidação ou venda dos bancos públicos. Até fins de 1994, de um total de 34 bancos públicos, um banco federal fora liquidado e outro vendido, e três bancos provinciais haviam sido privatizados." [167]

Mesmo com a reforma bancária realizada com o aval do Banco Mundial e FMI, o cenário do sistema financeiro argentino não era dos mais favoráveis devido ao menor crescimento dos depósitos, à alta dos juros internacionais, à redução dos influxos de capital estrangeiros e à queda nas cotações dos títulos governamentais e das ações. Em novembro de 1994, os mercados financeiros reagiram com nervosismo à quebra de uma pequena corretora causada por prejuízos com títulos do governo. Isso fez com que a maioria dos bancos cortasse as linhas de crédito para outras corretoras de valores, abalando ainda mais um mercado em baixa e também a posição financeira de vários bancos que detinham grande volume de títulos governamentais. Com a crise mexicana os grandes bancos atacadistas foram os primeiros a sentir o Efeito Tequila. Cerca de 30 bancos mantinham fortes posições em ações e títulos e dependiam quase que exclusivamente de vultosos depósitos de empresas. Os saques contra esses bancos e o concomitante corte no financiamento interbancário levaram à liquidação de alguns

[167] Carrizosa, Mauricio, Leipziger, Danny M., Shah, Hemant. "O efeito tequila e a reforma bancária argentina", *in*: *Finanças e Desenvolvimento*, Revista do FMI, mar/96, p. 22/23.

desses bancos. Quando as notícias das quebras se espalharam, e na falta de seguro de depósitos, os correntistas fugiram dos fracos bancos provinciais, cooperativos e varejistas, produzindo assim uma crise bancária de grandes proporções. Apesar de parte desses recursos ter sido redepositada nos maiores bancos privados e nos bancos estrangeiros, houve uma retirada líquida do sistema bancário de US$ 8 bilhões, equivalente a 16% da base de depósitos.

O ministro Cavallo anunciou em março de 1995, um pacote de medidas de ajuste fiscal que visava obter superávit nas contas públicas e gerar confiança no mercado financeiro para facilitar a captação de recursos externos que permitiam controlar o processo de desmonetarização que poderia desembocar numa desvalorização. O ajuste fiscal determinava o aumento na alíquota do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), das tarifas de importação - devidamente negociadas com o Mercosul enquanto um dos elementos para a solução do Efeito Tequila -, das contribuições empresariais sobre os salários e a diminuição dos reembolsos às exportações. Diante de tais medidas, o governo fez uma projeção de um superávit primário de US$ 4,4 bilhões, incluindo aí as futuras privatizações. Este ajuste fiscal trouxe um ônus à produção local, sem embargo o ministro Cavallo num almoço com empresários argentinos declarou: "Vocês sabem que sou partidário dos estímulos à atividade produtiva pelo lado da oferta. Não há estímulos que valham se não existe crédito. Agora a prioridade é recuperar a confiança, e depois poderemos voltar àquelas políticas."[168] Uma vez que o ajuste fiscal traria uma previsão de superávit, o governo argentino foi negociar empréstimos junto ao FMI e Banco Mundial.

Internamente, para facilitar a reestruturação e consolidação dos bancos privados, o governo criou um Fundo de Fideicomisso[169] financiado por até US$ 2 bilhões em títulos do governo argentino e obteve um empréstimo de US$ 500 milhões do Banco Mundial. Os recursos desse fundo foram utilizados em cerca de 12 transações, principalmente para auxiliar as fusões de bancos cooperativos regionais, mas também para facilitar a aquisição de vários bancos insolventes. Os depósitos agregados do sistema bancário argentino diminuíram de US$ 45,6 bilhões em 20 de dezembro de 1994 para US$ 36,8 bilhões em maio de 1995. A queda foi especialmente acentuada no início de março. Desde então, houve uma lenta recuperação dos depósitos, que

---

[168] *El Economista*, 10 de março de 1995, AYERBE, LUIS FERNANDO. *Op. Cit.* p. 152.

[169] Fideicomisso – Designação, em testamento, de dois ou mais herdeiros sucessivos. O fideicomisso impõe ao herdeiro (fiduciário) a obrigação de, por sua morte, ou dentro de certo prazo ou condições, transferir a herança a um terceiro (fideicomissário) já designado no testamento.

atingiram US$ 45 bilhões no início de dezembro de 1995. A perda de depósitos foi especialmente vultosa nos bancos atacadistas, cooperativos e regionais privados. Os bancos provinciais e federais também perderam depósitos, mas em menor grau. Os depósitos à vista tiveram queda menor que os certificados de depósito, indicando um declínio no prazo geral dos mesmos.

A crise mexicana deixou forte marca no sistema bancário argentino. Nos primeiros nove meses de 1995, 34 bancos e seis instituições não-bancárias fecharam (através de aquisições, fusões ou liquidações), deixando o sistema com 134 bancos e 31 entidades financeiras não-bancárias.

O pacote argentino do efeito tequila surtiu resultados positivos na avaliação do governo. Criou-se um clima de maior confiança no mercado financeiro argentino com a reestruturação dos bancos e a diminuição da retirada de depósitos bancários e com isso, na eleição de 14 de maio de 1995, Menem venceu com facilidade seus adversários no primeiro turno. Domingo Cavallo foi reconduzido no ministério da Fazenda embora já houvesse manifestações contrárias à sua permanência, dentre elas a do embaixador dos Estados Unidos, Granillo Ocampo. Em junho, durante a comemoração do cinqüentenário das Nações Unidas, Menem chegou a sugerir a interlocutores do governo dos EUA e da comunidade financeira internacional os nomes dos possíveis ministeriáveis que manteriam a linha da ortodoxia liberal, mas a receptividade negativa acabou postergando a mudança somente para julho de 1996, quando Menem pediu a renúncia do ministro da Economia, que foi substituído pelo presidente do Banco Central, Roque Fernández, considerado mais ortodoxo do que Cavallo.

Roque Fernández foi apenas o terceiro convidado por Menem para substituir Cavallo após a recusa de Roberto Aleman e Miguel Angel Broda, nomes de maior expressão e representatividade diante ao *establishment* nacional e internacional. O que estava em jogo não era a orientação da política econômica, mas a disputa política de ordem pessoal. A substituição de Cavallo significava a eliminação de um eventual forte candidato do governo à sucessão presidencial e Menem tinha dois motivos: primeiro é que um possível sucesso do governo Cavallo poderia acarretar mais glórias e prestígio para Cavallo do que o próprio Menem e segundo que no segundo semestre de 1995, Cavallo fez denúncias que havia "máfias" dentro do governo, gerando uma situação de confronto direto com o Partido Justicialismo – partido que estava no poder – obrigando o presidente Menem atuar como árbitro desta controvérsia para botar os devidos "panos

quentes" e confirmar a permanência de Cavallo no ministério até que fosse substituído no ano seguinte.

Como a Argentina foi o país mais atingido pelo efeito tequila, acabou recebendo o maior pacote de ajuda financeira depois do México. Foram US$ 4,7 bilhões envolvendo recursos do FMI e Banco Mundial para equilibrar as contas internas e externas, restabelecer a credibilidade, e dar continuidade ao receituário do Consenso de Washington sob a pele de Plano Cavallo. Se somarmos a isto os US$ 2 bilhões em títulos argentinos para o Fundo Fideicomisso além dos juros altos destes títulos para serem rapidamente comprados, temos um montante acima dos US$ 6,7 bilhões.

A partir do segundo trimestre de 1995, revertendo o movimento iniciado em fevereiro do ano anterior, as taxas de juros em dólares começaram a cair gradualmente no mercado internacional, reduzindo a pressão sobre os mercados latino-americanos. Na Argentina, o governo conseguiu preservar a paridade cambial e a lei de conversibilidade e obteve também melhora expressiva da posição externa em transações correntes. Mas isto aconteceu às custas da recessão econômica, elevação dramática das taxas de desemprego, além da grave crise bancária. A inflação continuou em declínio, mas a taxa de desemprego subiu para quase 20% e o PIB registrou queda de 4,4% em 1995. A deterioração só não foi maior porque com o Plano Real, a moeda brasileira ficou supervalorizada e o efeito no curto prazo provocou uma avalanche de exportações argentinas para o Brasil, o que se aprofundou a partir de 1°. de janeiro de 1995, quando entrou em vigência o Mercosul, transformando o Brasil no principal mercado exportador argentino, o que significava a entrada de dólares e a manutenção de empregos em alguns setores produtivos argentinos. Conforme Paulo Nogueira Batista Jr. :

> "A valorização cambial produzida pelo Plano Real permitiu ao governo argentino obter parte da desvalorização de que necessitava, sem violar a lei de conversibilidade. Como a taxa de inflação Argentina não tem sido muito diferente da dos EUA, a valorização do real com relação ao peso argentino foi de 30% de julho de 1994, semelhante à valorização do real com relação ao dólar. Admitindo-se que a ponderação do real na cesta de moedas relevante para o peso argentino seja de 20 a 25%, a valorização do real

correspondeu a minidesvalorização da ordem de 7% do peso argentino nesse período."[170]

No início do Plano Cavallo, a principal preocupação do setor industrial argentino era o crescente déficit comercial com o Brasil que atingiu US$ 603 milhões no primeiro semestre de 1992. Neste período, as exportações brasileiras aumentaram 142% para a Argentina e apenas 0,6% para o restante do mundo, mas a partir do Plano Real, foi a vez das mercadorias argentinas adentrarem na economia brasileira, colaborando para minimizar momentaneamente os déficits do governo argentino. Em 1995, as exportações para o Brasil passam a representar 30% do total das exportações argentinas, sendo que em 1994 representavam 20%. Devido à expansão das exportações argentinas para o Brasil, nossos vizinhos passaram de nono para segundo parceiro comercial na década de 90, atrás somente dos Estados Unidos. Segundo Ayerbe, os principais fatores que explicam o superávit comercial argentino no ano de 1995, em ordem de importância, são: "as exportações ao Brasil, a recessão interna, a melhoria dos preços internacionais dos grãos e a taxa de câmbio em razão da desvalorização internacional do dólar e da apreciação da moeda brasileira."[171] Com a desvalorização do real em janeiro de 1999, estas exportações caíram vertiginosamente e o aprofundamento da crise argentina passou a ser atribuído aos efeitos diretos da política econômica brasileira, ou seja, o "Efeito Orloff".[172] A partir deste ano, o governo argentino e a maioria da população viam no Brasil e não na aplicação do receituário do Consenso de Washington como os responsáveis pela crise do Plano Cavallo. Analistas internacionais já alertavam que a equiparação do peso argentino com o dólar era irreal e ficar adiando a desvalorização poderia trazer efeitos catastróficos. O governo argentino sabia disso, mas não sabia como desvalorizar sem entrar em recessão e crise, pois a desvalorização do câmbio e a conseqüente crise econômica os sintomas do efeito orloff que a Argentina passaria inexoravelmente, assim como outros países no mundo já tinham passado, dentre eles o próprio México como vimos anteriormente. A respeito da crise cambial, Paulo Nogueira Batista Jr. afirma:

---

[170] BATISTA JR., Paulo Nogueira. "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina", *in*: *Estudos Avançados*, Revista da USP, no. 28., set/dez., 1996, p. 158.
[171] AYERBE, Luis Fernando. *Op. Cit.* p. 155.
[172] O termo originou-se devido a um comercial da vodca Orloff que mostrava um indivíduo que conseguia ver sua própria imagem diante de si, numa ressaca profunda no dia seguinte, por não ter consumido uma vodca Orloff. Esta imagem no espelho no final do comercial lhe dizia: "Eu sou você amanhã".

"Até recentemente, a Argentina ainda tinha a companhia de uma série de economias que adotavam algum tipo de ancoragem cambial, embora mais flexível do que o modelo argentino. Na América Latina, era expressivo o número de países importantes com moedas ancoradas ao dólar dos Estados Unidos, geralmente na forma de bandas cambiais estreitas. Pouco a pouco essa companhia foi sendo dizimada por uma sucessão de ataques especulativos fulminantes. Em fins de 1994, o México passou para a flutuação cambial, abandonando o regime de ancoragem. Em 1997, alguns países no Leste Asiático fizeram o mesmo. Em 1998, foi a vez da Rússia abandonar a sua banda cambial e deixar o rublo flutuar. Em 1999, a onda chegou à América do Sul. Pressionados pela especulação cambial, outros governos suprimiram as suas bandas e optaram pela flutuação. Primeiro, veio o Brasil em janeiro; depois, o Equador em fevereiro. Mais recentemente, tivemos o abandono das bandas cambiais e a flutuação das moedas da Colômbia e do Chile. Deve-se notar que, até agora, nenhum dos 'mercados emergentes' (ou submergentes) que passaram por graves crises cambiais desde 1994 resolveu amarrar-se a um *currency board*. E isso apesar da recomendação ter sido feita a todos ou quase todos eles. A idéia foi (e ainda é) debatida no México."[173]

As práticas neoliberais implantadas no México com o Plano Azteca muito se assemelhavam ao neoliberalismo argentino *a la* Plano Cavallo através das privatizações, desregulamentação, abertura comercial e financeira, bloco regional, juros altos e câmbio valorizado. A diferença crucial da Argentina para todos os demais países que mergulharam no neoliberalismo foi que o governo argentino foi o único a adotar o *currency board*[174] cujo fim da convertibilidade resultou dentre outros problemas: no desemprego, na recessão, na queda do PIB, da diminuição dos salários dos aposentados e servidores públicos, na inflação, na agiotagem, no mercado negro, no aprisionamento temporário dos depósitos bancários (*corralito*), na desvalorização brutal do peso, das moedas provinciais (*patacones*) e na Crise Argentina que culminou com a queda do

[173] BATISTA JR., Paulo Nogueira. *A economia como ela é...*, São Paulo, Boitempo, 2000, p. 333.

[174] "O *currency board*, como se sabe, é uma instituição emissora independente encarregada de produzir moeda conversível, a uma taxa de câmbio fixa, e lastreada por reserva de liquidez internacional. Essa era o arranjo monetário aplicado na maioria das colônias européias e que foi abandonado por quase todos os países durante o processo de descolonização nos anos 50 e 60. Até a década de 90, o *currency board* era considerado um regime monetário basicamente ultrapassado." (Idem p. 282). "Obviamente, o sistema de *currency board* (conselho da moeda), adotado em 1991 e conhecido na Argentina como 'conversibilidade', sempre foi uma aberração, uma regressão patética ao modelo monetário inventado para as colônias da Inglaterra no século XIX"(Idem, p. 332.)

presidente vigente Fernando De La Rúa em dezembro de 2001, com a manutenção do *corralito* durante um ano e o fim do Plano Cavallo. Pior do que o modelo cambial argentino, somente o caso do Equador que literalmente adotou a dolarização em seu país no início de 2000.

**Quadro 2**

**Situação Econômica Argentina**

| | **PIB** | **Número de miseráveis** | **Número de pobres** | **Número de desempregados** | **Renda per capita anual** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1999** | 276 bilhões de dólares | 2,5 milhões de pessoas, ou 7% da população | 9,7 milhões de pessoas, ou 27% da população | 5,2 milhões de pessoas, ou 14,5% da população | 7.550 dólares |
| **Hoje** | 101 bilhões de dólares | 9,7 milhões de pessoas, ou 27% da população | 18 milhões de pessoas, ou 50% da população | 7,7 milhões de pessoas, ou 21,5% da população | 3.200 dólares |
| **O efeito da crise** | O PIB caiu 63% | O número de miseráveis quadruplicou | O número de pobres dobrou | O número de desempregados cresceu 50% | A renda caiu pela metade |

Fonte: *Veja*, 04/set/02.

As estatísticas argentinas no quadro 2 mostram o descalabro generalizado na economia evidenciando como o efeito orloff deu-se da maneira mais catastrófica possível. O legado político e econômico do ex-ministro Domingo Cavallo deu uma guinada de cento e oitenta graus, e de salvador da pátria passou a ser visto como o algoz argentino. Para quem era tratado como uma das figuras mais populares do país, festejado *urbi et orbi* como o economista cujo plano econômico tinha dado estabilidade ao país e era recomendado, nos meios financeiros internacionais, como o exemplo para o Brasil, México e outros países latino-americanos. Chegou a ser elevado à condição de um dos maiores estadistas do século segundo o economista brasileiro Luís Nassif, ou que Cavallo estava mais para Churchill e Bismarck do que Fernando Henrique Cardoso

conforme considerou o economista alemão Rudiger Dornbush[175], Cavallo ficou amarrado à camisa-de-força que ele próprio criou, lutando em condições adversas contra a deterioração econômica e social e conseqüentemente se desgastando politicamente. Por fim, acabou sendo defenestrado duas vezes, a primeira ainda no governo Menem e a segunda na *débâcle* do plano econômico durante a gestão de Fernando De La Rúa (2000-2001). Diante da pior crise econômica na história do seu país, Cavallo decidiu se distanciar do clima que enfrentava em Buenos Aires e foi para os Estados Unidos, onde foi trabalhar como professor-visitante da Leonard Stern Business School, uma instituição da Universidade de Nova Iorque onde faria palestras sobre os efeitos da crise argentina no mundo aos alunos da faculdade de economia, recebendo em dólares e não em peso desvalorizado ou *patacones* como seus compatriotas. O ex-ministro, que está envolvido em três processos judiciais, obteve autorização, para ir ao exterior com a família e disse que ficaria pelo menos até maio de 2003,[176] deixando para os seus sucessores o legado nefasto do finado plano econômico. Não obstante, o debate em torno da adoção do *currency board* no México ficou para segundo plano diante da possibilidade da implantação do ALCA em 2005.

## 4.3. O Efeito Tequila no Brasil

Foram vários os fatores que fizeram com que o Brasil pudesse sentir menos o Efeito Tequila do que a Argentina. Para que possamos entendê-los, uma vez que vimos os motivos que levaram à implantação do Plano Cavallo na Argentina, se faz necessário que entendamos os motivos da adoção do Plano Real no Brasil e como repercutiu os efeitos da crise mexicana na economia brasileira.

A partir da implantação da nova e atual moeda brasileira em 1°. de julho de 1994, a taxa de câmbio da moeda brasileira (real) foi fixada ao dólar pelo BC brasileiro, donde a equivalência deu-se na proporção de R$ 1,00 = US$ 1,00. Diferentemente do caso argentino cujo modelo de dolarização deu-se através do *currency board*, o governo brasileiro apesar de amarrar o real ao dólar, contudo não garantiu a conversibilidade entre as duas moedas como fizeram nossos vizinhos, tornando nosso modelo mais flexível e conseguindo responder mais rápida e adequadamente ao Efeito Tequila do que os argentinos.

---

[175] Idem, p.325-326.
[176] *Folha de S.Paulo*, 18/set/02.

A sobrevalorização do real, aliada à abertura do nosso mercado às importações implicou numa deflação dos preços das mercadorias associados ao dólar, provocando uma euforia nos consumidores brasileiros que poderia ter acarretado uma inflação de demanda. Isto só não ocorreu devido à política de juros altos, com a entrada no país de um grande fluxo de capitais de curto prazo, e numa elevação do nível de reservas cambiais para US$ 40,5 bilhões em junho de 1994, que correspondiam a 18 meses de importações. Desse montante, cerca de 70% foram acumulados durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda conforme se observa na tabela 19.

Comparado ao Plano Azteca e o Plano Cavallo, o Plano Real estava melhor resguardado de reservas em dólares para a sua implantação. Segundo Batista Jr: "O México começara a sua estabilização com reservas de 12 meses de importação em dezembro de 1987; a Argentina dispunha de reservas para 14 meses de importação às vésperas da promulgação da lei de conversibilidade", isto quer dizer que o Brasil diante da Crise Mexicana tinha dólares em termos absolutos e relativos, portanto, mais fôlego para se defender do que os argentinos.

Semelhante ao que aconteceu nos casos mexicano e argentino, a supervalorização da moeda, os juros altos e a abertura do mercado acabou provocando inexoravelmente déficits na balança comercial. Com isso o governo Itamar Franco (1992-1994) deveria dar continuidade ao processo de privatização iniciado no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) para fechar as contas brasileiras, ter credibilidade internacional e com isso mais créditos internacionais. Collor privatizou 18 empresas e arrecadou US$ 4 bilhões e Itamar privatizou 15 empresas, arrecadando US$ 4,6 bilhões. Com a eleição Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), para a manutenção do Plano Real o programa de privatizações seguiu adiante e somente no período de janeiro de 1995 a setembro de 1998 foram privatizadas 23 empresas na esfera federal, arrecadando US$ 27,6 bilhões, mais US$ 21,4 bilhões oriundos das privatizações na esferal estadual. [177]

[177] PAULANI, Leda Maria. "A dança dos capitais", *in*: *Praga*, no. 6, São Paulo, Hicitec, 1998, p.46-47.

**Tabela 19**

**Reservas internacionais no o Banco Central do Brasil, 1985-95**

| Período | | Conceito de caixa* Em US$ milhões | Em meses de importação de bens |
|---|---|---|---|
| 1985 | | 7.690 | 7 |
| 1986 | | 4.585 | 4 |
| 1987 | | 4.433 | 4 |
| 1988 | | 5.359 | 4 |
| 1989 | | 7.268 | 5 |
| 1990 | | 8.751 | 5 |
| 1991 | | 8.552 | 5 |
| 1992 | | 19.008 | 11 |
| 1993 | | 25.878 | 12 |
| 1994 | Jan. | 29.138 | 14 |
| | Fev. | 30.525 | 14 |
| | Mar. | 32.295 | 15 |
| | Abr. | 35.082 | 16 |
| | Mai. | 38.270 | 17 |
| | Jun. | 40.131 | 18 |
| | Jul. | 40.317 | 18 |
| | Ago. | 40.204 | 18 |
| | Set. | 40.873 | 18 |
| | Out. | 40.441 | 17 |
| | Nov. | 39.531 | 15 |
| | Dez. | 36.471 | 13 |
| 1995 | Jan. | 35.929 | 12 |
| | Fev. | 35.750 | 12 |
| | Mar. | 31.530 | 10 |
| | Abr. | 29.918 | 9 |
| | Mai. | 31.664 | 9 |
| | Jun. | 31.492 | 8 |
| | Jul. | 39.780 | 10 |
| | Ago. | 45.776 | 11 |
| | Set. | 46.614 | 11 |
| | Out. | 48.231 | 11 |
| | Nov. | 49.797 | 12 |
| | Dez. | 50.449 | 12 |
| 1996 | Jan. | 52.176 | 13 |
| | Fev. | 54.411 | 13 |
| | Mar. | 54.331 | 13 |
| | Abr. | 55.429 | 14 |
| | Mai. | 58.058 | 15 |
| | Jun. | 58.639 | 15 |

(*) Conceito operacional do Banco Central, contemplando haveres prontamente disponíveis. Saldos em fim de período.
Fonte: Banco Central.

A partir da adoção da moeda real em julho de 1994, a inflação arrefeceu de 46,6% em junho para 3,34% em agosto (tabela 20) elevando o poder aquisitivo do proletariado em função de quatro motivos: o primeiro devido ao fim do chamado "imposto inflacionário" que penalizava, sobretudo, os segmentos mais pobres da população, que não tinham como se proteger da elevação dos preços através de aplicações financeiras (fundos de investimento, cademeta de poupança etc), ou seja, que não conseguiam ter acesso à moeda indexada; segundo através do aumento das compras a prazo, apesar das altas taxas de juros; terceiro, a baixa remuneração nominal das aplicações financeiras, com a conseqüente retirada do recursos para o consumo; por último, a não-desindexação imediata dos salários que estava prevista na medida provisória que criou o Real mas que não se efetivou, uma vez que o Congresso Nacional criou o IPC-r, e a política salarial, que foi adotada até junho de 1995, implicando pelo menos um reajuste salarial para cada categoria em sua respectiva data-base. Com isso, o consumo "explodiu" e o PIB cresceu 5,8% em 1994 e elevando o rendimento médio das pessoas ocupadas nas diversas atividades econômicas,[178] o que causou a "febre pelos importados" e a partir de novembro de 1994 começaram sucessivos déficits na balança comercial, apesar das altas reservas cambiais (tabela 21)

O sucesso da derrubada da inflação já nos primeiros meses do Plano Real foi: a abertura da economia, com a queda das alíquotas do imposto de importação; o câmbio nominal relativamente estável e com o real valorizado; o controle dos preços dos serviços públicos e os preços dos produtos agrícolas, cuja variação ficou abaixo de 10%, inclusive com queda nominal de alguns deles, em virtude da supersafra, do congelamento de preços mínimos e das importações.[179]

O plano de estabilização parecia perfeito, diante de um país que tinha tentado outros diversos planos econômicos que resultaram em insucessos, embora não houvesse como avaliar com precisão após o primeiro mês do novo plano econômico, como seria a reação do eleitorado no pleito que se realizaria em outubro, ainda que este fosse bombardeado por maciça propaganda da mídia em geral, desde o lançamento da nova moeda. O país tinha passado outros planos fracassados desde a abertura democrática, com os insucessos do Plano Cruzado (28 de fevereiro de 1986), Plano Bresser (12 de junho de 1987), Plano Verão (14 de janeiro de 1989) e Plano Collor (16 de março de 1990).

---

[178] FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*, São Paulo, Boitempo, 2000, p. 121-122.
[179] Idem, p. 125.

**Tabela 20**

**Variação mensal do Índice Geral de Preços Disponibilidade interna (IGP-DI) 1994-1998 (%)**

| Meses | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---|---|---|---|---|---|
| JAN | 42,20 | 1,36 | 1,79 | 1,58 | 0,88 |
| FEV | 42,40 | 1,15 | 0,76 | 0,42 | 0,02 |
| MAR | 44,80 | 1,81 | 0,22 | 1,16 | 0,23 |
| ABR | 42,50 | 2,30 | 0,70 | 0,59 | -0,13 |
| MAI | 41,00 | 0,40 | 1,68 | 0,30 | 0,23 |
| JUN | 46,60 | 2,62 | 1,22 | 0,70 | 0,28 |
| JUL | 24,70 | 2,24 | 1,09 | 0,09 | -3,38 |
| AGO | 3,34 | 1,29 | 0,00 | -0,04 | -0,17 |
| SET | 1,55 | -1,08 | 0,13 | 0,59 | -0,02 |
| OUT | 2,55 | 0,23 | 0,22 | 0,34 | -0,03 |
| NOV | 2,47 | 1,33 | 0,28 | 0,83 | -0,18 |
| DEZ | 0,57 | 0,27 | 0,88 | 0,69 | 0,98 |

Fonte: Conjuntura Econômica – FGV, *in*: FILGUEIRAS, Luiz. *Op. cit.* p. 120.

**Tabela 21**

**Evolução mensal da balança comercial brasileira 1994-1995**

| MESES | 1994 | | | 1995 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXP. | IMP. | SALDO | EXP. | IMP. | SALDO |
| JAN | 2.747 | 1.769 | 978 | 2.980 | 3.284 | -304 |
| FEV | 2.778 | 2.030 | 748 | 2.952 | 4.013 | -1.061 |
| MAR | 3.351 | 2.249 | 1.102 | 3.799 | 4.721 | -922 |
| ABR | 3.635 | 2.152 | 1.483 | 3.394 | 3.864 | -470 |
| MAI | 3.862 | 2.625 | 1.237 | 4.205 | 4.897 | -692 |
| JUN | 3.728 | 2.499 | 1.229 | 4.119 | 4.897 | -778 |
| JUL | 3.738 | 2.514 | 1.224 | 4.004 | 4.003 | 1 |
| AGO | 4.282 | 2.776 | 1.506 | 4.558 | 4.461 | 97 |
| SET | 4.162 | 2.641 | 1.521 | 4.167 | 3.687 | 480 |
| OUT | 3.842 | 3.186 | 656 | 4.405 | 4.071 | 334 |
| NOV | 3.706 | 4.115 | -409 | 4.048 | 4.033 | 15 |
| DEZ | 3.714 | 4.523 | -809 | 3.875 | 3.927 | -52 |

Fonte: Banco Central, *in*: FILGUEIRAS, Luiz. *Op. cit.* p. 124.

**Tabela 22**

**Evolução da taxa de câmbio do real com o dólar, 1994-96**

| Período | | Taxa de câmbio* | Variação mensal de taxa de câmbio (Em %) | Índice de taxa de câmbio real ** (INPC) |
|---|---|---|---|---|
| 1994 | Jan. | 390,83 | 39,90 | 95,28 |
| | Fev. | 550,79 | 40,93 | 95,86 |
| | Mar. | 768,11 | 39,46 | 93,77 |
| | Abr. | 1.109,55 | 44,45 | 94,90 |
| | Mai. | 1.585,46 | 42,89 | 95,09 |
| | Jun. | 2.289,67 | 44,42 | 92,97 |
| | Jul. | 0,93 | 11,10 | 78,18 |
| | Ago. | 0,90 | -3,03 | 74,70 |
| | Set. | 0,86 | -3,79 | 71,07 |
| | Out. | 0,84 | -2,20 | 67,65 |
| | Nov. | 0,84 | -0,47 | 65,51 |
| | Dez. | 0,85 | 0,95 | 65,03 |
| 1995 | Jan. | 0,85 | -0,35 | 64,10 |
| | Fev. | 0,84 | -0,71 | 63,29 |
| | Mar. | 0,89 | 5,72 | 66,07 |
| | Abr. | 0,91 | 2,14 | 66,07 |
| | Mai. | 0,90 | -1,21 | 64,04 |
| | Jun. | 0,91 | 1,90 | 63,97 |
| | Jul. | 0,93 | 1,64 | 63,46 |
| | Ago. | 0,94 | 1,40 | 63,86 |
| | Set. | 0,95 | 1,17 | 64,03 |
| | Out. | 0,96 | 0,84 | 63,84 |
| | Nov. | 0,96 | 0,42 | 63,15 |
| | Dez. | 0,97 | 0,42 | 62,33 |
| 1996 | Jan. | 0,97 | 0,67 | 62,22 |
| | Fev. | 0,98 | 0,68 | 62,41 |
| | Mar. | 0,99 | 0,53 | 62,87 |
| | Abr. | 0,99 | 0,42 | 62,76 |
| | Mai. | 0,99 | 0,52 | 62,44 |
| | Jun. | 1,00 | 0,61 | 62,15 |

(*) Taxa de câmbio comercial de compra. Média dos dados diários. De janeiro a junho de 1994, valores em cruzeiros reais. A partir de julho de 1994, valores em reais; (**) Taxa de câmbio nominal ajustada pelo diferencial de inflação com os EUA. Deflatores: Brasil — INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor); EUA — IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Base: jan/92=100. Em julho de 1994, foi usada a variação do IPC — FGV medido em cruzeiros reais.
Fontes: Dados Brutos — Banco Central e FMI.

Apesar do principal candidato da oposição afirmar tautologicamente na época que se caso o plano desse certo, ele o manteria, caso contrário o substituiria, diante do *establishment* político e econômico mandatário brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) eram *personae non grata* e tinham que ser derrotados a

todo custo. A valorização nominal do real tinha dupla função naquela conjuntura pré-eleitoral:

> "(...) contribuir para acelerar a queda da inflação na reta final para o primeiro turno; e, em especial, fornecer uma espécie de bordão ao candidato do governo, que passaria a repetir insistentemente que o real 'valia mais do que o dólar'. Seja qual for a interpretação mais adequada para a inesperada decisão de permitir uma valorização de julho em diante, o fato é que a etapa inicial do Plano Real, até a eclosão da crise mexicana em dezembro de 1994, consistiu na utilização intensa dos trunfos de que dispunha o governo na área externa. Depois da valorização de 15% em termos nominais, a partir de outubro a taxa de câmbio permaneceu estabilizada dentro de uma banda estreita, de caráter informal, entre 83 e 86 centavos de real por dólar. Como a taxa de inflação residual em reais era muito maior do que a taxa de inflação nos EUA, o resultado foi uma fenomenal valorização real da taxa bilateral com dólar, de 30% em apenas seis meses, quando se consideram índices de preços ao consumidor [tabela 22]. Uma cesta de moedas, com ponderações baseadas na participação dos dez primeiros parceiros comerciais nas pautas de exportação e importação do Brasil, também indica uma valorização real de 30% nesse período."[180]

Sem embargo, o cenário da conjuntura econômica nacional, por determinação das ações econômicas do governo que impuseram uma subsunção dos capitais internacionais de curto prazo, acentuou que a política econômica do Brasil estivesse determinada de fora para dentro. Isto ficou evidente já nos primeiros dias do governo recém-empossado Fernando Henrique Cardoso (FHC). Envolto à Crise Mexicana e assolado pelo Efeito Tequila, FHC foi obrigado a tomar uma série de medidas para evitar a repentina e volumosa fuga dos capitais de curto prazo, que significariam sérios comprometimentos para a manutenção do Plano Real.

Nos dois primeiros meses do seu mandato, FHC ficou negando qualquer similitude da economia brasileira e do Plano Real com a situação mexicana, muita menos com a realidade da vizinha Argentina que tinha sido atingida em cheio com o Efeito Tequila. Nesse período, enquanto o presidente fez o seu discurso *a la* sociologia,

---

[180] BATISTA JR., Paulo Nogueira. (1996). "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina", *Op. cit.* p. 146-147.

as reservas brasileiras declinaram (tabela 23); eram os capitais de curto prazo que migravam para outras praças internacionais, o que implicou na desvalorização do real, onde a banda cambial passou de [R$ 0,82 – R$,086] para uma banda de [R$ 0,88 – R$ 0,93] e em seguida para [R$ 0,91 – R$ 0,99]. A adoção dessa providência, na época realizada de forma repentina e atabalhoada, impulsionou ainda mais a saída de capitais, piorando o problema em vez de resolvê-lo. Para reverter a marcha do efeito tequila, o governo brasileiro no início de março elevou a taxa de juros, reforçando assim o seu papel de sustentação da âncora cambial e ao mesmo tempo sendo um estímulo para a atração dos capitais estrangeiros de curto prazo. Com isso, passamos a ter as maiores taxas de juros em termos reais do mundo (30%) e a terceira maior taxa de juros em termos nominais (60%), atrás somente de Rússia e Turquia que possuíam inflações mais elevadas do que a brasileira (Tabelas 24,25 e 26).

**Tabela 23**

**Variação mensal das reservas internacionais 1994-1998**

| Meses | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---|---|---|---|---|---|
| JAN | - | 38,278 | 53,540 | 58,951 | 53,103 |
| FEV | - | 37,998 | 55,794 | 59,405 | 58,782 |
| MAR | - | 33,742 | 55,753 | 58,980 | 68,594 |
| ABR | - | 31,887 | 56,769 | 56,171 | 74,656 |
| MAI | - | 33,731 | 59,394 | 59,279 | 72,826 |
| JUN | - | 33,512 | 59,997 | 57,615 | 70,898 |
| JUL | 43,090 | 41,823 | 59,521 | 60,331 | 70,210 |
| AGO | 42,981 | 47,660 | 59,643 | 63,056 | 67,333 |
| SET | 43,455 | 48,713 | 58,775 | 61,931 | 45,811 |
| OUT | 41,937 | 49,694 | 58,600 | 53,690 | 42,385 |
| NOV | 38,806 | 51,257 | 60,471 | 52,035 | 41,189 |
| DEZ | 38,278 | 51,840 | 60,110 | 52,173 | 44,556 |

Fonte: Banco Central (Conceito de Liquidez Internacional)

**Tabela 24**

**Taxa de juros nos países do G-7**

| País | Taxa de juro nominal* (% a.a.) (1) | Inflação** (% a.a.) (2) | Taxa de juro real (% a.a.) (3) = (1)/(2) |
|---|---|---|---|
| Alemanha | 4,55 | 3,70 | 0,82 |
| Canadá | 7,34 | 4,20 | 3,01 |
| Estados Unidos | 6,02 | 4,10 | 1,84 |
| França | 7,05 | 2,90 | 4,03 |
| Itália | 10,13 | 7,80 | 2,16 |
| Japão | 1,35 | -2,20 | 3,63 |
| Reino Unido | 6,69 | 5,70 | 0,94 |

(*) Meados de maio de 1995. Taxas para prazos de 3 meses no mercado monetário. (**) Índices de preços ao consumidor. Média do período fev./95 a abr./95 comparada com a média dos 3 meses precedentes, a taxas anualizadas. No caso do Canadá e Japão, média do período jan./95 a mar./95 comparada com a média dos 3 meses precedentes, a taxas anualizadas.
Fonte: Dados brutos - *The Economist.*

**Tabela 25**

**Taxas de juros em outros países desenvolvidos**

| País | Taxa de juro nominal* (% a.a.) (1) | Inflação** (% a.a.) (2) | Taxa de juro real (% a.a.) (3) = (1)/(2) |
|---|---|---|---|
| Austrália | 7,70 | 6,90 | 0,75 |
| Áustria | 4,66 | 4,60 | 0,06 |
| Bélgica | 5,13 | 2,30 | 2,77 |
| Dinamarca | 6,65 | 2,10 | 4,46 |
| Espanha | 9,31 | 7,80 | 1,40 |
| Holanda | 4,50 | 3,80 | 0,67 |
| Suécia | 8,70 | 4,40 | 4,12 |
| Suíça | 3,38 | 6,00 | -2,47 |

(*) Meados de maio de 1995. Taxas para prazos de 3 meses no mercado monetário. (**) Índices de preços ao consumidor. Média do período fev./95 a abr./95 comparada com a média dos 3 meses precedentes, a taxas anualizadas. No caso da Austrália, Áustria e Dinamarca, média do período jan./95 a mar./95 comparada com a média dos 3 meses precedentes, a taxas anualizadas.
Fonte: Dados brutos - *The Economist.*

**Tabela 26**

**Taxas de juros em países selecionados da África, Ásia, América Latina e Europa Oriental**

| País | Taxa de juro nominal [1] (% a.a.) (1) | Inflação [2] (% a.a.) (2) | Taxa de juro real (% a.a.) (3) = (1)/(2) |
|---|---|---|---|
| África do Sul | 14,35 | 10,66 mar. | 3,34 |
| Argentina | 21,20 | -0,49 abr. | 21,79 |
| Brasil | 64,80 | 22,49* abr. | 34,54 |
| Chile | 12,68 | 6,46 abr. | 5,84 |
| Cingapura | 1,50 | -2,40 mar. | 4,00 |
| Coréia do Sul | 15,20 | 9,71 abr. | 5,00 |
| Filipinas | 11,81 | 6,70 abr. | 4,79 |
| Grécia | 16,27 | 16,59 abr. | -0,27 |
| Hong Kong | 6,26 | 9,50 ** mar. | -2,96 |
| Hungria | 35,75 | 48,93 abr. | -8,85 |
| Índia | 11,40 | 0,00 fev. | 11,40 |
| Indonésia | 16,00 | 14,53 abr. | 1,29 |
| Israel | 11,70 | 2,84 abr. | 8,62 |
| Malásia | 5,95 | 2,83 abr. | 3,04 |
| México | 60,98 | 71,58 mar. | -6,18 |
| Polônia | 28,03 | 35,12 *** mar. | -5,24 |
| Portugal | 10,08 | 9,81 mar. | 0,25 |
| República Tcheca | 9,95 | 8,66 abr. | 1,19 |
| Rússia | 242,36 | 205,20** abr. | 12,18 |
| Tailândia | 13,50 | 13,65 abr. | -0,13 |
| Taiwan | 7,00 | 4,40 ** abr. | 2,49 |
| Turquia | 75,59 | 88,42 abr. | -6,81 |
| Venezuela | 17,50 | 46,53 abr. | -19,81 |

(1) Taxas de juros de curto prazo em maio de 1995; (2) Índices de preços ao consumidor. Corresponde, salvo indicação em contrário, à taxa de inflação anualizada do período de 3 meses, até março ou abril de 1995. (*) INPC; (**) Variação sobre igual mês do ano anterior; (***) Taxa de inflação anualizada do quadrimestre nov/94-mar/95.
Fonte: Dados brutos - FMI, IBGE e *The Economist*.

Se por um lado ajudou no combate ao efeito tequila, por outro criou uma série de dificuldades para as compras a prazo. Além do aumento da taxa de juros, foram tomadas as seguintes medidas adicionais:

> "... Elevações consecutivas dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central, com o crescimento assustador das taxas de juros; redução nos prazos dos consórcios e do número de prestações nas compras a prazo; elevação das alíquotas do Imposto de Importação de mais de cem produto de consumo durável para 70% - algumas delas, depois, por violação das regras da OMC; caíram para 45%; incentivos à exportação e à entrada de capitais especulativos, com a retirada ou diminuição do IOF, e, por último, o estabelecimento de quotas de importação para os automóveis.
>
> Na verdade, a intervenção do Governo foi bem mais ampla e o conjunto de medidas anunciadas chegou a ser denominado, por alguns, de forma evidentemente equivocada, como sendo o 'Real 2'. Desse modo, também foram tomadas as seguintes medidas na área fiscal: novos cortes no orçamento no valor de R$ 9,5 bilhões, mudança na data de pagamento dos funcionários públicos, redução nas despesas de custeio das estatais e dos bancos federais e o anúncio da inclusão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no programa de privatização. No final dessa primeira crise do Plano Real, as reservas do país, que haviam alcançado mais de US$ 40 bilhões no momento inicial da troca de moedas, caíram para US$ 30 bilhões."[181]

O governo brasileiro procurou sinalizar aos capitais especulativos internacionais que nosso país corrigiria a trajetória do seu balanço de pagamentos e de suas reservas cambiais, que se mostravam similares ao modelo mexicano que tinha entrado em colapso. Com estas medidas, a exportação seria estimulada e o aumento dos juros inibiria as importações. O resultado imediato foi alcançado, uma vez que, já a partir de abril, ou seja, pouco mais de um mês de auge do efeito tequila no Brasil, os capitais especulativos começaram a voltar ao mercado brasileiro. Vale lembrar que os empréstimos concedidos ao México e Argentina foram fundamentais para a rápida reversão das expectativas dos investidores. No caso brasileiro, as reservas cresceram a partir de maio e em agosto já estavam superiores ao início do Plano Real, fechando o

[181] FILGUEIRAS, Luiz. *Op. cit.*p. 127-128.

ano com US$ 51,84 bilhões (tabela 23), e assim o Brasil não pediu empréstimos internacionais.

Quanto à balança comercial, esta só começou a ter saldos positivos a partir do segundo semestre (tabela 21) enquanto reflexo da redução das importações. Porém, a diminuição das importações também tinha ligações com a queda das atividades produtivas internas do Brasil. Na época, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) observou um crescimento do número de falências em 20%, no período de janeiro e maio, comparando-se os anos de 1994 e 1995, além do aumento de 162% no número de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes neste mesmo período. De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em termos nacionais, observou-se a diminuição das vendas em alguns segmentos do comércio e na indústria (no global, 15% quando comparados os meses de abril e março de 1995), queda da utilização da capacidade instalada na indústria (de 81% em março para 78% em abril) e redução do total de horas trabalhadas na produção (quase 7%, comparando-se maio e abril de 1995). No que se refere às pequenas e médias empresas, dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) demonstram que as vendas reais caíram 12,7% na indústria e 13,7% no comércio, quando confrontados os meses de abril e março de 1995.[182]

A política econômica adotada para resolver o efeito tequila reforçou a manutenção da âncora cambial no combate à inflação, aumentou a taxa de juros que afetou a produção, onerou as finanças da União, estados e municípios e às importações e assim se obteve um menor déficit na balança de pagamentos, o que sinalizava uma menor necessidade de empréstimos internacionais. Outrossim, juro alto era uma faca de dois gumes: se de um lado atraia especuladores externos, por outro asfixiava a produção interna e as vendas a prazo, endividava pessoas físicas e jurídicas, comprometia os saldos positivos na balança comercial, bens de produção que definem a substituição de importações deveriam ser comprados praticamente à vista, o que era possível basicamente entre os grandes monopólios estrangeiros aqui instalados.

Na agricultura, as elevadas taxas de juros e a livre importação de alimentos, concatenada à política de congelamento dos preços mínimos por parte do governo, impuseram uma queda na renda do setor de 26% - apesar do aumento da produção em 4,4% em 1995 comparados com 1994 – e um crescente endividamento, levando

[182] Idem p. 129-130.

cojuntamente, a uma inadimplência generalizada. Foram nos grandes latifúndios que a mecanização aprofundou-se devido às importações com dólar baixo e a intensificou-se o desemprego no campo, o que agravou concentração fundiária e de renda no campo.

O balança de pagamentos que antes do Plano Real tinha câmbio indexado e barreiras à importação, passou a ser deliberadamente sacrificada em nome do combate à inflação, recorrendo-se até mesmo à tributação das exportações *tradeables* com preços em alta no mercado internacional. Enquanto isso, o governo afirmava que o país deveria estar preparado para conviver com déficits comerciais por um longo período, o que seria compensado através do refinanciamento dos passivos externos de curto prazo e atração de um volume expressivo de capitais externos. Quando sobreveio o efeito tequila, significou que acumular déficits elevados financiados com *hot money* nos tornaram reféns dos capitais especulativos estrangeiros. Conforme observamos na tabela 27, a reforma monetária e cambial modificou drasticamente as estatísticas governamentais. Entre o primeiro semestre de 1994 e o primeiro semestre de 1995 observou-se que a balança comercial passou de um superávit de US$ 6,778 bilhões para um déficit de US$ 4,267 bilhões no primeiro semestre de 1995, totalizando uma diminuição de US$ 11,045 bilhões no saldo comercial em apenas um ano, fruto não de um decréscimo das exportações, mas das importações que quase dobraram nesse período. Para encontrar um surto de magnitude comparável nas despesas com importações, segundo Batista Jr., "teríamos de remontar a 1974, ano em que as importações brasileiras duplicaram. A diferença, naturalmente, é que naquele ano o crescimento das importações decorreu, em grande medida, da quadruplicação do preço do petróleo em dólares, ao passo que em 1994-1995 o aumento resultou essencialmente de fatores internos."[183]

Diferentemente do México e da Argentina que tomaram emprestado dinheiro, o Brasil contornou a crise com uma solução doméstica. Não recorreu aos empréstimos externos porque suas reservas eram elevadas e foram queimadas para contornar a crise. Mas os juros altos fizeram crescer a dívida interna, pois os governos estaduais verificaram o agravamento de seus débitos frente à União, daí a situação dramática dos bancos estaduais que um após o outro sofreram intervenções do Banco Central, foram liquidados ou vendidos. Por fim, a própria dívida externa aumentou, o que significou novamente queimar reservas cambiais para honrar e/ou rolar compromissos e acentuou dependência de capitais externos de curto prazo para refazer estas reservas. Assim, o

[183] BATISTA JR., Paulo Nogueira. (1996). "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina", *Op. cit.* p. 151.

Brasil não tomou emprestado dinheiro das agências internacionais e contornou os problemas advindos do Efeito Tequila com diversos outros problemas, ou seja, tivemos uma solução autofágica, que foi acentuada nos anos posteriores do Plano Real.

**Tabela 27**

**Balanço de pagamentos do Brasil, 1994-96**
**(Principais Contas)**

**(Em milhões de US$)**

| | 1°sem./94 | 2°sem/94 | 1°sem/95 | 2°sem/95 | 1°sem./96 |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.Balança Comercial | 6.778 | 3.689 | -4.267 | 1.110 | -296 |
| Exportações (FOB) | 20.101 | 23.444 | 21.449 | 25.057 | 22.919 |
| Importações (FOB) | -13.323 | -19.755 | -25.716 | -23.947 | -23.215 |
| 2.Serviços | -6.631 | -8.112 | -9.671 | -8.929 | -8.836 |
| Juros | -3.257 | -3.081 | -4.205 | -3.953 | -4.754 |
| Lucros e Dividendos | -946 | -1.620 | -2.198 | -592 | -612 |
| Viagens Internacionais | -465 | -716 | -1.070 | -1.349 | -1.490 |
| Transportes | -984 | -1.457 | -1.206 | -1.994 | -1.105 |
| Outros Serviços | -979 | -1.238 | -992 | -1.041 | -875 |
| 3.Transferências Unilaterais | 1.239 | 1.349 | 2.060 | 1.913 | 1.591 |
| 4.Saldo Conta Corrente (1+2+3) | 1386 | -3.074 | -11.878 | -5.906 | -7.541 |

Fonte: Banco Central.

Sem as reservas cambiais acumuladas até junho de 1994, havia a possibilidade do Plano Real não ter sobrevivido às turbulências produzidas pela crise mexicana. A diminuição das reservas chegou a colocar em risco o programa de estabilização, o que obrigaria o governo brasileiro a corrigir os rumos da sua política econômica. Em termos nominais, somente a Rússia e a Turquia registravam naquele momento, taxas de juros mais elevadas que a do Brasil. Considerando as taxas de inflação, medidas pela evolução recente de índices de preços ao consumidor, nenhum país praticava taxas de juros sequer próximas aos 35% ao ano e dessa maneira em termos relativos, o Brasil passou a ter as taxas mais favoráveis do mundo para efeito de especulação. A Argentina era o único outro país a apresentar taxa real superior a 20% ao ano.

No Brasil, o aumento da taxa de juros aliado com o arrocho sobre o crédito interno tinha como função melhorar a conta de capitais do balanço de pagamentos, fortemente atingida pela crise mexicana. Era necessário estancar a saída de capitais do país, atrair capitais estrangeiros de curto prazo e induzir as empresas brasileiras a contrair créditos no exterior. Foi desta maneira que o diretor de Assuntos Internacionais e presidente do Banco Central, Gustavo Franco, pode afirmar que o governo manteria firme a política da banda cambial.

O real continuou sobre-valorizado, cuja oscilação da banda nunca chegou a ser próximo dos 10% até o início do segundo mandato de FHC, acumulando já no final do primeiro semestre de 1995, um desequilíbrio externo em conta corrente que em proporção das exportações, era equivalente a quase 2/3 do desequilíbrio gestado pelo México ao longo de sete anos de estabilização com âncora cambial.[184] Um mês depois de reeleito, FHC afirmou que a crise mexicana de dezembro de 1994 tinha influenciado-o para que tomasse as medidas do ajuste fiscal.[185] Quanto à reforma cambial, chegou num momento em que o efeito tequila já não existia mais. Logo no início do segundo mandato, Gustavo Franco foi substituído por Francisco Lopes por discordar da necessidade da desvalorização. A partir do dia 12 de janeiro de 1999, depois de manter a moeda artificialmente valorizada por quatro anos e meio, passamos uma desvalorização abrupta, passando de uma cotação de 1,25 para um pico 2,13 por dólar dois meses depois e recuando para cerca de 1,80 para assim continuar nos meses seguintes.

## 4.4 O efeito tequila em outros países da América Latina

Observemos agora as conseqüências do efeito tequila nas principais economias latino-americanas.

A Venezuela já havia entrado numa profunda crise antes mesmo da crise mexicana. A tentativa frustrada de Hugo Chávez de derrubar o governo de Andréas Perez em 1992 acabou por levá-lo à cadeia. O país estava isolando-se em relação aos mercados financeiros internacionais, impondo rígidos controles sobre os fluxos de capital fazendo com que a crise mexicana não afetasse duramente àquele país. Na verdade, a situação econômica já estava tão desgastada que o episódio mexicano só

[184] Idem p.151
[185] *Folha de S.Paulo*, 20/nov/98.

contribuiu para piorar o cenário venezuelano na perspectiva de menores fluxos de capital estrangeiro para o país. Mas como 25% da economia do país giram em torno do petróleo que é responsável por cerca de 75% das exportações e a PDVSA é uma empresa estatal, o cerne da economia venezuelana não estava concentrado na dependência de capitais de curto prazo e a quarta economia da América Latina praticamente não sentiu o revés do efeito tequila.

O Chile por ter sido "o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea"[186], tinha tudo para ser o principal afetado pela crise mexicana, fato que não ocorreu. Foi o país que promoveu seu programa de reformas de maneira mais dura, através da ditadura do general Augusto Pinochet: "desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos"[187] além do peso chileno estar valorizado 25% em termos reais entre 1990 e 1994[188]. Por que então o Chile não entrou em colapso? A resposta é que na década de 90 o Chile foi o único país da América Latina onde os ingressos de capitais consistiam principalmente em investimentos estrangeiros diretos: "O investimento estrangeiro bruto aumentou de 1% do PIB em 1986 para 9% em 1994, fazendo com que o balanço de pagamentos seja menos sensível às mudanças de curto prazo das taxas de juros e às percepções do mercado financeiro."[189]

Apesar do modelo neoliberal ter sido implantado quase um decênio antes de Margareth Thatcher e Ronald Reagan e assessorado diretamente por Milton Friedman – mentor do neoliberalismo da Escola de Chicago –, que se esforçou em privatizar tudo o que encontrava de rentável no país. Porém, a resistência interna por parte das diferentes classes sociais, impediu a privatização do cobre, principal *commoditie* que historicamente foi responsável por saldos comerciais positivos na balança comercial do país. Esta não-privatização garantia um substancial volume de dólares externos dando um maior conforto nas suas reservas internacionais, sustentando uma diminuição significativa dos déficits públicos e desonerando o país na busca de capitais de curto prazo.

Isto quer dizer que se as privatizações tivessem atingido a mineração de cobre, o país seria obrigado a buscar capitais de curto prazo como outros países o fizeram e os

---

[186] ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo", *in*: *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático*, GENTILI, Pablo & SADER, Emir (orgs.), São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 19.
[187] Idem.
[188] BURKI, Shavid Javed & EDWARDS, Sebastian. *Op.cit.* p. 16.
[189] Idem.

sintomas do Efeito Tequila na quinta economia da América Latina poderiam ser ainda mais dolorosos. É importante salientar que o Chile não industrializou profundamente sua economia, de tal modo que, o cobre extraído destinou-se basicamente à exportação por praticamente inexistir mercado interno, suas indústrias foram defasadas do ponto de vista da modernidade capitalista. Conforme os argumentos dos professores Hamilton Ferreira Jr. e Sílvia Possas:

> "No Chile, a regressão econômica operada na base industrial do sistema traduziu-se numa redução de sua complexidade, isto é, diminuiu a variedades dos agentes e simplificou, assim, a base de conhecimentos e habilidades tecnológicas presentes na economia. Nesse contexto, os setores com maior grau de oportunidade tecnológica e intensos processos cumulativos apoiados no aprendizado, como aqueles pertencentes aos complexos metalmecânico e eletrônico, deixam de afetar a dinâmica produtivo local e, na ausência, subsistem cadeias produtivas extremamente reduzidas e com baixo conteúdo tecnológico, tais como: produção e exportação de frutas e vinhos, celulose e papel, madeira e móveis, farinha de peixe e cobre. Trata-se de uma reestruturação do aparelho produtivo local e de uma inserção internacional especializada em segmentos pouco dinâmicos."[190]

Deste modo, o Chile se converteu num exportador especialista em atender os mercados de entressafra do hemisfério norte com frutas frescas industrializadas, bebidas, vinho e pesca, sobretudo o salmão. Somado a isto devemos destacar a política cambial mais prudente que permitiu que a economia chilena crescesse sem gerar desequilíbrios externos profundos conforme se observou nas tabelas 16 e 17.

Na Colômbia, os movimentos guerrilheiros passaram a fazer parte da convivência cotidiana. Se o México dos presidentes Salinas e Zedillo tiveram que deparar-se com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a Colômbia do presidente Ernesto Samper (1994-1998) teve que se confrontar com grupos armados de esquerda: Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARCs) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) que ao contrário do EZLN que está confinados no sul do México em Chiapas, estes dois grupos revolucionários detêm o controle governamental

---

[190] FERREIRA JR., Hamilton de M. & POSSAS, Sílvia. "Concorrência e política industrial: Chile e México", *in: Cadernos PUC de economia*, MELLO, Cristina H. P. de Mello (org.), nº. 6, São Paulo, Educ, 1998, pp. 93-94.

de 40% da Colômbia. Como a atração de capitais concentrou-se em investimentos dos EUA nas áreas de combate às guerrilhas de esquerda e no combate do narcotráfico, "os investimentos estrangeiros no setor petrolíferos são suficientemente dinâmicos para produzir um aumento nas reservas internacionais"[191] e o país foi o único do continente cujo mercado de capitais cresceu ao mesmo tempo em que se desenrolou a crise mexicana, donde a redução de tarifas de importação foi antecedida por uma grande desvalorização do câmbio. Como o mercado de capitais de curto prazo era incipiente no país, foi pífia a fuga de capitais na sexta economia latino-americana e "os recentes eventos no México motivaram pressões protecionistas de diversos grupos de interesses."[192]

Segundo Batista Jr., Chile e Colômbia "escaparam basicamente incólumes às ondas de instabilidade desencadeadas pelo colapso do peso mexicano em fins de 1994"[193]. Enquanto o México e Argentina acumularam valorização real do câmbio da ordem de 40% nos seis anos que antecederam o colapso mexicano de dezembro de 94, a Colômbia e o Chile mantiveram taxas de câmbio estáveis em termos reais conforme indica a tabela 28. A Colômbia mantendo suas contas equilibradas através da lavagem de dinheiro com os rendimentos do narcotráfico[194] e o Chile sobretudo com as suas

---

[191] Idem p. 19.
[192] Idem.
[193] BATISTA JR., Paulo Nogueira. (1996): "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina", *Op. cit.* p. 133.
[194] "Atualmente, o narcotráfico é um dos negócios mais lucrativos do mundo. Sua rentabilidade se aproxima de 3000%. Os custos de produção somam 0,5% e os de transporte gastos com a distribuição (incluindo suborno) 3% em relação ao preço final de venda. De acordo com dados recentes, o quilo de cocaína custa US$ 2.000 na Colômbia, US$ 25.000 nos EUA e US$ 40.000 na Europa. A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detêm o controle da maior parte do tráfico internacional. (a pequena parte restante é dividida entre a Máfia siciliana e a Yakuza japonesa). Na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US$ 1,5 bilhão contra US$ 2,5 bilhões das exportações legais. Na Colômbia, o narcotráfico gera de US$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais geram US$ 5,25 bilhões. Nesses países a corrupção é generalizada. Os narcotraficantes controlam o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e até as unidades encarregadas do combate ao tráfico. Não há setor da sociedade que não tenha ligações com os traficantes, e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes. (...) As exportações de cocaína atingem US$ 50 bilhões, três vezes o PNB. Os narcoempresários investem 45% em propriedades urbanas e rurais, 20% em gado, 15% em comércio e 10% na construção e no lazer. Mas não se conformaram com a riqueza, quiseram também o poder. Em 1989 foram reveladas as negociações do governo e o Cartel de Medellín. A semilegalidade concedida aos narcotraficantes, a sua aliança com a burguesia e o governo, visam os objetivos mais reacionários: 'Os narcotraficantes colombianos aliaram-se aos fazendeiros e às forças de segurança de modo a proteger seus interesses comuns contra os grupos guerrilheiros e contra as crescentes demandas de reforma política e econômica dos setores mais carentes'. O resultado dessa aliança foi a complementação da ação da polícia com a dos 'esquadrões da morte', que, em número de 140, submetem a uma verdadeira tutela terrorista a vida política e social do país. Na Colômbia, os traficantes estão entrelaçados com a oligarquia tradicional, mediante a compra de terras ou a substituição das culturas agrícolas, o que deu uma saída aos proprietários arruinados pela baixa internacional do café. A desintegração do capitalismo colombiano, golpeado pela crise mundial, faz os traficantes florescerem."

exportações do cobre, acabaram não comprometendo suas economias diretamente com os fluxos internacionais de capitais de curto prazo.

**Tabela 28**

**Países selecionados da América Latina:**
**Taxa de câmbio real efetiva para as exportações***

| Países | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Argentina | 106 | 117 | 82 | 68 | 63 | 60 | 64 | 71 |
| Brasil | 91 | 69 | 64 | 76 | 81 | 75 | 59 | 45 |
| Chile | 106 | 100 | 104 | 103 | 99 | 100 | 100 | 96 |
| Colômbia | 102 | 104 | 117 | 119 | 106 | 102 | 88 | 88 |
| México | 81 | 76 | 74 | 67 | 62 | 59 | 61 | 90 |

(*) Corresponde à média dos índices de câmbio real da moeda de cada país em relação às moedas dos seus principais parceiros comerciais, ponderados pela importância relativa das exportações para esses parceiros. As ponderações correspondem à média de período 1989-93. Os índices foram elaborados com base em índices de preços ao consumidor. Base: 1987 = 100.
Fonte: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), in: Batista Jr., Paulo Nogueira, idem p. 182.

Sem sombras de dúvidas, com a crise da segunda economia da América Latina, o efeito tequila afetou frontalmente a Argentina e o Brasil, ou seja, respectivamente a primeira e a terceira economia latino-americana. Nas demais nações, cinco foram os motivos do menor impacto do efeito tequila em relação aos capitais de curto prazo:

a) pelo menor tamanho dos seus mercados, estes países não conseguiam atrair o mesmo interesse dos capitais internacionais que se têm em relação à Argentina e ao Brasil;

b) só conseguiriam atrair um maior volume de capitais se a taxas de juros fossem superiores às taxas argentinas e brasileiras, o que não foi o caso;

c) mesmo as taxas de juros sendo maiores, os capitais internacionais movimentam-se conforme aquilo que eles entendem como confiabilidade, o que significa não somente o tamanho do mercado mas sobretudo o modelo econômico adotado, o que no caso brasileiro e argentino levavam vantagem ao ter feito o que os órgãos capitalistas internacionais recomendaram;

(COGGIOLA, Osvaldo. "O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo", in: *Revista Adusp*, N°.7, Agosto de 1996, p. 45-50.)

d) do controle sobre os fluxos de capital que os países menores impuseram, acabando por contribuir para que os especuladores ficassem distante deles, contrariando os princípios do Consenso de Washington;

e) do controle estatal das principais *commodities* como foi o caso chileno e venezuelano, que contribuiram na captação externa de dólares e formação das reservas internacionais.

Enfim, quando o efeito tequila começou a se alastrar, ele atingiu com menor intensidade os pequenos países do continente, uma vez que não se verificou uma fuga desenfreada de capitais, pois quase inexistiam capitais de curto prazo para debandar, confirmando o velho ditado de que "Quando maior o tamanho, maior o tombo". Isto não quer dizer que estes países ficaram completamente imunes à crise mas se tivessem adotado naquele momento modelos de estabilização econômica idênticos aos modelos argentino, brasileiro e mexicano, o revés do efeito tequila teria sido mais contundente.

# 5. POLÍTICA, CORRUPÇÃO E NARCOPODER MEXICANO

*Ontem éramos um punhado de homens, hoje somos um povo conquistando o futuro.*

Fidel Castro

*Ontem éramos um povo conquistando o futuro, hoje somos um punhado de homens.*

Paráfrase de Rafael Guillén (Subcomandante Marcos) quando era estudante universitário, sobre os militantes priístas.

*Se ficar sentado à margem do rio durante tempo suficiente, você poderá ver os cadáveres dos seus inimigos passarem boiando.*

Antigo Provérbio Chinês

*Por trás de toda grande fortuna existe um crime.*

Honoré de Balzac

## 5.1. Ascensão e queda do PRI

O desgaste político da imagem do PRI e as duas crises econômicas com suas respectivas conseqüências, fizeram com que o partido, ao longo das décadas de 80 e 90, fosse perdendo espaço no cenário político-administrativo, culminando com o revés das eleições presidenciais de 2000. A vitória de Vicente Fox no pleito de 02 de julho, já entrou para a história como a principal derrota do PRI, que governou o México durante 71 anos ininterruptos. Classificado por Vargas Llosa como a "ditadura perfeita" e por epítetos populares como: "ditadura rotativa", "monarquia sexenal hereditária" entre outros, o PRI pelo menos durante o sexênio 01/12/2000-01/12/2006, se retirou do Palácio de Los Pinos para reavaliar sua trajetória e quem sabe montar uma nova estratégia política, "juntar os cacos", com vista ao retorno do comando político do país. Para os articulistas internacionais, a derrota foi o início do fim da "ditadura perfeita". Talvez, seja precipitada tal afirmação uma vez que dos 32 estados mexicanos, 19 continuaram sendo governados pelo PRI, além dos 1.832 dos 2.419 municípios do país.

Gestado na burocracia de Estado e institucionalizado pelo presidente Plutarco Elias Calles, após o período insurrecional das décadas de 10 e 20, o partido surgiu para controlar os constantes levantes que ocorriam, haja vista o processo revolucionário ter

deixado muitos grupos armados e muitas facções regionais. Originariamente, sob o nome de PNR (Partido Nacional Revolucionário), em 1938 foi substituído pelo PRM (Partido da Revolução Mexicana), fundado pelo então presidente Lázaro Cárdenas e assim continuou sendo não somente um partido da família revolucionária, mas também um partido de massas corporativo à medida que agregava um setor operário, um setor camponês, um setor popular e um setor militar. Não se colocava como partido único, mas sim, como o instrumento da Revolução para não largar o poder nem entregá-lo nas mãos da oposição.[195]

Em 1947, o PRM foi substituído pelo PRI sob a liderança do presidente Miguel Alemán que conservou a aliança da família revolucionária do PNR e o caráter de partido corporativo de massas do PRM. O intuito do partido foi o de estar a serviço da industrialização do pós-guerra e do desenvolvimento de uma economia capitalista.[196] Na prática, todos os que se preocupavam com os destinos do país deveriam discuti-los no interior do partido. Quem estivesse fora do PRI estaria, praticamente, banido da vida política nacional e tratado como apátrida. Em 1952 com o general Henríquez Guzmán:

> "o PRI revelou vocação partidária hegemônica e a idéia de oposição como um assunto decorativo, importante somente para manter as aparências, enquanto o presidente, chefe nato do partido, decidia as coisas políticas. O presidente decidia quem deveriam ser os candidatos a governadores, ao Congresso e até às prefeituras de algumas cidades. Sobretudo, o presidente decidia quem seria o candidato presidencial. O PRI ganhava todas as eleições, de modo que ser seu candidato significava de antemão ganhar as eleições. O PRI inaugurou suas três décadas de partido hegemônico em 1958: a 'idade de ouro' da dominação incontestada. Mesmo então, as coisas estavam longe de ser monolíticas. Os presidentes e as camarilhas *priistas* não podiam se reeleger num, em conseqüência, perpetuar-se no poder. Em lugar de uma oposição, estabeleceu-se um sistema interno de consagração e guilhotina sexenal. A cada seis anos, chegava ao poder um novo presidente do partido e a indicação do sucessor. A cada seis anos, o sucessor eleito decapitava o seu eleitor, assaltava o poder, demitia e nomeava quase todo o governo, garantindo assim uma selvagem 'circulação das elites'"[197]

---

[195] CAMÍN, Hector Aguilar. *México – A cinza e a semente*, São Paulo, BEI, 2002, pp. 34-35.
[196] Idem p.35.
[197] Idem p. 35-36.

Independentemente do nome da sigla partidária, a permanência de 71 anos no governo, mostrou as dubiedades recorrentes a um partido que "institucionalizou" a revolução. O partido estabeleceu uma relação nefasta com o Estado e com as classes dominantes nomeou gerações de funcionários públicos, estabeleceu monopólios privados em setores estratégicos, montou sindicatos amarelos e uma polícia conivente e guardiã dos ideais priístas. A cada eleição, mobilizou cabos eleitorais entre os burocratas do Estado e da sociedade civil, controlou os meios de comunicação, cooptou os indecisos, coagiu os rebeldes, falsificou registros eleitorais, manipulou os mapas de sufrágios e viciou as apurações. A gigantesca estrutura burocrática aperfeiçoada penetrou em todos os escalões da vida mexicana, de sindicatos inexpressivos, passando por prefeituras de vilarejos, Congresso Federal, Corte Suprema de Justiça, Forças Armadas e governos de estados.

Com o propósito de manter o país unido, pacificado e obediente tanto aos ditames do situacionismo quanto à vontade de seus caciques, seus presidentes governaram imperialmente, subordinado às reivindicações do partido que por vezes e por obra do acaso, coincidiram ou não com as necessidades do povo mexicano.

Devido à conquista territorial, o México foi a vítima por excelência do imperialismo estadunidense quando foi vencido na guerra de 1846/1848. Perdeu o Texas inteiro e parte considerável dos atuais estados da Califórnia, Utah, Nevada, Arizona, Colorado e Novo México, perfazendo ao todo quase a metade da área original do país, quando colônia espanhola, e assim justificando a famosa frase de Otávio Paz "tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos". Foi uma tragédia que jamais se apagou da memória dos mexicanos, somando a isto a ocupação de Vera Cruz, em 1914, e a expedição *yankee* contra os revolucionários de Pancho Villa, no ano seguinte.

O longo e sangrento ciclo de levantes populares, encabeçados por Villa, Madero e Zapata, que representou um significativo movimento da esquerda radical na América Latina – que viria a se "institucionalizar" no PRI – só faz sentido à luz dos conflitos agrários e da hostilidade aos EUA. Quaisquer que fossem as dubiedades das políticas sociais dos governos priístas, o antiamericanismo nunca deixou de ocupar lugar central na cena mexicana. Além disso, desde a eleição do general Lázaro Cárdenas, em 1934, o país se converteu em venerada referência e santuário seguro para a esquerda mundial. O México recusou-se a manter relações com a Espanha de Franco até a morte do ditador, reconhecendo o governo republicano no exílio, acolheu milhares de refugiados do fascismo, não só espanhóis, mas de toda a Europa. Ali também foi acolhido – e

assassinado a mando de Stálin – Leon Trotsky, quando este não encontrava nenhum país para exilá-lo. Dali, Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e seus camaradas partiram a bordo do *Granma* para iniciar a guerrilha contra o regime de Fulgêncio Batista.

Para justificar seu *status quo* de esquerda às outras nações, o PRI usava e abusava da inflamada retórica de caráter revolucionário, e prenhe de teses terceiro-mundistas. Estas manifestações iam pouco além do discurso formal. Se o ultrapassavam, nas assembléias interamericanas, era apenas para defender Fidel Castro e, em outras épocas, Salvador Allende, o guatemalteco Jacobo Arbenz, o movimento insurrecionista salvadorenho Farabundo Martí e o movimento sandinista.

As décadas que se passaram com o PRI no poder, criaram uma cultura política priísta, que se resume na expressão "nacionalismo revolucionário" e que, segundo essa cultura, o México deveria ser um país: 1) *laico*, que mantinha a igreja católica fora da participação política; 2) *agrário*, que distribuía terras, apoiava a reforma agrária e limitava a expansão da propriedade privada no campo; 3) *sindicalista*, que apoiava a organização sindical dos trabalhadores e a defesa dos direitos trabalhistas; 4) *nacionalista*, para resistir ao seu inimigo histórico: EUA; 5) *estatizado*, para garantir o equilíbrio social mediante a distribuição corporativa de proteções e subsídios.[198] Sob estas bandeiras, criou-se o estigma que o México era governado por uma "família revolucionária" que detinha o poder desde época da Revolução e a prática do nepotismo grassou. Segundo Andrés Oppenheimer:

> "(...) Vistos de perto, os homens – havia relativamente poucas mulheres – que haviam ocupado os principais postos nos três últimos governos do México vinham de uma rançosa estirpe política. Era como se os membros do círculo áulico da 'família revolucionária' passassem seus postos de geração para geração. O gabinete do presidente Miguel de la Madrid, antecessor de Salinas, era um caso típico: seu secretário de Governo, Manuel Bartlett, era filho de um poderoso governador do estado de Tabasco; o secretário de Relações Exteriores, Bernardo Sepúlveda, era sobrinho de um eminente conselheiro do governo em direito internacional e filho de um médico de vários presidentes; o secretário da Fazenda, Jesús Silva Herzog, era filho de um dos intelectuais mais respeitados do México; o secretário de Minas e Energia, Alfredo del Mazo, era filho de um ex-secretário de Recursos

[198] Idem pp.43-44.

Hídricos; e o secretário de Planejamento, Carlos Salinas de Gortari, era filho de um ex-secretário de Indústria e Comércio. O próprio presidente era parente distante de uma família de governadores e tinha sido protegido de seu tio, o ex-diretor do Banco do México, Ernesto Hernández Hurtado. Com Salinas, o caráter tribal do círculo de poder nada mudou. O secretário de Governo, Gonzalo Garrido, o ex-governador de Chiapas que havia construído a nova ala do aeroporto de Tuxtla, era filho de um ex-secretário de Trabalho, e sobrinho de um governador. O secretário das Relações Exteriores, Manuel Camacho Solís, era genro de um ex-governador de Chiapas; o Secretário da Educação, Bartlett, era filho de um governador de Tabasco; o secretário de Relações Exteriores, Manuel Tello, era filho de um ex-secretário de Relações Exteriores e irmão de um embaixador; e o Secretário da Fazenda, Pedro Aspe, era neto de um Subsecretário da Fazenda. As novas gerações de políticos do PRI, em sua maioria educadas nos EUA, eram modernas e cosmopolitas, mas mesmo assim eram membros dos caciques das tribos. Inclusive o principal rival de Salina nas eleições de 1988, o centroesquerdista e ex-desertor do PRI Cuauhtémoc Cárdenas, era parte da família e um exemplo clássico do mesmo fenômeno: era filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas."[199]

Nas gestões de Luis Echverría Alvarez e José López Portillo, o regime priísta revelava indícios de esgotamento agravado com a situação econômica-financeira do fim da década de 70. A crise da dívida externa de 1982 e as reformas iniciadas na gestão de Miguel De La Madrid mudariam paulatinamente a cultura priísta até então existente. A perda de credibilidade política deu-se durante as eleições presidenciais de 1988, quando o candidato priista Carlos Salinas de Gortari, foi eleito por causa de uma fraude eletrônica[200] quando venceu o candidato favorito Cuauhtémoc Cárdenas do PRD. Para

---

[199] OPPENHEIMER, Andres. *Op. cit.* p. 90-91.

[200] "Às 7 horas da noite [6 de julho de 1988] as telas instaladas no Registro Nacional de Eleitores, o organismo que centralizava as apurações, mostravam os resultados de apenas três urnas das 55 mil. As pesquisas de boca-de-urna apontavam uma derrota fragorosa do governo. Cuauhtémoc Cárdenas, que no ano anterior havia rompido com o PRI para encabeçar uma coligação oposicionista denominada Frente Democrática Nacional, liderava a disputa com uma dianteira de pelo menos cinco pontos percentuais sobre Salinas. (...) O México vivia uma situação inusitada: pela primeira vez, em 150 anos como país independente, um candidato oposicionista estava ganhando uma eleição. De repente, as telas se apagaram. 'Caiu o sistema', anunciou um funcionário, sem se dar conta do admirável ato falho que cometia (a frase, de evidente duplo sentido, provocou risadas no mundo inteiro). Agentes do estado-maior presidencial esvaziaram a sala, que estava repleta de jornalistas e de representantes partidários. Não houve mais informações oficiais naquela noite. Na manhã de 7 de julho, quando se reiniciaram as apurações, configurou-se a vitória avassaladora de Salinas. O candidato governista levava vantagem na ampla

entender a revelância de Cárdenas na eleição de 1988, é necessário levar em conta que: 1) ele representava o desejo da população que ansiava por mudanças, pois estava suportando as conseqüências sociais do Plano Baker imposto pelo FMI, juntamente com tecnocracia priísta de Miguel De La Madrid; 2) ele rompeu com o PRI em 1987 e se apresentava como oposição ao governo entreguista e corrupto; 3) preservava junto à população uma imagem pessoal de honestidade, coerência e nacionalismo revolucionário; 4) era mestiço, com inconfundíveis traços indígenas de seus antepassados; 5) era filho de Lázaro Cárdenas, o presidente do qual a população guardava as lembranças da reforma agrária e nacionalização do petróleo; 6) o nome Cuauhtémoc era visto como sinônimo de integridade, pois era uma homenagem ao último rei asteca, que se recusou, mesmo sendo preso e torturado, a revelar para o explorador espanhol Hernán Cortez onde estavam os tesouros do império asteca; 7) era o ex-governador do estado de Michoacán e assim poderia atrair muitos votos.

Apesar da gestão do presidente Salinas ter adotado fielmente a cartilha neoliberal do Consenso de Washington fazendo com que a imprensa estadunidense o aplaudisse com entusiasmo, esta freqüentemente lembrava as circunstâncias polêmicas de sua ascensão ao poder. Sob sua administração grassou a corrupção vinculada ao narcotráfico e o Estado transformou-se num balcão de negócios privados da família presidencial. O irmão do presidente Raul Salinas - hoje encarcerado - transitou de chefe central de abastecimento do país a agente do empreendimento destinado a garantir aos cartéis de Tijuana e Guadalajara, o monopólio de acesso ao mercado norte-americano de entorpecentes.

Foi exatamente na gestão da Carlos Salinas, que dois expressivos assassinatos de políticos priístas contribuíram para sacudir a bolsa de valores e credibilidade mexicana. O primeiro deles foi o de Luis Donaldo Colosio, ex-presidente do PRI durante a gestão de Salinas, período o qual segundo ele mesmo afirmou, não conseguiu realizar as reformas internas estruturais no partido. Profundo admirador do presidente Adolfo

---

maioria das urnas, muitas vezes por diferenças massacrantes. (...) Resultado final: 50,4% para Salinas, 30,9% para Cárdenas e 16,7% para Clouthier. Nenhum dos candidatos opositores aceitou a vitória de Salinas. Durante mais de três meses, manifestantes ocuparam o Zócalo, a praça central da Cidade do México, para protestar contra o assalto eleitoral. Um dos comícios, que teve Cárdenas como principal orador; reuniu mais de cem mil pessoas, na maior concentração política realizada até então na capital mexicana. Os sinais da trapaça eram gritantes. Cerca de 25 mil urnas, o equivalente a 45% do total, sequer tiveram seus resultados anunciados, candidato por candidato, partido por partido. Impossível recontar os votos. Em dezembro, com a aprovação dos deputados priístas e da maioria da bancada do PAN, todos os pacotes com as cédulas foram incinerados, eliminando qualquer possibilidade de se fazer uma revisão do processo eleitoral, nem que fosse por amostragem, como sugeriu Cárdenas." (FUSER, Igor. *Op. cit.* p.25-26)

López Mateos[201], acabou sendo assassinado em março. Como se não bastasse, meses depois, o secretário-geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu foi assassinado em 28 de setembro.

Com a morte de Colosio, segundo a Constituição mexicana, o partido só podia indicar para candidato alguém que estivesse ausente de cargo público, no mínimo, há seis meses, o que levou Carlos Salinas a escolher Ernesto Zedillo, que naquele momento estava afastado do governo e era o coordenador da campanha de Colosio. O *dedaço* deu-se a partir de alguns vídeos que o governador de Sonora, Manlio Fabio Beltrones mostrou para Carlos Salinas onde Colosio elogiava Zedillo como um "verdadeiro patriota" e um "grande mexicano". Estes vídeos foram posteriormente veiculados nas TVs e conseqüentemente Salinas poderia dizer à nação que a nomeação do novo candidato tinha surgido conforme o anseio do partido e que ninguém melhor que Zedillo para dar continuidade à campanha e o projeto do finado Colosio.

De todos os candidatos presidenciais nas últimas décadas, ninguém possuía um patrimônio tão modesto. Era graduado em economia em Yale e logo após a faculdade foi trabalhar no Banamex aos 27 anos de idade. Ao converter-se em ajudante de Miguel Mancera, um dos economistas mais importantes do banco, Zedillo passou a ter cargos cada vez mais importantes nos anos seguintes. Em 1983 foi nomeado diretor de fideicomisso do governo para ajudar nas campanhas de reestruturação da dívida externa e em 1987 tornou-se subsecretário de Programação e Orçamento Federal. Quando Salinas tomou posse em 1988, nomeou-o Secretário de programação e Orçamento Federal e depois em 1992 foi secretário da Educação.

Zedillo venceu as eleições com 48,8% dos votos, enquanto que Fernández Cevallos do PAN ficou com 25,9% e Cárdenas do PRD com 16,6%. Conforme um monitoramento da cobertura da campanha pela televisão realizado pelo Instituto Federal Eleitoral (IFE), mostrou que o principal noticiário noturno da Televisa, 24 Horas, havia dedicado 40,6% de sua cobertura à campanha de Zedillo, enquanto que Cárdenas

---

[201] "Adolfo López Mateos (1958-1964) foi o terceiro presidente civil dentro da Revolução. Foi antecedido por Miguel Alemán Valdés (1946-1952) e Adolfo Ruiz Cortines (1952-1958). A preocupação de López Mateos foi conciliar a obra social e nacionalista do presidente Lázaro Cárdenas e a modernizadora de Miguel Alemán. Fazer compatível a justiça social com a livre empresa em uma espécie de desenvolvimento compartilhado: 'com uma equilibrada repartição dos sacrifícios e dos benefícios'. Havia de transformar a democracia armada do povo em uma democracia de participação cidadã. No sindicalismo, ir para além do corporativismo; na política, transformar o partido do sistema vigente para um partido nacional de opção" ZEA, Leopoldo. *Presentación,in*: ZEA, Leopoldo & MAGALLÓN (Orgs.) (1999) *Geopolítica de América latina y el Caribe*, vol. 4, México D.F., Fondo de Cultura Económica/Instituto Panamericano de Geografía e Historia, p. 39.

recebeu 7,8% e Cevallos 7,6%. Mas o que foi que foi mais sugestivo era a quantidade de temo dedicado ao partido minúsculos que em sua maioria estavam financiados pelo governo e que nunca tinham obtido mais do que 1% dos votos nas eleições nacionais. O principal programa de notícias da Televisa dedicou mais tempo a cada um dos candidatos do Partido Verde Ecologista do México (PVEM), Partido Democrático Mexicano (PDM) e Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM) do que a Cárdenas ou para Cevallos. O IFE, organismo oficial criado por Salinas para supervisionaras eleições, funcionou também na sua gestão para destinar verbas aos partidos nanicos para dividir votos da oposição.

O Partido do Trabalho (PT), que nas eleições legislativas de 1991 tinha obtido apenas 1%, na eleição presidencial de 1994 parecia ter mais dinheiro do que qualquer outro partido de oposição. Salinas ajudou a fundar o partido sob a justificativa de ajudar a fortalecer o sistema democrático no país, mas funcionou na prática como um partido para dividir votos da oposição e para supostamente validar a vitória da situação caso os resultados eleitorais fossem apertados. O partido conseguiu uma licença da Secretaria do Governo para importar duzentas caminhonetes e furgões dos EUA e US$ 4 milhões para administrar um programa de desenvolvimento social em Monterrey. Na medida em que se aproximou a eleição, seus escritórios de campanha receberam modernos computadores e se proliferaram cada vez mais comitês eleitorais pelo país. A maioria dos fundos veio do PRONASOL e de Raúl Salinas. Em 1993, no momento do partido escolher seu candidato presidencial, o governo, na qualidade da principal contribuinte do partido teve o direito de sugerir um candidato. A escolhida semanas depois foi Cecilia Soto, que sequer era membro deste partido mas do PARM. O PT terminou em quarto lugar nas eleições como 2,8% dos votos.[202]

Apesar da vitória no pleito de 1994, os assassinatos políticos de Colosio e Ruiz Massieu, a exposição pública das atividades ilícitas de Raul Salinas que prosperaram à sombra do presidente, aliada à revolta de Chiapas de janeiro de 1994 e a crise de 1994-1995, serviram para minar o PRI.

Em 5 de junho de 1995, militantes de esquerda estavam realizando uma manifestação na praça de Zócalo na Cidade do México para protestar contra a derrota de Andrés López Obrador (PRD) na eleição de governador de Tabasco, porque consideravam fraudulento o triunfo de Roberto Madrazo (PRI). Subitamente apareceu

[202] OPPENHEIMER, Andres. *Op. cit.* p. 152-153.

um carro cujo homem descarregou 14 caixas cheias de papel e perguntou por quem dirigia aquela manifestação, que deveria dar uma olhada naqueles documentos. Com isso, o condutor foi-se embora e os ativistas se puseram a vasculhar os papéis, encontrando um verdadeiro tesouro político. Havia milhares de recibos originais de gastos de campanha do PRI das eleições recentes, incluindo pagamentos a jornalistas, dirigentes sindicais, membros da cura católica, políticos de oposição e até manifestantes arrebanhados.

Nos dias seguintes, um estudo mais a fundo dos documentos por um grupo de técnicos em financiamento de campanha do PRD encontrou provas de uma fraude massiva: o PRI gastou US$ 65 milhões, quase 59 vezes do máximo permitido pela lei, o equivalente a 73% do que o PRI nacional. Se o partido gastou isto num estado minúsculo como Tabasco que agregava menos de 2% dos eleitores do país, era óbvio que as declarações oficiais do PRI para as eleições de 1994 tinham sido uma trapaça.

Manifestações e greve ecoaram em Tabasco pedindo novas eleições. Enquanto isso Roberto Madrazo foi acudido por seu partido que afirmou que os documentos eram falsificados. Em poucos dias o conflito reduziu-se a palavra do governo contra a palavra da oposição e o governador seguiu adiante com seu mandato.

Em 1997, o PRI perdeu a maioria dos deputados no Congresso Nacional e um terço da população nas cidades sendo governadas por prefeitos da oposição incluindo a Cidade do México (Cuauhtémoc Cárdenas do PRD) e o segundo e terceiro Estados mais ricos do país: Jalisco e Nuevo Leon (PAN).

A *débaclê* final começou com a tentativa de Ernesto Zedillo de moralizar o já desgastado partido. A abolição do *dedazo* abriu espaço para a indicação "democrática" de Jaime Labastida através da convenção partidária do PRI; prestigiou o IFE desvinculando-o dos partidos e imune ao PRI, estabelecido para refazer o registro eleitoral, fiscalizar o pleito, monitorar apurações, coibir fraudes, coações, compra de votos e abusos da propaganda eleitoral. Zedillo tentou estabelecer uma transparência do processo sucessório admitindo a vigilância de observadores estrangeiros e até do ex-presidente estadunidense Jimmy Carter.

Não obstante, Zedillo combateu a corrupção no Estado com a prisão de vários líderes do narcotráfico, afastamento de policiais corruptos e com a prisão de Raúl Salinas logo no início do seu mandato, provocando um rompimento político com o ex-presidente. Em que pese as declaração do subcomandante Marcos, afirmando que por

trás de Zedillo estavam os negócios do bilionário secretário da Agricultura Carlos Hank González e o grupo Atlacomulco[203].

O presidente acabou por cavar a sepultura do partido porque sua tentativa de moralização política engendrou a derrota do seu sucessor e de Cárdenas que concorreu pela terceira vez e obteve 16,5% dos votos e recebeu apoio político do subcomandante Marcos.

Em meio a marchas e contra-marchas surge como "salvador da pátria" o tecnocrata Vicente Fox da coligação direitista do PAN e PV (Partido Verde) apoiado pelo prelado católico conservador, intelectuais como o escritor Jorge Castañeda e políticos de centro-esquerda que o concebiam como a única chance de afastar o PRI do comando do Estado. Nas palavras de Fox "o eleitor quer democracia, quer sair dessa 'PRIsão' na qual está desde 1929."[204] O fracasso da moralização política e econômica garantiu a vitória do *cowboy* e ex-executivo campeão de vendas da Coca-Cola, bem como o paradoxal fortalecimento do imperialismo norte-americano.

Esta vitória de Vicente Fox foi contundente, mas não avassaladora. O PRI passou para a oposição, mas não desapareceu, pois obteve 35,7% dos votos contra 42,7% do PAN e conservou o poder em 21 dos 32 estados. Todavia, a vitória do PAN causou um frisson àqueles que defendem o revezamento dos partidos políticos na democracia representativa. Dentre estes entusiastas, o presidente Fernando Henrique Cardoso assim expressou no prefácio da edição brasileira do livro *México – A cinza e a semente*:

> "O México de hoje é o país da abertura da economia, da reforma das instituições para acertar o passo com a dinâmica do capitalismo contemporâneo, da emergência da sociedade civil que contrabalança a onipresença do Estado. Está em marcha, portanto, uma nova forma de vinculação – de dependência – do país com o mundo, graças às revoluções tecnológicas, financeiras e de poder que se desdobram no plano global. Mas, e o mas é o que faz a diferença, tudo isso implica uma nova sociedade, novas formas de distribuição e organização do poder. Portanto, o condicionante geral – a globalização – não opera sobre o vazio das sociedades nacionais, e sim no âmbito histórico de cada sociedade, com suas diversas opções, suas alternativas políticas, seus líderes, sua cultura. (...) A 'transição democrática'

[203] Idem, p.89.
[204] *Folha de S.Paulo*, 28/jun/00.

– como quase todas – foi complexa (é complexa) e lenta. Só pouco a pouco, o Tesouro onipresente, o corporativismo e o clientelismo foram sendo quebrados. O país sindicalista, nacionalista, estadista, laico e agrário foi se modificando e novos atores surgiram. Essas mudanças, nos tempos mais recentes, resultaram de uma aliança entre a Presidência (oriunda do PRI), a tecnocracia federal e o Partido Ação Nacional (PAN), do presidente Vicente Fox, partido que já controlava em 2000 uma quarta parte das administrações estaduais e locais. Disso emergiu um 'novo' sistema, com uma Presidência mais fraca, uma maioria frágil no Congresso, com falta de consenso nacional claro sobre o rumo a seguir e 'o clamor público contra a corrupção, assunto mais fácil de denunciar que de combater', do qual depende a credibilidade do novo regime."[205]

A mudança política-partidária representou a certeza de que nem as novas regras econômicas nem as decisões políticas do projeto liberalizante teriam seu rumo mudado, uma vez que a verdadeira oposição a este projeto residia na vitória de Cuauhtémoc Cárdenas. Como isto não ocorreu, o resultado das eleições agradaram aos investidores internacionais, fortaleceram o NAFTA e mantiveram a estratégia de prosseguimento do projeto econômico liberal. Isto quer dizer que foi mantida a perspectiva de ter como prioridade o horizonte dos investidores externos, a desregulamentação dos mercados financeiros, as privatizações e todo o restante do receituário do Consenso de Washington. É nesta perspectiva que se deve entender as mudanças na cúpula do poder e o continuísmo do projeto econômico:

"Como o que interessa aqui é assegurar os horizontes futuros dos investidores, é aqui também que assume enorme importância tática a difusão de uma imagem de consenso nacional. Por quê? Porque ele suprime a idéia e a possibilidade de um sistema político-partidário competitivo onde a alternância no poder pudesse levantar dúvidas sobre a continuidade da nova estratégia. Nesta perspectiva é que deve entender o fenômeno cada vez mais generalizado do 'continuísmo' e da 'melancolia democrática' que reina nestes *emerging markets*. Por isso, também, a mídia usa hoje, invariavelmente, uma linguagem eufórica e esconde os fatos menos auspiciosos do ponto de vista dos investidores externos. E os próprios

[205] CAMÍN, Héctor Aguilar. *Op. cit.* p. VIII-X.

institutos de pesquisa, destinados a produzir e difundir os dados reais sobre a conjuntura, deixam de ser informantes confiáveis para participar deste esforço coletivo de *maquiagem nacional*. Como conseqüência, o que fora um consenso inicial e compreensível, produzido pela euforia dos primeiros resultados, vai sendo substituído por um trabalho de eliminação ativa e consciente –pela via do cerceamento ou distorção das informações – de toda a possibilidade de oposição. Neste quadro o próprio *dissenso*, essencial à vida democrática, acaba sendo desqualificado como 'catastrofismo' e vai se transformando, nesta guerra de sombras e expectativas entre países e regiões, numa espécie de modernissimo crime de 'lesa-pátria'. Foi esta nova realidade que transformou, aliás, os presidentes destes países [América Latina] numa espécie de caixeiros-viajantes que passeiam seu sorriso otimista pelo mundo tentando vender 'credibilidade' de suas respectivas economias, numa disputa milimétrica pela confiança dos 'analistas de risco'."[206]

Foram substituídas as peças do jogo de xadrez por outras de formato diferente, porém, cada peça que foi permutada manteve as mesmas funções da antecessora. Parafraseando Marx no *XVIII de Brumário de Louis Bonaparte*, foram substituídos os "technopols" do trágico PRI e empossados os farsantes PAN, de tal modo que o "partido da ordem" manteve-se no poder.

## 5.2. O banquete secreto

Vimos anteriormente que a prática do *dedazo* fazia parte da cultura política priísta até o governo Salinas. Diante do enriquecimento com os processos de privatização, abertura econômica e captação financeira de curto prazo, um grupo seleto formado pelos trinta homens mais ricos do México, além da alta cúpula do PRI – dentre eles o próprio presidente da República – reuniram-se de forma sigilosa em 23 de fevereiro de 1993, na mansão do ex-secretário da Fazenda, Antonio Ortiz Mena, para arrecadar uma montanha de dólares para o fundo da campanha presidencial do ano seguinte. Havia uma preocupação entre estes bilionários que o PRI pudesse perder as eleições presidenciais no ano seguinte diante do crescimento da oposição, em especial o PRD de Cárdenas.

---

[206] FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. p. 73

A idéia-chave da reunião secreta era a de que o PRI, em vez de ficar recebendo ajuda econômica do governo para o financiamento da campanha, deveria ter recursos próprios e abundantes para ganhar o pleito. Este encontro tinha sido devidamente organizado em todos os seus detalhes, desde a lista de convidados e a ordem dos oradores até os pratos que seriam servidos, pelo presidente do PRI, Genaro Borrego, o banqueiro Roberto Hernández e o magnata da construção Gilberto Borja que se reuniram algumas vezes na sede do PRI e no University Club.

Entre os hóspedes encontravam-se dentre outros Emilio Azcárraga, conhecido como "o Tigre" e descrito pelo revista *Forbes* como o homem mais rico da América Latina (naquele ano sua fortuna era de US$ 5,1 bilhões); o czar da telecomunicações Carlos Slim (fortuna líquida de US$ 3,7 bilhões); o barão do cimento Lorenzo Zambrano (US$ 2 bilhões); o empresário da empresa de bebidas Visa de Monterrey, Bernardo Garza Sada (US$ 2 bilhões); Angel Losada Gómez (US$ 1,3 bilhão); Jerônimo Arango (US$ 1,1bilhão); Adrián Sada (US$ 1 bilhão); e Carlos Hank Rohn cuja fortuna multimilionária em dólares estava quase em sua totalidade em empresas de propriedade familiar e era portanto difícil de rastreá-la.

Depois dos discursos dos primeiros organizadores a respeito da história e da importância do PRI, e da necessidade de ganhar as eleições, o banqueiro Roberto Hernández foi direto ao assunto, afirmando que era necessário US$ 500 milhões, cifra esta que ele já havia discutido com os outros organizadores do evento e que cada empresário ali presente deveria contribuir em média com US$ 25 milhões. Em seguida, houve falas contra e a favor desta proposta. Entre os contrários, estava Angel Losada que afirmou que contribuir com US$ 25 milhões era algo exorbitante para alguém como ele comparando sua fortuna com a de alguns outros presentes. Além disso, afirmou que tinha acabado de formar uma empresa mista, que além de dinheiro mexicano, possuía capital estadunidense. Deste modo, como ele iria dizer para seus sócios gringos que destinaria US$ 25 milhões de sua empresa para o PRI?

Antes que mais pessoas pudessem engrossar o coro dos descontentes, Emilio Azcárraga pediu a palavra para manifestar com entusiasmo o seu apoio à proposta e disse "Eu e todos vocês, temos ganhado tanto dinheiro nos últimos seis anos que creio que temos uma grande dívida moral com este governo. Estou disposto a mais do que duplicar a quantia oferecida até agora e espero que me sigam outros daqueles aqui

presentes. É um dever com o presidente e com o país."[207] Todos ficaram com os olhos arregalados enquanto o presidente Salinas sorriu e aplaudiu. Primeiro veio o espanto depois a serenidade, afinal de contas, aquelas palavras eram verdadeiras e cada um dos presentes chegou à conclusão que deveria contribuir com não menos de US$ 25 milhões. Prometeram entre si sigilo, jantaram e contaram piadas até altas horas e foram embora com suas limusines.

Um dos participantes do banquete secreto era Gilberto Borja, dono do grupo ICA, o maior complexo de construção e engenharia do país, vivia de contratos privilegiados com o governo. Tinha construído entre outros: o teatro de US$ 11 milhões em San Cristóbal de lãs Casas e a rodovia do Sol, entre os estados do México e Acapulco, um megaprojeto viário com o quilômetro construído mais caro do mundo. O conselho de diretores e conselheiros da ICA era uma casta de amigos íntimos do presidente Salinas. Os principais conselheiros externos da diretoria da empresa eram: Carlos Slim (Telmex) e Roberto Hernández (banqueiro). Alguns meses depois do banquete secreto, Gilberto Borja tinha adotado uma posição política mais pública: tornou-se diretor das Células Empresariais do PRI, um cargo de fachada para disfarçar a arrecadação de fundos para a campanha presidencial.

Em 1994, a ICA se ufanou em ser a maior empresa construtora da América Latina, com obras públicas na Colômbia, Turquia, Filipinas, China e EUA, onde estava construindo entre outros as estações de metro da cidade de Miami. Borja se afastou da ICA pouco depois das eleições de 21 de agosto de 1994. Semanas depois, tornou-se funcionário público, quando Zedillo nomeou-o presidente da NAFIN, o banco de finanças do governo mexicano.

A história do banquete deixou de ser secreta quando chegou de maneira inusitada aos ouvidos de Luis Enrique Mercado, diretor do jornal *El Economista*. Na manhã do dia 24 de fevereiro de 1993, portanto poucas horas após o banquete secreto, Mercado tinha sido convidado para um café da manhã com empresários no hotel Camino Real na Cidade do México. O seu convite, era muito mais na condição de homem de negócios do que propriamente jornalista.

Numa mesa reservada para quatro pessoas, Mercado sentou-se juntamente com Alonso Garay, presidente do Banco Atlântico, um dos primeiros a chegar. Os maiores magnatas mexicanos começaram a chegar mais tarde, geralmente com um aspecto de

---

[207] OPPENHEIMER, Andres. *Op. cit.* p. 99.

cansado e com olheiras, dentre eles, aqueles que sentariam à mesa com Mercado, Lorenzo Zambrano e Angel Losada. Quando se puseram a conversar, depois de alguns minutos, um deles ainda sentindo um mal estar no estômago, comentou que para um homem que estava pedindo tantos milhões de dólares, Antonio Mena poderia ter servido um filé de melhor qualidade. Mercado ouviu, desconfiou que "havia algo de podre no reino da Dinamarca", mas fez-se de rogado, afinal de contas, tinha sido convidado na qualidade de empresário.

No dia seguinte, Mercado acompanhou o presidente Salinas, enquanto convidado especial juntamente com outros jornalistas e empresários numa viagem de três dias pelo interior do país. Quando a comitiva de avião chegou em Guadalajara, foi recepcionada por um conjunto de empresários. Mercado subiu na caminhonete de Raymundo Gómez Flores – dono da fábrica de caminhonetes DINA daquele estado. Durante a viagem, Mercado fez uma pergunta capciosa: "Como estava a ceia?", "Que ceia", respondeu Gómez Flores arregalando os olhos e com ar de surpreso. Quando Mercado endereçou-lhe um sorriso amarelo perspicaz, Gómez Flores desembestou a contar toda a história com destalhes, convencido que o próprio Salinas ou seus assistentes tinham inteirado o jornalista a respeito do banquete e comentou que o próprio presidente havia pedido US$ 25 milhões para cada convidado presente.

A história apareceu na primeira página do *El Economista* no dia 1°. de março e dias depois estava nas páginas do *Washigton Post*, *New York Times*, *Wall Street Journal* e *Miami Herald Tribune*. Ross Perot que desde as primeiras negociações, era contrário à implantação do NAFTA, transformou este episódio numa arma dos seus argumentos. Três dias depois que o escândalo veio à baila, Salinas anunciou que cancelaria o projeto de fideicomisso dos milionários e encaminhou um projeto que foi aprovado estabelecendo um limite máximo de US$ 600 mil *per capita* a título de contribuição de campanha. Semanas depois, o presidente do PRI (Genaro Borrego) e o secretário das finanças do PRI (senador Miguel Alemán Velasco) foram destituídos de seus postos. Muitos interpretaram como um intento de Salinas de limpar o partido, mas, na verdade, foi um plano para "pôr panos quentes" no assunto e reduzir a dependência econômica do PRI em relação ao governo, enquanto as contribuições empresariais continuariam sorrateiramente em marcha. Meses depois do banquete, os jornais já publicavam matérias sobre uma reunião ocorrida na fazenda de Salinas, com a presença do irmão Raul, onde envelopes de dinheiro foram entregues por conhecidos traficantes de drogas.

Segundo a lei vigente, um partido podia gastar no máximo – oficialmente – o equivalente a US$ 35 milhões, mas o PRI acumulou para sua campanha US$ 750 milhões, uma cifra astronômica se comparada com aos US$ 5 milhões do PAN e US$ 3 milhões do PRD.[208] Para efeito de comparação, o PNB do México corresponde a 5% do PNB dos EUA e equivalia ao estado de Ohio. Em contrapartida, os convidados ao banquete na mansão de Ortiz Mena haviam oferecido mais que o quíntuplo daquilo que o Partido Democrata gastou para eleger Bill Clinton em 1992. O maior aporte individual naquele ano do partido de Clinton foi de US$ 398.876,00 do sindicato *United Steel Workers of América*,[209] o que era irrisório diante da doação de US$ 70 milhões de Azcárraga, quando veio à tona a reunião secreta.

As doações milionárias para as eleições de 1994 se converteram em um símbolo da imensa corrupção nos círculos próximos do poder, um mundo onde estas cifras equivaliam a uma pequena fração das somas fabulosas que realmente eram movimentadas oficialmente. Em 1990, a empresa telefônica Telmex, na época a mais valiosa das estatais foi vendida depois de passar por uma modernização às custas dos cofres públicos. Os compradores Carlos Slim Helú, em parceria com a *Southwestern Bell*, dos Estados Unidos, e um consórcio de investidores estrangeiros — desembolsaram US$ 1,3 bilhão. Em 1991, o patrimônio da empresa já estava valendo US$ 2,3 bilhões e alcançou os US$ 3 bilhões em 1993. De monopólio estatal passou-se a monopólio privado, sendo que as tarifas telefônicas aumentaram em 1991, 247,4% enquanto que os salários apenas 18%. Não era necessário ser um gênio financeiro para triunfar num negócio como este. Salinas autorizou aumentos espetaculares nas tarifas telefônicas sem exigir sequer melhorias correspondentes nos serviços da empresa. O detalhe era que o primeiro-conselheiro da Telmex, antes da privatização, era o próprio presidente da república.

Todas as empresas estatais privatizadas no México foram parar nas mãos de pequena plutocracia que rodeava o presidente Salinas. Acredita-se que o seleto grupo de amigos escolhido por Salinas, diversas vezes utilizou-se a prática do *inside information*[210]. A legislação mexicana facilitou essa modalidade de enriquecimento ilícito: só as pessoas jurídicas eram obrigadas a declarar e a pagar impostos sobre os

---

[208] Idem p. 101.
[209] Idem.
[210] "Informação de dentro", ou seja, quando se tem um informante instalado em lugar estratégico que descobre antecipadamente qual será a próxima estatal a ser privatizada. Assim compra-se, a preço vil, as ações que semanas depois estarão valorizadas, configurando-se num crime do colarinho branco.

ganhos na Bolsa. Dessa maneira, as pessoas físicas ficaram com as mãos livres para fazerem fortunas com o uso de informações privilegiadas, sem deixarem rastro[211]. Um outro exemplo de beneficiamento dos amigos do presidente, foi que nas regras do NAFTA, as indústrias chaves seriam protegidas por quinze anos. A rede de TV Televisa de Emílio Azcárraga, que tinha 90% da audiência do país e atuou como um virtual porta-voz do PRI, sendo protegida da concorrência externa por dez anos. O magnata banqueiro do Banamex, Roberto Hernández, estaria protegido da competição estrangeira nos próximos quinze anos.[212]

A superconcentração de renda refletiu no número de bilionários famosos que o país exibiu na lista da revista *Forbes*. O primeiro deles Emilio Azcárraga, dono da Televisa que apareceu em 1991. No ano seguinte este número subiu para sete e em 1992 chegou a treze. Em 1994, último ano do salinato, o México apresentou 24 bilionários na *Forbes*, num total de 358 fortunas contabilizadas no mundo inteiro. Carlos Slim Helú, que encabeçou o time dos mexicanos, apareceu como o quarto homem mais rico do planeta, com um patrimônio de US$ 6,6 bilhões. Na época, somente três pessoas eram mais afortunados do que ele: o japonês Yoshiaki Tsutsumi, magnata das ferrovias em seu país, e os norte-americanos Bill Gates, dono da *Microsoft*, e Warren Edward Buffett, dono da Coca-Cola e empresário que enriqueceu nos mercados financeiros. Os 24 bilionários mexicanos somavam, em julho de 1994, US$ 44 bilhões, dinheiro suficiente para pagar, na época um terço da dívida externa do país. Segundo uma anedota mexicana: "Salinas queria, sim, conduzir os mexicanos ao Primeiro Mundo. Como não podia levar os noventa milhões todos de uma vez, teve de fazê-lo um por um. Em seis anos, conseguiu levar 24". Das dez maiores empresas mexicanas, seis pertencem ao seleto grupo de bilionários: a Telmex, o grupo financeiro Cifra, a rede de supermercados Gigante, a Comercial Mexicana, o Grupo Modelo e o Grupo Industrial Bimbo. Os quatros restantes incluem a estatal do petróleo PEMEX e três filiais de companhias transnacionais, a *General Motors*, a *Chrysler* e a *Nestlé*.

Se Salinas fez o seu sucessor, o mesmo não se pode dizer de Zedillo. Na tentativa de moralização política e combate ao narcotráfico, os empresários provavelmente reavaliaram os recursos para a sucessão num outro banquete de arrecadação de fundos para a campanha presidencial de 2000, onde se destinou uma parcela menor ao PRI e uma parcela maior ao candidato do PAN, partido com maiores

---

[211] FUSER, Igor. *Op. cit.* p.67.
[212] OPPENHEIMER, Andres. *Op. cit.* p. 103-104.

afinidades ideológicas e mercantis para a ocasião. Quanto às cifras, é impossível precisá-las porque desta vez o corretivo dado aos "línguas soltas" não permitiu que a imprensa investigativa pudesse desvendá-las. Ficaram apenas os indícios desta quinada partidária, a partir da própria mídia, sobretudo na Televisa de Azcárraga, onde Vicente Fox era apresentado como "o novo", "a alternativa à ditadura do PRI" e desejado por diversos empresários, enquanto que a vitória do PRI significaria a manutenção do modelo de governar que os empresários já conheciam há muitas décadas, o que significava que o PRI não tinha sido abandonado mas também não mais congregava o monopólio da simpatia empresarial.

No *ranking* do ano 1995, a crise mexicana fez encolher a participação dos seus bilionários mexicanos a 10 membros. A fortuna de Carlos Slim Helú encolheu de US$ 6,6 bilhões para US$ 3,7 bilhões naquele ano, mas as negociatas familiares e governamentais fizeram com que se recuperasse e aumentasse seu patrimônio em poucos anos. Em 2001, o bilionário tornou-se o homem mais rico da América Latina, com fortuna avaliada em US$ 10,8 bilhões segundo a revista *Forbes*. Na gestão de Vicente Fox, além dos seus negócios, o empresário passou a ocupar o cargo de chefe do Comitê de Restauração do Centro da Cidade do México e através de duas fundações culturais ligadas às suas empresas, contribuiu com US$ 110 milhões para serviços de educação e saúde na região que é considerada pela UNESCO, como Patrimônio da Humanidade desde 1988.[213] Este é um caso exemplar do empresário que lucrou antes e depois da crise econômica e que ainda buscou capitalizar para si a simpatia da população num gesto pseudonacionalista.

## 5.3. A família Salinas e o narcopoder

O tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro passaram a ficar de mãos dadas com o poder sobretudo durante a gestão de Carlos Salinas. Seus mandos e desmandos corriam a mil maravilhas até quando o primo do presidente e um empregado do pai do presidente foram presos e condenados por tráfico de drogas nos EUA. Desde 1987, quando Carlos Salinas virou candidato à presidência, a revista *Newsweek* afirmava que a família Salinas estava conectada a Juan Garcia Abrego, sobretudo Raul Salinas como se

[213] *Folha de S.Paulo*, 03/set/01.

soube posteriormente.[214] Abrego pagava até US$ 50 milhões por mês para a sua própria proteção, de tal modo que não foi à toa que no momento que a força-tarefa da polícia procurou ajuda dos militares para prendê-lo, a solicitação foi recusada pelo chefe de gabinete do presidente, que também era encarregado das agências nacionais de combate às drogas e de inteligência. Segundo Jeffrey Robinson:

> "Aqui entram o Vice-Procurador-Geral Mario Ruiz Massieu e seu principal auxiliar, Jorge Stergios. Em dezembro de 1993, Stergios transportou fardos de dinheiro para o Texas Commerce Bank, em Houston. Duas dúzias de depósitos em dinheiro foram feitos ao todo por Stergios ao longo do ano seguinte – variando de US$ 120 mil a US$ 480 mil – com instruções ao banco para não investir nada, mas sim deixar todo o dinheiro na conta corrente. Nesse período, Raul não só emprestou US$ 29 milhões a um parente, como também ajeitou uma concorrência para que ele comprasse uma antiga emissora estatal de televisão."[215]

A morte de Luiz Donaldo Colosio, segundo a versão oficial, era que o assassino Mario Aburto Martinez estava revoltado com a situação do país e acabou dando um tiro na cabeça de Colosio em Tijuana durante a campanha presidencial. Enquanto as investigações caminhavam, pouco mais de um mês depois, em 28 de abril de 1994, o chefe de polícia de Tijuana, José Federico Benítez, foi assassinado em Tijuana, num local muito próximo da morte de Colosio[216]. Baseado em vídeos e fotografias que mostravam o assassino confesso, Martinez estava comunicando-se com outros sete suspeitos segundo antes do assassinato, inclusive vários membros da polícia notoriamente corruptos que haviam se oferecido como voluntários para ajudar a proteger o candidato. Os suspeitos foram interrogados e liberados por falta de provas. Em 12 de julho o caso foi encerrado e a conclusão oficial foi a de que Aburto Martinez

---

[214] ROBINSON, Jeffrey. *A globalização do crime*, São Paulo, Ediouro, 1999, p. 304-305.
[215] Idem, p. 305.
[216] "Na própria cidade de Tijuana foram assassinados, além de um candidato à presidência, dois chefes de polícia entre 1994 e 2000, cinco agentes de polícia em 1999, e nos dois primeiros meses de 2000, mais 70 pessoas. Considerando-se tudo isso, existe algo tragicamente cômico no fato de um dos chefes de polícia, Federico Benítez, ter sido assassinado em 1994 depois de haver dito aos seus amigos do catel das drogas que o suborno de 100 mil dólares não era suficiente." (LILLEY, Peter. *Lavagem de dinheiro – Negócios ilícitos transformados em atividades legais*, São Paulo, Futura, 2001, p.32.)

atuou sozinho. Os críticos do governo acusaram Salinas de ter ordenado um *carpetaço* para encobrir os níveis mais altos do regime.[217]

No dia em que tomou posse do governo, Zedillo nomeou Antonio Lozano Gracia, dirigente do PAN no Congresso como seu novo procurador-geral e assim pretendia lançar uma ofensiva contra a corrupção e a impunidade. Três semanas depois estava diante da crise econômica que solapou o país. Um dos componentes desta crise era a fuga de capitais que ocorrera diante do assassinato de José Francisco Ruiz Massieu em 28 de setembro de 1994 cujo assassino foi um trabalhador rural semianalfabeto de 28 anos chamado Daniel Aguilar. Na época, Salinas nomeou como investigador principal do caso, o irmão da vítima Mario Ruiz Massieu que era fiscal do governo, portanto um civil, responsável por políticas públicas, conduzindo um caso de polícia.

O assassino confessou que lhe haviam prometido US$ 16 mil pelo assassinato e quem havia levado-o de carro ao local do crime era um homem chamado Fernando Rodríguez. Este homem era o assessor do deputado Manuel Moñoz Rocha do PRI, um membro relativamente obscuro no comitê executivo do partido que depois de ser preso disse que recrutou o pistoleiro por ordens diretas do deputado. Este por sua vez, segundo as declarações de Mario, trabalhava para um influente grupo político de linha dura do PRI que havia se proposto em deter as reformas democráticas no México e eliminar as pessoas que as estavam realizando, como foi o caso de José Francisco Ruiz Massieu (conhecido no México como Pepe). Segundo a confissão de Rodríguez, Muñoz Rocha já havia mencionado uma vez que Pepe era parte de "uma lista de figuras políticas que tinham que ser eliminadas."

As investigações prosseguiam quando subitamente desapareceu o deputado Muñoz Rocha que até então respondia as acusações em liberdade. Menos de dois meses após o assassinato, em 15 de novembro, Mario apresentou-se diante das câmeras de TV para acusar o PRI de bloqueio das suas investigações e apresentou a sua renúncia do caso. Este episódio provocou uma fuga de capitais de US$ 1,5 bilhão, ou seja, uma debandada de dólares maior do que os episódios dos assassinatos de Colosio e Pepe Ruiz Massieu.

Após a posse de Zedillo, o procurador-geral Antonio Lozano Garcia nomeou para o caso Pablo Chapa Bezanilla, um autêntico policial com longa experiência em homicídios, tendo no currículo cursos de investigação criminal no FBI em Washington e

---

[217] OPPENHEIMER, Andres. *Op. cit.* p. 75-76.

no departamento de polícia de Los Angeles que se pôs a trabalhar e rapidamente resolveu este imbróglio. Em vez de ficar seguindo o curso anterior da investigação buscando encontrar o deputado desaparecido para estabelecer os possíveis vínculos do crime, resolveu averiguar quem poderia ter molestado a vítima em sua vida profissional ou pessoal e quem poderia desejar a sua morte. Depois de entrevistar 18 parentes, amigos e aliados de Pepe, todos tinham frisado alguns fatores das péssimas relações da vítima com Raúl Salinas. Entre eles:

1) Pepe tinha sido marido da irmã de Raúl Salinas até 1978 quando se divorciaram. A separação foi desencadeada depois que Adriana Salinas tinha flagrado seu marido com outro homem numa situação comprometedora. Depois de meses de violentas discussões onde Raúl e outros membros da família afirmaram que Adriana chegou a ser espancada pelo marido. Depois de freqüentes brigas matrimoniais, decidiram separar-se sob consentimento mútuo.

2) Anos depois quando a filha mais velha do casal completou 15 anos, seu pai presenteou-a com a viagem aos EUA com ele, enquanto que sua mãe tinha convidado-a para viajar para a Europa o que causou uma disputa familiar. Raúl interveio a favor de sua irmã, pedindo a Pepe que concedesse uma autorização por escrito para que a filha pudesse viajar para a Europa, pois sem o documento a menina não poderia sair legalmente do país. Pepe se negou a autorização e a filha acabou ficando sem nenhuma das duas viagens. Supostamente, Raúl tinha comentado a seus amigos que nunca perdoaria Pepe por ter arruinado o aniversário da sobrinha.

3) Chapa Bezanilla conseguiu cópias de cartas de encontros entre ambos para tratar de negócios. Em 1987, quando Pepe passou a ser governador do estado de Guerrero e Raúl ficou irado com o ex-cunhado pois trabalhava como administrador de um programa governamental de distribuição de alimentos e o governador ignorou uma recomendação de Raúl de um empresário interessado em montar uma fábrica de alimentos de milho.

4) Nos tempos de faculdade, Raúl e o deputado Muñoz Rocha tinham sido colegas de classe na escola de engenharia da UNAM e nos anos recentes Raúl era o tutor político de Muñoz Rocha.

As evidências levaram a suspeitar de Raúl Salinas que muitos acreditavam que desviava verbas governamentais para si e nas investigações de Chapa Benzanilla, Mario Ruiz Massieu foi interrogado em fevereiro de 1995 a respeito de seu possível papel no assassinato do próprio irmão e do possível acobertamento para proteger Raúl. Logo que foi liberado, tomou um vôo para Houston e no dia seguinte foi preso no aeroporto de

Newark em Nova Jersey, prestes a embarcar num vôo para a Espanha carregando US$ 40 mil. Em seguida, o governo dos EUA apreendeu no *Texas Commerce Bank* US$ 7 milhões depositados entre março e novembro de 1994 que pertenciam a Mario Ruiz Massieu. Era uma quantidade fabulosa para um funcionário do estado que ganhava US$ 70 mil por ano.

Após intensas investigações, descobriu-se que Mario era quem tinha ordenado o assassinato do seu irmão, cumprindo ordens do verdadeiro mandante que era Raúl Salinas em troca de muito dinheiro. Mario quando estava encarregado da investigação, juntamente com seu ajudante Jorge Stergios, modificaram no computador os textos das testemunhas e forçaram-nas para que testemunhassem àquilo que eles determinavam. Além disso, Mario inventou toda a história sobre o suposto grupo político por detrás do assassinato para que se pudesse, deste modo desviar a atenção de Raúl.

Carlos Salinas deixou o México para não mais retornar, fixando residência na Irlanda, porque este país não mantém tratado de extradição com o México[218] e naquela mesma semana Raúl acabou sendo detido.

Apesar de serem irmãos Pepe e Mario não tinham relações de irmandade. Pepe era um brilhante orador e político proeminente, enquanto Mario era um obscuro fiscal do governo e sem projeção política. A certa altura a relação entre os irmãos eram tão ruins que os dois chegaram a ficar 12 anos sem conversar em si e os familiares diziam que Mario tinha inveja de Pepe. Muito diferente era a relação entre Carlos e Raúl, marcada pela cumplicidade mútua. Eles cresceram, estudaram, realizaram negócios e se projetaram na política conjuntamente. Mais do que irmãos eram verdadeiros amigos e confidentes de tal modo que sempre um sabia de cada passo do outro.

Em suma, Raúl deu ordens para Muñoz Rocha matar Pepe, e isto se realizou através de assessor parlamentar Fernando Rodríguez que contratou o assassino Daniel Aguilar. Após a morte de Pepe, Aguilar foi preso, o que levou a polícia até Rodríguez e este até Muñoz Rocha que desapareceu durante as investigações.

Segundo o testemunho de Fernando Rodríguez, conforme aquilo que Muñoz Rocha relatou para ele, o assassinato foi arquitetado em março de 1993 numa reunião da família Salinas com a presença do presidente Carlos Salinas, Raúl Salinas, Adriana Salinas e o pai Raúl Salinas Lozano. Além da questão pessoal, o que mais pesava era

---

[218] *O Estado de S. Paulo* 06/mai/97.

que Pepe representava um obstáculo político nos negócios da família Salinas dentro do aparelho do Estado quando acabasse o mandato de Carlos.

Nos meses seguintes da fuga do presidente Salinas, os jornais veiculavam notícias de policiais e membros das forças armadas sendo presos por envolvimento no tráfico de drogas. Em junho de 1995 a prisão de Héctor Palmaum, um dos chefes do cartel de Sinaloa, confirmou que uma boa parte da polícia estava malcomunada com os traficantes. O exército deteve o narcotraficante quando o seu avião fez uma aterrissagem forçada perto do aeroporto de Tepic – estado de Nayarit – e descobriu-se que a maior parte dos membros da escolta do meliante era agente da Polícia Judiciária Federal. Este homem tinha conseguido fugir de vários cercos policiais devidos à rede de contatos que tinha dentro da polícia. Segundo investigações posteriores, apesar do cartel de Sinaloa ser o quarto maior do país, Palma tinha feito pagamento que somados atingiam US$ 40 milhões aos principais comandantes da Polícia Judiciária Federal de Guadalajara - o que correspondia ao pagamento mensal da polícia federal do todo o país - e mais alguns milhões aos comandantes da Polícia Judiciária Federal de Sonora, Sinaloa, Chihuahua e Nayarit. Segundo um informe do escritório da procuradoria geral de 1995, descrevia que apesar das leis trabalhistas dificultarem a dispensa de um policial, mais de 400 membros da Polícia Judiciária Federal – mais de 10% de efetivo – tinham sido expulsos ou recebido suspensão nos últimos três anos por supostas vinculações com os cartéis de drogas. Até mesmo os armamentos que os guerrilheiros de Chiapas utilizaram quando tomaram de assalto algumas cidades tinham sido compradas com relativa facilidade através de soldados corruptos e de narcotraficantes.

Em 15 de novembro de 1995, foi presa na Suíça Paulina Castañon de Salinas, a esposa de Raúl, quando tentou retirar US$ 83,9 milhões de um cofre num banco particular, registrado com o nome falso de Juan Guillermo Gómez Gutiérrez. Quando indagada por que estava retirando uma quantia tão alta em vez de uma pouco de cada vez, respondeu: "estou retirando um pouco de cada vez". A partir das investigações descobriu-se posteriormente que Raúl tinha dinheiro escondido em bancos dos EUA, Inglaterra, Alemanha e alguns países do Caribe, além de 12 empresas alimentícias e 45 propriedades, incluindo mansões e fazendas espalhadas pelo México. Grande parte de sua fortuna foi obtida no final dos anos 80 e na primeira metade dos anos 90 quando trabalhou como administrador do programa de distribuição de alimentos do governo e mais tarde como funcionário do PRONASOL. Nesta época, declarou ao governo que recebeu no máximo US$ 190 mil por ano, segundo o escritório da Procuradoria Geral

do Estado. Em outubro de 1998, os promotores públicos que descobriram outras seis contas que acreditavam pertencer a Raúl com nomes falsos, mas acabaram retirando as acusações de lavagem de dinheiro contra ele por falta de provas concretas, enquanto que o processo contra Paulina também foi encerrado. Nestas e outras ficaram apreendidos na Suíça US$ 114,4 milhões e US$ 20 milhões que foram encontrados em Londres.

Em janeiro de 1996, Juan Garcia Abrego foi preso e recebeu onze condenações de prisão perpétua. Ao longo do ano de 1996 foram presas diversas autoridades judiciais e encontrou-se o corpo de deputado Muñoz Rocha enterrado na fazenda de Carlos Salinas. O deputado tinha sido seqüestrado e morto para que a verdadeira história não viesse à tona mas o tiro saiu pela culatra. Para quem pretendia dirigir Organização Mundial do Comércio (OMC) depois da presidência do México, Salinas refugiou-se na Irlanda acossado por acusações de malversação de fundos, corrupção, envolvimento com tráfico de drogas, tráfico de influências e até mentor intelectual de assassinato.

Enquanto o promotor-chefe da Cidade do México foi demitido por incompetência e o procurador-geral foi exonerado, ambos por incompetência na condução do caso de Salinas, o exército atacou uma festa de casamento na tentativa de prender o irmão da noiva, Amado Carrilo Fuentes do Cartel de Juarez. Ao chegarem, os militares descobriram que a festa estava sendo protegida pela Polícia Federal e que o traficante não estava lá. Descobriu-se depois que o chefe do Instituto Nacional de Combate às Drogas, general Gutiérrez Rebolo era um espião do Cartel de Juarez e que, portanto. avisou o traficante da operação que seria realizada no casamento da irmão. A agência de Gutiérrez foi dissolvida por ser corrupta demais e o general foi condenado a treze anos de prisão.

Em março de 1996, vieram à tona em Houston documentos fornecidos por promotores que ligavam Raúl Salinas e seu pai a Pepe numa sociedade no tráfico de drogas. Se o ódio de Raúl Salinas diante de Pepe, a tal ponto de mandar matá-lo por desavenças familiares soava como ou algo inconsistente, ou como problemas psicológicos profundos, agora as provas de envolvimento com o tráfico de drogas traziam mais elementos para motivar do crime. Como o mandato de Carlos Salinas expiraria no final de 1994 e Pepe seria um político influente no governo Zedillo enquanto que os Salinas acompanhariam os negócios de longe. Assassinando Pepe a família Salinas poderia cavar mais espaços no novo poder, além de tomar por completo a sociedade do tráfico de drogas que tinham com Pepe.

Deste modo, as desavenças familiares ficariam para segundo plano, constituindo num elemento a mais, unindo-se o útil ao agradável. Assim, ambos motivos, cada um com suas devidas proporções de forma concatenada, levaram ao assassinato de 28 de setembro de 1994 que contribuiu, na época, para abalar a economia mexicana, cujo modelo econômico já mostrava sinais de esgotamento.

Em 1999, foram encerradas as investigações sobre Raúl Salinas e o julgamento condenou-o a 50 anos de prisão.

## 5.4. Os cartéis de drogas no México

Com o final da Guerra Fria e o estabelecimento do NAFTA, o México converteu-se num dos mais importantes países no que tange aos interesses nacionais estadunidenses. Na segunda metade da década de 90, as exportações mexicanas oscilaram entre setenta e oitenta por cento diretamente para o mercado dos EUA. Sem embargo, é através da fronteira de cerca de 3.300 quilômetros entre os dois países que acontecem dois problemas que o governo imperialista tem que enfrentar: 1) chegam as maiores hordas de imigrantes ilegais; 2) segundo cálculos da CIA, adentram 75% da cocaína consumidas internamente nos EUA, enquanto que os cartéis mexicanos embolsam cerca de US$ 30 bilhões[219]. Nas próximas décadas, o México se converterá num tema chave da política interna dos EUA, haja vista os cerca de 20 milhões de mexicanos-americanos que moram no país, superando em número os negros e sendo a primeira minoria racial existente.

Segundo as estimativas da Administração de Repressão às Drogas (DEA) cerca de sete toneladas de cocaína colombiana cruzam a fronteira México/EUA todos os dias. A quantidade estocada no México, só esperando ser levada para os EUA é de cerca de cem toneladas, o suficiente para proporcionar uma fileira de coca para cada habitante da Terra. Segundo Jeffrey Robinson:

> "Os cartéis do México surgiram durante a penúria da Depressão, quando famílias de ambos os lados da fronteira perceberam que podiam ganhar a vida passando pessoas e contrabando de um lado para o outro. Na década de 70, a maconha tornara-se a principal fonte de dinheiro. Com infinita capacidade de adaptação, enorme elasticidade e teimosa persistência, dez

[219] OPPENHEIMER, Andres. *Op. cit.* p. 175.

anos depois tudo o que fizeram foi acrescentar um pouco de cocaína à carga e, fosse o que obtivessem dos colombianos pelo serviço, isto representava puro lucro, porque de qualquer forma iam mesmo naquela direção. O papel de mula fê-las enriquecer. Não deu-lhes, porém, poder real. Para resolver isso, pegaram uma porcentagem da coca para comercializar por conta própria."[220]

Um dos traficantes associados a Pablo Escobar no Cartel de Medellín era um hondurenho chamado Juan Ramón Matta Ballesteros. Por intermédio de contatos espanhóis, fizera amizade com um traficante mexicano de nome Alberto Sicília Falcón do Cartel de Guadalajara e se iniciaram negócios de tráfico de pequeno porte, pois os colombianos tinham o Caribe como a sua principal via de acesso aos EUA. Somente na década de oitenta, quando a conexão caribenha passou a ser melhor vigiada, foi que o tráfico via México ganhou força e a maior parte da cocaína colombiana havia sido levada ao México em pequenos aviões Cessna. Na década de noventa, agora os barões da cocaína colombiana estavam utilizando antigos aviões de passageiros como o Boeing 727 e o DC-7 para transportar carregamentos de até dez toneladas. Como estes aviões eram maiores e mais rápidos que as pequenas aeronaves mexicanas para interceptar drogas – na sua maioria Cessnas – e que portanto, não eram detidos. Além disso, no final desta década, as forças armadas mexicanas haviam concentrado esforços em Chiapas, deixando aos narcotraficantes um maior campo de ação no norte do país.

Outra forma de transporte de drogas utilizada pelos cartéis foi a marítima através de enormes barcos pesqueiros onde se escondiam as drogas em compartimentos secretos, entre os peixes ou dentro destes. Além do transporte por terra, pelo ar e pelo mar, também houve o transporte subterrâneo. Em 1990, o governo dos EUA descobriu um túnel em operação entre o México e o Arizona. Em 1993, encontraram outro quase pronto que ia do aeroporto de Tijuana até quase dentro de um armazém inacabado no lado do Califórnia.

As máfias de drogas mexicanas tinham trabalhado como subcontratistas dos cartéis da Colômbia, ganhando comissões para somente transportar as drogas através da fronteira até o final da década de oitenta. A partir daí, quando a fronteira México-EUA substituiu a Flórida como a principal rota de acesso de drogas ao mercado

[220] ROBINSON, Jeffrey. *Op. cit.* p. 300.

estadunidense, os traficantes mexicanos começaram a se tornar independentes. Compravam carregamentos de cocaína na Colômbia e tinham suas próprias redes de distribuição dentro dos territórios dos EUA.

O Cartel de Guadalajara que estava em ascensão e que controlava a fronteira acabou sendo alquebrado pela DEA depois da morte do agente Enrique Camarena Salazar. Até Matta Ballesteros que então vivia na Colômbia conseguiu escapar, mesmo fugindo para Honduras, de onde seus compatriotas não podiam extraditá-lo. No lugar disso, os estadunidenses o seqüestraram, levaram-no para os EUA e amarrado e amordaçado, foi julgado e considerado culpado e cumpre prisão perpétua.

Com o desmantelamento, o cartel dividiu-se em três facções na metade da década de oitenta: uma tornou-se o Cartel de Sinaloa, liderada por alguns antigos membros do Cartel de Guadalajara que estabeleceram uma *joint-venture* com o Cartel de Cali e a outra facção que emergiu foi o Cartel de Tijuana criada pelos irmãos Arellano e Felix, sobrinhos do fundador do grupo de Guadalajara – Miguel Angel Felix Gallardo – que detêm o monopólio do contrabando em geral na fronteira com a Califórnia e, para assegurar ainda mais o seu poder, em 1998 teve o senso empresarial de juntar forças com o Cartel de Sonora, que dominou a região central do México quanto ao tráfico de cocaína, além do cultivo, processamento, contrabando e distribuição de heroína e maconha. Junto com estes três cartéis juntaram-se outros dois: o Cartel de Juarez que controlava o contrabando do meio da fronteira e o Cartel do Golfo, que chegou a ser considerado o mais perigoso de todos, sendo dirigido por Juan Garcia Abrego, que se via como o herdeiro de Pablo Escobar no que concerne a cortejar a mídia para tornar-se um moderno Robin Hood, bem como assassinando dezenas de pessoas em ambos os lados da fronteira, entre eles os seus rivais mais próximos. Capturado em 1996, cumpre prisão perpétua no Texas, mas o Cartel do Golfo continua ativa, mesmo que depois de grande parte dos negócios foi tomado pelo Cartel de Juarez.

O crescimento do poder do narcotráfico mexicano passou a influenciar na corrupção da justiça do país. Um dos exemplos mais evidentes aconteceu em 4 de agosto de 1994, alguns dias antes da eleição presidencial, quando um jato Caravelle de fabricação francesa transportando oito toneladas e meia de cocaína fez uma aterrisagem forçada em uma pista perto de Somberete, em uma área abandonada do estado de Zacatecas. Oficiais da polícia federal que se ocuparam do caso, notificaram que o carregamento já tinha sido confiscado por outros agentes federais e agentes da polícia local. Alguns dias depois, pacotes com as mesmas características daqueles encontrados

na Caravelle começaram a aparecer na fronteira dos EUA onde foram confiscados. Não restava dúvidas que agentes locais e/ou federais tinham escondido a maior parte do carregamento para depois vendê-lo.

Em 1997, Humberto Garcia Abrego, que fora o principal lavador de dinheiro para o irmão Juan no Cartel do Golfo, fugiu da cadeia na qual sua cela consistia de seis salas com telefones e aparelhos de fax para que ele pudesse permanecer em contato com seus negócios. O governo Clinton foi obrigado a reconhecer num relatório para o congresso que "a corrupção está espalhada nos quadros da polícia e das forças de segurança do México".[221] As declarações de dois narcotraficantes que foram presos corroboravam com as palavras de Clinton. Juan Antonio Ortiz do Cartel do Golfo afirmou que "todos podiam ser subornados. Que eu saiba, todos recebiam propinas até os mais altos escalões".[222] Em 1998, Juan Carlos Ramírez Abadia do Cartel de Cali – conhecido como "Chupeta" por causa da sua aparência infantil – testemunhou diante de uma comissão de inquérito mexicana, quando acusou diversas autoridades ligadas ao governo de Carlos Salinas de estarem na sua folha de pagamento, entre elas o vice-procurador-geral para assuntos de narcóticos e o comandante da polícia judiciária, insistindo que nenhuma droga passava no México sem a permissão dessas autoridades.

O crescimento dos narcocartéis mexicanos, associados ou não aos narcocartéis colombianos só atingiram este patamar porque os EUA constituem-se no maior mercado consumidor do mundo. Conforme estatísticas do Departamento de Estado, existem 14 milhões de consumidores de drogas no país dos quais 3,6 milhões são usuários de cocaína e 36% de todos os jovens com mais de 12 anos, já experimentaram algum tipo de entorpecente. O DEA apontou cerca de 1.600 laboratórios que processam ilegalmente anfetaminas e durante os anos 90, os EUA tornaram o maior produtor do hemisfério ocidental de maconha. A produção da Califórnia, Havaí, Kentucky e Tennessee cresceram tanto, que atualmente estão exportando a droga para o Canadá. Também se tornaram os maiores exportadores mundiais de armas de baixo calibre, rotineiramente utilizadas pelos traficantes latino-americanos. Apesar da pressão dos países do continente, o governo estadunidense não age para interromper esse fornecimento. Um exemplo disso reside no fato de não ter assinado a Convenção Panamericana contra a Fabricação e o Comércio Ilegais de Armas. Os bancos estadunidenses têm sido uma plataforma preferencial para lavagem de dinheiro e o

[221] Idem, p. 309.
[222] Idem.

próprio relatório da ONU de 1999 avaliou que entre US$ 300 milhões dos US$ 2 bilhões movimentados diariamente pelo sistema financeiro dos EUA tem raiz no narcotráfico.[223]

Sendo seus vizinhos do norte um mercado cativo, os cartéis mexicanos cresceram e adquiriram autonomia. Para tornarem lícitos seus negócios ilícitos, utilizaram-se das diversas formas de lavagem de dinheiro[224], dentre elas a própria compra de ações e títulos públicos que são negociados nos bancos e nas Bolsas de Valores, o que quer dizer que a evasão de capitais na crise mexicana, continha quantias consideráveis de dinheiro lavado de traficantes. O volume de negócios efetuado com títulos públicos do Plano Baker e Plano Brady, o pacote de salvação dos bancos que beneficiou banqueiros e empresários, a anistia fiscal de 1998, os negócios da família Salinas e da camarilha bilionária ligada ao poder mexicano como vimos anteriormente, são as evidências dessas negociatas.

---

[223] *Luta de Classes*, no. 2, abr/00.

[224] Para conhecer as diversas formas de lavagem de dinheiro no mundo, envolvendo banqueiros, empresários, traficantes de drogas e máfias, indicamos: ARBEX JR., José & TOGNOLLI, Cláudio Julio. *O século do crime*, São Paulo, Boitempo, 1996; JORDÃO, Rogério Pacheco. *Crime (quase) perfeito – Corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000; LANCELOTTI, Silvio. *Honra ou vendetta*, Porto Alegre, LPM,2001;LILLEY, Peter. *Lavagem de dinheiro – Negócios ilícitos transformados em atividades legais*, São Paulo, Futura, 2001; LUPO, Salvatore. *História da máfia – Das origens aos nossos dias*, São Paulo, UNESP, 2002; ROBINSON, Jeffrey. *A globalização do crime*, São Paulo, Ediouro, 2001.

# 6. A crise mexicana diante da crise do capital

*Não existe nenhuma fortaleza tão inexpugnável que o dinheiro não possa tomar.*
Cícero

*O dinheiro sozinho põe todo o mundo em movimento.*
Publilius Syrus

## 6.1. A hipertrofia da especulação

Na nova ordem mundial no segundo pós-guerra, ficou estabelecida a política de câmbio fixo que foi promulgada pelo acordo de Bretton Woods. Com o câmbio fixo permitiu-se a soberania das nações e possibilitou-se a retomada do desenvolvimento e da concorrência capitalista nos moldes fordistas, em que pese o pacote de ajuda estadunidense às nações européias (Plano Marshall – 1947/1948) e ao Japão (Tratado de San Francisco – 1951). O dólar tornou-se a moeda mais importante no comércio internacional, motivo pelo qual passou a fazer parte das reservas cambiais dos diferentes países e com isso os EUA passaram a usufruir as vantagens dos ganhos de senhoriagem desta moeda. Por outro lado, a política do câmbio fixo não permitiu aos EUA utilizarem a taxa cambial como forma de corrigir o desequilíbrio internacional no balança de pagamentos. Em outras palavras, quando o balança de pagamentos apresentasse déficits, o governo estadunidense deveria contrair a oferta de dólares e/ou cortar gastos para reduzir o desequilíbrio. Segundo João Sayad:

> "Para uma economia tão grande como a americana, na qual importações não representam mais do que 10% da produção nacional, é evidentemente muito difícil, do ponto de vista tanto econômico quanto político, controlar a quantidade de moeda, os gastos públicos e os impostos em função do balanço de pagamentos, já que essas políticas podem reduzir o nível de empregos interno. A quantidade de dólares em circulação na economia americana não podia ser fixada e controlada em função da situação do balanço de pagamentos, que representava uma parcela pequena da economia. Por outro lado, a oferta de dólares necessária para financiar o comércio internacional dependia dos

Estados Unidos. Se esse país tivesse déficits no balanço de pagamentos, aumentava o oferta de dólares para os outros países do mundo."[225]

Se nos anos iniciais do Acordo de Bretton Woods, a situação internacional foi marcada pela escassez de dólares, a partir dos anos 60, a situação se modificou: os déficits na balança de pagamentos estadunidense cresceram, assim como a oferta de dólares para a economia mundial. Passou-se da escassez para a abundância de dólares. João Sayad continua:

> "Se a oferta de dólares aumentasse menos do que o comércio mundial, representaria um obstáculo ao crescimento da economia internacional. Se aumentasse mais rapidamente ou de forma suficiente a incentivar a economia mundial, haveria desconfiança com relação à paridade dólar/ouro e especulação no mercado de ouro. Assim, se os Estados Unidos corrigissem o déficit no balanço de pagamentos, faltaria moeda para financiar o crescimento da economia mundial. Se o déficit não fosse corrigido, haveria desconfiança com relação ao dólar como moeda internacional. O sistema internacional precisava ser reformado."[226]

Apesar dos desequilíbrios nas contas públicas estadunidenses e da pressão francesa – na figura de Charles De Gaulle – para que os países intercambiassem mercadorias com outras moedas inclusive o franco francês, mesmo assim o dólar continuou hegemônico e em 1967, a libra inglesa foi desvalorizada e verificou-se uma corrida especulativa para o ouro. Os Estados Unidos alteraram as regras do mercado de ouro, comprometendo-se a manter o preço de 35 dólares por onça de ouro apenas para os Bancos Centrais, deixando o preço flutuar para os demais participantes. Em 1969, após a renúncia de De Gaulle, recém-passado pelos movimentos estudantis e agitação política do ano anterior, o governo francês desvalorizou o câmbio sem consultar nenhum país da Comunidade Européia. Em agosto de 1971, o presidente Richard Nixon anunciou o congelamento de preços e salários, impôs uma tarifa adicional de 10% sobre as importações e decretou o fim do compromisso americano de comprar e vender ouro a 35 dólares a onça e nos dias seguintes, muitos países deixaram flutuar as taxas cambiais de seus países. Era o fim do sistema monetário internacional decretado

---

[225] SAYAD, João. *O dólar*, São Paulo, Publifolha, 2001, p. 44,
[226] Idem, p. 45.

em 1945 e, desde então, o mundo vive um não-sistema monetário contemporâneo onde as taxas cambiais flutuam conforme as decisões políticas internas dos países de acordo com seus próprios interesses ou como foi o caso mexicano no período de Salinas, baseado nas concepções liberais de política cambial. Durante esse período de vigência de câmbio fixo do segundo pós-guerra no sistema econômico internacional, segundo Osvaldo Coggiola: "impediu que se realizassem grandes especulações financeiras, transformando os Estados Unidos em exportador de créditos e capitais industriais pela ação das multinacionais norte-americanas. Assim, após a crise do pós-guerra e com a reestruturação política-mundial, o capitalismo retomou a produção e a realização da mais-valia."[227]

O rompimento unilateral dos EUA com o padrão ouro-dólar em 1971 foi o estilhaçamento definitivo do sistema monetário internacional, porque foi uma medida que agrediu diretamente as finanças dos outros países, na medida em que outras nações se empenharam para captar dólares ao longo dos anos através de suas atividades econômicas e viram seus esforços praticamente por água abaixo porque "depois de 1971, o poder de compra do dólar diminuiu 70%; o preço de ouro decuplicou, isto é, aumentou 1000%"[228]. Os dólares que outros países se sacrificaram para obter valia 70% a menos, o que os obrigavam à incrementar suas exportações para recompor suas finanças, o que seria impossível a curto prazo. A compra de ouro a partir de 1971, deixou de ser cotado para os Bancos Centrais na relação 35 dólares a onça devido ao fim do câmbio fixo, passando a ser uma mercadoria cujo preço seria fixado pelas leis de mercado (lei da oferta e da procura), assim: "as leis da renda mineira se adaptaram. O valor do ouro foi então determinado pelas minas de ouro que exploravam as jazidas menos rentáveis. Isso gerou uma rápida alta do valor do ouro, pois, à medida que os preços (segundo o valor) subiam, minas menos rentáveis, fechadas, reabriram, determinando automaticamente uma elevação do valor do ouro, assim como uma elevação da renda diferencial das minas que exploravam as jazidas mais ricas."[229] Mesmo com o dólar desvalorizado, o governo dos EUA puderam comprar ouro em abundância sem exaurir suas minas, uma vez que continuavam tendo a principal moeda do comércio internacional. Além disso, desrespeitavam as normas de funcionamento do balanço de pagamentos estabelecidos pelo FMI e Bird, que exigiam superávits na conta

---

[227] COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história – Gênese e estrutura da crise contemporânea*, São Paulo, Xamã/Edições Pulsar, 2002, p.381.
[228] MANDEL, Ernest. *Op. cit.*, p. 95
[229] Idem, p. 97.

corrente para liquidar dívidas com outros países, enquanto os EUA no lugar disso, pura e simplesmente emitiram moedas. Deste modo, agiu "desrespeitando normas rigidamente cobradas por outros países, passou a ser beneficiado ou financiado indiretamente pela necessidade alheia de ter dólar como reserva. Enquanto os demais países precisavam financiar seus déficits em conta corrente com a elevação da taxa de juros para manter as reservas, os Estados Unidos necessitavam apenas de papel e tinta e seu poder de mando nos organismos financeiros para impor esta política."[230] Enquanto isso, o governo dos EUA, através do FMI, ao estabelecer sob a administração Reagan, os chamados "juros flutuantes" nos anos 80 aos "países em desenvolvimento", repassou para estes países a responsabilidade de fornecer a crescente remuneração ao capital financeiro através do pagamento de juros da dívida externa e dos acordos de movimentação de títulos firmados com os Planos Baker e Brady.

Vale lembrar que, as práticas especulativas, tiveram nos EUA sempre os seus maiores adeptos e nem mesmo a crise de 29 conseguiu anular por completo seus praticantes que movimentam, até hoje, parcelas consideráveis de seus rendimentos em aplicações de alto risco. Segundo René Armand Dreifuss, grandes corporações estratégicas (como Intel e Microsoft por exemplo) se tornaram alavancas da produção e da comunicação, além de potencializadoras de transporte e gestão, a partir dos anos 70 com o complexo teleinfocomputrônico, quando o *chip* começou a penetrar no sistema produtivo. Assim, a produção, informação e decisão puderam ser trabalhadas de forma multifuncionais em tempo real e isso afetou a corrida por tecnologia e mercados quando redesenhou com grande rapidez a área financeira:

> "Antes, falávamos em bancos, e o máximo de diferenciação era dividi-los em bancos comerciais, de investimentos etc. Agora, o segmento de seguros é decisivo, e está cada vez mais integrado ao sistema bancário. Manejando recursos imensos, tornou-se peça-chave para viabilizar o enfrentamento dos desafios e riscos técnico-econômicos dos empreendimentos que aspiram a ponta dos processos de inovação. Outro fenômeno na área financeira é a emergência dos fundos de pensão e de investimento como atores altamente capitalizados. Nos países desenvolvidos, uma massa impressionante de pessoas detém recursos de que não necessita para o consumo imediato. Uma família tem US$ 20 mil, outra tem US$ 15 mil, e assim por diante. Isso não as torna

[230] MENEZES GOMES, José. *Op. cit.*, p. 93.

automaticamente investidores autônomos viáveis e capazes. Reunindo e gerenciando esses recursos, os fundos começaram a poder bancar investimentos muitos grandes, de alto risco tecnológico, fundamentais para quem quer se manter na liderança. Aceleram-se assim a capacidade de traduzir saber científico em saber industrial, a capacidade de inovação e a globalização de padrões, não mais através da disseminação de processos mecânicos, mas cibernéticos."[231]

Apesar de possuir uma economia na época quinze vezes menor do que a norte-americana na gestão de Carlos Salinas, a partir dos juros mexicanos elevados, vários especuladores estadunidenses possuíam dinheiro circulando no México sem saber. Somente o fundo de investimentos norte-americano *Fidelity*, tinha US$ 5 bilhões em papéis mexicanos e nunca achou necessário contar isso para seus investidores. No caso de uma quebra da economia mexicana, milhões de investidores, de grandes bancos a pequenos poupadores, seriam lesados.[232] Como o capital financeiro busca refúgio nos países seguros, o súbito desaparecimento do crédito ao México e aos países atingidos pelo Efeito Tequila forçaria estes países a cortar drasticamente suas importações espalhando, portanto, os efeitos da crise mexicana aos mais diversos países da economia mundial, ou seja, exportando a crise. Para atrair um mínimo de capital especulativo e tentar rolar suas dívidas, os governos dos países que já tinham suas taxas de juros altas, aumentariam-nas ainda mais, colocando-as em níveis estratosféricos, agravando a recessão mundial. Numa economia mundial interligada por redes de computadores faria com que a crise se espalhasse rapidamente, atingindo os países centrais e periféricos conjuntamente. Porém, como os efeitos da crise sempre obedecem a um movimento desigual e combinado do capital, primeiramente os países periféricos seriam asfixiados economicamente com a fuga dos capitais voláteis buscando mercados mais sólidos, ou seja, nos mercados dos países centrais, o que minimizaria os sintomas da crise nos países centrais por um certo tempo.

Depois de um determinado período, os países centrais também não teriam como escapar da crise. Basta lembrar que havia cerca de US$ 1 trilhão que procurava investimentos em títulos da dívida nos "mercados emergentes". Este dinheiro não traria

---

[231] DREIFUSS, René Armand. "Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo", *in*: *Visões da crise*, BENJAMIN, César, ELIAS, Luiz Antônio & MINEIRO, Adhemar dos Santos (orgs.), Rio de Janeiro, Contraponto, 1998, p. 27-28.
[232] *Veja*, 08/fev/95.

problemas no primeiro dia da crise mexicana, mas apenas nos meses seguintes. O México, por exemplo, tinha 25% da dívida – US$ 31 bilhões – dependurados em papéis em mãos de investidores estrangeiros. Se esse dinheiro fugisse, o país se desorganizaria em quinze dias porque não teria como pagar todos os credores, nem com a ajuda dos Estados Unidos e do FMI. O Brasil era menos vulnerável a um saque súbito, pois apenas US$ 5 bilhões dos títulos brasileiros – 1,2% do PIB – estavam nas mãos de rentistas estrangeiros. Um outro tipo de recurso originário dos países centrais, o capital de investimento, aquele convertido em matérias-primas, fábricas, bancos e propriedades no "Terceiro Mundo" não poderia ser repatriado de uma hora para outra num momento de crise por se constituir em capital fixo.

Portanto, quando falamos em volatibilidade de capital, isto nos remete a uma questão ambígua: por um lado a especulação com ações e títulos nas Bolsas dos "mercados emergentes" se faz com dinheiro de empresas de capital industrial cuja acumulação se faz no esquema D-M-D', o que quer dizer que oscilações nas cotações das bolsas irão se refletir no desempenho do patrimônio da própria empresa, ou seja, uma brusca queda no preço dos ativos de sua carteira de aplicações irão refletir numa fuga de acionistas que irão descapitalizar a empresa para investimentos na própria indústria, além da própria impossibilidade de fuga do próprio capital fixo. Por outro lado, há um conjunto de empresas que vivem do rentismo, ou seja, são empresas parasitárias do sistema financeiro internacional como os fundos de pensões, fundos mútuos, bancos, empresas de crédito e outros, que Marx denominou como o capital fictício cuja lógica de acumulação de capital é o D-D', que a cada dia que passa, tomam um maior poder em relação à produção capitalista propriamente dita e estas sim, conseguem migrar diariamente nos diferentes mercados mundiais sobretudo depois dos avanços da informática que interconectaram o mundo *on-line*, buscando a valorização do valor sem produzir sequer uma agulha. É claro que parte deste dinheiro para a especulação, advém de empresas e pessoas físicas que obtêm suas rendas originalmente no campo produtivo e que colocam uma parcela de seus rendimentos sob tutela de empresas rentistas, especializadas em procurar nas diferentes partes do globo mercados com juros altos e prazos curtos.

O capital financeiro é constituído, portanto, a partir do desvio de partes do capital produtivo e ao se deparar com o mercado de ações, bolsa de valores ou congêneres, torna-se aparentemente autônomo e transforma-se em capital fictício, pois passam a "viver" independentemente das atividades das quais são originárias, embora

um descalabro produtivo de origem possa refletir-se diretamente na "vivência autônoma" do capital financeiro. Como afirma Osvaldo Coggiola: "Assim, o mercado financeiro adquiriu duplo caráter, pois transformou a natureza que o formou (capital produtivo) e tornou-se um movimento autônomo (capital financeiro), capaz de se valorizar através de mecanismos próprios."[233] Apesar dos mecanismos próprios de auto-valorização, cada oscilação real do campo produtivo, pode refletir no campo da especulação, o que anula a idéia de autonomia completa em relação à produção. Porém, esta modalidade de capital fictício adquiriu um poder de pressão e de barganha com os governos tão ou mais fortes do que o próprio capital industrial, o que fez com que passasse a ter predomínio no cenário mundial.

No caso mexicano, na noite do dia 19 de dezembro de 1994, durante a reunião com portas fechadas no edifício da Secretaria do Trabalho com a presença de funcionários do primeiro escalão da área econômica do governo, dentre eles o Ministro da Fazenda Jaime Serra Puche e o presidente do Banco do México, Miguel Mancera e um conjunto de empresários, que escutaram pacientemente os dois membros do governo exporem que as reservas cambiais estavam se esgotando e que portanto iriam realizar uma desvalorização da moeda na ordem de 15%. Alguns destes empresários abandonaram discretamente a sala de reuniões, e rapidamente através de seus telefones celulares chamaram seus corretores em Londres e Tóquio para ordenar-lhes que vendessem suas ações cotadas em peso o mais rápido possível e que convertessem os pesos em dólares, o que fez com que lucrassem somente nesta operação cerca de um terço em relação do que tinha um dia antes.[234] Neste caso, foi utilizado o *inside information* para ter lucros financeiros, mas estas pessoas responsáveis pelas "dicas" de mercado, eram empresários ligados aos diversos setores da economia – inclusive o industrial – e que especulavam nas bolsas tanto com as suas próprias rendas pessoais, como com o lucro das empresas que representavam.

Segundo Chesnais o próprio termo "economia de cassino" utilizado por Keynes para falar das operações da Bolsa nos anos 30, não pode ser transportável nas relações de riquezas intermediadas pelos mercados financeiros, nem para a crise mexicana:

> "Em um sistema de apropriação de riquezas fundado nos mercados de títulos, a mobilidade do capital colocado é consubstancial à procura de melhores

[233] COGGIOLA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 408.
[234] OPPENHEIMER, Andrés. *Op. cit.*, p. 230.

rendimentos. A boa administração da liquidez concentrada entre as mãos de administradoras de fundos exige, da parte delas, uma diversificação de seus papéis, de crédito de uma maneira que combine dois níveis, aquele dos mercados nacionais e aqueles das categorias de títulos. Ela supõe a modificação constante da composição de papéis de crédito, isto é, a multiplicação das operações por meio das quais 'o investidor arbitra sistematicamente entre os diferentes compartimentos à procura de montagem que obtém a melhor relação custo-rendimento.'[235] O administrador de fundos que investe procura a liquidez e o rendimento. Atrás das decisões de colocar ou liquidar bens detidos neste ou naquele investimento financeiro, sob esta ou aquela forma de ativos (divisas, títulos da dívida pública ou privada, ações), exigem apreciações quanto à permanência desses fluxos de receitas nos níveis de rendimento que o capital financeiro fixa. O cassino é um campo fechado dentro do qual os ganhos e as perdas são circunscritas entre os jogadores e o proprietário do lugar e no qual todo jogador tem chances iguais aos outros de ganhar ou de recuperar perdas. Ora, no caso das crises econômicas provocadas pelas crises financeiras no México e na Ásia, vimos bem que, no essencial, foi fora da esfera dos mercados financeiros que as penalidades mais pesadas foram pagas. Seu peso em termos de desemprego e de precariedades crescentes, isto é, da perda de todo meio de existência, recaiu principalmente sobre aqueles que nem sequer tem acesso ao 'cassino'. Quanto aos investidores financeiros, eles retiraram seus fundos e os colocaram lá onde a liquidez e o rendimento continuam a lhes serem oferecidos, em Wall Street e nas praças européias."[236]

Quando o capital financeiro pressiona para a liberalização e desregulamentação de mercados não somente nas bolsas, mas na economia como um todo nos diferentes países do mundo onde o capital quer se expandir (fusões/aquisições, privatizações, reforma trabalhista, reforma tributária, reforma previdenciária, reforma administrativa e outros), novamente ocorre uma identidade do financeiro com o produtivo, ou melhor, uma financeirização da indústria no sentido leniniano. São bancos que se fundem com indústrias, bancos que compram indústrias ou corporações industriais que possuem bancos próprios cujas atividades econômicas são variadas, passando desde empréstimos

---

[235] BOUGUINAT, Henri. *Finance internationale*, Paris, Presse Universitaire de France, 1992, coleção Themis.
[236] CHESNAIS, François. "Mundialização: Capital financeiro no comando", *in*: *Outubro*, no.5, 2001, p. 19.

internacionais, participação de privatizações, estabelecimento de filias (daí que exigem dos governos locais as reformas que foram citadas acima).

Lênin ao discorrer sobre a passagem do capitalismo concorrencial em imperialista no que tange à nova função dos bancos no capital financeiro, asseverou que a função essencial e inicial dos bancos era a de intermediários nos pagamentos e quando realizavam-nas, eles transformavam o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, ao reunir os diversos rendimentos em espécie e concentrar dinheiro consigo, eles colocavam-nos à disposição da classe dos capitalistas sob a forma de crédito com a cobrança de juros e, deste modo, capitalizavam os capitalistas, ao mesmo tempo, que seus lucros aumentavam. Conforme os bancos se concentraram oligopolisticamente, deixaram "de ser modestos intermediários para se tomarem monopólios todo-poderosos, dispondo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países"[237] e transformaram-se em capital financeiro que consiste na fusão do capital bancário com o capital industrial e os negócios expandiram-se tanto no campo produtivo – Lênin mostra no livro os exemplos do setor siderúrgico alemão com a Krupp e do setor petrolífero estadunidense com Rockfeller –, quanto no campo especulativo ao assumir funções rentistas que outrora eram de exclusividade das Bolsas como, por exemplo, a negociação de títulos.

O capital financeiro assumiu um lugar de destaque subsumindo o capital industrial, mesmo porque, segundo Lênin o capital industrial é parte integrante do capital financeiro. Se o que importa para o capital é a autovalorização do valor e a especulação se converteu em movimentação, liquidez e rentabilidade mais rápida do que o capital industrial isoladamente, não é à toa que passou a ter primazia, enquanto a produção capitalista acabou sendo relegada a segundo plano, o que não quer dizer que vai desaparecer, mesmo porque é com ela que as riquezas materiais são produzidas. Chesnais assim descreve esta mudança:

> "É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza.

---

[237] LÊNIN. *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*, São Paulo, Global, Coleção Bases, no. 23, 4ª. edição, 1987, p. 30.

Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa 'dinâmica' específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à 'inflação do valor dos ativos', ou seja, à formação de 'capital fictício'. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos dos seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas"[238].

Segundo os cálculos de 1994 do BIS[239], US$13 trilhões giravam pelo mundo em velocidade jamais vista, ao comando de teclas de computador acionados por operadores ávidos por lucros rápidos e num segundo este "capital errante" poderia estar em Hong Kong, segundos depois poderiam aterrissar em Chicago, no minuto seguinte pode ter tomado o rumo de Milão, Bangcoc, São Paulo ou ter voltado para Hong Kong. O megainvestidor George Soros ganhou 1 bilhão de dólares em 1992, apostando contra a libra esterlina. Conseqüências: a libra teve de ser desvalorizada e retirada do mecanismo de flutuação criado no mercado europeu[240]. Sobre a força do capital financeiro as afirmações de Antenor Nascimento Neto não nos deixam dúvidas:

"Uma das facetas da aceleração capitalista está no campo financeiro. Em 1971, o volume de empréstimos internacionais de médio e longo prazo feitos pelo capital privado foi de 10 bilhões de dólares. Em 1995, ele chegou a 1,3 trilhão. Cresceu 130 vezes em apenas duas décadas e meia. Esse dinheiro pode pertencer a um pequeno poupador japonês ou a um superinvestidor como o Húngaro George Soros - e está financiando coisas tão diversas quanto uma fábrica no Ceará ou o déficit público nos Estados

[238] Chesnais, François. *A mundialização do capital*, *Op. cit.* p.15.
[239] (*Bank for Insternacional Setlements*). Instituição financeira criada em 1930 e sediada na Basiléia (Suíça), tem como objetivo promover a cooperação entre os bancos centrais e facilitar as operações financeiras internacionais. Funciona, sobretudo, como coordenador de movimentações financeiras internacionais de curto prazo. Muitas das funções que lhes cabia exercer passaram, entretanto, para o FMI (Fundo Monetário Internacional), embora o BIS tenha mantido, no âmbito europeu, o papel de banco dos bancos centrais. É dirigido por representantes dos bancos centrais da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Suíça, Holanda, Bélgica e Suécia.
[240] *Exame*, 29/mar/95. p.16-25.

Unidos . Além desse dinheiro de médio e longo prazo, há outro, o dinheiro volátil, que gira pelos vários mercados financeiros, como o das bolsas de valores, do câmbio ou dos juros. Esse dinheiro rápido sustenta transações diárias entre 2 e 3 trilhões de dólares. O capital volátil, tão temido pelos países de economia fraca, também impulsiona negócios, mas só estaciona em países estáveis. É por isso que o México foi à bancarrota quando o dinheiro volátil que lá estava fugiu"[241].

Diferentes tipos de mercados foram criados e se agigantaram, dentre eles os mercado de câmbio é o segmento do mercado financeiro global que registrou o maior crescimento onde somente na década de 80 seu volume de transações decuplicou. Conforme a tabela 28 indica, as transações nos mercados de câmbio superaram o crescimento dos fluxos comerciais, dos investimentos externos direto e o crescimento do PIB dos países da OCDE revelando a hipertrofia do sistema financeiro.

**TABELA 28**

**Comparação entre o crescimento (de 1980 a 1988) dos fluxos comerciais, financeiros, de IEDs e o crescimento do PIB dos países da OCDE (coeficiente multiplicador)**

| PIB dos países da OCDE | Fluxos comerciais | Transações nos mercados de câmbio | Fluxos de IEDs |
|---|---|---|---|
| 1,95 | 2 | 8,5 | 3,5 |

Fonte: C.Serfati (1994), a partir de dados do GATT, BIS, OCDE, *in*: CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*, Op. cit. p. 244..

Quanto à força e importância que os fundos mútuos e fundos de pensão possuem, François Chesnais afirma:

"Em 1993, só a liquidez concentrada nas mãos dos fundos mútuos de investimentos (*mutual* funds), companhias de seguro e fundos de pensão atingia 126% do PIB dos EUA e 165% do PIB do Reino Unido. No mesmo ano, as administradoras americanas e européias desses fundos (menos de 500, as que realmente interessam) concentravam em suas mãos, sem contar os bancos e fundos japoneses, 8 trilhões de dólares. Mesmo que na época

[241] *Veja*, 03/abr/96.

apenas uns 5% dos fundos estivessem investidos sob forma de carteira de divisas - proporção que se elevaria a 12% em 1995 -, já são 400 bilhões de dólares que podem ser mobilizados só por esse grupo de operadoras. A partir daí, compreende-se por que os 300 bilhões de dólares que o Banco da França e o Bundesbank alemão empenharam conjuntamente para tentar preservar o Sistema monetário Europeu (SME), em julho de 1993, não foram suficientes para frear os ataques contra o franco e por que os bancos centrais não têm mais meios de 'punir' os especuladores"[242].

A força atual do capital fictício deve ser entendida como reflexo da própria crise do capital que busca extrair lucros rápidos e garantidos, daí sua hipertrofia, haja vista a impossibilidade de expansão física mundial em larga escala dos mercados consumidores, o que significa dizer que a produção existente já é mais do que suficiente para abastecer àqueles que têm renda e mesmo assim sobram mercadorias, ou seja, diminuiu-se a realização do valor (vendas) e conseqüentemente as taxas médias de lucros no campo produtivo caíram. As razões pelas quais o capital está vivendo uma crise que afetou a produção, acirrou o desemprego e priorizou os lucros no campo financeiro é o que veremos a seguir, motivos estes fundamentais para entender a expansão imperialista estadunidense para o mercado mexicano e a conseqüente crise mexicana.

## 6.2. A crise estrutural do capital

Na primeira frase de "O Capital", Marx inicia sua investigação afirmando que a riqueza das sociedades em que prevalece o modo de produção capitalista, se apresenta como uma "imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar"[243] e se propõe a começar a sua investigação sobre o capital, a partir da análise da mercadoria. Ao longo de sua exposição, demonstra que a mercadoria nasce como forma de existência do capital, sendo antes de tudo, uma forma social que transforma todo conteúdo concreto da produção da riqueza social numa forma abstrata de riqueza, ou seja, na forma dinheiro. Através do capital inicial (capital-dinheiro), se produzem mercadorias (valores-de-uso), que entram na esfera da circulação e são

[242] CHESNAIS, François. *Op. cit.*, p.29.
[243] MARX, Karl. *O capital*, São Paulo, Nova Cultural, Livro I, Seção I, vol. I, 3ª. edição, 1988, p. 45.

comercializadas (valores-de-troca), configurando a realização do valor e propiciando a acumulação do capital (D-M-D'). Segundo Teixeira:

> "Essa antítese entre valor de uso e valor de troca, inamente à própria natureza da mercadoria e anunciada por Marx desde o primeiro capítulo do Livro I, é retomada por ele no Livro III, só que agora sob a ótica da circulação do capital e não mais da perspectiva da circulação simples de mercadorias. Em visto disso, essa contradição assume formas mais concretas, e cada vez mais se aproxima e adquire configurações próprias de como ela de fato aparece na superfície da sociedade. Essas configurações tomam a forma de crises recorrentes de superprodução de mercadorias, que *aparecem na consciência* dos agentes de produção como sendo causados por falta de consumo, ou por incapacidade de realização das mercadorias produzidas. No seu sentido mais *geral* e *abstrato*, as coisas assim acontecem porque a produção de valores de uso tem em si mesma uma barreira: as necessidades de consumo são limitadas. Esse limite entra em contradição com a natureza do capital que tem unicamente como objetivo a produção pela produção, sem levar em conta se o 'estômago do mercado' pode ou não absorver toda a produção. Essa barreira social do consumo, que faz irromper na forma de crises a contradição entre valor de uso e valor de troca das mercadorias, não é a única contradição entre a produção e a sua realização em forma monetária. De fato, os produtos nascidos do capital não são somente objetos de consumo. Antes de se transformarem em objetos de consumo devem ser realizar, primeiramente, como valores, isto é, devem ser intercambiados por outros equivalentes. Em vista disso, *a produção de cada capitalista encontra uma barreira na produção alheia.* (...) *Dessa contradição entre produção e realização nasce a concorrência.*"[244]

O pressuposto da produção capitalista não é apenas produção valores, mas antes de tudo produzir mais-valia, razão pela qual o capitalista gastou o dinheiro no anseio de obter mais dinheiro. Mas o capitalista não faz seus empreendimentos de forma isolada, ele está no circuito capitalista onde prevalecem os princípios da Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham[245] e seu lucro se realiza a partir dos preços obtidos nas suas

---

[244] TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx – Uma leitura crítico-comentada de O Capital*, São Paulo, Ensaio, 1995, p. 267/268.

[245] "A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que reina aqui é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois o comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, de força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-

mercadorias vendidas que estão em concorrência com outras mercadorias. Teixeira continua:

> "De fato, produzem-se mercadorias não diretamente voltadas para atender as necessidades sociais, mas, sim, para serem lançadas no mercado, para aí, disputar uma participação na forma-dinheiro social global da mais-valia produzida. (...) Essa contradição entre produção e realização obriga a que todos os capitais singulares entrem numa disputa acirrada entre si, para conquistar fatias do mercado e, assim, transformar suas respectivas quantidades de mais-valia produzidas em sua forma dinheiro. Nessa luta, uns poderão receber um equivalente maior do que o tempo de trabalho abstrato incorporado em suas mercadorias, o que permite que seus lucros excedam a mais-valia por eles produzida. Outros poderão receber menos, na forma de lucro, do que o tempo excedente de trabalho contido nos seus produtos. Em suma, o sucesso relativo de cada unidade pode operar, o que faz com que os capitalistas sejam permanentemente forçados a desenvolver novos métodos e técnicas de trabalho, de modo a aumentar a produtividade, e, assim, possam obter sucesso na transformação de sua mais-valia em dinheiro. É por isso que cada capitalista, sem ter consciência disso, realiza as leis internas do capital, que ditam a cada capital individual a lógica da produção pela produção, da produção pelo lucro."[246]

Um capitalista individualmente falando, busca o maior lucro possível nas suas empresas, no âmbito coletivo, ele se depara com as mercadorias dos seus concorrentes que obstaculizam, dificultam ou tautologicamente como podemos dizer, concorrem com as mercadorias do primeiro capitalista a que nos referimos. Haja vista vivermos numa época não do capitalismo concorrencial mas sim do capitalismo monopolista, verificamos uma concorrência ainda mais acirrada, onde as empresas transnacionais disputam fatias do mercado entre si numa verdadeira "Guerra de Titãs". Com isso, o

---

vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois cuida só de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma previdência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral." (MARX, Karl, *Op. cit.*, Seção II, cap. IV, p. 141).

[246] TEIXEIRA, *Op. cit.* p. 268-269.

capital manifesta-se sob a forma de uma progressão qualitativa e quantitativa do movimento de centralização e concentração do capital industrial. Para Marx, enquanto a concentração era um processo que repousou diretamente sobre a acumulação, ou mais precisamente, se confundiu com ela, a centralização remeteu a um processo completamente diferente que se apresentou como a atração, a concentração de capitais já formados, a fusão de um número superior de capitais individuais em um número menor. A centralização portanto, não depende de um aumento positivo do capital social mas sim de uma modificação no arranjo qualitativo das partes do capital social.[247] Se considerarmos a quarta característica que Lênin apontou na caracterização do imperialismo - na formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si - para os dias atuais, observamos:

> "Considerando-se as dez maiores corporações mundiais – Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumimoto, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell -, o seu faturamento conjunto corresponde a US$ 1,4 trilhão. Isto equivale ao PIB conjunto de Brasil, México, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Peru e Uruguai. Metade dos prédios, máquinas e laboratórios desses grupos e mais da metade de seus funcionários estão em unidades fora do país de origem e 61% do seu faturamento é obtido em operações fora do país de origem. Se o faturamento se expandir para as 100 maiores corporações descobre-se que um terço do comércio internacional (US$ 1 trilhão em 1990) refere-se a trocas entre unidades das multinacionais. Elas empregam 20% da força-de-trabalho do setor secundário e terciário nos países periféricos e 40% dos países centrais."[248]

Para sobreviver na competição, os capitalistas impõem ao trabalho abstrato uma busca por maior produtividade e produção conjuminada com os avanços tecnológicos, portanto, acentuando a extração de mais-valia relativa, ao mesmo tempo em que esta tecnologia desemprega massivamente aqueles que estão produzindo, até chegar a ponto do estrangulamento onde a produção não tem como ser totalmente escoada – entrar na esfera da circulação e ser vendida - porque se produz cada vez mais (trabalho morto) com cada vez menos trabalhadores (trabalho vivo). Ora, no modo de produção

---

[247] Ver MARX, Karl. *Op. cit.*, Livro I, vol. II, Seção VII, cap. XXIV.
[248] ALMENDRA, Carlos Cesar. "Globalização e imperialismo", *in*: *Capitalismo: 'Globalização' e Crise*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), *Estudos*, no. 44, São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, set/98, p. 159.

capitalista o consumo se realiza desde que se tenha renda para adquirir as mercadorias. Uma vez que cresce a produção e decresce o emprego, os desempregados deixam de ter renda e não realizam o consumo, o que conduz o capitalismo às crises cíclicas de superprodução. A partir do momento que as vendas de mercadorias das empresas decrescem como conseqüência da crise de superprodução, isto traz reflexos negativos nos preços das ações das empresas como ocorreu na crise de 29, bem como na crise de 82 como vimos no capítulo 1.

Com a crise verifica-se dentre outros problemas: as vendas caem, os preços baixam, os estoques encalham, o desemprego aumenta, algumas empresas declaram falência, aumentando portanto a monopolização da produção apesar da excessiva desvalorização de capitais para os capitalistas e é neste cipoal de contradições que as empresas capitalistas têm que continuar produzindo, distribuindo e vendendo. Em outras palavras, têm que continuar buscando fatias do mercado, num mundo que já foi devidamente partilhado pelas principais corporações privadas e também como afirmou Lênin na quinta característica do imperialismo como o "termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas". Sobre as ligações entre estes monopólios privados e os Estados nacionais, Dreifuss afirma:

> "As primeiras são mais ou menos 38 mil empresas que ocupam o centro de uma rede maior, de talvez 250 mil, e determinam o crescimento de um mercado desterritorializado, cujos fluxos estão dentro delas mesmas. É o comércio intrafirmas, que representa algo com 2/3 do comércio internacional. Quanto aos governos nacionais indutores desse processo, são mais ou menos 35 no mundo. Seus instrumentos de poder são diferenciados, como capacidade política já estabelecida a partir de presença anterior, capacidade militar, influência cultural, força econômica. Em síntese, capacidade de afetar fluxos importantes de bens, serviços e tecnologia. *Os dois protagonistas andam juntos: as corporações estratégicas nascem e se desenvolvem dentro dos países cujos Estados nacionais sustentam essas redes complexas. Nesses ambientes é que surgem os novos processos de produção e as novas ondas de consumo. Os governos funcionam como pivôs político-estratégicos, a partir de uma visão de conjunto sobre os respectivos espaços societários. Que ninguém tenha dúvida: o governo norte-americano, por exemplo, trabalha junto com as corporações que têm origem e matriz nos Estados Unidos.* Ele realiza políticas ativas para preservar a dianteira tecnológica obtida por elas e pelo país. Isso é uma missão

nacional, o que mostra que a idéia de espaço nacional não desapareceu. *O país é uma plataforma fixa de operações, a partir da qual as corporações decolam para o mundo.*"[249]

Se o mercado capitalismo é pautado pela inexorável guerra por novos mercados, a abertura parcial às importações e algumas privatizações no México, na administração Miguel De La Madrid e posteriormente o neoliberalismo da gestão de Carlos Salinas como vimos no capítulo 2, aliado à adesão ao NAFTA, configuraram os interesses diretos às transnacionais estadunidenses. Quanto maior é mercado consumidor para determinadas empresas, maior será a produção as mesmas, daí o interesse ianque em penetrar na economia mexicana. Mesmo diante da crise de 94, quem tinha o maior interesse em resolvê-la era os EUA que, como vimos no capítulo 3 queriam: 1) que o NAFTA não perdesse credibilidade; 2) que a crise não se espalhasse pelo mundo afetando outras economias e se transformasse em crise mundial; 3) evitar um desesperado surto de êxodo mexicano ilegal em território estadunidense.

Na aparência portanto, os EUA se apresentaram como aqueles que levaram benefícios aos mexicanos com seu *american way of life* através de suas exportações, da produção fabril com as *maquilas*, da sua concepção de gestão liberal *a la* escola de Chicago e por fim como àqueles que socorreram os vizinhos em crise num gesto de solidariedade. Contudo, a essência dos problemas que assolaram a economia mexicana têm sua raiz ontológica na própria expansão capitalista do mercado estadunidense, ou seja, no modelo neoliberal implantado e no NAFTA que agudizaram a subsunção mexicana em relação ao vizinho do norte, que vem dia-a-dia açambarcando o mercado mexicano para si. Mas a expansão estadunidense não quer dizer que eles estejam imunes à crise, apesar do poder que eles têm à medida que podem arbitrar o jogo da oscilação da sua moeda em relação às demais. Eles podem valorizar ou desvalorizar o dólar conforme seus interesses momentâneos de exportação ou importação, mas nem por isso conseguem contornar seus problemas internos como seus déficits públicos, desemprego, migrações ilegais e narcotráfico entre outros. Segundo Maria da Conceição Tavares:

> "O velho Marx avisou duas coisas: o capital fictício [D-D'] ia inviabilizar o capitalismo, e está inviabilizando. Outro caminho de inviabilização viria com o enfraquecimento da capacidade de o capital sugar valor do trabalho. Isso

[249] DREIFUSS, René Armand, *Op. cit.* p. 29. [grifos nossos]

também está aí. Neste momento, o capital precisa cada vez menos de trabalho. O trabalho está ficando 'livre', o que em nossa sociedade significa marginalidade e excludência. A sociedade vai ter que organizar de outra maneira. Os fundamentos do capitalismo estão sendo roídos por dentro. O dinheiro não tem mais poder liberatório. Ninguém pode cobrar os trilhões que estão circulando por aí, pois eles são fictícios. Ninguém sabe quanto vale um dólar, ora vale 50% a mais, ora 50% a menos. Fazem-se desvalorizações de 100%. Não são desvalorizações competitivas, são expressões de uma crise financeira do tamanho de um bonde. É fantástico: justamente quando aquilo que Marx previu está ficando mais claro, a malta repete está ultrapassado! Sua análise do capitalismo nunca esteve tão evidentemente correta. Nunca foi tão óbvio que o capital não tem limites nem fronteiras. Não estou falando do capital financeiro orgânico do Hilferding, nem do capital financeiro do Hobson, embora eles estejam aí. É evidente que há ligação entre bancos e multinacionais. Mas, além disso, as multinacionais também passaram a ser bancos, sem serem bancos. A estratégia de qualquer multinacional passou a ser: primeiro eu trato do dinheiro, da liquidez, da aplicação financeira, sem o que não vou a lugar nenhum. Depois, trato das exportações, depois da tecnologia. Ao contrário do período que vai de 1930 a 1980, a estratégia das empresas não é dividir a produção, utilizando os territórios nacionais, aproveitando fronteiras e tarifas. Antes, elas entravam, eram protegidas, e aí cada mercado nacional se expandia. Havia menos comércio internacional e mais investimento direto produtivo. Agora é o contrário. Há maior expansão de um comércio internacional e intraempresas, e maior expansão do investimento financeiro, de *portfólio* e relacionado às flutuações cambiais."[250]

A partir das colocações de Maria Conceição Tavares, podemos acrescentar que atualmente, além do maior comércio internacional e intraempresas, as transnacionais continuam expandindo suas filias pelo mundo. Se partirmos do pressuposto apontado por René Armand Dreifuss que o governo estadunidense funciona como um pivô político-estratégico para negociar acordos favoráveis às empresas de seu país, noção esta também compartilhada por Paulo Nogueira Batista Jr.[251], daí que verificamos o seu

---

[250] TAVARES, Maria da Conceição. "Queremos ser uma nação democrática e multirracial", *in*: *Visões da Crise*, *Op. cit.* 185-186.

[251] "O nacionalismo de um país poderoso adquire, com freqüência, conotações imperiais. A visita da autoridade norte-americana não esteve livre de lances constrangedores de arrogância e prepotência. Uma superpotência visitando o próprio quintal, diria um cínico. Convenhamos, contudo, que o Brasil não se

interesse em formar o bloco do NAFTA, que trouxeram vantagens para as indústrias maquiladoras, que responderam pela metade das exportações mexicanas em 2000, saltando de US$ 83 bilhões em 1994 para US$ 182,6 em 2000.[252] Uma vez que estas empresas não são mexicanas mas basicamente estadunidenses, os lucros não são totalmente reinvestidos na economia nacional mexicana, mas remetidos às empresas matrizes na forma de remessa de lucros do exterior, ou seja, um velho problema enfrentado por todos os países latino-americanos que possuem filiais de empresas estrangeiras em seus países.

A forte presença das indústrias maquiladoras no México, corrobora e reforça a terceira característica do imperialismo apontado por Lênin: *diferentemente de exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular*, que continua vigente e é acentuada quotidianamente na disputa espacial capitalista, onde a concorrência internacional busca estabelecer suas filiais em países com taxas de mais-valia mais acentuada para abastecer também o mercado interno como o mercado externo. Cada vez que as empresas nativas perdem mercado para as filiais estrangeiras ou para as mercadorias importadas, – como foi o caso das *maquilas* no México – diminui o volume de vendas das empresas nacionais. Quanto menor este número, mais empresas fecharão as suas portas. Quanto maior o número de empresas

---

ajusta bem ao papel de quintal. Pelas suas dimensões geográficas, populacionais e econômicas pelas suas riquezas naturais, pelo seu potencial de desenvolvimento, o Brasil não pode (nem que queira) ser quintal de ninguém. É verdade que, nos anos 90, a pretexto de aplicar um modelo 'global', os governantes brasileiros e grande parte das elites tupiniquins fizeram o possível para reduzir o país à condição de quintal. Assim, não surpreende que representantes do governo e empresários dos Estados Unidos demonstrem pouco respeito pelos seus interlocutores brasileiros. Quando passam por aqui, fazem diversas cobranças, mesmo em público, sem a menor cerimônia. Contudo, o mais importante não é isso. O importante é reconhecer que, no fundamental, os norte-americanos têm razão. Como disse o presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, os empresários e o governo dos Estados Unidos estão cumprindo o seu papel. Os norte-americanos demonstram, a cada instante, na prática, que a defesa dos seus interesses como nação é a sua grande prioridade. O contraste com o comportamento normal das elites dirigentes latino-americanas não poderia ser mais nítido. Os Estados Unidos não alimentam, por exemplo, qualquer dúvida sobre a relevância da questão da nacionalidade das empresas. Para eles, a defesa das empresas americanas é uma atribuição normal e natural do governo. Enquanto isso, integrantes das elites brasileiras repetem maquinalmente que, em tempos de 'globalização', as empresas perderam o seu caráter nacional. Por esse raciocínio, não importa que o setor industrial ou o sistema bancário brasileiro caia nas mãos de companhias estrangeiras. A própria noção de 'estrangeiro' estaria supostamente superada nessa nova era de 'globalização' e corporações 'mundiais'. Os Estados Unidos espalham essa conversa, mas não a aplicam na prática. O secretário [de Comércio] [William] Daley veio ao Brasil 'para uma missão comercial junto com 19 empresas americanas', como anunciou em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* de 13 de fevereiro de 2000, às vésperas da sua chegada. Esteve aqui para ajudar a defender, de forma clara e direta, sem sutilezas, os interesses dessas empresas no Brasil. Empresas que só subdesenvolvidos natos ou hereditários, como nós, vêem como 'globais' ou 'transnacionais'. Para os norte-americanos, o nacionalismo é tão natural quanto o ar que se respira. Não precisa ser proclamado. Não é objeto de grandes polêmicas ou dúvidas hamletianas." (BATISTA JR., Paulo Nogueira. *A economia como ela é...*, *op. cit.*, p. 68-69.)

[252] *Almanaque Abril* 2003, p. 51.

fechadas, menor será o número de empregos disponíveis. Quanto mais o desemprego, menor o consumo. Quanto menor o consumo, menos as empresas vendem e assim começa uma verdadeira bola de neve de desemprego, o que traz a miséria, a violência e todas as mazelas do capital e do capitalismo provocando no México e nos demais países latino-americanos problemas nacionais estruturais pois a miséria se manifesta no espaço nacional. Em outras palavras, o espaço nacional é o *locus* onde se define quem está e quem não está empregado, é o lugar que se define quem está e quem não está consumindo.

Esta luta desigual entre empresas/nações, que no nosso objeto de estudo envolveu a expansão espacial estadunidense para o território mexicano, ocorre entre os diversos países no modo de produção capitalismo desde a sua passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista. Marx ao perceber estas mudanças, discorreu sobre uma das suas características fundamentais na seção III do Livro III de *O Capital*, como a "Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro"[253], onde o pensador alemão enfatizou que

---

[253] Marx dedicou completamente a seção III do Livro III para tratar desde assunto. Em linhas gerais destacamos aqui apenas dois trecho que entendemos que sintetizam os princípios gerais desta lei: "com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja conseqüência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. (...) A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas *um expressão peculiar ao modo de produção capitalista* para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente." (MARX, Karl, *Op. cit.*, Livro III, vol. IV, cap. XIII, p. 155.) "O processo de produção capitalista é essencialmente ao mesmo tempo processo de acumulação. Mostrou-se como, o progresso da produção capitalista, a massa de valor, que precisa simplesmente ser reproduzida, conservada, aumenta e cresce com a elevação da produtividade do trabalho, mesmo a força de trabalho empregada permanece constante. Mas, com o desenvolvimento da força produtiva social de trabalho, cresce ainda mais a massa de valores de uso produzidos, dos quais os meios de produção constituem uma parte. E o trabalho adicional, por meio de cuja apropriação essa riqueza adicional pode ser retransformada em capital, não depende do valor, mas da massa desses meios de produção (inclusive os meios de subsistência), já que o trabalhador no processo de trabalho nada tem a ver com o valor, mas com o valor de uso dos meios de produção. A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica, é, porém, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva. Nesse crescimento dos meios de produção está, porém, implícito o crescimento da população trabalhadora, a criação de uma população correspondente ao capital excedente que em linhas gerais sempre sobrepasse suas necessidades, portanto, uma superpopulação de trabalhadores. Um excedente momentâneo de capital excedente em relação à população trabalhadora por ele comandada teria duplo efeito. Por um lado, por meio da elevação do salário, atenuando por conseguinte as influências dizimadoras, aniquiladoras da descendência dos trabalhadores e facilitando os casamentos, ele iria aumentar paulatinamente a população trabalhadora; por outro lado, porém, por meio da aplicação dos métodos que geram a mais-valia relativa (introdução e aperfeiçoamento na maquinaria), ele geraria ainda muito mais rapidamente uma

a elevação do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital por ações, enquanto diferentes fatores conjuminados na lógica de ser e ir-sendo capital provocaram uma dubiedade na rotação produção-distribuição-consumo-acumulação. Ao mesmo tempo em que estas "causas contrariantes" – termo utilizado pelo próprio Marx no Livro III, seção III, capítulo XIV - aprofundaram a acumulação de capital aos capitalistas, por outro lado acentuou a "lei da queda progressiva de taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo."[254]

Se os capitalistas não têm como escapar da queda da taxa de lucro, mesmo assim deverão continuar buscando novos espaços para suas mercadorias e suas filiais, o que provoca as crises cíclicas de superprodução capitalista, raiz profunda das duas crises mexicanas (1982 e 1994). A "superprodução de capital, não de mercadorias individuais – embora a superprodução de capital sempre implique superprodução de mercadorias – significa, por isso, apenas superacumulação de capital"[255]. "Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises, destruição de capital."[256] Deste modo, se esta é uma característica capitalista inexorável, para que o governo estadunidense pudesse anemizar a sua crise interna de superprodução, estas contradições foram desviadas para outros países, na forma de pressão para abertura de mercados para exportações estadunidenses, adoção das medidas do Consenso de Washington e, no caso mexicano tanto o

---

superpopulação relativa, artificial, que, por sua vez, - já que na produção capitalista a miséria gera população -, seria de novo a incubadeira de um aumento realmente rápido do tamanho da população. Da natureza do processo capitalista de acumulação – que é apenas um momento do processo de produção capitalista – segue, portanto, por si, que a massa aumentada de meios de produção destinada a ser transformada em capital encontra sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável. Com o progresso do processo de produção e acumulação a massa de mais-trabalho apropriável e apropriada *tem de* crescer, e portanto a massa absoluta de lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis da produção e acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte de capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro." (Idem, p. 158-159.)

[254] MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 157.

[255] MARX, Karl, *Op. cit.*, cap. XV, p. 180.

[256] Idem, p. 183.

receituário neoliberal como adesão ao NAFTA. Conforme Paulo Nogueira Bastista Jr.: "O quadro mundial é de desordem, de desregulamentação exagerada, de soluções *ad hoc* comandadas pelo governo norte-americano. Desde o século XIX, a periferia sempre sofre com reviravoltas no quadro das finanças internacionais, e o preço mais alto recai sobre os países que acreditam demais no sistema."[257]

Mesmo com as manobras estadunidenses, isto não quer dizer que eles resolveriam por completo estas contradições do capital e do capitalismo na sua terra natal. Pelo contrário, o que se verificou foi o aprofundamento da fetichização das relações contraditórias imanentes, dentre elas a própria lei da queda da taxa de juros, desmascarada com os escândalos dos balanços contábeis superfaturados de grandes corporações e fraudes fiscais da *Enron*, *Merrill Lynch*, *WorldCom* e *Xerox* dentre outras, que as levaram a receber multas, pedir concordatas ou decretar falências, revelando empiricamente a veracidade desta categoria marxiana.

Conforme a análise de Osvaldo Coggiola a crise financeira não é independente da dinâmica geral da sobre-acumulação de capital e uma forma de atrasar os efeitos do círculo vicioso que se desata ao estalar a crise de sobre-acumulação (queda de investimentos, queda dos empregos, queda do consumo, queda tendencial da taxa de lucro) e deter a queda a curto prazo da demanda mediante a expansão do crédito. Contudo, esta expansão de crédito é ao mesmo tempo a expansão do endividamento e, se a depressão é longa, a expansão contínua do crédito para contrapor-se à queda persistente da demanda significa uma acumulação do endividamento que se constitui em uma carga cada vez mais pesada à continuidade do crescimento a longo prazo da economia.[258] Vimos no capítulo 3, que a economia mexicana recebeu empréstimos para recompor suas contas públicas e continuar remunerando o capital privado, ou seja, recebeu créditos de quase US$ 50 bilhões, pagou em títulos atrelados ao dólar (*tesobonos*), atrelou a devolução do dinheiro com as rendas da PEMEX e em 1997 quitou a sua dívida com os EUA, levantando fundos no mercado de capitais, o que acabou provocando a contração de novas dívidas e a rolagem das antigas. Logo, a expansão de crédito internacional está ligada à crise do próprio capital que encontrou um *locus* privilegiado para lucrar. Segundo Diego Guerrero:

---

[257] BATISTA JR., Paulo Nogueira. "Riscos de uma trajetória insustentável", *in*: *Visões da crise*, *Op. cit.*, p. 127.
[258] COGGIOLA, Osvaldo. p. 449.

"Isto quer dizer que a bolha de crédito e a especulação financeira não são senão sintomas de que a depressão no âmbito da produção de valor ainda continua, de modo que o excesso de capacidade produtiva instalada pelo capital mundial ainda não desapareceu e, portanto, persiste a raiz do problema enquanto não se destruir tal excesso (não o excesso de meios de produção), que é uma expressão absurda, mas o de meios de produção absurdamente convertidos em capital. A expansão creditícia e borbulhante tem de se deter e estourar pelo simples fato de ser uma bolha, pondo fim ao período transitório de deslocamento entre o que parecem ser dois subsetores da economia, o capital produtivo e o financeiro. Na realidade, o capital financeiro hipertrofiado, tão atual, é apenas conseqüência da enorme massa de mais-valia que pulula pelos mercados financeiros e bolsas mundiais sem possibilidades de fixar-se em um investimento produtivo, devido a que o que há no subsetor produtivo é um excesso de capacidade. A única saída possível dessa situação de dupla crise (sobreacumulação de capital produtivo, hipertrofia da bolha financeira) é a destruição do capital."[259]

A crise mexicana de dezembro de 1994, como vimos anteriormente teve causas endógenas e exógenas. As primeiras, relacionaram-se com os assassinatos políticos, rebelião em Chiapas e as primeiras medidas liberalizantes dos governos De La Madrid e Salinas. As segundas, referem-se ao apoio incondicional das agências internacionais do capital às medidas liberais, à dependência de capitais externos de curto prazo, ao NAFTA e à elevação dos juros do *Federal Reserve*. Estes fatores conjuminados levaram o México à bancarrota e provocaram pânico nas Bolsas de Valores de todo o mundo, o que obrigou aos agentes do grande capital internacional a levantar fundos na ordem de cerca de US$ 50 bilhões para que a crise não tomasse dimensões mundiais, e mesmo assim as economias da Argentina e do Brasil foram atingidas pelo efeito tequila. Em que pese a relevância de cada um dos fatores internos e externos para a deflagração da fuga de capitais, para além destes fatores o que causou de fato a crise mexicana no âmago das contradições cotidianas do capitalismo foi a crise do capital. Conforme Michel Chossudovsky:

[259] GUERRERO, Diego. *Reflexiones sobre la teoria del valor y de la crisis económica capitalista desde una perspectiva critica*, Barcelona, out/00, apud. COGGIOLA, Osvaldo. pp. 449-450.

"Num sistema que gera superprodução, as corporações internacionais e as sociedades mercantis só podem 'expandir' seus mercados solapando ou destruindo concomitantemente a base produtiva doméstica dos países em desenvolvimento, por meio da desorganização e aniquilamento da produção local destinada ao mercado interno. A expansão das exportações desses países baseia-se na diminuição do poder de compra interno. A pobreza é um item introduzido no lado da oferta. Os *mercados emergentes* são abertos à custa da substituição simultânea de um sistema produtivo preexistente; pequenas e médias empresas são empurradas à falência ou obrigadas a produzir para um distribuidor global; empresas estatais são privatizadas ou fechadas; agricultores independentes são empobrecidos. O sistema econômico global, portanto, caracteriza-se por duas forças contraditórias: *a consolidação de uma economia de mão-de-obra barata global e a procura de novos mercados consumidores*. A primeira solapa a segunda. A ampliação de mercados para a corporação global requer a fragmentação e a destruição da economia doméstica. As barreiras para o movimento de dinheiro e mercadorias são removidas, o crédito é desregulamentado, a terra e os bens do Estado são assumidos pelo capital internacional..."[260]

Neste sentido, a crise mexicana tem identidade com as crises seguintes – crise asiática em 1997, crise russa em 1998, crise brasileira em 1999, crise argentina em 2001 – dada a lógica interna de acumulação capitalista que provoca sempre novas crises cíclicas no sistema, em que pese as características particulares dos países no modo de produção, suas relações comerciais, seu modelo econômico, seus problemas internas dentre outros, que deveriam ser estudados na ligação da singularidade com a totalidade do capital, assim como estamos desenvolvendo nesta pesquisa do caso mexicano. Contudo, percebe-se que estas crises manifestaram-se nos últimos anos sempre inicialmente não nos pólos centrais do capitalismo mas em seus elos intermediários. Sobre isso Chossudovsky afirma:

"A desintegração da 'economia real' sob o impacto da reforma macroeconômica é acompanhada de um sistema financeiro global altamente instável. Desde a Segunda-Feira Negra, 19 de outubro de 1987, que os analistas consideram quase uma derrocada total da Bolsa de Valores de Nova York, vem

[260] CHOSSUDOVCKY, Michel. *Op. cit.*, pp. 11-12. [grifos do autor]

se desenvolvendo uma padrão altamente volátil, marcado por convulsões freqüentes e cada vez mais sérias nas principais bolsas de valores, pela ruína de moedas nacionais no Leste Europeu e na América Latina e pela espetacular dos novos 'mercados financeiros periféricos' (por exemplo, México, Bangcoc, Cairo, Bombaim) precipitada pela 'realização de lucros' e pela súbita retirada dos grandes investidores internacionais. Assim, os mercados de ações periféricos transformaram-se em um novo meio de extração de excedentes de países em desenvolvimento."[261].

A crise do capital não é uma crise passageira, porque é uma crise estrutural na medida em que as contradições são gestadas pela própria lógica de acumulação capitalistas que visa a eterna busca de mais mercados e maiores lucros, gerando crises nos países que são vítimas desta expansão – o México foi um destes casos -, cuja tentativa de controle e administração social destas contradições, seja através do Estado, das agências internacionais do capital ou sociedade civil, se realizam de forma circunstancial e parcial haja vista "*o capital não pode ser controlado: ele é o próprio controlador e regulador do processo de metabolismo social*"[262] porque na nossa sociedade estão separados os interesses privados do capital dos interesses públicos da comunidade, ou parafraseando Marx, onde se verifica a separação do caracol da concha.

Marx afirmou no capital que se aparência dos fatos coincidisse necessariamente à essência, a ciência seria nula. Em outras palavras, dado que o empírico (aparência) não se auto-explica, é mudo, é epifenomênico, recorremos à ciência, entendida aqui como a origem dos fenômenos e o desvendamento histórico-processual até desembocar naquilo que vemos no cotidiano, para rompermos com a mudez da empiricidade e compreender na concretude, a lógica de ser e ir-sendo do ser (essência). No nosso objeto de pesquisa, se somente observarmos empiricamente a crise mexicana e o efeito tequila, não encontraremos a crise de superprodução capitalista, daí o "pedantismo" que outras correntes de interpretação da realidade social atribuem aos marxistas que "só vêem crise no mundo" e que, portanto, "só vêem o mundo em crise". Não se trata de uma teoria da conspiração contra o mundo, mas, como afirmou o filósofo marxista húngaro George Lukács numa entrevista concedida primeiramente ao professor da nova esquerda alemã, Hans Heinz Holz, que: "*se quisermos compreender os fenômenos em sentido genético, o*

---

[261] Idem, p. 15.
[262] MÉSZÁROS, István. "Ir além do capital", *in*: *Globalização e socialismo*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã/NET, 1997, p. 145. [Grifos nossos].

*caminho da ontologia é inevitável*, e que se deve chegar a extrair das várias circunstâncias que acompanham a gênese de um fato qualquer os momentos típicos necessários para o próprio processo"[263], e depois para ao professor Leo Kofler: "devemos manter em vigor, também no caso da ideologia, um princípio dialético fundamental: *a verdade é concreta.*"[264] Logo, cabe ao individual desvendar ontologicamente o mundo para encontrar a verdade (essência) dos fenômenos. Portanto, para entender o que é uma crise de superprodução, se faz necessário entender o que se entende por crise:

> "Para Marx, a crise é a união forçada de dois elementos que se tornaram independente no metabolismo econômico e social. Destarte, produção e circulação, que são elementos constitutivos do processo global de reprodução ampliada do capital, se separam quando há superprodução e as mercadorias não podem ser 'realizadas' isso é, vendidas: há uma decupagem entre compra e venda, entre a produção e o consumo. A crise é exatamente o reagrupamento forçado desses dois momentos da reprodução econômica da sociedade, mediante a queda vertiginosa de preços, falência de produtores, desemprego de trabalhadores, queda do poder aquisitivo da população, destruição física das mercadorias etc."[265]

A Crise de 1973 ficou conhecida mundialmente como a crise do petróleo devido ao súbito aumento de preço do barril num curto espaço de tempo. Mandel demonstrou, como vimos no capítulo 1 que o aumento do preço do barril não foi a crise em si, mas apenas um dos elementos da crise do capital. A crise mexicana de 1994/1995 e o conseqüente efeito tequila, não se restringiram a apenas uma fuga de capitais de curto prazo de um país sem reservas cambiais, mas uma crise de um país que fez o jogo neoliberal conforme os interesses do grande capital internacional, dentro de uma crise metabólica do sistema capitalista. Nas palavras de Chossudovsky: "a crise mexicana, todavia, é apenas um fragmento de um complexo vaivém financeiro: o *mesmo* mecanismo de cobrança da dívida tem sido repetido, paralelamente à adoção de reformas de mercado ao estilo do FMI, em todas as principais regiões do mundo em

---

[263] LUKÁCS, George. *Conversando com Lukács*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 14.
[264] Idem, p. 43.
[265] COGGIOLA, Osvaldo. p. 389-390.

desenvolvimento."[266] No caso mexicano, a crise refletiu o modelo neoliberal de estabilização que não deu certo mas enquanto durou foi elogiado pelo FMI a as demais agências internacionais do capital e passou a ser encarado como o "paradigma da estabilização" para os demais países latino-americanos. Segundo José Menezes Gomes:

> "O problema não foi, portanto, apenas atrelar sua política monetária à dos Estados Unidos, não ter que adotar uma política econômica bascada nas privatizações, abertura comercial, destruição das empresas nacionais, *dirigida a resolver a crise capitalista em curso, o que exigia a conquista de novos mercados para os países industrializados. Não se tratou da crise dos 'modelos de estabilização', mas da crise da tentativa de saída da crise. Na essência, a política adotada visava estabilizar a crise capitalista iniciada nos anos 70*, contornada pelos Estados Unidos no início dos 80 e repassada para os países subdesenvolvidos ainda naquela década através da explosão das dívidas externa e interna, que aparentemente teria sido resolvido com o Plano Brady."[267]

As agências internacionais do capital ao receitarem alternativas, saídas econômicas, programas de austeridade, para os países do "Terceiro-Mundo", na prática – e desde Bretton Woods até a crise argentina foi assim - transferiram recursos destes países para os países do "Primeiro-Mundo", quer pela remessa de lucros da filiais transnacionais, ou por acordos governamentais. Este mecanismo sempre funcionou como se fosse uma transfusão ao contrário onde o paciente é quem doa sangue ao doador. Em outras palavras, esta vampirização imperialista aprofundou os problemas sociais dos países que já os têm em abundância e suavizou os efeitos da crise capitalista nos países centrais. Segundo Coggiola:

> "Registrar o aumento da exploração é uma condição necessária todavia não suficiente para explicar a retomada do lucro. Ao final de uma crise, a rentabilidade só se recompõe se um processo de depuração de quebras e fusões 'limpa' o mercado das empresas menos lucrativas. Caracterizar se esta desvalorização de capitais 'ineficientes' se consumou é uma tarefa muito complexa. Na crise das duas últimas décadas não se produziu um *crash* geral do tipo de 1929, mas a somatória dos

[266] CHOSSUDOVSKY, Michel. *Op. cit.*, p. 17.
[267] MENEZES GOMES, José. *Op. cit.*, p. 90-91. [grifos nossos]

sucessivos colapsos econômicos acontecidos em quase todos os países periféricos, e em segmentos-chave das economias centrais pode – em certa medida – comparar-se com a 'grande depressão'."[268]

Mesmo com a "modernização civilizadora" de caráter imperialista, a transferência de recursos para as matrizes das transnacionais e o pagamento de juros aos países centrais, isto não quer dizer que os países que comandam o modo de produção capitalista estejam imunes à crise capitalista. Se até os anos 70, as crises de superprodução eram crises cíclicas, portanto periódicas, hoje vivemos a crise estrutural do capital, o que significa dizer que as contradições imanentes do capital chegaram a uma ponto em que a crise tornou-se cotidiana. Assim argumenta José Chasin:

> "Crise estrutural, isto é, orgânica e permanente, para a qual não há possibilidades de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambas, crise e sistema, estão fundidas de modo definitivo, condenando a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que na atualidade o caracteriza. Assim, viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*. De cada crise do capital não tem brotado o *novo*, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematicidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, reproduz a si mesmo em proporções inauditas, ao mesmo tempo que reproduz em tamanho correlato sua crise constitutiva. Trata-se da reconversão administrada da crise em de meio de existência. É do que consiste, em verdade, sua *mágica*: a faculdade adquirida de sustar, através de meios econômicos e extra-econômicos (atividade estatal incidente no cerne dinâmico da sociedade civil), a virtualidade explosiva da crise. Tamponamento, no entanto, que *não elimina ou resolve* a malha de contradições responsável pela continuada reposição do quadro crítico. É o que obriga a admitir, na representação objetiva, portanto não pré-concebida da realidade contemporânea do capital, a crise como componente ou nexo essencial constitutivo de sua estruturação inamente"[269]

---

[268] COGGIOLA, Osvaldo. *Op. cit.*, pp. 446-447.
[269] CHASIN, José. "A sucessão na crise e a crise na esquerda", *in*: *Revista Ensaio*, no. 17/18, São Paulo, Ensaio, 1989, p. 6. [grifos do autor]

István Mészáros corrobora os argumentos de José Chasin e acrescenta que a obsolescência planejada de uma mercadoria, diminui sua vida útil para que seja necessária a compra de novas mercadorias. Além disso, atualmente verificasse o predomínio de um complexo-industrial-militar também com um meio de tentar acelerar as vendas e recompor os lucros capitalistas com a ajuda do Estado. Essas práticas, no atual momento do capitalismo, ao tentar combater a crise do capital, ao mesmo tempo, repõe os princípios da lei do valor e que portanto agudizam a própria crise:

> "A inovação real dos desenvolvimentos do após-guerra neste contexto pode ser apontada com precisão na passagem do padrão tradicional de consumo para um tipo muito diferente, no qual predomina os interesses do complexo-industrial-militar. O novo sistema é caracterizado pela subutilização institucionalizada tantas das forças produtivas e de produtos, por um lado, quanto, por outro, pela crescente, antes contínua do que súbita, dissipação ou destruição dos resultados da superprodução, através da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado. É precisamente esta importante mudança na relação entre produção e consumo que habilita o capital a afastar, *por enquanto*, os colapsos espetaculares do passado, como o dramático craque de Wall Street em 1929. Por esta via, no entanto, as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente *'estendidas'*, tanto no sentido *temporal*, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global. Há que admitir que, *enquanto* a relação atual entre os interesses dominantes e o estado capitalista prevalecer e impuser com sucesso suas demandas à sociedade, não haverá grandes tempestades a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de freqüência e intensidade crescentes em todo lugar. Desta maneira, a antiga *'anormalidade'* das crises – que se alternava com períodos mais longos de ininterrupto crescimento e desenvolvimento produtivo – sob as condições atuais pode se converter em doses diárias menores na *normalidade* do 'capitalismo organizado'. De fato, os picos das historicamente bem conhecidas *crises periódicas* do capital podem ser – *em princípio* – substituídos em conjunto por um padrão linear de movimento. Seria, contudo, um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como a evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, mais do que como a representação de um *continuum depresso*, que exibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente*

*e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda."[270]

Em suma, as duas crises mexicanas (1982 e 1994/1995) não aconteceram tão-somente por má-fé ou má-administração interna e ganância externa. Estes componentes também estão presentes e são elementos constitutivos do estopim das respectivas crises. Estas duas crises se travestiram de crise da dívida externa e crise cambial respectivamente, que apesar de serem reais, existentes em cada um dos casos, acabaram acobertando o que as permeiam no âmago de suas naturezas que a própria *crise estrutural do capital*. Somente partindo deste pressuposto é que podemos entender os interesses dos países imperialistas em buscar novos mercados para a exportação de suas mercadorias e o estabelecimento de filiais para suas empresas transnacionais. Além disso, somente assim, poderemos investigar ontologicamente as crises posteriores à segunda crise mexicana[271], rompendo a mudez do empirismo e buscando entender as suas respectivas especificidades dentro da lógica de ser e ir-sendo capital.

---

[270] MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*, São Paulo, Ensaio, 1989, p. 97-98. [grifos do autor]

[271] Em 1997 eclodiu a crise asiática, que se arrastou até o ano seguinte e assim François Chesnais escreveu: "São as finanças que comandam hoje o nível e o ritmo da acumulação *stricto sensu*, este termo designando o processo de reprodução ampliada do capital em suas duas dimensões: o da criação de capacidades de produção novas, e o de extensão das relações de produção capitalistas, entendidas como relações de exploração imediatas da força de trabalho por um capital orientado para a produção de valor e de mais-valia. Um pequeno número de países como o Japão e a Coréia, acreditaram poder determinar, durante um tempo, sua taxa de investimento sem integrar de modo claro os dados do regime de acumulação predominantemente financeiro. Os limites destas pretensões aparecem, no Japão, no *crack* imobiliário e da bolsa, em 1990, e na crise asiática de 1997-1998. Foi nas finanças que repousou a responsabilidade imediata do início das recessões em cadeia na Ásia. Mas a ajuda do FMI foi utilizada para exigir o alinhamento da Coréia às condições macroeconômicas correspondentes às taxas médias de crescimento mundial do decênio de 1990; isto é, *impor a destruição de uma parte da capacidade produtiva industrial julgada excessiva em relação à demanda mundial*, a entrada de capital ocidental nos *chaebols* e a liberalização e completa desregulamentação do sistema financeiro coreano." (FRANÇOIS, Chesnais. p. 19-20.)

# Conclusão

*O dinheiro, não a moralidade, é o princípio das nações comerciais.*
Thomas Jefferson

*As nações não têm amigas, mas interesses.*
Charles De Gaulle

Desde os acadêmicos estadunidenses até os economistas latino-americanos, desde o FMI até os bancos centrais espalhados pelo mundo, toneladas e mais toneladas de papéis foram impressas durante a década de 90 para exaltar que o desenvolvimento econômico nos "países emergentes" – dentre eles os países latino-americanos –, só poderia ser concretizado desde que estes adotassem os princípios do Consenso de Washington. Para tanto, teriam de abrir-se às importações, aceitar capitais de curto prazo, desnacionalizar o sistema bancário e o sistema produtivo, promover a desregulamentação das leis trabalhistas, entre outros.

A cada ano que se passou desde 1989, os empréstimos internacionais foram assumindo um perfil cada vez mais de curto prazo, sendo que na América Latina isto representou no começo do processo pouco mais de 30% e no auge da euforia dos planos de estabilização ancorados na taxa de câmbio, os empréstimos de curto prazo passaram de 50% do total na América Latina, enquanto que na Ásia superaram 60%. Em contrapartida, a reversão estrutural de alguns dos principais indicadores macro-econômicos de forma concomitante – inflação, crescimento do PIB, balança de pagamentos, taxa de desemprego –, para que signifiquem uma substantiva mudança na distribuição de renda, requer mudanças que levam muito tempo para se solidificarem, portanto projetos de médio e longo prazo e além disso, que seja uma propositura diametralmente oposta daquilo o que vem pregando o FMI ao longo das décadas para a América Latina.

A partir da crise de 82, as entidades capitalistas internacionais capitaneadas pelo FMI, impuseram soluções mirabolantes aos países latino-americanos inclusive para o México – Plano Baker e Plano Brady – que acabaram culminando nos anos 90 em planos de estabilização ancorados na taxa de câmbio valorizado. Se observarmos os

indicadores sociais destes países observaremos que nenhum deles conseguiu reverter a concentração de renda presente desde os tempos coloniais.

A crise mexicana de 1994/1995 foi somente mais um exemplo de que toda vez que se adota aquilo que o FMI sugere – leia-se sugestão como sinônimo de imposição – os resultados macroeconômicos são catastróficos, recorrendo-se a novos empréstimos internacionais em condições desfavoráveis e quem paga a conta do insucesso são classes sociais subalternas, portanto, àqueles que não decidem pelas políticas econômicas que são adotadas em seus países, mas que arcam com o ônus da bancarrota do país sob a forma de aumento de impostos públicos, da desvalorização brutal da moeda nacional, da diminuição dos investimentos sociais na educação, na saúde, no transporte público dentre outros.

O crescimento econômico de um país não quer dizer necessariamente a melhoria da qualidade de vida da maioria de sua população, basta lembrarmos a famosa frase do ex-ministro da Fazenda Delfim Netto que dizia "É necessário crescer o bolo para depois reparti-lo" e com isso a economia brasileira chegou a ser a oitava do mundo mas ao mesmo tempo a maior concentradora de renda e de terras no mundo. Mesmo assim fomos conduzidos nos anos 90 aos planos neoliberais que repousavam sobre instrumentos de financiamentos para o crescimento econômico em capitais de curto prazo que, a cada ano o prazo de permanência nos países eram mais curtos e os juros para segurá-los eram mais altos. As burguesias nacionais dos países da América Latina acreditavam que o financiamento externo contribuiria para a melhoria de seus respectivos países, fenômeno cujos beneficiários foram somente os grandes bancos nacionais e internacionais e os rentistas internos e externos que corriam de um mercado para outro, ou seja, de um país para outro conforme a variação das taxas de câmbio e da taxa de juros.

A expansão imperialista estadunidense que buscou açambarcar a economia mexicana fez-se não com o intuito de integração econômica mas como meio de buscar um fatia do mercado mundial para recompor as taxas de lucro de suas empresas e para dirimir a crise cotidiana que as contradições do capital produzem. Daí o apelo consumista interno e externo, daí a necessidade de abrir novos mercados, exportando seu *american way of life* e junto com ele todo o arcabouço das contradições capitalistas. Sua crise interna também é maquiada a partir da asfixia que submetem aos países latino-americanos no que tange ao pagamento dos juros de suas dívidas externas, cujo montante remetido ao império do norte recompõem e minimizam suas contas públicas,

o que nem por isso, faz com que o governo estadunidense deixe de gastar mais do que arrecada, descumprindo os próprios princípios liberais de gestor de políticas públicas que suas escolas pregam e exportam para todo o mundo. Segundo José Chasin:

> "*Máscara* que assombra antes o mundo periférico, do que a esfera central do sistema capitalista, – centro que é, no entanto e de fato, pela forma particular de sua acumulação, epicentro da turbulência que perpassa o conjunto em toda a sua extensão. Turbulência que na superfície aparente separa os *credores do centro dos devedores da periferia*, a riqueza competente da miséria incompetente, os fautores do autêntico capitalismo dos praticantes de suas modalidades arcaicas. Mais uma vez o fenômeno vela e se contrapõe à essência: não há caloteiro maior do que o credor de todos os credores, a *república* exemplar do extremo norte das Américas. A dívida interna e externa dos EUA alcançam cifras fantásticas, do mesmo que seus déficits públicos e comerciais, atingindo a adição a ordem da grandeza dos trilhões de dólares. São números siderais, - diante dos mesmos a dívida latino-americana é poeira miúda, que some debaixo do tapete. O mais extraordinário, todavia, é que, através desse endividamento que exorbita os limites da pobre imaginação terceiro-mundista, o gigantesco cangacheiro do norte exercita sua modernização civilizadora de caráter imperialista. Não apenas sobre os países da América Latina, mas também sobre as nações européias e asiáticas, incluídas a Alemanha e o Japão."[272]

Se no capitalismo contemporâneo o avanço da tecnologia na informática contribuiu para se tomar decisões em tempo real, o alastramento de uma crise também ocorre em tempo real, daí a decisão de Bill Clinton de sacar US$ 20 bilhões do governo sem consultar o Congresso Nacional e a pressão para que as agências internacionais captassem dinheiro no esquema *fait accompli*. Foi por isso que a Casa Branca tratou rapidamente de levantar o dinheiro necessário para salvar o México da bancarrota. Segundo o diretor do Instituto Internacional de Finanças dos Estados Unidos, Charles Dallara: "No mesmo dia da quebra do México o mundo já sentiria seus efeitos (...) O capital especulativo seria o primeiro a evaporar."[273] Para Mark Turner, da corretora Putnam: "No caso de uma crise global de confiança, em uma noite esse dinheiro estaria

---

[272] CHASIN, José. *Op. cit.*, p. 8.
[273] *Veja*, 08/fev/95.

dormindo na Suíça ou em títulos americanos."[274] No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo caiu 35% em apenas três semanas, anulando todos os ganhos acumulados desde a implantação do Plano Real, no dia 1° de julho de 1994 e os mercados da América Latina caíram 38% em dois meses. Segundo William Greider: "Em Washington, o subsecretário do Tesouro, Lawrence Summers, descreveu ironicamente a derrocada mexicana, chamando-a de 'a primeira crise do século XXI'. Michel Camdessus, o diretor do FMI, advertiu que o desmoronamento das finanças mexicanas poderia levar a 'uma verdadeira catástrofe global.'"[275]

Quando os apologetas do capital internacional prognosticaram seus cenários pessimistas, lançando a idéia de "catástrofe global", "pânico mundial", estavam enviesados pela ótica capitalista porque estavam preocupados com os próprios rentistas que poderiam perder dinheiro sem o pacote de ajuda e com a desconfiança da solidez dos "mercados emergentes" que perderiam muitos capitais de curto prazo. Um terceiro motivo, e este supera os dois anteriores conjuntamente era que sem o plano de resgate à economia mexicana, isto acarretaria crise econômica nos EUA e esta crise seria exportada para todo o mundo. Perdurando a crise mexicana, aumentariam as imigrações ilegais mexicanas para os EUA[276], abalariam credibilidade e durabilidade do NAFTA que tinha apenas um ano de duração, haveriam perdas monetárias de rentistas estadunidenses que especulavam na Bolsa Mexicana que, ao se descapitalizarem, trariam conseqüências negativas no consumo interno, comprometeriam os investimentos externos (na forma de expansão das filiais) e abalariam o comércio internacional, haja vista a dependência de diversos outros países quanto às importações dos EUA, além da possibilidade de uma alteração brusca da cotação do dólar no sentido da desvalorização – este é um trunfo que eles podem utilizar-se quando bem entenderem devido à hegemonia do dólar – para incentivar as exportações estadunidenses, o que desestabilizaria as reservas cambiais de todos os países do mundo, sacudindo o comércio internacional mundial, incluindo aí o comércio dos países centrais que também teriam perdas. Desse modo, as análises pessimistas dos representantes do capital visavam basicamente as relações carnais que haviam sido estabelecidas entre os

---

[274] Idem.
[275] GREIDER, William. *Op. cit.* p. 296.
[276] Segundo dados da OCDE de 1999, vivem nos EUA 28.180.000 de imigrantes, inclusos os filhos de estrangeiros nascidos nos país receptor, perfazendo 10,3% da população nacional. Segundo o Almanaque Abril de 2003, dos 20,6 milhões de mexicanos residentes nos EUA, quase 3 milhões são ilegais e o afluxo anual de clandestinos está estimado em 275 mil.

EUA e o México, nas quais a crise poderia ser exportada pelo mundo caso não se ajudasse o México, que indiretamente ajudaria o próprio EUA.

O governo estadunidense e as agências internacionais do capital tiraram uma lição da crise de 82, quando só intervieram depois que o México e os demais países endividados suspenderam os pagamentos da dívida externa, o que contribuiu para que a crise fosse mais dolorosa e mais duradoura do que poderia ter sido. A intervenção rápida depois do *crash* de 20 de dezembro de 1994 evitou uma maior propagação do efeito tequila (e mesmo assim conseguiu se espalhar nos diferentes mercados como vimos anteriormente), preservando os interesses e lucros dos credores.

A partir da desvalorização dezembro de 94, verificou-se a fuga de capitais em três esferas: primeiro foi a maciça fuga das grandes fortunas mexicanas sob a forma de capitais nacionais líquidos e daqueles do setor bancário nacional que logo após o anúncio da desvalorização converteram seus bens em dólares e partiram do país, acentuando assim a queda do câmbio; em seguida, a fuga dos capitais estrangeiros colocados nos mercados de obrigações, sob a forma de compra dos *tesobonos*; por último, a retração dos investimentos de carteira que estavam na bolsa do México.[277]

Os fatos dos residentes mexicanos terem sido os primeiros a realizarem a fuga de seus capitais nos levam a fazer algumas considerações a respeito dos seus comportamentos enquanto capitalistas. A primeira é que eles tiveram informações privilegiadas de membros do governo mexicano (*inside information*), isto quando não fossem eles próprios os membros das instâncias do poder central. A segunda é que se fossem os capitalistas estrangeiros a ter *inside information*, seriam eles que fugiriam primeiro. A terceira é que capitalista é capitalista em qualquer lugar do mundo, à medida que ele busca para si a maior taxa de lucro. Deste modo, pouco importa se a fuga de capitais foi primeira doméstica e depois a estrangeira ou vice-versa, o que importa é que ela ocorreu e comprometeu a economia mexicana. A quarta é que baseada na terceira conclusão é que um capitalista pouco sem importa se suas ações vão comprometer a sua pátria ou não. Em primeiro lugar vem seu interesse individual enquanto capitalista e se este interesse coincidir com a da sua nação, ótimo; caso contrário a nação fica para o segundo plano. O quinto é que o capitalista não tem pátria, ele procura se deslocar para onde os lucros forem maiores e mais rápidos. O sexto é que não se pode esperar nem dos capitalistas nacionais, nem dos internacionais as soluções

[277] CHESNAIS, François. *Op. cit.*, p. 169.

dos problemas das nações latino-americanas. A queda do peso e da bolsa e a fuga dos capitais de curto prazo estavam concatenadas. Com o colapso das cotações da bolsa, os investidores apressaram-se em reinvestir e lucrar comprando ações subvalorizadas, bem como se aproveitar das privatizações de algumas atividades ainda sob o controle público. Nesse ponto, podemos fazer uma sétima consideração: que mesmo diante da crise mexicana, quer da sua nação, quer da maioria da sua população, os capitalistas nacionais e internacionais continuaram buscando tirar proveito da instabilidade e encontraram novas formas de lucrar, seja com a compra de ações subvalorizadas, seja com o Pacto Social de Ernesto Zedillo.

Assim, vimos no capítulo 3 que os maiores beneficiários da crise mexicana foram os próprios rentistas internacionais e a economia estadunidense. As análises que foram veiculadas na época, nos órgãos da grande imprensa internacional quanto à possibilidade da crise mexicana se configurar em crise mundial não tinham haver com a crise estrutural do capital. A revolução da informática e da robótica, na verdade, só fez acelerar a extração de mais-valia relativa, aumentou o desemprego e no afã de buscar maiores lucros ao capitalista individual e, socialmente aprofundou a própria crise, acirrando a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Para estes problemas, o capital não tem como resolvê-los estruturalmente e passou a conviver com eles no dia-a-dia. Segundo Manuel Castells: "o específico de uma crise estrutural é que o processo de acumulação não pode retomar até que se eliminem ou compensem os obstáculos. Geralmente, essa solução significa que se produzirá uma transformação básica nas relações entre as classes, entre as frações do capital e entre o capital e as forças produtivas."[278]

Nas últimas décadas, os países centrais a impuseram sua políticas econômicas de expansão imperialista, aos "países emergentes" via FMI, que pagaram e continuam pagando o ônus de minimização da contradições capitalistas nos países que dominam o sistema capitalista mundial. Foi por isso levamos em conta que em nossa investigação que apesar dos motivos internos que agravaram a situação econômica e política mexicana, os fatores estruturantes da lógica metabólica societária do capital deveriam indubitavelmente ser relevados, caso contrário, estaríamos desprezando a dialeticidade da totalidade social e caminhando pela linha de menor resistência com a priorização da

[278] CASTELLS, Manuel. La teoria marxista de las crisis y las transformaciones del capitalismo, México, Siglo XXI, 1978, p. 85, apud, COGGIOLA, Osvaldo, *Op. cit.*, p.412.

parte em detrimento do todo, ou seja, da singular realidade mexicana em si, sobreposto ao circuito capitalista global. Conforme afirma István Mészáros:

> "Uma teoria objetiva da consciência de classe implica, acima de tudo, a avaliação de sua problemática nos termos da concepção marxiana global do capitalismo enquanto um sistema mundial real. Isso significa que mesmo *os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva* de um estágio determinado do desenvolvimento sócio-econômico. *Sem um esforço consciente de interligar os fenômenos sociais específicos às tendências gerais e às características do sistema capitalista como sistema global, o significado desses fenômenos permanece obscuro* ou parece desproporcionalmente aumentado, e o mesmo se dá em relação às leis gerais – por exemplo, a lei de pauperização, da taxa decrescente de lucro etc., válidas apenas em termos qualificados globalmente – parecem ser, de outra forma, nada mais que especulações e abstrações."[279]

Partindo do pressuposto que a crise estrutural do capital é o entendimento que a cotidianeidade capitalista é viver na e através da crise pois a progressiva eliminação do trabalho vivo do processo de produção tende a eliminar – porém nunca chegará ao nível zero – o motor e o fundamento do capitalismo, que é a apropriação do mais-trabalho vivo, buscamos inserir a crise mexicana no âmbito da crise do capital. A imposição da política econômica neoliberal no cotidiano mexicano, mesmo com a mudança partidária no governo federal, não reverteu a tendência liberalizante e assim o país continuou rolando a dívida externa contraída antes, durante e depois da crise, enfatizou que o NAFTA foi e continua sendo um ótimo negócio para o povo mexicano e que a crise de mexicana de 1994/1995 é algo do passado que já foi superado.

Em suma, aprofundou-se a subsunção econômica em relação aos EUA, enquanto que a maioria do povo mexicano arcou e continua arcando com o ônus da subordinação imperialista através do rebaixamento do padrão de qualidade de vida e, nem mesmo os esforços zapatistas de denúncia, conscientização e luta conseguiram reverter este quadro. O desafio futuro, não somente dos mexicanos mas de todas as pessoas, movimentos e organizações sociais que são explorados pelo sistema capitalista, é estabelecer fissuras no capital e no capitalismo para romper com a lógica do

---

[279] Mészáros, István. *Filosofia ideologia e ciência social, Op. cit.* p.113 [grifos nossos].

metabolismo social vigente e buscar estabelecer uma nova sociabilidade metabólica da organização comunitária, suprimindo a lógica do capital. Assim como afirmou Marx outrora: *hic Rhodus, hic salta!*[280]

[280] "(Aqui está Rodes, salta aqui!): expressão de uma fábula de Esopo sobre um fanfarrão que, invocando testemunhas, afirmava que uma vez, em Rodes, conseguira dar um salto enorme. Os que o escutavam responderam-lhe: 'Para que é preciso testemunhas? Aqui está Rodes, salta aqui!' No sentido figurado significa: aqui é está o essencial, aqui é que é precisa demonstrar." (MARX, Karl. *O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, São Paulo, Moraes, 1987, p. 20.)

# BIBLIOGRAFIA


ALMENDRA, Carlos Cesar. (1998). "A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu", *in*: *Revolução Cubana – História e problemas atuais*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã.

_____. (1998) "Globalização e imperialismo", *in*: *Capitalismo: 'Globalização' e Crise*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), *Estudos*, no. 44, São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, setembro.

ALTMANN, Werner. (1998). "A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina", in: *América Latina – História, idéias e revolução*, Barsotti, Paulo & Pericás Luiz Bernardo (orgs.), São Paulo, Xamã/NET.

_____. (1992). *A trajetória contemporânea do México*, São Paulo, Pensieri.

ANDERSON, Perry. (1995). "Balanço do neoliberalismo", *in*: *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático*, GENTILI, Pablo & SADER, Emir (orgs.), São Paulo, Paz e Terra.

ARBEX JR., José & TOGNOLLI, Cláudio Julio. (1996). *O século do crime*, São Paulo, Boitempo.

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. (2002). *As raízes do fenômeno Chiapas – O já basta da resistência zapatista*, São Paulo, Alfarrábio.

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y & OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino (orgs.). (2002). *Chiapas – Construindo a esperança*, , São Paulo, Paz e Terra.

AYERBE, Luis Fernando. (1998). *Neoliberalismo e política externa na América Latina – Uma análise a partir da experiência Argentina recente*, São Paulo, UNESP.

BANDEIRA, MONIZ. (1993). *Estado nacional e política internacional na América Latina – O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*, São Paulo/Brasília, Ensaio/Edunb.

BARSOTTI, Paulo & PERICÁS Luiz Bernardo. (1998). *América Latina – História, idéias e revolução*, São Paulo, Xamã/NET.

BATISTA, Paulo Nogueira. (1995). *O consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*, Cadernos Dívida Externa no.6.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. (2000). *A economia como ela é...*, São Paulo, Boitempo, 2000.

_____. (1998). "Riscos de uma trajetória insustentável", *in*: *Visões da crise*, BENJAMIN, César, ELIAS, Luiz Antônio & MINEIRO, Adhemar dos Santos (orgs.), Rio de Janeiro, Contraponto.

_____. (1996). "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina", in: *Estudos Avançados*, Revista da USP, no. 28., set/dez.

BOEKER, Paul H. (org.) (1995). *Transformações na América Latina – Privatização, investimento estrangeiro e crescimento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

BOLTVINIK, Julio. (1997). "Diversas visiones sobre la pobreza en México. Factores determinantes", in: *Política y Cultura*, no.8, Coyocán, UAM Xochimilco, primavera.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1985). *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*, São Paulo, Brasiliense.

BURKI, Shavid Javed & EDWARDS, Sebastian. (1997). "A América Latina e a Crise Mexicana: Novos Desafios", *in*: *A nova América Latina*, LANGONI, Carlos Geraldo, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2ª. edição.

CAMÍN, Hector Aguilar. (2002). *México – A cinza e a semente*, São Paulo, BEI.

CAMÍN, Hector Aguilar & MEYER, Lorenzo. (2000). *À sombra da Revolução Mexicana – História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*, São Paulo, Edusp.

CANO, Wilson. (2000). *Soberania e política econômica na América Latina*, São Paulo, UNESP/UNICAMP.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. (1988). *História econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Graal.

CARRILLO, Jorge. (org.) (1989). *Reestructuración industrial – Maquiladoras en la frontera México-Estados Unidos*, México D.F., Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Dirección General de Publicaciones.

CASANOVA, Pablo González. (org.) (1990). *América Latina – História de meio século*, vol. 4, Brasília, UnB.

CASANOVA, Pablo González. (1967). *A democracia no México*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CASAS, Juan Carlos. (1991). *Um novo caminho para a América Latina*, Rio de Janeiro, Record.

CASTELLS Manuel. (1999). *O poder da identidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 2.

_____. (1978). La teoria marxista de las crisis y las transformaciones del capitalismo, México, Siglo XXI, 1978.

CHASIN, José. (1989). "A sucessão na crise e a crise na esquerda", *in*: *Revista Ensaio*, no. 17/18, São Paulo, Ensaio.

CHESNAIS, François. (2001) "Mundialização: Capital financeiro no comando", *in*: *Outubro*, no.5.

_____. (1997). "Um novo tipo de crise financeira no México: defesa e ilustração da ditadura dos mercados", in: *A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo*, Carcanholo, Marcelo D., Carcanholo, Reinaldo A. & Malaguti, Manoel L. (org.), São Paulo, Edições Loyola.

_____. (1997). "A emergência de um regime de acumulação financeira", in: *Praga*, no.3, São Paulo, Hucitec.

_____. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã.

CHESNAIS, François. (org.) (1998). *A mundialização financeira – Gênese, custos e riscos*, São Paulo, Xamã.

CHAUÍ, Marilena. (1984). *O que é ideologia*, São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense.

CHOSSUDOVSKY, Michel. (1999). *A globalização da pobreza – impactos das reformas do FMI e do Banco Central*, São Paulo, Moderna.

COGGIOLA, Osvaldo. (2002). *O capital contra a história – Gênese e estrutura da crise contemporânea*, São Paulo, Xamã/Edições Pulsar.

_____. (1996). "O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo", in: *Revista Adusp*, N°.7, Agosto de 1996.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). (1997). *Globalização e Socialismo*. São Paulo, Xamã/NET.

COUFFIGNAL, Georges. (1996). "México. Ano de altos riscos", in: *O mundo hoje 95/96 – Anuário econômico e geopolítico mundial*, São Paulo, Ensaio.

COUFFIGNAL, Georges. (1993). "México. Uma virada irreversível", in: *O mundo hoje 93 – Anuário econômico e geopolítico mundial*, São Paulo, Ensaio.

DREIFUSS, René Armand. (1998) "Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo", *in*: *Visões da crise*, BENJAMIN, César, ELIAS, Luiz Antônio & MINEIRO, Adhemar dos Santos (orgs.), Rio de Janeiro, Contraponto.

FEIJÓ, José Carlos Valenzuela. (1995). "O Estado neoliberal e o caso mexicano", *in*: *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*, Laurell, Asa Cristina (org.), São Paulo, Cortez/CEDEC.

FERNANDES, Florestan. (1984). *Marx-Engels*, Coleção Grandes Cientistas Sociais n.36, São Paulo, Ática.

FERREIRA JR., Hamilton de M. & POSSAS, Sílvia. (1998) "Concorrência e política industrial: Chile e México", *in*: *Cadernos PUC de economia*, MELLO, Cristina H. P. de Mello (org.), nº. 6, São Paulo, Educ.

FILGUEIRAS, Luiz. (2000) *História do Plano Real*, São Paulo, Boitempo.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. (1997). "O 'efeito tequila', suas origens e seu alcance contagioso", *in*: *Os fluxos financeiros na América Latina – Um desafio ao progresso*, FFRENCH-DAVIS, Ricardo, & GRIFFITH-JONES, Stephany (orgs.). (1997). São Paulo, Paz e Terra.

FILGUEIRAS, Luiz. (2000). *História do Plano Real*, São Paulo, Boitempo.

FIORI, José Luís. (org.) (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Rio de Janeiro, Vozes.

FIORI, José Luís. (1997) *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes, 3ª. edição.

FORTUNA, Eduardo. (1997). *Mercado financeiro – Produtos e serviços*. Rio de Janeiro, Qualitymark.

FRENKEL, Roberto, DAMILL, Mário & FANELLI, José María. (1996). "De México a México: el desempeño de América Latina en los 90", in: *Revista de Economia Política*, São Paulo, Nobel.

FUSER, Igor. (1996). *México em Transe*. São Paulo, Scritta.

GOLDMANN, Lucien. (1993). *Ciências humanas e filosofia. O que é a Sociologia*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

GUERRERO, Diego. (2000) *Reflexiones sobre la teoria del valor y de la crisis econômica capitalista desde una perspectiva critica*, Barcelona, outubro.

GREIDER, William. (1998). *O mundo na corda bamba – Como entender o crash global*. São Paulo, Geração Editorial.

GRUNVALD, Joseph. (1989). "Internacionalización de la industria: Los vínculos entre México y Estados Unidos, *in*: Reestructuración industrial – Maquiladoras en la frontera México-Estados Unidos, Carrillo, Jorge (org.), México, D.F., Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

HABEL, Janete. (2000). "Entre o México e os Estados Unidos, Mais Que Uma Fronteira", *in*: *Revista Brasil Revolucionário*, No.27, jul/ago/set.

HAVRANEK, Alice. (1998). "Cuba na atualidade: o impasse e o silêncio", *in*: *Revolução Cubana – História e problemas atuais*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã.

HOBSBAWN, Eric. (1995). *Era dos extremos – O breve século XX: 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1985).HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOLZ, Hans Heinz, KOFLER, Leo & ABENDROTH, Wolfgang. (1969). *Conversando com Lukács*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

JORDÃO, Rogério Pacheco. (2000). *Crime (quase) perfeito – Corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

KRUGMAN, Paul. (1999). *Globalização e globobagens*, Rio de Janeiro, Campus.

_____. (1997). *Internacionalismo pop*, Rio de Janeiro, Campus.

LANCELOTTI, Sílvio. (2001). *Honra ou vendetta*, Porto Alegre, LPM,2001.

LAURELL, Asa Cristina (org.). (1995) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo.*

LÊNIN, Vladimir I. (1987). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, São Paulo, Global.

_____. "Sobre o direito das nações à autodeterminação", *in*: *Obras Escolhidas*, Tomo I, São Paulo, Alfa-Ômega.

LESSA, Sérgio. (1997). *A ontologia de Lukács*, Maceió, Edufal.

LILLEY, Peter. (2001). *Lavagem de dinheiro – Negócios ilícitos transformados em atividades legais*, São Paulo, Futura.

LÓPEZ, Berenice Ramírez. (1991). *Las relaciones económicas de México com América Latina*, México D.F., UNAM/Instituto de Investigaciones Económicas.

LUKÁCS, George. (1978). "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem", in: *Revista Temas de Ciências Humanas*. no.4, São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas.

_____. (1969). *Conversando com Lukács*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1968). *Introdução a uma estética marxista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LUPO, Salvatore. (2002). *História da máfia – Das origens aos nossos dias*, São Paulo, UNESP.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. (1995). "A crise do México", in: *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, vol.3, Nº.4, mar/abr/mai.

MANDEL, Ernest. (1990). *A crise do capital – Os fatos e sua interpretação marxista*, São Paulo, Ensaio/UNICAMP.

MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN Harald. (1999). *A armadilha da globalização*. São Paulo, Editora Globo, 6ª. edição.

MARTINEZ, Hilda Sánchez. (org.). (1984). *Crisis y política económica – Una perspectiva instrumental (1978-1982)*, Economía de América Latina/Libros del CIDE.

MARX, Karl. (1988). *O capital*, São Paulo, Abril Cultural, 3ª. edição.

_____. (1987). *O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, São Paulo, Moraes.

_____. (1963). *Manuscritos econômicos-filosóficos*, Lisboa, Edições 70.

MARX, Karl e ENGELS, F. (1986). *A ideologia alemã*, São Paulo, Hucitec.

MAYER-SERRA, Carlos Elizondo. (1998). "Tres trampas: sobre los origenes de la crisis economica mexicana de 1994", in: *Revista de economia política*, São Paulo, Editora 34.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. (1997). "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina", *in*: *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*, TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. , Petrópolis, Vozes, 5ª. edição.

MENEZES GOMES, José. (2002). "Auge e crise da âncora cambial no anos 90", *in*: *Entre Passado e Futuro – revista de História Contemporânea*, São Paulo, Xamã, no. 1, mai.

MÉSZÁROS, István. (1997). "Ir além do capital", *in*: *Globalização e socialismo*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã/NET.

_____. (1996). *O poder da ideologia*, São Paulo, Ensaio.

_____. (1995). *Beyond Capital*, Londres, Merlin.

_____. (1993). *Filosofia ideologia e ciência social*, São Paulo, Ensaio.

_____. (1989). *Produção destrutiva e Estado capitalista*, São Paulo, Ensaio.

MORAES, Antônio Carlos de. (1996) "O projeto neoliberal e o mito do 'Estado mínimo'", in: *Lutas sociais*, no.1, Xamã.

MOTA, Sergio. (1998). *México – Estabilización y cambio estructural 1982-1988*, Monterrey, México, Ediciones Castillo.

NAVARRO, Luis Hernández. (2002). "Chiapas um ano depois", *La Jornada*, 19/12/1995, *in*: *Chiapas – Construindo a esperança*, ARELLANO, Alejandro Buenrostro y & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.), São Paulo, Paz e Terra.

NETTO, José Paulo. (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*, São Paulo, Cortez.

OPPENHEIMER, Andres. (1996). *En la frontera del caos*, Buenos Aires, Javier Vergara Editor s.a.

PAULANI, Leda Maria. (1998). "A dança dos capitais", *in*: *Praga*, no. 6, São Paulo, Hicitec, 1998,

PEÑA, Sergio de La. (1997). "México: a crise de 1995 em perspectiva histórica", in: *Economia e sociedade*, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

PETRAS, James & CAVALUZZI, Todd. (1995). *O liberalismo na América Latina e a estratégia global dos Estados Unidos*, Cadernos Dívida Externa no.9, São Paulo.

PINTO, Nelson Prado Alves. (1997). "O capitalismo financeiro", in: *Crítica marxista*, no.5, São Paulo, Xamã.

PLANA, Manoel. (1996) *Pancho Villa e a revolução mexicana*, São Paulo, Ática.

ROBISON, Jeffrey. (1999) *A globalização do crime*, São Paulo, Ediouro,

ROSSETTI, José Pascoal. (1997). *Introdução à economia*, São Paulo, Atlas, 17ª. edição.

ROUQUIÉ, Alain. (1992). *O extremo ocidente – Introdução à América Latina*. São Paulo, Edusp.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) (1995). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SAINT-GEOURS, Jean. (1998). *Os mercados financeiros*, São Paulo, Ática.

SAMPSON, Anthony. (1989). *O toque de Midas – Dinheiro, poder e riqueza, do Oriente ao Ocidente*, São Paulo, Editora Best Seller.

SANDRONI, Paulo. (2000). *Traduzindo o economês – Para entender a economia brasileira na época da globalização*, São Paulo, Editora Best Seller.

_____. (1994). *Novo dicionário de economia*, São Paulo, Editora Best Seller/Círculo do Livro.

SAYAD, João. (2001) *O dólar*, São Paulo, Publifolha.

SINGER, Paul. (2000). *Para entender o mundo financeiro*, São Paulo, Contexto.

SOARES, Laura Tavares. (2000). *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*, Col. Questões da nossa época, no.78, São Paulo, Cortez.

SOLÍS, Leopoldo. (1996). *Crisis económico-financeira 1994-1995*, Cidade do México, El Colégio Nacional/Fondo de Cultura Econômica.

SOLOMON, Robert. (1999). *Dinheiro em movimento*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

SOROS, George. (1994). *A alquimia das finanças*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

STRANGE, Susan. (1998). *Dinero loco – El descontrol del sistema financiero global*, Barcelona, Paidós Estado y Sociedad.

TAVARES, Maria da Conceição. (1998) "Queremos ser uma nação democrática e multirracial", *in*: *Visões da Crise*, BENJAMIN, César, ELIAS, Luiz Antônio & MINEIRO, Adhemar dos Santos (orgs.), Rio de Janeiro, Contraponto.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (orgs.). (1997). *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*, Rio de Janeiro, Vozes.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. (1995). *Pensando com Marx – Uma leitura crítico-comentada de O Capital*, São Paulo, Ensaio.

TOUSSAINT, Eric. (2002). *A bolsa ou a vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos*, São Paulo, Perseu Abramo.

TREUHERZ, Rolf Mario. (2000). *Manual das crises para países emergentes – Sinais de alerta e medidas preventivas*, São Paulo, Futura.

UGARTECHE, Oscar. (1997). *El falso dilema - América Latina en la economía global*. Caracas, Nueva Sociedad/Fundación Friedrich Ebert-FES (Perú).

VALENCIA, Adrián Sotelo. (1999). *Globalizacion y precariedad del trabajo en Mexico*, México D.F., Ediciones El Caballito.

_____. (1993). *México: dependencia y moderniación*, México D.F., Ediciones El Caballito.

VAISMAN, Ester. (1986). "A ideologia e sua determinação ontológica", in: *Ensaio*, no.17/18, São Paulo, Ensaio.

VILLARREAL, René. (1984). *A contra-revolução monetarista – Teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Record.

VVAA. (2002). *Para entender a ALCA*, São Paulo, Edições Loyola.

ZEA, Leopoldo & MAGALLÓN, Mario (Orgs.) (1999) *Geopolítica de América latina y el Caribe*, vol. 4, México D.F., Fondo de Cultura Económica/Instituto Panamericano de Geografía e Historia.

ZERMEÑO, Sérgio. (1997) "O levante zapatista", in: *Praga*, no.2, São Paulo, Boitempo Editorial.